

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MONICA FERNANDA BOTIGLIERI

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES
RURAIS – A EXPERIÊNCIA DA COORDENADORIA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI.

SÃO CARLOS

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

MONICA FERNANDA BOTIGLIERI

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES
RURAIIS – A EXPERIÊNCIA DA COORDENADORIA DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI.

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como exigência para obtenção do título de mestre em educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto.

SÃO CARLOS
2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B749fq

Botiglieri, Monica Fernanda.

Formação e qualificação de pequenos produtores rurais – a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI / Monica Fernanda Botiglieri. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
208 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Educação. 2. Educação do campo. 3. Pequenos produtores rurais. 4. Trabalhadores rurais. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

Prof. Dr. Marcos Cassin

Prof. Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento



Agradecimentos

Nenhum espaço destinado a tal finalidade seria suficiente para agradecer àqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho, no entanto, como é meu papel, tentarei cumpri-lo. Mais do que uma investigação de um objeto específico, os dois anos que aqui se encerram foram de extremo aprendizado e enriquecimento, possibilitados principalmente pelo convívio e trabalho em conjunto com sujeitos que considero grandes profissionais, militantes e debatedores, que me fazem crer que a trajetória desta pesquisa tenha significado mais do que suas constatações alcançaram, mas também parte de um amadurecimento diante de minhas compreensões acerca da sociedade, dos problemas que perpassam a Questão Agrária em nosso país e também a educação.

Assim, primeiramente gostaria de agradecer à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, sobretudo à sua unidade central, por terem aberto suas portas à investigação aqui apresentada, especialmente aos profissionais José Alberto Martins e Ypujucan Caramuru Pinto, por terem sido importantes facilitadores para minha inserção em demais espaços da instituição. Agradeço também aos demais profissionais, engenheiros agrônomos, administradores e pequenos produtores rurais que me receberam nas Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu e nas pequenas produções visitadas. Foi um prazer conhecer suas histórias, seu espaço e um pouco de seu dia-a-dia.

Agradeço ainda aos trabalhadores do assentamento de Córrego Rico, que me acolheram tão bem, dispostos a dividir comigo parte de suas experiências. Meu abraço especial à Kátia, “Tio Bica” e Aninha.

Meus sinceros agradecimentos aos companheiros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – GEPEC, os quais contribuíram sobremaneira para que este trabalho tomasse seus contornos, além de colaborarem cotidianamente para minha formação enquanto pesquisadora.

Especial agradecimento ao responsável pelo grupo e meu orientador, Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, por ter possibilitado a construção deste trabalho, orientando-me e auxiliando para que os melhores caminhos fossem tomados.

Não posso deixar de agradecer também ao Prof.Dr. Manoel Nelito Matheus Nascimento pela leitura atenciosa do trabalho, as observações levantadas no exame de qualificação e as contribuições que certamente virão na ocasião da apresentação final.

Com muito carinho agradeço ainda ao professor e sempre amigo Marcos Cassin, que há alguns anos tem colaborado essencialmente para minha formação. Suas contribuições têm sido de grande relevância para minha compreensão não só de objetos de pesquisa específicos, mas de questões muito mais gerais.

Agradeço às amigas Lila, Ana Tatiana e Samila, por toda a ajuda que sempre estiveram dispostas a oferecer, fosse ela por meio de leituras, discussões ou simplesmente por me ouvirem em momentos de aflições e dúvidas.

Neste espaço agradeço também a alguns que mesmo não ligados diretamente ao cotidiano da UFSCar, estiveram comigo durante os últimos dois anos, me apoiando em decisões difíceis, ou dividindo comigo as alegrias desta caminhada:

Às amigas de São Carlos e Ribeirão Preto, Mariana, Ana Paula, Juliana, Dayane, Raquel, Tamara, Nina, Fernanda, Monique, Natália, Emanuela e Marcella, por me ouvirem, divertirem e confortarem em momentos diversos.

Especialmente meus agradecimentos se direcionam a três pessoas importantíssimas. Aos meus pais, Luiz e Inêz, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiaram incondicionalmente e compreenderam minhas decisões, talvez mesmo que não concordassem com as mesmas. A eles que têm estado comigo desde sempre, me oferecendo tudo que há de melhor, peço desculpas pelos momentos de incompreensão, estresse e nervosismo aos quais os submeti e agradeço mais uma vez por serem parte de mais este trecho de minha jornada. Por fim, agradeço ao meu namorado, amigo, companheiro, confidente, Murilo, que me auxiliou de todas as maneiras que podia, sendo motorista, fotógrafo, ou discutindo temas que talvez nem mesmo lhe fossem interessantes. Obrigada por todo o apoio e carinho que tem me dedicado.

Acredito que nenhuma caminhada se dê isoladamente e que diferentes sujeitos nos acrescentam às suas maneiras, nos ensinam aquilo que é possível. Assim, ao término destes dois anos de pesquisa, creio ter amadurecido como estudiosa, que ainda vê pela frente uma infinidade de questões a serem compreendidas. A todos que comigo estiveram até então, fica o meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo apresentar a investigação realizada acerca da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que se propõe a atuar na assistência técnica dos sujeitos que estão no campo, especialmente pequenos produtores rurais. Procuramos perceber como tal instituição tem se organizado ao longo de sua história, pontuando suas principais alterações e mudanças de concepções. Buscamos ainda compreender o que esta instituição tem formulado e realizado no sentido de formação e qualificação dos pequenos produtores rurais e em que medida suas proposições tem ou não se efetivado. A investigação foi realizada por meio de visitas aos distintos espaços de atuação da CATI, de entrevistas com seus profissionais e diálogos registrados em diários de campo. Esperamos termos sido capazes de demonstrar um pouco de suas atividades e também de suas limitações, assim como também sua atuação no sentido de levar tecnologias ao campo e de que maneira acaba muitas vezes por atender, em grande medida, não às necessidades dos pequenos produtores efetivamente mas, ao contrário, a de grandes produtores rurais.

Palavras-chave: Pequenos produtores, trabalho rural, educação do campo.

ABSTRACT

This research has the aim to present the investigation made about the Coordination of Integral Technical Assistance – CATI, an agency that is part of the Agriculture and Supply Secretary in the state of São Paulo. This agency works with all kind of technical assistance to rural workers, specially small farmers. We tried to realize how this institution has been organized since its creation and what they have been doing for the education of these people. Some projects made with rural settlements were also described. Using visits, interviews and other ways of research we hope to have been able to show their activities as well as their limitations.

Key words: Small farmers, rural work, rural education.

Lista de apêndices

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas realizadas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, em Campinas, com responsáveis pelo Departamento de Comunicação e Treinamento, Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional e Centro de Comunicação Rural.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas realizadas com responsáveis pelas Casas da Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista realizada com representante de assentamento rural de reforma agrária em Córrego Rico

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

APÊNDICE E – Transcrições de entrevistas realizadas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

APÊNDICE F – Transcrições de entrevistas realizadas nas Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu

APÊNDICE G – Transcrição de entrevista realizada no assentamento de reforma agrária em Córrego Rico

APÊNDICE H – Diários de Campo construídos após as visitas às Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu onde conhecemos algumas pequenas propriedades (exceto no município de Botucatu)

Lista de anexos

Tabela de desempenho do programa estadual de microbacias hidrográficas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – O CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO: A CRIAÇÃO DA CATI.....	14
1.1. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral: contextos, históricos e sua relação com o Estado.	14
1945-1964: O contexto de modernização e a organização dos trabalhadores rurais.	16
1964-1985: A repressão e os novos caminhos das lutas dos trabalhadores/pequenos produtores rurais.	22
1.2. Os anos seguintes: As pequenas produções e a atuação da CATI.	29
CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DA COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI, SUA REESTRUTURAÇÃO E A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.	40
2.1. A CATI: um pouco de sua história.	41
2.2. Uma dentre as tantas reformulações da CATI.	55
CAPÍTULO III – O TRABALHO DA CATI HOJE.....	59
3.1. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I: Transformações Ambientais, Econômicas e Sociais nas Vidas de Produtores Rurais.	59
3.2. A presença do Banco Mundial no financiamento da CATI.	60
3.3. Novas diretrizes e concepções.	63
3.3.1. O trabalho na CATI – Campinas: A atuação do CETATE e do CECOR na formação e qualificação dos pequenos produtores rurais.	79
3.3.2. A “linha de frente” na formação e qualificação de pequenos produtores rurais: As Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu.	89
3.3.3. Pequenos produtores rurais de Macatuba e Arealva.	115
3.3.4. A experiência da CATI em assentamento rural de reforma agrária em Córrego Rico: Outras possibilidades de atuação.	123
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	129
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	134
ANEXOS	208

INTRODUÇÃO

Muitas têm sido as investigações relacionadas à temática Educação e Trabalho, buscando compreender as relações que são firmadas nos mais distintos meios da vida humana diante das transformações no mundo do trabalho e suas relações de produção, mais especificamente relacionando-as ao modo de produção capitalista e a defesa dos pressupostos do neoliberalismo¹. Este trabalho de pesquisa, enquanto concernente a esta ampla temática, buscou percebê-la enquanto totalidade, trazendo em sua singularidade uma instituição específica a ser compreendida, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, que apresenta objetivos e metas claras relacionadas à realidade das pequenas produções rurais. Neste sentido, procuramos não perder de vista os contextos que perpassaram sua criação, algumas de suas reformulações e ações passadas e presentes, assim como também em que medida este órgão atendeu ou atende àqueles a quem se destina.

O interesse por esta investigação teve seu início há cerca de três anos, a partir de diferente objeto de estudos analisado durante a graduação², a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, em sua unidade Pecuária Sudeste, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, onde pudemos perceber que embora não fosse este seu foco, o trabalho desta empresa no sentido de formação e qualificação de pequenos proprietários se efetivava, em grande medida, por meio de eventos de formação em parcerias com a CATI. Assim, acreditamos que compreender a organização da instituição, seu histórico,

¹ O neoliberalismo efetivou-se por meio de um projeto social, político, ideológico e econômico, nascido na Europa e na América do Norte após a 2ª Guerra Mundial, como intervenção teórica e política (...) cuja proposta era “manter um Estado forte, sim em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (...)” (ANDERSON, 1995, p. 11). Passou a ser hegemônico nos países desenvolvidos na década de 1980, avançando pela América Latina e Ásia nos anos seguintes. Com o fim da experiência socialista no leste europeu, também foi implantado nos países do antigo bloco socialista (BOTIGLIERI & CASSIN, 2008).

² Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo – USP, campus de Ribeirão Preto (2005 – 2008). O trabalho citado constituiu-se em projeto de iniciação científica, executado ao longo de dois anos.

bem como suas ações, seria mais uma dentre as inúmeras investigações que buscam analisar a realidade dos distintos sujeitos que trabalham e vivem no campo no estado de São Paulo.

A intenção inicial da investigação, anterior mesmo à formulação do projeto de pesquisa, era perceber a relação entre a CATI e o trabalhador rural de modo mais amplo, incluindo neste grupo os pequenos produtores, assentados, trabalhadores rurais assalariados, entre outros, contudo, já em nosso primeiro contato foi necessário limitar nosso objeto, já que fomos advertidos de que o trabalho da instituição se dava principalmente com pequenos e médios proprietários. Assim nosso objetivo, de modo geral, passou a ser a busca da compreensão de como a organização da instituição se dá, no sentido de atender à formação de pequenos produtores rurais (embora em alguns momentos o trabalho com assentados também tenha sido destacado).

Compreendemos a problemática tendo em vista que, inserida em relações capitalistas de produção tal qual está, organizada pelo governo do Estado, a CATI se constitui enquanto aparato político e ideológico deste, que por sua vez busca garantir a posição de dominação de uma dada classe sobre outra (ainda que esta dominação se dê mediante espaços também de contradição e negação). Assim, nos foi possível traçar algumas hipóteses iniciais, de que tanto a criação da instituição, quanto suas principais reestruturações foram tentativas de respostas do Estado às movimentações de cada período, ora advindas por parte dos próprios trabalhadores/pequenos produtores, que estavam diretamente no lidar com o campo, como as discussões que anteviram o golpe de 1964, ora como réplica, no caso das reformas das décadas de 1980 e 1990, ainda que em âmbito estadual, às transformações na maneira de produzir e se relacionar que o mundo do trabalho vinha conhecendo, o que no Brasil passou a se apresentar mais fortemente a partir dos anos 1970, quando a inserção de equipamentos eletrônicos na produção, assim como novas técnicas de gerência de tempo e produtividade foram pouco a pouco transformando substancialmente a relação entre os homens e seus trabalhos e entre eles próprios.

Ao contrário dos anos de 1950, 1960, quando o campo estava distante da modernização das empresas urbanas, nas décadas posteriores havia outro quadro social, em que uma nova realidade passou a atingir campo e cidade simultaneamente. Assim, procuramos compreender, diante destes contextos, além de levantamento bibliográfico, documentos, programas de formação e contato direto com responsáveis pela CATI, entre

outros, de que maneiras este órgão está organizado e tem realizado seus trabalhos no sentido de formação dos pequenos produtores rurais.

No primeiro capítulo, buscamos retratar o contexto político e social de criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI à luz de bibliografia acerca do período de modernização pelo qual passava o campo em nosso país no momento de sua criação, além do intercâmbio entre este fenômeno e as ações empreendidas pelo Estado, assim como também a relação entre campo e Estado que ressurgiu mediante o contexto de reestruturação produtiva, nas décadas posteriores. Procurou-se uma discussão em certa medida mais teórica acerca do Estado, campo e a formação dos sujeitos que neste estavam/estão. Para além, procuramos tratar das condições de vida e produção das pequenas propriedades, buscando compreender quem são os agricultores familiares, camponeses, em que se distinguem de outras movimentações que estão no campo, o que lhes é específico, etc. Contudo, dado o tempo limite de nossas investigações, esta temática não foi aprofundada.

Em outro momento, no segundo capítulo, tratamos especialmente do objeto de pesquisa selecionado, primeiramente por meio de seu histórico, procurando deixar claro como se deu sua criação, a formulação de suas idéias e ações iniciais, entre outros. Apontamos também para suas principais reformas, momentos em que teve suas concepções transformadas e mudanças significativas em seus trabalhos. Devido às inúmeras pequenas alterações que perpassaram a história da CATI e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, até que estas se configurassem como na atualidade, optamos por retratar apenas aquelas que ganharam mais destaque ou alteraram mais fortemente sua atuação, dentre as quais mereceu ênfase a que se deu mediante instauração, no ano de 2000, do *“Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I: Transformações Ambientais, Econômicas e Sociais nas Vidas de Produtores Rurais”*.

Finalmente em seu terceiro capítulo apresentamos como a coordenadoria passou a se organizar após a instauração do programa de microbacias hidrográficas. É neste momento também que abordamos a relação desta instituição e do governo do estado de São Paulo com o Banco Mundial, principal financiador das ações desenvolvidas pelo programa, além de descrevermos rapidamente as inúmeras atividades realizadas nas microbacias.

Passamos pelas principais mudanças no contexto de trabalho da CATI, como estas se refletiram também na formação e qualificação dos técnicos de seu quadro e de que

maneira novos ideais se inseriram na realidade das pequenas produções por meio da atuação das Casas da Agricultura. No que compete às ações locais, trouxemos a realidade de três dentre as inúmeras Casas da Agricultura, onde pudemos entrevistar responsáveis, visitar produtores e conhecer um pouco da efetivação do que é discutido em âmbito central. Por fim, retratamos rapidamente como se deu a atuação da CATI e do programa de microbacias no contexto de um assentamento de reforma agrária.

Em nossas concepções, partimos do pressuposto de análise da realidade social a partir do trabalho como centralidade da sociedade e esta como síntese do processo histórico contraditório, ou seja, a organização material da sociedade historicamente determinada vai exigir, em cada momento, uma nova formação/educação, que atenda às novas condições. É por esta via que compreendemos as condições materiais de criação e reestruturação da CATI, bem como de suas ações.

Tomando tais direcionamentos, iniciamos nossos trabalhos com consultas ao site da CATI e aproximação com responsáveis pela instituição, a princípio pelo contato com o Escritório de Desenvolvimento Rural mais próximo, situado na cidade vizinha, Araraquara (este que, no entanto, estava praticamente “abandonado” e não nos auxiliou em nenhum momento, fosse por meio de respostas a e-mails, telefonemas, etc.) e, em seguida, com a central, situada na cidade de Campinas.

Outro procedimento investigativo relevante foram as entrevistas com membros dos diferentes âmbitos da CATI (Central e Casas da Agricultura, com indicação e auxílio do coordenador geral e outro funcionário) e o diálogo, ainda que muito rapidamente, com os produtores que visitamos, por meio do qual construímos alguns “diários de campo”. A respeito dos últimos, vale apontar que a intenção de tomá-los como parte desta investigação veio apenas com o intuito de perceber, pela ótica daqueles que são atendidos pela CATI, em que medida seu trabalho tem se realizado, de que maneiras. Assim, tomamos tais sujeitos enquanto “auxiliares” em nossa investigação e não enquanto nosso principal objeto de análise.

Como já apontado, ainda que não seja foco da instituição os trabalhos com assentados de reforma agrária, no tempo final para conclusão desta pesquisa estabelecemos contato com trabalhadores atendidos em um espaço de assentamento, no município de Córrego Rico, onde a atuação da coordenadoria se deu por meio da instauração de fossas sépticas. A fim de compreender melhor como se deram tais trabalhos, foi realizada

entrevista com ex-presidente da associação, responsável pelo assentamento no período descrito.

Embora saibamos que os questionamentos não se findaram com o tempo em que estivemos em campo, muito pelo contrário, inúmeros outros surgiram, esperamos ter obtido um acervo satisfatório de informações, dados e leituras. Nosso objetivo inicial era perceber e analisar criteriosamente a existência ou não, nos espaços de atuação da CATI, de formação e qualificação voltada aos pequenos produtores rurais, além de, se possível, conferir sua aplicabilidade no campo. Acreditamos que após extenso levantamento de materiais, conversas em âmbito central e visitas às Casas da Agricultura, pequenas produções e assentamento, conseguimos dar conta de nossas intenções satisfatoriamente, o que esperamos termos sido capazes de demonstrar durante a escrita deste trabalho.

CAPÍTULO I – O CAMPO E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO: A CRIAÇÃO DA CATI.

1.1. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral: contextos, históricos e sua relação com o Estado.

Buscando compreender melhor a história que transcorre nosso objeto de estudos, procuramos investigar, primeiramente, as transformações com as quais os trabalhadores/pequenos produtores rurais têm tido que lidar ao longo dos anos, perpassando pelos contextos de modernização de nosso país (especialmente décadas de 1950 e 1960, fortemente marcadas pela industrialização, etc.) e, posteriormente, pelo que se conheceu enquanto reestruturação produtiva, período de mudanças profundas que se destacaram nas últimas décadas do século XX, trazendo consigo incontáveis alterações no que diz respeito à vida e ao trabalho de milhares de pessoas, que em cada período lidaram de uma maneira ou outra com suas condições materiais, sobrevivendo às pressões e necessárias “adequações” capitalistas.

Neste estudo, em que tomamos como foco de análise uma instituição que é parte do Governo do Estado de São Paulo e que afirma estar voltada principalmente aos pequenos produtores rurais, procuramos retomar as principais discussões acerca da relação entre campo e Estado, diante de períodos delimitados, 1945-1964 e 1964-1985 a fim de discutir como se deram, nestes contextos, as intervenções do Estado no sentido de reprodução de suas relações, dentre outros, por meio da persuasão, formação e qualificação dos trabalhadores rurais em geral e dos pequenos produtores. Já no que compete ao período seguinte, buscamos compreender melhor como têm se dado a relação entre Estado e pequenas produções rurais, quem são os sujeitos desta realidade e ainda como tem sido pensada sua formação a partir de nosso objeto de estudos, demonstrando como tais formulações se efetivam no dia a dia das práticas institucionais.

Nossa primeira intenção foi, portanto, à luz de bibliografia específica, apontar para as principais transformações, lutas por direitos e reivindicações por parte daqueles que estavam no campo ocorridas nos anos declarados, assim como a ação do Estado frente a

estas movimentações. Com relação ao último, cabe ressaltar seu papel de anteparo das reivindicações dos trabalhadores através da normatização da organização do trabalho e das ações e organizações dos sujeitos, portanto, cumpre papel importante na produção e reprodução das condições de produção e de suas relações.

O resgate dos períodos em questão tem sua razão ao pensarmos, no primeiro caso (1945-1964), por se tratarem de anos extremamente relevantes no que diz respeito à organização e sistematização de reivindicações por parte dos trabalhadores rurais. O Brasil vinha passando por grandes mudanças quanto à urbanização e modernização de sua produção, sobretudo pela industrialização que vivíamos pós II Guerra Mundial. Com relação ao campo esta modernização aconteceu de maneira lenta, ou seja, as relações de produção típicas do modo de produção capitalista e sua mecanização apareceram com mais força no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Esse retardo da mecanização da produção e da introdução de relações burguesas no campo levou à identificação do meio rural como espaço de atraso em relação ao meio urbano, moderno e desenvolvido. Exemplo deste atraso, que era técnico e também em suas relações de produção foi a regulamentação da organização dos profissionais da atividade rural pelo decreto-lei 8127/45, nos quais a definição de profissionais das atividades rurais é dada no “artigo 1º §1º Para os efeitos deste Decreto-lei, é considerado no exercício da profissão rural todo aquele que for proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural”. Cabe ressaltar que, neste momento, em sua primeira redação, somente apareciam enquanto profissionais das atividades rurais os proprietários, o que foi alterado somente em 1963, momento em que o Estado normatizou a atividade de trabalhadores rurais assalariados por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/63).

Quanto à retomada do período de 1964 a 1985, que teve como marco o golpe civil-militar³ de 31 de março de 1964, apresentou uma particularidade na medida em que iniciou um período de forte repressão, o que Medeiros (1989) chamou de “atomização das lutas”, que trouxe momentos de forte refluxo diante de conquistas anteriores no que diz

³ Entendemos o golpe e os governos que seguiram, no período 1964-1985, enquanto “civil-militar” na medida em que contaram ativamente com a sustentação tanto do aparato militar, quanto de parte da sociedade civil.

respeito à mobilização e organização dos trabalhadores, mas também de avanços no que se referiu à modernização das condições de produção e a introdução das relações capitalistas no campo. Este período é extremamente interessante para que possamos refletir acerca do papel do Estado na relação entre trabalho e capital, na medida em que tomamos como exemplo a legislação citada anteriormente, o “Estatuto do Trabalhador Rural” lei nº 4.214 de 02/03/1963, que normatizou as relações do trabalho rural, ampliando para os trabalhadores rurais a regulamentação das relações de trabalho, garantidas em meio urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho, apresentando algumas alterações para que atendesse às particularidades do trabalho no campo. Embora vigorasse o golpe civil-militar, o “Estatuto do Trabalhador Rural” foi mantido, dado que a lei significava uma conquista dos trabalhadores rurais, fruto das lutas da década de 1950 e início da de 1960, porém, ao mesmo tempo em que representou uma vitória dos trabalhadores, representou também limitações na organização, mobilização e ação destes, ou seja, o Estado tornou-se, pelo uso da lei, o mediador dos conflitos entre os trabalhadores e os patrões.

Por fim, os anos posteriores são estudados por meio da análise de como se organizaram as pequenas produções, demonstrando como tem sido pensada sua lógica no país e como o Estado e as instituições organizadas por este têm corroborado para que trabalhadores/pequenos produtores se mantenham em um modelo de sustentação para as grandes produções.

A partir da reflexão acerca dos períodos descritos, além de demais estudos, acreditamos ter sido possível traçarmos algumas inferências acerca de nosso objeto de pesquisa e da relação entre o campo e o Estado e a formação e qualificação dos trabalhadores e pequenos produtores rurais.

1945-1964: O contexto de modernização e a organização dos trabalhadores rurais.

O período aqui delimitado representou um tempo de intensa movimentação, dado que a industrialização iniciada na década anterior tomou corpo com o fim do Estado Novo, em meados dos anos 1940, e ganhou força trazendo consigo, nos anos 1950, grande

crescimento urbano. A política de “substituição de importações” trouxe como consequência a instalação de grandes e pesadas indústrias no Brasil, tendo em vista que a siderurgia, petroquímica, etc., eram necessárias a este crescimento. Diante dessa modernização, era imprescindível o deslocamento de sujeitos para trabalharem nas indústrias e em virtude disto as condições de sobrevivência no campo foram gradativamente agravadas, de maneira que estes trabalhadores deixassem o campo para então trabalhar e viver nas cidades.

A indústria se modernizava, enquanto o campo vivia um tempo de “atraso”, em que ainda mantinha uma agricultura essencialmente exportadora, que não dava conta sequer do abastecimento interno das cidades que estavam se formando e crescendo aceleradamente. Em meados da década de 1950, dado o contexto descrito acima, iniciou-se também a “industrialização da agricultura” (SILVA, 1986, p.27) intensificada principalmente no pós golpe civil-militar de 1964, a ser tratado posteriormente.

Ainda neste cenário, entre as décadas de 1940 e 1950, havia uma realidade em grande parte dominada pelas oligarquias agrárias, o que sustentava inúmeras práticas políticas, sociais e econômicas que em grande medida prejudicavam milhões de trabalhadores rurais, assalariados ou não, com a complacência do Estado. Nesse mesmo período a burguesia industrial nascente na década de 1920 se fortaleceu e começou a exigir maior participação política de Estado, em defesa de seus interesses, demonstrando que a realidade do país estava se transformando, não de maneira abrupta, mas enquanto processo contínuo de elementos característicos de uma “nova” e uma “velha” sociedade.

Os acontecimentos de então, acrescidos de outros, como

(...) o crescimento do proletariado urbano e das classes médias, recolocaram o significado das classes populares na política. Esses fatores (...) acabaram por permitir a emergência de lideranças carismáticas, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros, e de uma política populista (MEDEIROS, 1989, p.18).

Esse processo de industrialização e urbanização do país e suas contradições colocaram os trabalhadores assalariados no cenário político, exigindo direitos e liberdade de organização, impondo ao Estado a necessidade de regulamentar as relações de trabalho, fato que teve na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, sua maior expressão. Neste momento os trabalhadores do campo se perceberam a margem de todo o processo, enquanto sujeitos que não usufruíam de quaisquer direitos trabalhistas, além de serem submetidos a jornadas de trabalho exorbitantes em troca de remunerações irrisórias, com

condições de vida e trabalho constantemente agravadas pelas práticas exploratórias de patrões proprietários ou outros, como no caso de arrendatários e grileiros.

Apesar de todas as dificuldades impostas aos trabalhadores rurais, estes iniciaram nos anos seguintes (fim da década de 1940 e início dos anos 1950) sua organização por meio de associações civis, que abarcavam assalariados, posseiros, meeiros, parceiros e outros. Ainda que a organização sindical fosse tida como a forma legal e reconhecida pelo Estado e pelo capital expressa na CLT, esta não se estendia aos sujeitos do campo, portanto, era proibida.

Neste processo de caminhos à organização e reivindicações dos trabalhadores rurais, cabe destacar a ação do Partido Comunista do Brasil – PCB, cuja existência datava de 1922 e “se propunha a falar pelos trabalhadores no país” (MEDEIROS, 1989, p.26) o que o fez estabelecer fortes laços com os trabalhadores do campo, formulando e articulando movimentos que se destacaram no cenário nacional, tendo como sua maior expressão a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Além das ações do PCB há que se destacar a formação das Ligas Camponesas também no início da década de 1950.

A respeito da ULTAB, seu início se deu a partir de um encontro proposto pelo partido, em 1953, de onde surgiram diversas demandas, a discussão da “Carta dos direitos e das reivindicações dos trabalhadores agrícolas” (MEDEIROS, 1989, p.32) e, mais tarde, em 1954, a proposta de um órgão que aglutinasse e debatesse as necessidades do campo, tendo como principal bandeira a reforma agrária, que se constituiria então a maior batalha de todos os movimentos de luta pela terra.

Já a respeito das Ligas Camponesas, estas se iniciaram em meados dos anos 1950, fortalecendo-se no pré-1964 e

(...) se inserem como o mais importante movimento social camponês, organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. (...) as Ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias.

Elas foram uma forma de organização das massas camponesas do Nordeste, em especial dos moradores dos engenhos na Zona da Mata e principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (STEDILLE, 2006, p.12).

As Ligas surgiram com uma proposta distinta da ULTAB (que possuía um caráter de ação mais “dentro da lei”) e diferiam também dos sindicatos, principalmente por não

representarem trabalhadores assalariados, mas inicialmente os foreiros que eram trabalhadores até certo ponto independentes, cuja relação obrigava apenas o pagamento de uma quantia anual ao proprietário da terra, o foro. Estes vinham sendo ameaçados de despejo e, entre outros fatores, trouxeram à articulação do movimento Francisco Julião, advogado, procurado em Recife pelos militantes, que acabou por tornar-se principal líder de suas lutas, que se davam no sentido de alterações em relação às práticas exploratórias dos proprietários de terras, além da luta pela reforma agrária.

Dentre as características das Ligas cabe destacar sua combatividade, manifestada por meio de marchas, congressos, entre outros, o que colaborou em suas conquistas e no crescimento de sua base, que no início dos anos 1960 já ultrapassava dez mil associados, divididos entre os mais diversos municípios e estados do país.

Embora toda a violência e repressão dos proprietários de terras e da polícia, que marcavam cotidianamente a realidade dos trabalhadores rurais, no final da década de 1950 e início dos anos 1960, tornou-se evidente o peso político exercido pelos movimentos de lutas do campo e

(...) o debate em torno da necessidade de promover alterações na estrutura fundiária ultrapassou os limites do PCB e dissidências. Setores nacionalistas, industriais, a igreja passaram a colocar a importância da reforma agrária, como medida essencial para acelerar o desenvolvimento econômico do país e minorar as tensões sociais (MEDEIROS, 1989, p.60-61).

A grande mobilização dos trabalhadores em torno da questão agrária ganhou repercussão nacional, sendo que tanto a reforma, quanto a extensão de direitos trabalhistas aos que estavam no campo, tornaram-se bandeiras de campanha do presidente eleito Jânio Quadros, em 1960, além de terem tido, em seu governo, comissão específica na intenção de reorganizar a estrutura fundiária do país. Obviamente que foram inúmeros os obstáculos, como por exemplo o Congresso Nacional, que seguidamente reprovava ou dificultava a efetivação de propostas, tendo em vista que boa parte de seus membros representavam diretamente os interesses de agropecuaristas, no entanto, as propostas de Jânio foram, mais tarde, retomadas por seu sucessor, João Goulart e, embora saibamos que as transformações estruturais mais profundas nunca aconteceram, o início da década de 1960 trouxe novas perspectivas às discussões (MEDEIROS, 1989).

O governo de João Goulart (1962-1964) mobilizou inúmeros setores, buscando articular propostas e efetivar o que se conheceu por “reformas de base”, dentre as quais se

encontrava a reforma agrária. No plano dos direitos buscava-se, entre outros objetivos, a extensão do voto a analfabetos e oficiais de baixas patentes das forças armadas, também com a clara intenção de ampliar a sustentação do próprio governo.

Cabe lembrar que embora muitos tenham afirmado a aproximação de João Goulart com uma proposta socialista, como poderá ser visto também quando tratarmos especificamente de nosso objeto de pesquisa no capítulo II deste trabalho, não acreditamos na veracidade de tais afirmações e compreendemos que o então presidente buscava somente “amenizar”, pela via do Estado, as desigualdades causadas pelo próprio capitalismo.

Retomando os movimentos que se destacaram no período que compete às décadas de 1950 e 1960, cabe lembrar também o envolvimento da Igreja Católica e a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Com relação à Igreja esta passou, no início dos anos 1960, a mobilizar e organizar inúmeros trabalhadores, auxiliando-os em suas lutas e assessorando o trabalho dos sindicatos, não se envolvendo com questões ligadas a luta de classes, ou grandes transformações, mas coordenando a

(...) orientação comum, dada pela CNBB, que era a de criação de um sindicalismo cristão (...) defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar. Tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a CNBB defendia a extensão dessa sindicalização” (MEDEIROS, 1989, p.77).

Neste intuito foram realizados diversos trabalhos, entre os quais se destacou a criação da “Ação Católica”, contrária ao setor mais conservador da igreja, uma organização política em nome de operários e camponeses.

Em meio a este contexto de ampliação das lutas dos trabalhadores rurais, a pressão aumentou sobre o Estado, o que impôs a este a necessidade de regulamentação das relações de trabalho no campo e em 02 de março de 1963 foi promulgada a Lei nº 4.214, regulamentada pelo Decreto nº 53154 de dezembro do mesmo ano, o *Estatuto do Trabalhador Rural*, documento que finalmente estendeu direitos trabalhistas já existentes no meio urbano aos trabalhadores rurais, como definição de jornada de 8 horas, direitos e vantagens da previdência social, salário mínimo, férias, etc.

O Estatuto do Trabalhador Rural também tornou legal a sindicalização dos trabalhadores assalariados do campo, uma nova e importante possibilidade de organização e representação, que culminou na fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG) em 23 de dezembro de 1963, reconhecida oficialmente em 31 de janeiro de 1964. Sua fundação contou com 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, unindo instituições ligadas à Ação Popular, PCB e outros. As bandeiras levantadas pela nova Confederação eram no sentido de reforçar e ampliar a atuação dos sindicatos, bem como fazer valer as resoluções do Congresso camponês de Belo Horizonte, evento do ano de 1961 realizado pela ULTAB e considerado um marco na história dos trabalhadores rurais, que contou com a participação de diversos movimentos, tendo como principais resultados a proposta de “reforma agrária radical”. Para além deste episódio, o congresso “marcou como nenhum outro evento o reconhecimento social e político da categoria “camponês”, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo” (MEDEIROS, 1989, p.60).

Mediante toda efervescência de acontecimentos sociais e políticos, as movimentações e reivindicações dos sujeitos que estavam no campo, ora negadas, ora cedidas, aconteceu o golpe civil-militar de 1964, ato organizado em resposta às atitudes de aproximação de João Goulart com os então considerados “de esquerda” pelos conservadores. Ao organizar suas ações o presidente acreditava ter o apoio, entre outros, de parte do Exército, este que por sua vez, embora preferisse, ao longo dos anos, não desobedecer à ordem constitucional, tinha como primeira “tarefa” a “manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem constitucional se transformava em desordem, e a desordem justificava a intervenção” (FAUSTO, 2009, p.461). Com isso, dada a aparente “desordem” que a direita enxergava, Jango foi perdendo forças. Entre as ações que decretaram o fim de seu governo, destacou-se o famoso “Comício da Central”, realizado em 13 de março de 1964, no qual anunciou decretos que dariam subsídio às reformas necessárias. Como resposta, as famílias mais conservadoras organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” encabeçada pelas senhoras ligadas à igreja católica, demonstrando assim grande apoio aqueles que vinham idealizando o golpe. Os movimentos que apoiavam João Goulart abandonaram as mobilizações em consequência das condições econômicas a que vinham sendo submetidos e deixaram o presidente “suspenso no ar” (FAUSTO, 2009, p.462), favorecendo para que, entre 31 de março e 1º de abril de 1964 se instaurasse em nosso país uma ditadura que ao longo de vinte e um anos regou nossa história de perseguições, torturas, censuras, e ações que, ou extinguiram, ou puseram movimentos sociais e sindicais na ilegalidade.

1964-1985: A repressão e os novos caminhos das lutas dos trabalhadores/pequenos produtores rurais.

Logo após o golpe desferido pelos militares com apoio de uma ampla burguesia civil e das igrejas, sobretudo os setores mais conservadores da igreja católica, muitas lutas entraram em forte refluxo, mediante a repressão às mais variadas organizações. Ligas, sindicatos, associações, tiveram suas portas fechadas, alguns com seus líderes perseguidos, entre outros. Cabe destacar aqui a intervenção do Estado através de uma “onda” de “Atos Institucionais” (AI) e decretos que foram, pouco a pouco, modificando a estrutura do país e fechando cada vez mais o regime.

Em contrapartida, diante de toda a movimentação que ocorria anteriormente ao golpe, o governo iniciou uma série de reformas, antes reivindicadas em caráter revolucionário, agora com uma nova roupagem, “modernizadora”. A exemplo, Medeiros (1989) cita as reformas bancária, universitária, administrativa e destacamos aquela que diz respeito propriamente aos trabalhadores/pequenos produtores rurais, a reforma agrária, que logo nos primeiros passos do governo civil-militar ganhou espaço por meio da elaboração e publicação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o *Estatuto da Terra*, cujo “Art. 1º (...) regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964,p.01).

Cabe aqui, de nossa parte, uma reflexão a respeito de tais acontecimentos, diante dos quais inferimos que a lei que estabeleceu o *Estatuto da Terra* tenha sido uma forma de resposta a todas as movimentações que vinham ocorrendo até então, a fim de “acalmar” os ânimos daqueles que militavam por seus direitos e por uma política mais justa, forjando uma proposta, até então progressista, tornando-a parte do projeto do governo que acabara de se instaurar.

Em relação aos movimentos citados no início, muitos sindicatos foram reorganizados, sob a vigilância do governo e com propostas condizentes a este. Poucos se mantiveram com caráter de luta contra patrões e reivindicações dos trabalhadores, sendo que, via de regra, passaram apenas a lutar para que os direitos conquistados anteriormente fossem garantidos. Pesava sobre eles então um caráter muito mais assistencialista e sua

relação com os trabalhadores passou a ser cada vez menos de “referência” (MEDEIROS, 1989).

Com a CONTAG não foi diferente. Atingida também pela repressão, organizou, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, quatro congressos que discutiram, em cada momento, as condições de vida e de trabalho daqueles que estavam no campo. O primeiro destes encontros, em 1966, tinha como foco esclarecimentos a respeito do *Estatuto do Trabalhador Rural*, de 1963 e *Estatuto da Terra*, instaurado há pouco, em 1964. Ao tratar desta organização, Medeiros (1989) aponta que na ocasião deste primeiro congresso, embora não mais organizado tão fortemente enquanto resistência, a bandeira da reforma agrária não havia desaparecido.

Ao pensarmos o meio rural e a realidade dos sujeitos que lá estavam neste período, somos levados a uma série de discussões, de reflexões possíveis diante de tudo que ocorria no país. Há de se pensar que após o golpe civil-militar, o Brasil entrou num tempo de grande modernização no campo e simultaneamente de aumento da repressão sobre os trabalhadores. Havia ali uma “paz” forjada, um silenciamento de movimentos que só voltariam a ter voz ativa anos mais tarde. Estes fatores combinados, num quadro de encrudescimento do regime civil-militar, desarticulavam as lutas, dificultando cada vez mais a vida destes sujeitos.

Tal enrijecimento foi se construindo ao longo dos já citados “Atos institucionais”, que pouco a pouco permitiram a diluição de partidos políticos, alterações na constituição, cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, até resultar no mais violento de todos, o AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, em resposta às movimentações que vinham acontecendo em diversos meios contestando o governo.

Em meio a esta realidade os discursos anteriores foram reformulados e a proposta de reforma agrária retomada no início do regime por meio do Estatuto da Terra foi substituída por ideais de colonização e “transformação tecnológica da agricultura” (MEDEIROS, 1989). A CONTAG, em seus congressos seguintes (II – 1973, III – 1979 e IV – 1985), buscou retomar discursos anteriores e investir na formação dos militantes, por meio de cursos e outros instrumentos, na intenção de intensificar seu engajamento mediante o entendimento de seus direitos, organização de reivindicações e luta por seu cumprimento, reforçando ainda o discurso em nome da reforma agrária. Para Medeiros (1989) o III Congresso foi exemplo de grande importância na medida em que

(...) marcou a visibilidade do sindicalismo rural para o conjunto da sociedade. Sua repercussão foi dada não só na imprensa, mas no interior do sindicalismo urbano, que marchava para a busca de construção de uma central única de trabalhadores (MEDEIROS, 1989, p.119).

No entanto, acerca da CONTAG, Cândido Grzybowski, em *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo* apontou que:

A Reforma Agrária proposta pela Contag e referenciada pelos congressos é concebida, basicamente, como a ampliação do atual Estatuto da Terra. Nisto reside mais uma frente de tensão entre o movimento sindical e os movimentos específicos de luta pela terra. Estes têm avançado no sentido de combater o Estatuto da Terra por ser identificado com a modernização agrícola e não com a Reforma Agrária, no entanto, não apresentam claras alternativas (GRZYBOWSKI, 1987, p.66).

Assim, embora sua atuação fosse de grande importância à realidade dos trabalhadores, dos sujeitos que vivenciavam a realidade do campo, no sentido de articulá-los, de trazer à ordem do dia discussões que tratavam de sua realidade, de suas dificuldades, acabava por se dar muito mais nos limites da legalidade, não questionando profundamente as bases do regime civil-militar.

Porém, o período mais autoritário não foi eterno e, de acordo com Fausto (2009), o Governo de Ernesto Geisel, eleito em 1974, marcou o início de tempo de abertura política. O que se buscava nesse novo governo civil-militar era uma abertura “lenta, gradual e segura (...) evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder” (FAUSTO, 2009, p.490). Essa transição controlada e segura manteve-se até o término do governo de João Figueiredo (1979 – 1985).

Neste mesmo contexto político ocorria a modernização da agricultura, de maneira que uma parcela dos trabalhadores, composta por pequenos produtores, proprietários de suas terras com produção predominantemente familiar, viam suas condições agravadas diante do grande capital, isso porque viviam a necessidade de modernização que exigia deles capital e financiamentos para a compra de equipamentos e insumos com os quais não podiam arcar. Constituiu-se aí também um período de crise econômica em nosso país, o que demandou por intervenção do Estado, que no campo fez-se presente por meio de políticas agrícolas que, no entanto, passaram a atender muito mais às necessidades dos grandes proprietários em detrimento ao socorro dos pequenos produtores.

Estas tensões, além de demonstrarem as contradições vividas cotidianamente no campo, que abarcavam tanto trabalhadores assalariados, quanto pequenos, médios e grandes proprietários, colocavam em questão o papel do Estado. Apontavam ainda para o

papel das entidades representativas, na medida em que se inseriram nas lutas sindicatos, igreja, dentre outros. Por envolverem tanto trabalhadores, quanto pequenos produtores e suas famílias e grandes empresários, tais lutas colocavam em cheque o lugar e a legitimidade dos diversos sindicatos, assim como seu poder de representação.

A crise de representação dos trabalhadores fortaleceu a atuação da igreja, que por volta de 1975, se propôs, mais uma vez, a ser a porta voz dos trabalhadores rurais, agora por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que surgiu no intuito de apoiar as lutas por reforma agrária, pela execução do Estatuto da Terra, entre outras, tornando-se articuladora e assessora destes sujeitos. A CPT não ficou isenta do regime e também sofreu com a repressão. Com ela, surgiram também as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, grupos que costumavam se reunir em torno das igrejas e discutir suas condições de vida, a organização de suas manifestações, reivindicações, etc., tendo como referência de seus discursos os dizeres de mensagens bíblicas (MEDEIROS, 1989).

O enfraquecimento do regime civil-militar no início dos anos 1980, o movimento de redemocratização, ainda controlado, mas ganhando cada vez mais espaço, ampliaram as possibilidades de lutas no campo e na cidade. Em particular, o campo ganhou novos atores em suas manifestações, destacando-se a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, um movimento de raízes diversas e forte influência e apoio da CPT. O MST, fundado em 1984, buscava desde o início uma atuação incisiva, por meio de ocupações e acampamentos, além de ter prezado sempre por grande organização.

A criação do MST estimulou a retomada da defesa explícita dos trabalhadores do campo pelo setor progressista da igreja católica, estivessem estes organizados em partidos, sindicatos, ou demais movimentos de luta pela terra. A CPT, até então um tanto quanto distante da cúpula mais conservadora da igreja, embora fosse uma entidade pastoral ligada a sua linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, linha das pastorais sociais, passou a contar cada vez mais com seu respaldo, o que garantia certo peso nas ações que realizava. O discurso religioso veiculado por entre os trabalhadores ganhou força e os motivou em suas reflexões, organizações e ações.

Também na década de 1980 os trabalhadores lutaram contra o atrelamento e subordinação dos sindicatos ao Estado, imposto pelo regime militar instalado no poder pelo golpe de 1964. O movimento sindical rural, também neste mesmo período, foi marcado por uma disputa interna entre os que defendiam ou não um sindicalismo pautado

em lutas pelo cumprimento de leis, decretos e planos, como o Estatuto da Terra e Estatuto do Trabalhador Rural, que mais reforçavam as propostas governamentais de modernização, o que podemos chamar de sindicatos burocratizados de pouca influência e intervenção entre os trabalhadores ou aqueles que, por outro lado, surgiam com uma nova proposta de organização sindical enfatizando o papel das bases sindicais e as comissões por local de trabalho, buscando diminuir o centralismo das federações e confederações.

Esta disputa no interior do movimento sindical urbano e rural resultou em grandes discussões acerca de organizações de caráter nacional. Em Agosto de 1981, após a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, realizada em Praia Grande, uma comissão “pró-Central Única dos Trabalhadores/Pró-Cut” iniciou suas atividades e, em agosto de 1983, formou-se a CUT - Central Única dos Trabalhadores, seguida da CONCLAT – Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, formada em outubro do mesmo ano. No que compete aos trabalhadores rurais, a CONCLAT aproximou-se da CONTAG e chegou a inserir entre as suas bandeiras a da Reforma Agrária, essa há tempos levantada pela confederação. Já em relação à criação da CUT, a CONTAG decidiu não participar de sua fundação e, apesar dessa decisão, muitos trabalhadores rurais presenciaram o evento, demonstrando a insatisfação de parte destes em relação ao papel e as concepções da instituição frente ao novo momento político, econômico e social que o país vivia.

O IV Congresso da CONTAG, por sua vez, acabou por retomar a pauta da defesa de Reforma Agrária, agora, no entanto, trazendo as divergências com o MST e CUT em relação à aplicação do Estatuto da Terra. Outra discussão que tomou parte dos trabalhos no congresso foi a ampliação das formas de participação das bases no interior do sindicalismo.

Muitas eram as organizações e espaços que reivindicavam falar em nome dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. CONTAG, CUT, CONCLAT, Movimento dos trabalhadores Sem Terra e outros que tentavam articular propostas e recrutar militantes. Essa diversidade ampliou a participação dos trabalhadores nas lutas sindicais e sociais, porém, tamanha heterogeneidade muitas vezes dificultou suas lutas e conquistas.

Ainda no que compete aos que estavam no campo, no ano de 1985, ainda no início do governo de José Sarney (1985-1990, levado ao poder após a eleição de Tancredo Neves, que por conta de problemas de saúde sequer fora empossado e viera a falecer) os

mais diversos profissionais foram chamados a contribuir, por meio de textos, cartas, entre outros, com a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, este que apontava para inúmeras diretrizes, envolvendo a prioridade de Reforma Agrária na Nova República, o aceite e atualização do Estatuto da Terra, além de propostas de desapropriações, indenizações, programas de assentamentos, participação dos trabalhadores, entre outros. A proposta do PNRA

(...) representava um rompimento com a política agrária dos governos anteriores e, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação, significou um reavivamento da crença dos trabalhadores e do movimento sindical rural (...) no atendimento de suas antigas e sempre reiteradas reivindicações” (MEDEIROS, 1989, p. 176).

A proposta do PNRA gerou uma série de desdobramentos, dentre os quais destacamos aqui a reação dos grandes proprietários de terras, posto que esta atingia diretamente a vida dos trabalhadores. A formulação da proposta não contou com a participação dos grandes produtores, o que logo de início causou seu descontentamento e articulação no sentido de oposição ao plano. Estes alegavam que não havia nada de errado com a distribuição de terras no Brasil e que esta não deveria ser de quem quisesse trabalhar apenas, mas sim de quem pudesse, financeiramente, sustentar sua produção, além disso, defendiam uma política fundiária que favorecesse a agroindústria e alegavam que a realização de reforma agrária significaria desordem.

Assim, contrários a formulação do governo, criaram uma nova entidade de representação, agora falando em nome dos grandes empresários donos de terras, tratava-se da UDR – União Democrática Ruralista, que teve sua atuação demarcada fortemente pela violência em relação aos trabalhadores, veiculação de suas propostas à imagem de modernidade e algo que nos interessa propriamente quando tratamos de pequenos produtores rurais, a disputa por sua representação.

Muitos destes pequenos produtores, dada a “corrida por modernização” de que foram parte anteriormente, viviam uma realidade na qual possuíam em certa medida insumos (equipamentos, tecnologias variadas) para sua inserção no mercado, embora esta não desse conta de uma disputa com os grandes produtores. Assim, não se percebiam enquanto trabalhadores, muitas vezes explorados e submetidos a situações diversas de empregos, temporários ou sazonais (a fim de que dessem conta de manter suas próprias produções) estes sujeitos, ao contrário, viam-se muitas vezes como pequenos empresários, próximos e sensíveis aos discursos da UDR (MEDEIROS, 1989).

A reação dos grandes proprietários acabou por resultar em alterações no PNRA que, no lugar de propostas reais que alterariam a estrutura fundiária em nosso país, passou a intervenções pontuais e descontínuas. Mais uma vez apontamos aqui para o papel do Estado, agindo em defesa da classe dominante e dos interesses do capital.

Ainda acerca do Estado, relembremos alguns escritos de Louis Althusser, que vai nos trazer a idéia de Estado enquanto Aparelho repressor, instrumento da classe dominante para se manter enquanto tal, apontando que “O Estado é uma espécie de “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (...) garantir sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, a exploração capitalista)” (ALTHUSSER, 1995, p.97). Para além, Althusser aponta para o conceito de Estado ampliado⁴, que não se efetiva apenas pelo caráter repressor, mas também pela ideologia, pela persuasão, afirmando que, por meio de Aparatos Repressivos e Ideológicos é garantida cotidianamente a reprodução das relações de produção capitalistas.

O resgate dos autores apontados aqui nos possibilita algumas inferências em relação à retomada histórica que buscamos empreender. Primeiramente, resgatamos o contexto de publicação de documentos como a CLT, de 1943, o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 e o Estatuto da Terra, de 1964. Tais leis surgiram como propostas inovadoras, que atenderiam às reivindicações de trabalhadores urbanos ou mais adiante, aquelas de longa data dos trabalhadores rurais, como direitos trabalhistas básicos, há muito garantidos aos trabalhadores urbanos (férias remuneradas, jornada de 8 horas, etc.) e a principal bandeira, de reforma agrária. No entanto, como se sabe, tanto os direitos não se cumpriram de imediato (e muitos provavelmente não se cumprem ainda hoje, se nos dispusermos a investigar) quanto a reforma agrária não saiu do papel. Assim, ficaram claras as intenções do Estado, ora de controlar, ora de neutralizar as movimentações, forjando propostas até então progressistas enquanto parte de seus trabalhos de modernização. Da mesma forma foram se delineando as mais diversas políticas, como por exemplo, a criação do PNRA, que de início assumiu novamente um compromisso com os

⁴ Nos reportamos às idéias de Louis Althusser que afirma ser o Estado composto não somente por aparelhos repressivos, mas também por seus Aparelhos Ideológicos de Estado, como a religião, a família, a escola, o aparato jurídico, o político, o sindical, o de informação e o cultural.

trabalhadores para, posteriormente, transformar-se em mais um aparato pontual e pouco efetivo, descaracterizado pela classe dominante.

Relembramos que de acordo com Medeiros (1989) ao pensarmos os anos de 1980 e os movimentos que estavam no campo,

A ação do Estado sobre os conflitos combinou três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da “maior reforma agrária do mundo”. Todas elas visavam a neutralização política dos conflitos no campo (MEDEIROS, 1989, p.158).

Assim, frente aos acontecimentos de distintos períodos, o Estado tem formulado políticas, práticas, intervenções que de uma maneira ou outra garantem a reprodução de suas condições. Quando necessário expulsa trabalhadores, oprime-os, mas também os “qualifica” e persuade por meio de seus aparelhos ideológicos. Ao pensarmos nas demandas do capital por “adequações”, para que os trabalhadores passem a ser qualificados para as novas necessidades do mercado, encontramos diversas possibilidades, instituições de pesquisas e estudos, “pólos” de conhecimento que muitas vezes, sob um discurso de difusão de saberes para a melhoria da qualidade de vida das famílias que estão no campo, infelizmente acabam por garantir sua submissão aos grandes capitalistas, ou seja, a reprodução de suas condições e relações.

1.2. Os anos seguintes: As pequenas produções e a atuação da CATI;

Após o golpe civil-militar, o país viveu um período de modernização, de maior inserção de tecnologias e grandes indústrias, na cidade primeiramente e no campo em seguida. Especificamente nas últimas décadas do século anterior e início deste o que vem se conhecendo como *reestruturação produtiva*, alterou e tem alterado profundamente o modo de gerir a produção capitalista e, por conseguinte, as relações de produção. Pouco a pouco máquinas foram aprimoradas, tornando a produção cada vez mais mecanizada e controlada eletronicamente, de maneira que fossem reduzidos tempo e custo, racionalizando mais e mais o trabalho, porém distanciando substancialmente o sujeito que trabalhava de seu objeto final. Avanços em insumos biológicos e químicos, que

transformaram as relações de trabalho têm feito parte do cotidiano das empresas desde então. Estas e muitas outras incorporações, de controle e manutenção, permitiram ao capital estabelecer novas relações, quer pela diminuição de quadros de funcionários, quer pelos novos discursos, altamente ideológicos e convidativos, chamando alguns poucos a “vestirem a camisa” numa espécie de “administração compartilhada” com patrões, que passaram a criar certos vínculos com seus funcionários, o que tem por vezes “quebrado” lutas gerais por melhores condições a todos os trabalhadores, em nome sempre do ganho em produtividade. Com isto, inúmeros indivíduos, à margem dos “escolhidos”, inseridos tanto no campo quanto na cidade, tornaram-se vítimas do subemprego, em condições ainda mais precárias (o que no campo já se constituía bastante grave) destinados a trabalhos temporários, ausência de direitos, entre outros. Como apontado anteriormente, estas alterações se inseriram no meio urbano aproximadamente a partir dos anos 1980 e, especificamente no campo, em torno dos anos 1990 e início deste século.

Dados os limites desta pesquisa, não aprofundaremos demasiadamente as discussões acerca da reestruturação produtiva especificamente, porém, procuraremos demonstrar um pouco da realidade das pequenas produções rurais e como estas se inserem e são atingidas diretamente por tal fenômeno.

De acordo com Carvalho (2005), muito tem se discutido acerca da realidade dos sujeitos que estão no campo no Brasil, especialmente quando se trata da relação estabelecida entre campesinato e capitalismo. Primeiramente, assume-se a dificuldade que impera no enquadramento deste campesinato entre as “dezenas de formas sociais de reprodução das unidades familiares produtoras e extrativistas autônomas no campo” (CARVALHO, 2005, p.21), algo presente tanto entre os organismos governamentais quanto entre estudiosos e mediadores das discussões no campo.

A esse respeito, tomamos como definição aquela proposta por Welch (2010) ao abordar a dificuldade na variedade de definições:

A dificuldade em definir a composição do campesinato complicou o ativismo e, conseqüentemente, o registro histórico. Os participantes do movimento dos trabalhadores rurais reconheceram a necessidade de tratar diferentemente as pessoas dependendo da sua função na economia agrária, uma vez que cada grupo tinha interesses imediatos próprios e, portanto, únicos. Assim, um operário rural ou assalariado rural queria em primeiro lugar um salário maior, um arrendatário queria seu aluguel estendido e de valor mais baixo (...). Dos anos 1920 até os anos de 1950, o PCB

usou a palavra *camponês* como um termo genérico para tentar construir uma identidade central entre os trabalhadores do campo. O termo, bem como a categoria social, entrou na língua portuguesa em 1794 (...). No Brasil, foi principalmente usada no discurso político para significar não somente pequenos proprietários de terra, mas todas as categorias de trabalhadores agrícolas, incluindo assalariados, arrendatários, migrantes e trabalhadores contratados. Contudo, nos anos de 1950, o PCB passou a falar sobre trabalhadores agrícolas e lavradores, fazendo distinção entre os assalariados e os agricultores familiares. Nos anos de 1960, o termo *trabalhador rural* passou a substituir *camponês* como um termo genérico (WELCH, 2010, p.28).

Portanto, diante das inúmeras terminologias utilizadas, nos referimos aos sujeitos desta pesquisa como “pequenos produtores”, “trabalhadores rurais”, “agricultores familiares”, compreendendo a generalização citada anteriormente.

Retomando as reflexões postas por Carvalho (2005), este por sua vez nos aponta que as definições “agricultura familiar”, “pequeno produtor rural” entre outras, tomaram conotações ideológicas nos anos 1990, na medida em que se inseriram em um debate que postulava pelo fim do campesinato e diferenciação das produções entre aquelas que seriam transformadas em empresas capitalistas de acordo com seu desenvolvimento, ou aquelas que se proletarizariam ou continuariam na dependência de políticas públicas e apoios sociais distintos. Para este autor, reapresentar conceitos como “campesinato” ou “camponês” surge no sentido de afirmar e refletir teoricamente a respeito da reprodução social centralizada na produção e reprodução do trabalho familiar. O mesmo busca organizar distintos escritos que demonstrem “a totalidade das formas de reprodução das unidades de produção familiar e rural brasileira” (CARVALHO, 2005, p.23).

Em continuidade, o estudioso vai tratar de três principais paradigmas acerca do possível fim do campesinato. Primeiramente, apresenta a idéia de “fim do campesinato” (CARVALHO, 2005, p.23) segundo a qual este se encontra em vias de extinção. Já a idéia de “fim do fim do campesinato” (CARVALHO, 2005, p.23) compreende que suas mudanças não determinariam sua destruição, mas se manteria sob uma nova estrutura, sustentada até mesmo pelo próprio capitalismo, como por exemplo o sujeito que torna-se arrendatário. Compreende ainda que esta reestruturação do campesinato pode se dar também pela compra de terras, num certo dinamismo de constante recriação destes sujeitos.

Por fim, há uma terceira via, surgida na última década do século XX, que compreende que há o fim do campesinato como se conhece, mas não o fim da agricultura familiar. Tal paradigma compreende uma dualidade entre o “camponês atrasado” e o “agricultor familiar moderno” como se o primeiro devesse buscar vir a ser o último. Tais transformações resultariam ainda em mudanças ideológicas, levando ao abandono de lutas e resistência e resultando num trabalhador conformado e naturalmente transformado pelas relações capitalistas (CARVALHO, 2005). Inferimos que a segunda e terceira vias podem demonstrar, em parte, o que fora apontado anteriormente, dado que mudanças gerais no contexto do mundo do trabalho se refletiriam na organização e nas aspirações presentes no campo, organizadas sob a lógica do capital. Contudo, situações como a vivida, por exemplo, por militantes sem-terra, não se enquadrariam nos paradigmas anteriormente citados, posto que estes não discutem aqueles que estão excluídos da posse da terra, apenas se preocupando com os processos de diferenciação entre aqueles que já são parte do campesinato. O autor aponta, por fim, para o conservadorismo e caráter limitante e dualista da afirmação da metamorfose do campesinato, dado que ao “não conseguir explicar a persistência do campesinato, a sua existência e atualidade e nem suas perspectivas, procura transformá-lo por meio do esvaziamento de sua história” (CARVALHO, 2005, p.25).

A respeito do campesinato brasileiro, Carvalho (2005) nos encaminha para os escritos de Wanderley (1996) “Raízes históricas do campesinato brasileiro”, no qual a mesma debate algumas hipóteses.

Primeiramente, a pesquisadora apresenta a idéia de que ao discutirmos agricultura familiar tratemos de um “conceito genérico” que carrega consigo uma série de distintas situações. Fundamentalmente, compreende-se a agricultura familiar como aquela em que o grupo é, ao mesmo tempo, proprietário dos meios de produção e principal responsável pelo trabalho produtivo. A autora afirma ainda que, ao atrelar-se família-produção-trabalho em um mesmo espaço, há conseqüências diretas na atitude econômica e social deste grupo de pessoas.

Dentre as especificidades que compreendem a agricultura familiar, Wanderley (1996) aponta para o “campesinato tradicional”, como “forma particular da agricultura familiar” (WANDERLEY, 1996 p.03) colocando que esta constitui-se parte da categoria, pois está pautada na relação anteriormente citada, porém possui características muito específicas à sua organização. Em seu trabalho são apresentados traços considerados característicos da produção camponesa tradicional, sendo o primeiro uma “relativa

autonomia face à sociedade global” (WANDERLEY, 1996 p.03) sendo esta demográfica, social e econômica, de maneira que a autonomia econômica se apresenta por sua capacidade de subsistência imediata, ou seja, a reprodução das necessidades domésticas, ou ainda pela possibilidade de reproduzir-se por gerações subseqüentes. Ambas definem especificidades deste sistema de produção, assim como também a centralidade do patrimônio familiar.

A autora aponta, por exemplo, para a organização “policultura-pecuária”, um trabalho diversificado entre atividades agrícolas e criação de animais que combina trabalho intenso, envolvimento dos membros da família, organização e competência para que se dê conta da multiplicidade de tarefas necessárias à sua manutenção, responsabilidade perante alterações e planejamentos necessários e muita disciplina.

Outra característica lembrada é a de preocupação acerca do horizonte das produções, sua sobrevivência e projetos para o futuro. Segundo esta, a configuração do trabalho camponês, pautado na organização da família, tem como expectativa a transmissão à geração seguinte, assim, muito de sua disposição e intensidade de suas atividades visam o alcance destes objetivos. Tais sujeitos por vezes combinam suas tarefas a outras exteriores, complementares e em sua maioria temporárias, a fim de que se assegure sua subsistência imediata e reprodução futura (Wanderley, 1996). Há ainda uma cultura de saberes e tomadas de decisões que advém de heranças familiares e da vida local, construindo um conhecimento tradicional e transmissível, responsável muitas vezes pelas tomadas de decisões.

Afirma-se também, em acordo com o estudo citado, dois outros traços correspondentes à produção camponesa tradicional, dentre eles o que se conhece enquanto “as sociedades de interconhecimento e a autonomia relativa das sociedades rurais” (WANDERLEY, 1996, p. 04) que significa dizer que embora haja, no contexto camponês, uma sociabilidade própria, fruto das relações de parentesco ou muito próximas, há no entanto uma autonomia que é relativa, devido principalmente às trocas necessárias à própria sobrevivência daquele grupo. Embora o sistema de policultura-pecuária seja formulado para subsidiar a todos, é necessária a precaução diante das possibilidades de crises e miséria advindas de causas aleatórias, de origem natural, política, social, etc.

Por último, o que a estudiosa denominou como “agricultura camponesa, agricultura de subsistência e pequena agricultura: o que dizem os conceitos”

(WANDERLEY, 1996, p.05), quando esta vai apontar que em determinadas situações os produtores podem organizar seu trabalho visando somente a subsistência, desvinculando seus ideais de um projeto futuro organizado pela família, o que então não os caracteriza como camponeses no sentido tradicional posto anteriormente (embora reforce que o modelo camponês leva consigo também a subsistência). Afirma ainda que ao executarem trabalhos externos à produção, os membros da família não estão necessariamente destruindo o modelo de agricultura camponesa, ao contrário, muitas vezes estão garantindo a possibilidade de manutenção do mesmo e, por fim, assegura a autora a necessidade de explicitar a relação entre agricultura camponesa e pequena produção, atestando que a primeira é em geral pequena, de poucos recursos, etc., porém, não é o seu tamanho que caracteriza o fato de ser ou não camponesa, mas sim suas relações internas e externas (Wanderley, 1996).

Posteriormente a uma abordagem geral do tema, embasada no que ela aponta ser um modelo clássico de campesinato, a mesma apresenta ainda o que entende como as novas formas de agricultura familiar, presentes sobretudo nas sociedades modernas.

A esse respeito a autora coloca que as definições clássicas de camponês podem auxiliar como comparativos, porém, que não se pode tomar tal modelo enquanto universal, capaz de explicar as distintas coletividades agrárias, especialmente nas sociedades modernas (Wanderley, 1996), assim, pontua ser possível falar, por exemplo, de um “campesinato que permanece” (WANDERLEY, 1996, p. 06) o que seria afirmar a existência de um número de produtores que ainda conservam suas práticas sob características do modelo clássico europeu, fato descrito pela autora mais especificamente em casos na França e Polônia.

Segundo a estudiosa, há ainda a hipótese de que novas formas de agricultura familiar, não camponesas, surgiram nas sociedades modernas. São aquelas que, segundo ela, diante de um contexto de globalização e centralidade de mercado tentam enquadrar-se a um novo contexto e, em sua transformação, tornarem-se partes de uma nova agricultura. Tal realidade implicaria em perda de autonomia e certo esvaziamento, devido às condições submetidas ao mercado, fazendo com que a agricultura camponesa se reproduza no interior das sociedades modernas enquanto “pequena produção mercantil” (Wanderley, 1996).

Antes de tratar propriamente das características que envolvem o campesinato brasileiro, o texto apresenta ainda a idéia de que embora muito se fale sobre um novo

agricultor familiar, este é fruto de rupturas, mas também de continuidades diante do camponês tradicional. Estamos diante de um agricultor que busca se profissionalizar e integrar à sociedade e ao mercado moderno, porém muitos ainda conservam suas práticas familiares, buscando assegurar sua sobrevivência presente e futura. A este respeito ela nos diz:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos “enfrentam” os novos desafios com as “armas” que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996, p.08)

Já ao pensarmos acerca do campesinato brasileiro, é necessário termos em mente certas especificidades advindas de nossa história, que refletem traços do período colonial, baseado em grandes propriedades, na utilização de mão de obra escrava, além de um fronteira de terras que era ocupada e tomada como posse desordenadamente. Assim, para a estudiosa, buscou-se sempre garantir como modelo aquele desenvolvido para as grandes extensões de terras, enquanto às pequenas propriedades, à agricultura familiar, destinou-se posição secundária. Diante de tal realidade, a produção familiar construiu-se marcada pela instabilidade, algo que ameaça constantemente a autonomia e demarca o que Wanderley (1996) chamou de “campesinização” ou “descampesinização” (WANDERLEY, 1996, p.10) ou seja, a influência do Estado e dos grandes latifundiários perante a estruturação ou desestruturação destes sujeitos no campo e da organização de sua economia, etc. A mesma ainda comenta a respeito de processos de “recampesinização” (WANDERLEY, 1996, p.10), o que caracteriza as novas formas de organização e reinstalação daqueles que são excluídos.

Outra importante característica dos então denominados “camponeses brasileiros” (WANDERLEY, 1996, p.11) seria sua luta pela conquista de um território familiar, para que possam produzir e reproduzir as condições de vida de sua família, algo que por vezes implica em mobilidade, seja esta ocasionada pela fuga à submissão ao grande latifúndio ou puramente pela busca de terra em fronteiras agrícolas, o que reflete quadros de esperança, diante da possibilidade de virem a ser proprietários, mas também de fracasso, dado que muitas vezes a migração e conseqüente ocupação de novas terras é ameaçada por latifundiários ou ainda pela cultura urbana (Wanderley, 1996).

A autora aponta ainda um traço constantemente percebido em nossas visitas às pequenas propriedades descritas adiante, qual seja a constituição do estabelecimento agrícola enquanto um lugar de trabalho de toda a família, espaço que é resultado do empenho dos membros do grupo e que apresenta ainda um “intercâmbio” de trabalhadores, posto que sazonalmente pode oferecer postos de empregos, que são revistos conforme a necessidade a cada nova época de safra, assim como também há a necessidade, em períodos de menor intensidade, da saída de membros destas coletividades, para que possam buscar novas fontes de rendas em outras propriedades. Embora as produções que visitamos não tenham apresentado todos os seus membros envolvidos no processo produtivo, esta era uma característica dominante.

A respeito da constituição das pequenas propriedades no Brasil, cabe aqui um comentário que nos diz:

O acesso a terra foi aqui doloroso e restrito, do que resultou, para historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial.

A agricultura familiar é hoje responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (Kageyama e Bergamasco, 1989). Tendo que se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições de modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1996, p. 15)

Diante do que fora apontado, é possível refletirmos acerca das pequenas produções agrícolas e sua relação com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, assim como também com o Estado, de maneira mais ampla. Ao tratarmos das transformações que tem atingido o campo, especialmente ao afirmar traços de maior ou menor intensidade de ocupações e a metamorfose do que se tinha enquanto “camponês clássico” em “pequeno produtor moderno”, é possível apontarmos para a CATI enquanto espaço de organização e sistematização de saberes, necessários à produção e reprodução destes então “novos sujeitos” sob a lógica do Estado e do capital.

A respeito propriamente do campo no Brasil, Umbelino (apud Carvalho, 2005), demonstrou algumas características interessantes acerca de sua formação e organização. Destacamos uma de suas afirmações, ao colocar que as pequenas produções eram responsáveis pela maioria dos empregos no campo, alegando que, em acordo com o Censo

Agropecuário de 1995/1996 e cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA as pequenas produções correspondiam, na época, a 29,2% da área ocupada e 93,8% do total de estabelecimentos, chegando a gerar 86,6% dos empregos no campo. Neste sentido, o autor desvelou contradições presentes no Brasil, como por exemplo, a altíssima concentração de terras que demarca nosso país, sendo uma das maiores do mundo e fazendo com que grandes estabelecimentos⁵, à época do censo citado, fossem responsáveis por apenas 0,5% do total de propriedades, ocupando 34,2% da área total (Umbelino apud Carvalho, 2005).

Ao confrontarmos tais estatísticas, do ano de 1995, com as mais recentes, ou seja, o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2006, constatamos que não houve grandes alterações no quadro descrito, posto que atualmente as pequenas produções correspondem a 84,4% do total, ocupando um total de 24,3% de área, voltada predominantemente à agricultura familiar, enquanto 75,7% da área rural não se destina a este tipo de produção. Com relação ao número de pessoas ocupadas na agropecuária no país, as pequenas unidades respondem, atualmente, por 74,4% do total (www.mda.gov.br, consulta em: 09/01/2012).

Outro traço descrito por Umbelino (apud Carvalho, 2005) diz respeito à utilização de tecnologias nas pequenas unidades produtivas. O autor demonstrou, utilizando-se novamente do censo 1995/1996, que grande porcentagem de tratores, além de máquinas de plantio e colheita, se encontrava nas pequenas unidades, no entanto, o mesmo também afirmou que esta distribuição não era igual:

É evidente que embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a sua presença está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes

⁵ A diferenciação entre pequena, média e grande propriedade se dá pelo número de módulos fiscais que ocupam. Segundo a Lei 8629 de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária prevista na CF de 1988, são consideradas pequenas as propriedades com até 4 módulos fiscais, médias as de 4 a 15 e grandes as com mais de 15 módulos fiscais. Os módulos fiscais são assim definidos pelo INCRA: “unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: Tipo de exploração dominante no município, Renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada, conceito de propriedade familiar (www.incra.gov.br, consulta em: 09/01/2012).

estabelecimentos. (...) apenas 11% do total de estabelecimentos possuíam tratores (UMBELINO apud CARVALHO, 2004, p.55)

Com relação às colocações anteriores, é possível pensarmos a respeito das visitas realizadas em Casas de Agricultura e pequenas produções atendidas pela CATI, estas que serão descritas detalhadamente adiante. Há municípios privilegiados por acordos entre a CATI e as prefeituras municipais onde são disponibilizados os mais diversos insumos, utilizados pelos produtores que se cadastram e só tem como responsabilidade o combustível necessário, por exemplo, à manutenção de tratores. Já em outros, não há qualquer equipamento disponível àqueles que não possuem a condição de comprá-los e o acesso, quando possível, se dá pelo empréstimo cedido por vizinhos, ou, compra coletiva realizada em associações, quando conseguem os diversos tipos de empréstimos ou financiamentos. Este é, inclusive, outro dentre os aspectos descritos pelo autor que afirmou, utilizando-se mais uma vez do Censo Agropecuário de 1995/1996 que a maioria dos créditos foram cedidos aos pequenos produtores, no entanto, os montantes massivos foram destinados às grandes produções, que chegaram a arrecadar parcelas de mais de um milhão de reais, enquanto as verbas destinadas às pequenas unidades não beneficiaram nem 10% dos agricultores, com uma verba que se distribuída igualmente não ultrapassava o montante de oitocentos reais para cada unidade produtiva.

Posteriormente, Umbelino (apud Carvalho, 2005) trouxe ainda outros dados que demonstravam a realidade das pequenas produções e os financiamentos a que estas têm se submetido. Muito se discute no interior da CATI acerca do Pronaf – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, financiamento da Secretaria de Agricultura Familiar que custeia projetos coletivos ou individuais que gerem renda aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas, entre outros. A CATI se relaciona com tal projeto na medida em que é responsável, no estado de São Paulo, pela emissão da DAP – Declaração de Aptidão, documento que atesta o possível enquadramento de produtores no programa de financiamento. Contudo, autores (como o que citamos) defendem que atuações como a do Pronaf tem mantido a desigualdade no campo, dado que sob uma espécie de “escala”, há a diferenciação dos sujeitos em categorias, sendo que os grupos “D – crédito para agricultores familiares consolidados” e “E – crédito para agricultores familiares capitalizados”, de acordo com o pesquisador, receberam as maiores parcelas de investimentos, por exemplo, entre os anos de 2001 e 2003 (Umbelino apud Carvalho, 2005).

Em continuidade, mais uma vez utilizando-se do Censo Agropecuário 1995/1996, debateu-se a respeito da responsabilidade no volume total do que é produzido no campo, demonstrando que, à época do estudo, as pequenas unidades eram responsáveis pela maioria da produção de animais, alimentos de origem animal, lavouras temporárias (algodão, batata, feijão, fumo, mandioca, milho, tomate, etc.), lavouras permanentes (banana, cacau, café, laranja, etc.), horticultura, floricultura, entre outros (Umbelino apud Carvalho, 2005). Atualmente, em consulta ao Censo Agropecuário de 2006, o quadro não se alterou, demonstrando que a agricultura familiar ainda é a grande responsável pelo plantio de alimentos básicos, além de fornecedora de produtos de origem animal (www.mda.gov.br, consulta em: 10/01/2012).

A partir da bibliografia consultada, além de documentos, programas, entre outros, é possível refletirmos, ainda que pontualmente, acerca do papel que cumprem as pequenas propriedades. No país, tais unidades de produção são responsáveis por garantir a alimentação da população, além do fornecimento de matéria-prima a milhares de grandes indústrias, no entanto, ainda é precária a situação de milhões de trabalhadores, que não possuem quaisquer tipos de financiamentos, insumos tecnológicos, etc. Muito se discute a respeito de boas práticas que levem os pequenos produtores à condição de se inserirem no mercado e superarem a subsistência, no entanto, as ações governamentais por inúmeras vezes acabam afastando os sujeitos de tais possibilidades, ao implicarem distintas categorias e montantes para empréstimos, além de condições diferenciadas a cada grupo. Carvalho (2005) ao longo de sua obra “O Campesinato no Século XXI” demonstra por meio dos escritos de diversos autores de que maneiras, por todo o país, nas mais variadas condições, as pequenas propriedades têm sido base para a manutenção dos grandes latifúndios, na medida em que mesmo sob condições em muitos casos de pouca renda e inúmeras dificuldades, tem assumido grandes responsabilidades enquanto aos grandes proprietários entregam-se enormes parcelas de dinheiro em troca de pouca produtividade.

Refletindo acerca destes sujeitos, que são parte de um todo, sob o qual impera uma lógica de manutenção de um sistema desigual, é que devemos inserir a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e suas ações.

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DA COORDENADORIA DE ASSITÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI, SUA REESTRUTURAÇÃO E A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.

Diante do objeto escolhido, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, procuramos, neste momento, apontar para informações a respeito de sua criação, características de maneira geral, assim como também para sua reconfiguração em meados da década de 1990, procurando entender antigas e novas concepções e atuações daqueles que falavam ou falam em nome dos pequenos produtores, estas que por sua vez tem como pano de fundo mudanças nos contextos políticos, econômicos e sociais de nosso país e, particularmente, do estado de São Paulo.

Primeiramente trouxemos dados que tem como fonte material cedido pela própria instituição, intitulado “Agricultura Paulista: Uma história maior que cem anos” do ano de 1991, que traz em seu conteúdo inúmeras informações acerca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, esta que nem sempre foi denominada desta maneira e que passou pelas mais diversas alterações. Além deste, analisamos os mais diversos folhetos comemorativos, que em parte tratam também da história da CATI. Em um segundo momento, que nos encaminha ao terceiro e último capítulo que compõem este trabalho, abordamos especificamente a última e significativa reformulação pela qual passou a CATI, aquela de meados dos anos 1990, que trouxe consigo a instauração do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, algo que segundo a equipe da instituição “mudou a cara” desta, apontando para uma nova filosofia e maneira de conceber e executar o trabalho de assistência técnica.

2.1. A CATI: um pouco de sua história.

Uma história de longos anos e cheia de transformações. Assim pode-se definir, num primeiro momento, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. O início de sua história data de 1891, ano da criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o que ainda não representou a formulação da coordenadoria, porém, trouxe à tona a preocupação do Estado para com a agricultura. Eram competências deste órgão

(...) assuntos relativos à agricultura, terras públicas e particulares e serviço cadastral, colonização, núcleos coloniais, imigração, aldeamento e adaptação de índios, jardins e passeios públicos, engenhos centrais, navegação fluvial e marítima, canais, trabalhos hidráulicos, correios e telégrafos, Comissão Geográfica e Geológica, obras públicas, estradas de ferro, estradas e caminhos comuns e de rodagem, mineração, comércio, indústria, sistema de pesos e medidas, serviço astronômico e meteorológico, iluminação pública, abastecimento de água e esgotos (MARTINS, 1991, p. 121).

Assim, cabia a uma única instância uma série de responsabilidades, dos mais variados tipos, o que sucedeu alguns ajustamentos, entre os quais destacamos a organização do “Serviço Agrônômico do Estado”, criado no mesmo ano e responsável por agregar todos os trabalhos concernentes especificamente à agricultura: “o ensino, a investigação, a classificação de regiões agrícolas segundo suas condições agroclimatológicas, a conservação de recursos florestais e faunísticos e seu uso racional, e a divulgação de informações” (MARTINS, 1991, p. 121). Foram criados ainda os “Distritos Agrônômicos” e as “Comissões Municipais de Agricultura”, ambos datavam do ano de 1900, sendo que os primeiros constituíam seis espaços com funções de acompanhamento, inspeção, informação, entre outras relacionadas aos lavradores, enquanto as últimas eram formadas por três agricultores em um mesmo município, aos quais cabia o intermédio das discussões entre os inspetores de agricultura e os demais produtores. Não caberá a este trabalho apontar para cada uma das alterações pelas quais passou a secretaria (que no ano de 1927 teve sua denominação alterada para “Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura”, além da criação de outra, a “Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas”), numa infinidade de reformas, novas diretorias, diretrizes, entre outras, sendo que as apontadas anteriormente apenas foram no sentido de demonstrar o início das preocupações com a agricultura e com os sujeitos que estavam no campo, pelo menos no que compete aos produtores, pela via do Estado.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral fora criada “oficialmente” no ano de 1967, no entanto, importantes mudanças em nosso contexto vinham de décadas anteriores, ao pensarmos, por exemplo, que a partir dos anos de 1930 havia entrado em crise o modelo agroexportador e com ele a elite agrária que dominava a política do país, o que dentre outras conseqüências derrubou do poder a oligarquia exportadora e impôs um novo modelo econômico, voltado muito mais a industrialização sem romper, porém, com as mesmas oligarquias, que não possuíam mais o poder político, mas se mantinham enquanto detentoras econômicas, o que fez surgir uma

(...) burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno. Nasce com o cultivo do trigo, no Sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista de grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem na indústria. Porém, além de seu caráter de integração no sistema capitalista da industrialização dependente, o modelo reservou aos camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores, ou qualquer outro nome que a eles se dê, algumas funções claramente determinadas (STEDILE, 2005, p. 29).

A respeito destas funções, destacamos neste momento apenas duas, pois acreditamos que possam ser relacionadas ao objeto de pesquisa em questão:

c) Os camponeses também cumpriram a função de produzirem, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária. O Estado brasileiro administrava rigorosamente os preços dos produtos alimentícios, produzidos pelos camponeses, para que os mesmos chegassem a preços baixos na cidade (...).

d) Os camponeses foram induzidos a produzirem matérias-primas agrícolas para o setor industrial. Surgiu e se desenvolveu, então, o fornecimento de matéria-prima para energia, carvão, celulose, lenha, etc. (STEDILE, 2005, p.30)

Assim, pensamos que era claro o papel destes camponeses/pequenos produtores e seus familiares, tanto social quanto economicamente enquanto um dos pilares de sustentação de uma nova política. Eles, assim como os milhares de imigrantes requisitados no período, garantiam as condições de reprodução dos grandes capitalistas, na medida em que regulavam (enquanto exército de reserva de mão de obra) a oferta de empregos e salários e ainda eram incumbidos de garantir muitas vezes a produção de alimentos para as cidades, enquanto as grandes produções davam conta da exportação, ainda necessária para que se mantivesse economicamente a instalação das mais variadas indústrias. Este, entre outros aspectos, demonstram a não isenção do Estado ao organizar os mais diversos meios

de acesso por parte destes agricultores, seja pela via da formação, do crédito, da organização ou dos cuidados básicos, como saúde, habitação, etc.

A respeito propriamente da Secretaria de Agricultura, cabe destacar que esta só passou a levar tal denominação em outra de suas reformas, no ano de 1946, quando mais uma vez foram criados e extintos novos departamentos, divisões e serviços. Em meados da década de 1950 o trabalho com pequenos produtores era garantido pela rede de Casas da Lavoura, espaços de orientação e assistência técnica que mais tarde viriam a tornarem-se as atuais Casas da Agricultura. No mesmo período, o “Serviço de Fomento Agropecuário da Capital”, responsável pelo incremento da produção agropecuária da região da capital passaria a denominar-se “Serviço de Extensão Rural da Capital” e segundo material da secretaria, este

Viria a ser reorganizado em 1958 (Decreto 32924), tendo em vista a necessidade imperiosa de incrementar a produção agropecuária de subsistência na região geoeconômica da Capital, onde os pequenos lavradores e criadores vinham contribuindo substancialmente para o abastecimento da Capital, “... não esquecendo o papel de importância econômica e social do pequeno produtor no quadro de nossa economia agrícola, sendo que sua atuação nos arredores da Capital é do tipo de produção altamente intensivo e especializado e em face da urgência de medidas objetivas que assegurem melhores condições de abastecimento de gêneros alimentícios à população. Com as competências: assistência técnica aos pequenos agricultores e criadores para fomento e racionalização de produção; cursos rápidos de horticultura, fruticultura, avicultura e suinocultura; campos de demonstração em todos os bairros, assistência às famílias do **sertão** paulistano, através de clubes agrícolas e clubes femininos de economia doméstica rural, transformação de produtos e aproveitamento de subprodutos de origem animal e vegetal; organização de concursos, exposições e festas para divulgação de práticas e conhecimentos úteis; incremento da produção mista, principalmente horticultura e fruticultura com a produção avícola, suína e leiteira; pequena horta e pomar domésticos, multiplicação e distribuição de sementes selecionadas de hortaliças; propor medidas de racionalização da produção, transporte, armazenamento, conservação e distribuição de produtos perecíveis; ensinamentos de padronização, classificação e embalagem de produtos hortícolas, frutícolas, avícolas; promover produção e distribuição de pintos de um dia e rações para aves, difundir o associativismo e o cooperativismo; superintender o financiamento para aquisição de lote rural (MARTINS, 1991, p. 329).

Outros inúmeros serviços e departamentos da secretaria se responsabilizaram, cada um em seu tempo e a sua maneira, pela assistência técnica e auxílio aos pequenos produtores, fosse pela via do financiamento, formação, entre outros (conselhos de agricultura, escolas de horticultura, etc.) além é claro das lutas organizadas fora do âmbito do governo, pelos próprios trabalhadores, mas que tinham efeito direto nas práticas do

Estado, que tiveram como consequência legislações de extrema importância para a realidade dos sujeitos do campo, como mais tarde pode-se acompanhar com a instauração do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e Estatuto da Terra (1964).

Muitos eram os trabalhos desenvolvidos visando os pequenos produtores, trabalhadores rurais, resultando na abertura de escolas específicas, cursos de capacitação e as mais variadas artimanhas, demonstrando uma demanda do capital para a formação de sujeitos que, ou serviriam de mão de obra às grandes produções, ou garantiriam a manutenção das pequenas e médias propriedades.

Nos anos iniciais da década de 1960, durante o governo de João Goulart (1961-1964) era evidente o aumento da movimentação de trabalhadores reivindicando direitos que a burguesia insistia em negar. Os controladores do aparelho do Estado, pela via principalmente dos militares, compreendendo que Jango seria um potencial aliado da esquerda, organizaram-se de maneira tal que entre 31 de março e 1º de abril de 1964 instalou-se uma ditadura em nosso país que perdurou por vinte e um anos.

A esse respeito o material acerca da história da secretaria nos traz que:

O processo de radicalização se acentuou gradativamente, Goulart à frente de uma esquerda desorganizada e despreocupada, estimulando a reação da direita, muito mais capacitada, pois já contava com “... toda uma organização consolidada, na Igreja, na imprensa, nas classes militares, no sistema econômico.” (FRANCO apud MARTINS, 1991, p. 410).

É interessante pontuarmos aqui a respeito da postura dos controladores do Estado, primeiramente por colocarem João Goulart enquanto uma figura que pudesse estar “à frente” da esquerda, informação esta que não condiz com a realidade do período, tendo em vista que Jango, como também ficou conhecido, embora tenha carregado consigo mobilizações de diversos setores, buscando articulação entre suas propostas, os formuladores da política populista, a burguesia industrial nacional e a classe operária, tendo como um dos focos de suas ações as chamadas “reformas de base” e também a proposta de reforma agrária “com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo” (FAUSTO, 2002, p. 447), não buscava em suas políticas, de certo modo progressistas, alterações estruturais e a construção de um regime socialista, mas apenas a “tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado” (FAUSTO, 2002, p.448).

Instaurado o regime civil-militar, ampliou-se a rede de Casas da Lavoura, mudou-se o antigo “Serviço de Fomento Agropecuário da Capital” para

Serviço de Extensão Rural da Capital, tendo em vista tanto a assistência técnica aos pequenos lavradores como educativa às famílias rurais através da organização dos Clubes de Economia Doméstica, Clubes Juvenis Rurais e Comitês de Lavradores, programa de crédito rural orientado e supervisionado, estudos de racionalização da produção, transporte, armazenamento, conservação e distribuição de produtos perecíveis, difusão do espírito associativista e organização cooperativa e incremento da produção mista nas pequenas propriedades (MARTINS, 1991, p. 411).

Entre estas e tantas outras alterações, no ano de 1967 uma nova reestruturação mudou em grande parte os trabalhos realizados pela então Secretaria da Agricultura, criando oficialmente a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, que extinguiu todas as outras formas de assistência técnica paralelas, trazendo nova concepção e diretriz para o trabalho extensionista. A este respeito o material fornecido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento nos coloca que:

Em seu início, as Casas da Lavoura não possuíam programação ou metodologia bem definidas. As características pessoais de cultura, iniciativa e liderança de seus encarregados eram assim, da mais alta importância para o sucesso. Neste período inicial, as maiores realizações no campo da assistência técnica à agricultura paulista deveram-se em grande parte, a uma elite pequena, mas altamente qualificada de agrônomos regionais e técnicos da Secretaria da Agricultura, líderes natos, sumamente respeitados por agricultores e colegas de profissão e que granjearam para a Secretaria o prestígio de que esta necessitava. Mas o trabalho de assistência técnica era, basicamente, de cunho individual, dirigido a um número pequeno de agricultores interessados.

(...) A partir de meados dos anos 50, foram criadas condições para a reforma que acabou se efetivando em 1967. Nesse período, ao mesmo tempo que era substancialmente incrementado o esforço para melhoria da capacitação do pessoal técnico da Secretaria, firmava-se mais profundamente a idéia de que a prestação de serviços não se coaduna com os objetivos fundamentais do trabalho extensionista (...) (MARTINS, 1991, p. 419).

Com novas diretrizes, a secretaria deixou de lado a atuação enquanto “prestadora de serviços” e passou a ter certo enfoque no trabalho educacional, definindo sua ação enquanto Assistência Técnica Integral, “cujo objetivo era racionalizar as atividades voltadas para o agricultor” (MARTINS, 1991, p. 425). Segundo a instituição, tais pensamentos já antecediam a reforma de 1967.

A respeito desta, acreditamos que caibam aqui algumas considerações, para que compreendamos melhor a criação da própria CATI. A Secretaria da Agricultura do Estado

de São Paulo, de início, tinha como proposta o trabalho individualizado com cada produto, a exemplo, o algodão, café, defesa sanitária da agricultura, entre tantos outros, todos sob responsabilidades do mesmo órgão. Em seguida, com uma de suas reformulações, seu trabalho dividiu-se entre naturezas distintas de produtos ou serviços, como por exemplo “produção vegetal”, “indústria e comércio”, de maneira que cada segmento cuidasse das áreas envolvidas em seu trabalho (indústria e comércio, por exemplo, cuidariam de tudo que envolvesse tal área, fosse em termos de pesquisas, fomento, etc.) (MARTINS, 1991).

De acordo com a secretaria:

Um terceiro momento despontaria, em decorrência da sofisticação do planejamento e o aprofundamento das especializações, determinando que o direcionamento passasse a ser comandado pelas áreas de atuação, independente da identidade do produto ou de sua natureza.

(...) No tocante à Secretaria da Agricultura, através do Decreto 48.133, de 20.06.1967, foi definido seu campo funcional em dois tópicos: formulação da política agrícola do Estado e pesquisa, experimentação e assistência (MARTINS, 1991, p. 425-426).

Dentre as alterações em consequência desta reforma, trataremos especificamente daquela que diz respeito à Assistência Técnica, esta que

(...) desdobrou-se nas funções de assistência técnica educacional, inspeção e classificação de produtos agrícolas, seguro agrícola e, supletivamente, a prestação de serviços de engenharia e mecânica da agricultura e fornecimento de bens de produção (sementes e mudas) (MARTINS, 1991, p. 426).

Ainda segundo jornais informativos em comemoração aos trinta e, posteriormente aos quarenta anos da instituição, portanto dos anos de 1997 e 2007, respectivamente:

Em 20 de junho de 1967, o então Governador do Estado, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, tendo como Secretário da Agricultura o Dr. Herbert Victor Levy, assinou o Decreto de reestruturação da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, que visava tornar a produção mais dinâmica e eficaz, para melhor atender às novas exigências que o processo de desenvolvimento do Estado impunha. Através desse ato estava sendo fundada a CATI, órgão coordenador e executor de todos os serviços de assistência técnica direta à agricultura paulista

(...) definiu-se um modelo de atuação da CATI, na linha da assistência técnica educacional, prestação de serviços, defesa sanitária, e produção de sementes e mudas. As Casas da Lavoura passaram a se chamar Casas da Agricultura. Foram então acrescentados à sua estrutura as Delegacias Agrícolas, subordinadas às antigas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs). Com o passar do tempo, alguns ajustes foram sendo necessários (CATI, 1997, p. 2).

Em 1967, a Secretaria passa por uma grande reformulação, buscando maior eficiência na assistência direta ao agricultor. Promove a centralização de vários de seus Departamentos e Divisões em três Coordenadorias (...). Pelo Decreto n 48.133, de 21 de junho de 1967, é criada a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). A partir desse momento, as Casas da Lavoura passam a se chamar Casas da Agricultura (CATI, 2007, p. 3).

Com isso, retratamos rapidamente a criação das distintas coordenações, posteriormente denominadas “coordenadorias”: A de Assistência Técnica Integral, de Pesquisa e Experimentação e a de Recursos Naturais e Atividades Complementares, sendo que esta última teve duração de apenas três anos. Como já apontado, este trabalho não dará conta de cada uma das alterações pelas quais a secretaria passou, estas que não cessaram com a criação da CATI, ao contrário, já que posteriormente a sua instauração as extinções de departamentos ou remanejamento destes à coordenadoria foram inúmeros. A nós, neste momento, cabe apenas destacar que a CATI unificou diversos trabalhos no sentido de orientar e auxiliar os produtores rurais. Ainda segundo dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sua formação era definida como:

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, com as Unidades de Despesa: Administração da Coordenadoria, Departamento de Orientação Técnica, Departamento de Assistência Supletiva, Centro de Treinamento em Assistência Técnica, Serviço de Comunicação Rural, Divisão de Inspeção de Produtos Alimentícios de Origem Animal e as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) de São Paulo, Vale do Paraíba, de Sorocaba, de Campinas, de Ribeirão Preto, de Bauru, de São José do Rio Preto, de Araçatuba, de Presidente Prudente. (*grifos nossos*) (MARTINS, 1991, p. 430).

A respeito de sua criação, ao entrevistarmos o diretor do Departamento de Comunicação e Treinamento, Ypujucan Caramuru Pinto, quando questionado acerca de dados sobre o histórico da instituição este nos relatou o seguinte:

(...) entrei em 77, já, a CATI tinha sido reformulada em 67, ela tinha sido criada em 1967, dez anos, que a CATI na realidade quando ela foi organizada, ela juntou numa mesma instituição, vários segmentos da Secretaria. Então nós tínhamos antes na secretaria um departamento de mecanização, nós tínhamos um programa de desenvolvimento vegetal, outro animal e a CATI acabou juntando tudo, por isso que deu o nome de Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, porque ela conseguiu integralizar todos os diversos segmentos da secretaria numa única coordenadoria, onde ficou então a “Defesa”, a Defesa Agropecuária, a parte de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Produção de Sementes, Mudanças e Matrizes, então acabou ficando tudo numa instituição só e isso foi muito bom pra agricultura porque conseguiu concentrar os esforços que eram os mais... cada um espalhando pra um lado e no fim acabou a CATI unificando tudo numa única instituição e isso foi muito bom pra

agricultura (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

De acordo com Martins (1991), a CATI alcançou seus primeiros objetivos no ano de 1968, com um trabalho organizado em níveis de “execução, suporte, técnico auxiliar e direção”, sendo o primeiro aquele que compreendia os trabalhos realizados em níveis municipais e regionais, em ação próxima aos produtores e suas famílias e a comunidade de modo geral, o que inferimos ter se tratado de algo próximo à ação das atuais Casas da Agricultura, os trabalhos realizados em divisões regionais, etc. O segundo nível de atuação correspondia ao “corpo de especialistas do Sistema e os órgãos de orientação e direção normativa dos campos em que, em caráter supletivo, o Estado presta serviço ou fornece insumos” (MARTINS, 1991, p. 442), já o terceiro nível tratava do corpo de técnicos e do trabalho de treinamento de pessoal, além de toda a parte de comunicação rural e, por fim, o nível de “direção” compreendia toda a equipe de direção e administrativa.

A respeito especificamente da estrutura de execução e suporte da CATI, destacamos que segundo seus coordenadores a preocupação anterior da instituição, relacionada à produção e à produtividade apenas, tomaram novos contornos, mais apreensivos em relação a fatores sociais e econômicos, assim

(...) a prestação de assistência é unificada na Casa da Agricultura, corrigindo a desorientação que causava a anterior multiplicidade de agentes; a Assistência Técnica é integral; tem uma ação executiva direta, sob a forma de assistência fitotécnica (...) sócio-econômica, fornecimento supletivo de sementes, inspeção e classificação de produtos agrícolas, e de insumos e seguro agrícola e uma ação indireta, motivadora, junto às demais Secretarias do Estado (Saúde, Educação, Transportes, Obras Públicas, etc.) e aos órgãos privados, no sentido de ser dado à Agricultura um atendimento global; a unidade de comando regional estende-se a todas as formas de assistência à Agricultura. A assistência técnica passa a ser planejada, tendo por base o Plano Regional de cada DIRA. A rede assistencial é formada por: nove Divisões Regionais Agrícolas, unidades administrativas e orçamentárias, diretamente subordinadas ao Coordenador da Assistência Técnica Integral; quarenta e cinco sedes de supervisão agrícola, com nível de sub-região, subordinadas às DIRAs e responsáveis pela supervisão das unidades executivas; quinhentas e setenta e três Casas da Agricultura, unidades executivas da assistência técnica integral ao nível municipal; quinhentos e setenta e três Conselhos Agrícolas Municipais, órgãos consultivos externos da Secretaria da Agricultura (SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. CATI, 1968 apud MARTINS, 1991, p. 443).

De acordo com a CATI, sua nova configuração e também da secretaria, colocou em foco o trabalho com produtores rurais de maneira que este não se desse mais de modo pontual e desarticulado, transformando-se em uma atuação significativa, continuada e,

mais ainda, contando com a participação e integração dos sujeitos em todo o processo e desenvolvimento das propostas e execuções.

A estrutura central da instituição, sediada em Campinas, contava na época com algumas unidades, como o “Conselho Consultivo e Assessoria de Planejamento”, relacionado diretamente com as decisões tomadas pelo coordenador em relação ao planejamento e orçamento; “Departamento de Orientação Técnica”, composto por especialistas das diversas áreas do trabalho agrícola; “Departamento de Assistência Supletiva”, que coordenava toda a normatização e trabalhos na área de produção, inspeção, fiscalização e classificação, entre outros, das sementes, adubos, corretivos e defensivos agrícolas; “Divisão Administrativa”; “Divisão de Finanças” e, por último, o “Centro de Treinamento em Assistência Técnica – CETATE”, este que cuidava e ainda cuida (trataremos mais especificamente adiante) da capacitação dos profissionais do quadro da CATI, tanto administrativos quanto técnicos, sendo que os últimos dizem respeito, particularmente, ao contato direto com os produtores, pois são formados para lidarem diretamente com estes. O CETATE, anteriormente denominado como CETREC, era um centro subordinado à coordenadoria que, ao ser modificado em 1968 passou a contar com “Direção e as Unidades de Treinamento de Estudos e Administrativa (posteriormente essa Unidade seria denominada Programa de Treinamento de Pessoal - PTP)” (MARTINS 1991, p. 444). Em 1974, sob novas alterações da CATI, o CETATE se uniu ao então “Serviço de Comunicação Rural”, formando o “CECORT – Centro de Comunicação Rural e Treinamento”, ao qual caberia

(...) desenvolver programas e projetos de promoção e divulgação agrícola, de seleção, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal da Coordenadoria, bem como planejar e produzir material de comunicação rural... podendo também... promover ou coordenar atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em regime de cooperação com entidades públicas ou privadas (...) (MARTINS, 1991, p. 444).

À atuação de toda a área de comunicação foi incumbida a tarefa de, dentro das novas perspectivas da CATI, organizar seus trabalhos no sentido de estarem envolvidos no processo de educação que a instituição desencadeara.

Segundo a coordenadoria, ainda na década de 1970, tanto a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo quanto a CATI passaram por um momento de novas discussões, em que, para a primeira, foram redefinidas algumas funções, enquanto a última viveu um período de reflexão acerca de suas atividades e de certo “imediatismo” que compunha as mesmas, construindo e discutindo mais profundamente, em evento conjunto

com divisões regionais e órgãos centrais, a idéia da assistência técnica enquanto transferência de tecnologia, considerada essencial ao desenvolvimento agrícola.

Assim, em 1978 a CATI era constituída por Gabinete do Coordenador, Conselho Consultivo, Centro de Orientação Técnica, Centro de Assistência Supletiva, Centro de Comunicação Rural e Treinamento, Divisão de Administração, Divisão de Finanças e outras dez Diretorias Regionais (DIRAs) e sua função, diante do contexto paulista, era a assistência direta às diversas áreas que compunham a agricultura, o fornecimento de sementes e mudas, os serviços de defesa sanitária, a fiscalização da qualidade de insumos agrícolas, a classificação de produtos, a preservação de recursos naturais renováveis, o crédito e seguro agrícola, além da difusão de tecnologia agropecuária. Já a Secretaria da Agricultura, em 1979, ampliou suas atribuições e passou a ser denominada Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Os anos seguintes constituíram um período fortemente dinâmico pois, após anos sob extrema autoridade do regime civil-militar, já em 1974, com a eleição de Ernesto Geisel, iniciou-se um tempo de certa abertura política, sendo que de um lado o regime sofria pressões em sua defesa, enquanto de outro a oposição, organizada pelos mais diversos segmentos, ameaçava sua manutenção. Para além, desde o ano de 1973, com a crise do petróleo que atingira diretamente às importações no Brasil, mudanças na condução da política econômica vinham sendo feitas a fim de que o país desse conta da produção de insumos básicos (petróleo, aço, fertilizantes, etc.). Tais intenções, definidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, se em parte fizeram o Brasil avançar no que compete, por exemplo, a substituição de importações de petróleo, por outro lado deixou ao país um encargo de empréstimos e uma dívida externa milionária.

Segundo Martins (1991), durante todo este período, a realidade da agricultura paulista era de reajustes que, moldados aos planos de desenvolvimento, procuraram a “orientação técnica, pesquisa e dinamização de instrumentos de financiamento, buscando aprimorar as condições de qualidade de vida da população (...) (MARTINS, 1991, p. 489) visando à melhoria da alimentação básica, o acesso a terra, além da organização e assistência dos pequenos e médios produtores, principal alvo dos trabalhos de extensão. A Secretaria da Agricultura passou a ser denominada, no último ano da década de 1970 de Secretaria de Agricultura e Abastecimento, demonstrando novas atribuições e transferência de outras aos demais órgãos. Nos anos 1980, a CATI se reorganizava mais uma vez, buscando “em prática uma ação mais descentralizada, envolvendo as comunidades e

priorizando o atendimento aos pequenos e médios produtores” (CATI, 1997, p.2), com novos objetivos institucionais, a saber

- **desvincular** os trabalhos de Defesa Agropecuária dos de Extensão Rural, dadas as diferenças filosóficas e peculiaridades das Ações concernentes a cada uma dessas áreas;
- **fortalecer** as Delegacias Agrícolas e **descentralizar** a administração, no intuito de aproximar a comunidade rural (agricultor e trabalhador rural) do órgão responsável pela tomada de decisões. Delegando competências administrativas a todos os executivos da CATI, buscou-se a descentralização como forma de agilizar a instituição e, em última instância, de democratizá-la.
- **integrar verticalmente** a gerência da área de Sementes e Mudas, tendo em vista as suas características de produção industrial. (MARTINS, 1991, p. 489).

Sob o governo de Paulo Maluf (1979-1982), o último não eleito pelo voto popular, a agricultura paulista passou por novos programas, estes que em parte teriam continuidade também na administração seguinte. Entre tais programas, destacamos aqui aquele que dizia respeito propriamente à formação e qualificação dos pequenos produtores rurais, no sentido de levar a estes conhecimentos sobre novas técnicas de plantio, além de conhecimento acerca de condições de mercado. Estas formações obtiveram nos programas de rádio e TV suas principais formas de divulgação. De acordo com a secretaria,

Nos últimos anos, partindo do princípio de que a CATI deveria dar prioridade ao atendimento aos pequenos e médios agricultores paulistas, perseguimos, tenaz e pragmaticamente, as seguintes metas: desenvolver metodologia moderna de transferência de tecnologia que visasse ao atendimento massal e grupal dos pequenos e médios agricultores... (...)... Deve-se ressaltar o Projeto Telecurso Rural, desenvolvido inicialmente a nível de Coordenadoria, em razão de sua complexidade logística e administrativa. Foi levada a efeito a produção de *tapes* didaticamente elaborados pela CATI e a TV Cultura e sua transmissão através da televisão educativa da *Fundação Padre Anchieta* e de outras emissoras interessadas... no total de 103 programas gravados. Procedeu-se a “... instalação de teleescolas, que consistem no uso do material didático descrito anteriormente em reuniões com grupos de agricultores nos municípios... fez-se uma experiência-piloto com a instalação de um Curso de Horta Doméstica na Grande São Paulo, trabalho conjunto com a Coordenadoria de Abastecimento”. (SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO apud MARTINS, 1991, p. 502).

Ainda de acordo com a coordenadoria, para além dos trabalhos de formação destes sujeitos, a CATI atuava em parceria com os mesmos no auxílio à adesão aos distintos programas de crédito rural e à circulação de suas produções no mercado.

Já no ano de 1982, o país passou por suas primeiras eleições diretas para governadores de Estado, o que em São Paulo resultou na vitória de André Franco Montoro, do PMDB, cujo mandato perdurou de março de 1983 a março de 1987. De acordo com Martins (1991), o governo Montoro tinha como foco a descentralização do poder, a abertura à participação, buscando-a em todos os segmentos, em decisões de interesse comum. Assim, três pilares principais sustentaram suas propostas:

(...) a descentralização das decisões governamentais, a moralização e a austeridade na aplicação de recursos governamentais e o potencial econômico de São Paulo e sua força de políticas públicas voltadas para o atendimento das necessidades básicas da população (MARTINS, 1991, p. 512).

Em acordo com esta perspectiva, na busca pela democratização das decisões no que competia à agricultura, foram estabelecidos os Planos Agrícolas Municipais – PAM, que propunham a participação de poderes públicos municipais, organizações formais e informais da sociedade civil que eram beneficiadas, além de conselhos em nível regional e local. Suas propostas envolviam também a participação de unidades interiorizadas da própria secretaria, como as Casas de Agricultura, Delegacias Agrícolas, etc. (MARTINS, 1991). Em suma “os Planos Agrícolas Municipais teriam por princípios a atuação do governo não mais para os agricultores e comunidades, mas com os agricultores e comunidades” (MARTINS, 1991, p. 512). De acordo com a CATI e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento os PAM’s auxiliaram significativamente numa nova metodologia, muito mais participativa, que com a articulação de técnicos de mais de 500 Casas de Agricultura iniciaram transformações substanciais na realidade de pequenas e médias produções, no atendimento de necessidades reais dos agricultores e das comunidades envolvidas. Para a CATI, mais uma vez sua atuação não se deu isoladamente, atendendo apenas as competências de formação, transferência de tecnologia, entre outras, isso porque nas discussões dos PAM’s um outro problema percebido dizia respeito ao abastecimento, a distribuição das produções para o comércio, assim, a CATI juntamente às prefeituras, aliada ao trabalho dos planos municipais, desenvolveu o “Programa de Agenciamento de Produtos Agrícolas – PAPA” (MARTINS, 1991, p. 513), auxiliando o comércio por meio da organização de grupos de compras, entidades assistenciais, entre outros. Tais fatos demonstram que sua atuação não se limitava à transferência de tecnologias e conhecimentos, mas tinha participação importante em todo o processo produtivo e seu trabalho, naquele momento, tinha

(...) por alvo um *novo público*, desenvolvendo-se em um *novo cenário* e interpretando uma *nova metodologia*. O público, sendo composto por pequenos e médios produtores e trabalhadores rurais e consumidores de baixa renda, o cenário o município, palco de interações dos setores rurais e urbanos e a metodologia, estabelecida pelo planejamento participativo, integrando entidades públicas, privadas e grupos da comunidade (MARTINS, 1991, p. 518).

Diante do que foi exposto e das intenções apresentadas, seus trabalhos foram desenvolvidos por meio de quatro programas principais: *Programa de Extensão Rural*, *Programa de Treinamento de Recursos Humanos*, *Programa de Defesa Agropecuária e Programa de Sementes, Mudanças e Matrizes*, dentre os quais destacamos o primeiro, por ter se tratado fundamentalmente de um trabalho educativo, que segundo Martins (1991), buscou implantar e consolidar os Planos Agrícolas Municipais, visado a abrangência das Casas de Agricultura, por intermédio da atuação de 28 Grupos Técnicos das distintas áreas, como fitotecnia, zootecnia, comunicação rural, etc. (MARTINS, 1991).

Dentre as inúmeras mudanças vivenciadas nos anos 1980, destacamos a transição do regime civil-militar à redemocratização, abertura política e eleição (ainda indireta) de Tancredo Neves, no ano de 1985, cuja presidência fora assumida por José Sarney, por conta de problemas de saúde e conseqüente morte do presidente eleito. Nesse período, ainda sob o governo Montoro, a agricultura no estado de São Paulo passava por discussões acerca da priorização de programas e serviços relacionados à conservação do solo e da água, para o quais contaram com a CATI no sentido de mobilização dos agricultores. Tal trabalho trouxe a tona outra metodologia de atuação, com abordagem conservacionista, as “Microbacias”, espaços delimitados geograficamente definidos como “(...) unidade de planejamento, intervenção e avaliação, estabeleceu um novo marco na abordagem das questões socioambientais para o meio rural” (CATI, 2009, p. 11), ou ainda

(...) instrumento básico que visa a prática de uma agricultura “... economicamente viável, ecologicamente sustentável, politicamente democrática, socialmente justa (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 87/90 apud MARTINS, 1991, p. 543).

De acordo com seus dirigentes, envolvida nesta nova proposta, a CATI deu continuidade às atividades realizadas anteriormente, porém, transformou em certa medida seu trabalho, isso porque já no governo Orestes Quécia (1987-1991) houve a preocupação em adoção de tecnologias de ponta, essa que por sua vez encontrava na CATI o espaço de divulgação aos trabalhadores e produtores rurais. Deste modo, foi competência da coordenadoria e, especificamente do CETATE, divulgar a todos, um trabalho de cunho

muito mais técnico do que o anterior. Por outro lado, certas propostas, que englobavam atuação muito além da técnica, tiveram sua continuidade em alguns programas, a exemplo do já citado Microbacias, provavelmente o principal dentre eles.

Para Martins (1991), o início do programa, no ano de 1987, buscava essencialmente promover a utilização racional de recursos naturais renováveis, a fim, principalmente, de que se aumentasse a produção e produtividade das unidades agrícolas, estimulando assim a participação dos agricultores e de suas famílias e buscando ainda a fixação destas populações no campo (MARTINS, 1991).

Por meio de todos os materiais bibliográficos consultados, além de conversas com funcionários, entrevistas, folhetos, etc., pudemos perceber, ainda que pontualmente, objetivos e intenções da instituição, esta que apontava sempre para trabalhos e ações que oferecessem assistência técnica aos produtores rurais, especialmente pequenos e médios, na intenção de que estes estabelecessem contato com as mais diversas tecnologias e saberes da área, a fim de que pudessem melhorar suas condições de trabalho e produtividade. Com o tempo, estas mesmas intenções se juntaram a outras que passaram a fazer parte dos projetos e trabalhos dos profissionais da CATI, a saber, aquelas que diziam (e dizem) respeito às questões de preservação ambiental e utilização racional de recursos naturais, em mudanças de atitudes que, segundo seus profissionais, trouxeram novas perspectivas.

Embora não forneçam muitas informações, de acordo com o material ao qual tivemos acesso, seus primeiros objetivos eram atingidos em termos de números de pessoas atendidas, cursos e capacitações realizadas, entre outros (a primeira fase do Programa Estadual de Microbacias atendeu no período 1987/1988 um total de “3050 propriedades, em 57 municípios” (MARTINS, 1991, p. 543). No entanto, ao perceberem que determinada proposta não dava conta de todas as questões que compunham a agricultura, reestruturavam novamente seus projetos, segundo seus funcionários, buscando sempre o atendimento das mais diversas problemáticas. Assim, pode-se dizer que as propostas traçadas numa “primeira fase” da CATI, que compôs os anos de 1967 a 1987, ano de instauração do primeiro programa de Microbacias, embora tenham sido alvo das mais variadas reformas, de acordo com a entidade, foram de certa forma alcançadas, sendo repensadas quando necessário. A respeito propriamente do Programa de Microbacias trataremos a seguir.

Outro fator que nos cabe apontar é que, embora de acordo com seus funcionários a CATI tenha sido, ao longo de sua história, de extrema importância à realidade de milhares de produtores, suas ações nunca se deram no sentido contrário àquele apontado pelo Estado, ou seja, é um aparelho deste, condizente com suas propostas e que, portanto, jamais teve quaisquer intenções de demonstrar aos sujeitos que atende sua condição enquanto subordinados ao grande capital, necessários a este como já apontado. Suas ações não foram e nem são gratuitas, nem a formação oferecida, bem como os milhões de indivíduos atendidos não se devem a nenhuma “benevolência superior”, ao contrário, o campo constitui-se enquanto mais um dentre os espaços dominados pela lógica do capital e a pequena produção funciona como reguladora e fornecedora de insumos básicos para que entre outros se mantenha, sem quaisquer desordens, especialmente às grandes produções.

2.2. Uma dentre as tantas reformulações da CATI.

Acreditamos ter sido o ano de 1987 de extrema importância para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e, particularmente, para a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, isso porque, como já apontado, é deste ano o primeiro programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, este que surgiu na intenção de projetos e trabalhos muito mais sustentáveis do que os realizados anteriormente, de maneira que fosse possível crescer em produtividade, melhorar em qualidade de vida e, ainda assim, preservar ao máximo as condições naturais renováveis. As ações traçadas de início diziam respeito a

Pesquisas agropecuárias adaptativas, adequação de estradas rurais, melhoria na distribuição de calcário, florestamento e reflorestamento preservacionista e econômico, treinamento de extensionistas públicos e privados e desenvolvimento de ações programáticas da extensão rural ao nível das microbacias (MARTINS, 1991, p. 543).

Segundo seu relatório de atividades, seus primeiros resultados foram:

(...) 38.016 ha terraceados; 76 açudes construídos; 1.560 ha de área de irrigação; 661.741 mudas para reflorestamento econômico e proteção de nascentes; 22.166 horas de trator trabalhadas em conservação de estradas no programa de microbacias; 412.841 ha descompactados que propiciam melhor infiltração da água das chuvas no solo; 2.158 ha de área de embaciamento em culturas perenes; 29.186 ha de plantio em nível e

cordão de contorno; 2.907 ha de área trabalhada em recuperação de várzeas, drenagem e construção de drenos; 16 voçorocas controladas; 5.412 ha beneficiados em atividades de orientação no uso adequado de agrotóxicos, adubação/calagem e manejo de pastagem e 2.007 levantamentos técnicos diversos. (RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 87/90 apud MARTINS, 1991, p. 543).

Evidentemente, para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento o programa de Microbacias foi de grande importância à agricultura do Estado de São Paulo, o que em um curto espaço de tempo ocasionou a busca por sua ampliação, mediante financiamento junto ao Banco Mundial, esse que deveria auxiliar na implantação de 2.000 microbacias, o que segundo a CATI, beneficiou 120.000 produtores, em área de aproximadamente seis milhões de hectares.

O programa trouxe consigo diversas mudanças, dentre as quais destacamos aqui a necessidade, novamente, de formação e qualificação de produtores e trabalhadores rurais, que mais uma vez viram-se pressionados a atualizarem-se em nome da manutenção de suas produções, dentro das novas perspectivas de financiamento e ações da secretaria e da CATI. Assim, segundo as fontes da instituição, esta trabalhou pelo aprimoramento da mão de obra de modo geral, tanto de trabalhadores/produtores rurais, quanto de técnicos atuantes na área. Treinamentos específicos foram oferecidos, com a argumentação de que

(...) o baixo índice de escolaridade aliado à falta de infra-estrutura no setor rural limitam o acesso do trabalhador aos conhecimentos básicos para o bom desempenho de suas atividades. O programa visa à valorização do trabalhador rural e à melhoria do seu desempenho nas atividades produtivas, através da formação, aperfeiçoamento e especialização da mão-de-obra do campo. (PROGRAMAÇÃO CATI, 1988/89, apud MARTINS, 1991, p. 547).

Evidenciamos a este respeito a organização de trabalhos de formação/qualificação em nome do atendimento de demandas advindas do Estado. Acerca destes trabalhos é importante que relembremos outras transformações, antes de procedermos às considerações específicas a respeito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral após a implementação e ampliação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

De modo geral, entre as décadas de 1950 e 1980 a agricultura brasileira (e também a paulista) passou por transformações substanciais, na medida em que decaiu a produção principal, anteriormente o café, surgindo em seu lugar outras culturas, como soja, laranja e a produção de cana de açúcar para o álcool. A instalação de agroindústrias passou a fazer parte de nossa realidade, sem que, no entanto, se abandonasse a pequena e média

produção, estas necessárias à sobrevivência das grandes. Pode-se dizer ainda que, com os avanços tecnológicos da época, caiu consideravelmente o número de trabalhadores ligados diretamente à produção agrícola, o que culminou na criação de postos temporários de trabalho, os “bóias-frias”, assalariados contratados somente em períodos necessários, o que eliminou também, em grande quantidade, aqueles que viviam em situação de colonato ou moradores.

Dado um período de reconfiguração do trabalho no campo, novas lutas por direitos fizeram parte do cotidiano dos trabalhadores, o que colocou em pauta discussões acerca da posse e distribuição de terras e de uma possível reforma agrária não mais atendendo somente a objetivos sociais e econômicos, mas a um caráter de “justiça social” (FAUSTO, 2009, p. 538).

Em meio a esta movimentação, cabe-nos tratar, neste trabalho, acerca das condições dos pequenos e médios produtores rurais, a respeito dos quais Fausto (2009) pontua que:

As grandes transformações da agricultura, cujos pontos mais característicos são o avanço da agroindústria e o surgimento de um setor moderno de pequenos e médios proprietários, tornaram mais urgente a fixação de uma política agrícola por parte do Estado. Não tem sentido lançar uma guerra contra a agroindústria, mas, ao mesmo tempo, há a necessidade de defender os pequenos e médios proprietários com uma política agrícola que garanta sua renda para não sucumbirem no processo de industrialização da agricultura.

A alternativa de maior equilíbrio para o campo parece ser a de uma política integrada de desenvolvimento rural, na qual a melhor distribuição de terras deve ser buscada em conjunto com o apoio à produção rural existente. Quando falamos em pequena propriedade explorada em base familiar, devemos ter em conta que uma grande diferença separa as unidades improdutivas das que tem um alto índice de avanço tecnológico (FAUSTO, 2009, p. 539).

Ao pensarmos a respeito dos apontamentos feitos por Boris Fausto (2009) e, particularmente, acerca de nosso objeto de pesquisa, podemos indicar, no Estado de São Paulo, os trabalhos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e, especificamente, da CATI, enquanto caminhos encontrados pelo Estado com o objetivo de garantir a sobrevivência, manutenção e até aumento das pequenas e médias produções, que não poderiam sucumbir às grandes agroindústrias, dada sua necessidade, principalmente, no fornecimento de insumos alimentícios básicos. Mais uma vez apontamos que, diante dos trabalhos realizados, embora muitas vezes repensados e reformulados, a CATI, segundo

seus responsáveis, bem como material cedido pela instituição, tem conseguido atingir a grande parte destes produtores. Após estas considerações, trataremos mais detalhadamente do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas posteriormente a sua ampliação, mediante acordo de financiamento com o Banco Mundial, buscando relembrar suas principais realizações.

CAPÍTULO III – O TRABALHO DA CATI HOJE

3.1. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I: Transformações Ambientais, Econômicas e Sociais nas Vidas de Produtores Rurais.

Iniciado no ano de 1987, de acordo com a CATI o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas rapidamente atingiu a inúmeros sujeitos no campo, o que fez com que sua atuação crescesse e demandasse por ampliação, o que em 1993 ganhou espaço por meio da lei 8.331, que autorizava a obtenção de financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por meio da execução de “(...) Projeto de Manejo e Conservação do Solo, que se insere no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas” (CATI, 2009, p. 11).

Ainda segundo a instituição, a partir daí, medidas foram tomadas visando à adequação dos trabalhos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento às condições impostas pelo Banco Mundial, dentre as quais se destacou a criação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp), esta que anteriormente era denominada CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e colonização, passou no ano de 1987 a ser parte das formulações do novo programa que tinha como prioridade a conservação do solo e da água. Além desta, outras leis foram alteradas de maneira que se permitisse ao Poder Executivo a concessão de subsídios aos produtores rurais, assim como também a doação de sementes, em incentivo às práticas agrícolas conservacionistas em microbacias hidrográficas (CATI, 2009). No ano de 1997, ao negociar com o Banco Mundial empréstimo que financiasse o programa, o governo do Estado de São Paulo teve ainda a missão de reorganizar e redefinir o mesmo, reestruturando seus objetivos em consonância com os pensamentos e práticas defendidos pela instituição, pautados na política neoliberal.

Documentos da CATI demonstram que os trabalhos se iniciaram primeiramente com recursos do próprio estado e, já em 1998, foram divulgadas intenções e potencialidades do programa no sentido de resolução de problemas relacionados à pobreza e à degradação ambiental no meio rural, o que buscava a adesão de municípios à proposta.

Segundo os dirigentes da entidade, houve ainda transformações relacionadas à estrutura interna da instituição e a este respeito Ypujucan Caramuru Pinto (diretor do Departamento de Comunicação e Treinamento) nos disse:

Bom, a grande mudança foi assim, na parte hierárquica da instituição, porque antes a instituição era composta de um órgão central, aqui a CATI, pelo departamento de assistência da época, era o Departamento de Assistência Rural, Departamento de Sementes e Mudas, Departamento de Defesa Agropecuária, Centro de Comunicação Rural, Centro de Treinamento, e depois nós tínhamos também, 10, 15 regionais agrícolas e 72 delegacias agrícolas, que comandavam 570 Casas de Agricultura. Na reformulação foram extintas as delegacias agrícolas, foram extintas também as 15 regionais e se criaram 40 regionais. Então nós tínhamos 72 delegacias, mais 15 regionais, eram 87 unidades, passou-se então pra 40 unidades que no caso passou a se chamar Escritório de Desenvolvimento Rural. A nível central foi feito o, Departamento de Defesa Agropecuária virou uma coordenadoria, hoje é uma Coordenadoria de Defesa Agropecuária e hoje a estrutura da CATI é composta então pela Administração da CATI, foi criado o Departamento de Comunicação e Treinamento, que abrangeu CETATI e CECOR, se criou o CIAGRO, que é o Centro de Informações Agropecuárias, que cuida tanto da parte de informática, de administração da parte de informática, como mapeamentos e tudo mais sabe e o Departamento de Extensão Rural passou a ser uma Divisão de Extensão Rural e nós temos o Departamento de Sementes Mudas e Matrizes. Então essa é a estrutura atual da CATI (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Ainda de acordo com a CATI, com a efetivação do empréstimo, em 1999, ampliaram-se as discussões no âmbito da entidade a respeito de uma nova proposta de extensão rural no Estado de São Paulo.

3.2. A presença do Banco Mundial no financiamento da CATI.

Cabem, neste momento, algumas colocações a respeito do Banco Mundial, buscando apenas perceber sua atuação e como se deu sua relação com nosso país, a fim de que possamos compreender como alcançou a CATI.

Vale lembrar que esta instituição iniciou seus trabalhos na perspectiva de, junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional) trazer estabilidade financeira no período do pós segunda guerra mundial, auxiliando economias devastadas por meio de empréstimos com

pagamentos a longo prazo para o setor privado, porém, ao longo dos anos 1950, sua atuação se deu muito mais no sentido de aproximar os países considerados de “terceiro mundo”, integrando-os ao mundo ocidental, na busca por expansão e consolidação do sistema capitalista, afastando-os de qualquer “perigo comunista”. O início dos trabalhos do Banco Mundial e das demais agências que atuavam (e atuam) em conjunto com esse tinha como perspectiva o desaparecimento da pobreza como consequência de um suposto crescimento econômico, no entanto o que se percebia cada vez mais em torno dos anos 1960 era que não só a pobreza não havia desaparecido, como crescia cada vez mais a concentração de renda e miséria (SOARES, 2007).

Já nos anos 1970, numa conjuntura de crise generalizada, o mundo viu surgir um processo de reestruturação tecnológica e produtiva, inicialmente nos países mais industrializados, num contexto de globalização onde se fizeram presentes as teorias neoliberais, que compunham a base do Banco Mundial (cabe lembrar que, especificamente no Brasil, tais transformações se apresentaram fortemente apenas nos anos 1990). Neste período, a instituição se tornou peça chave na sustentação e adequação dos países em crise, o que deu abertura para que interviesse cada vez mais nas políticas e ações destes, dado que, em troca de financiamento, o Banco Mundial impunha as mais diversas condições e ajustes de seu interesse, o que ficou claro nos anos 1980, quando passou a inserir nos países financiados um ideário de atuação neoliberal, por meio do qual deveriam cada vez mais buscar atender aos interesses do capital, de maneira que se dispusessem a reduzir gastos públicos; se abrirem comercialmente, reduzindo tarifas de importação e eliminando barreiras não-tarifárias; não restringissem ingresso de capital estrangeiro; desregulassem seus mercados domésticos, eliminando intervenções do Estado e privatizassem empresas e serviços públicos (SOARES, 2007).

Nem todos os países acataram integralmente ou da mesma forma esse receituário e é importante ter em mente que, ao contrário do que se propunha, a atuação do Banco Mundial gerou inúmeras críticas na medida em que alargou a pobreza, concentrando renda nas mãos de poucos, mediante suas condições de financiamento e, além disso, também diferente do que indicava, colaborou significativamente para a degradação do meio ambiente, posto que financiou os mais distintos projetos relacionados a energia, recursos florestais, entre outros que muitas vezes fracassaram e tiveram como saldo prejuízos milionários. A partir de meados dos anos 1980 a instituição procurou se ajustar, a fim de restabelecer sua credibilidade perante o mundo, com programas relacionados tanto a

preservação ambiental, quanto à erradicação da pobreza, o que pouco se efetivou na prática.

Com relação ao Brasil propriamente, vale apenas apontar que sua relação se deu ora de maneira próxima, ora marcada por certo afastamento. De acordo com Soares (2007) entre os anos de 1976 e 1983 cresceram substancialmente os investimentos no país, com grande destaque, por exemplo, para o setor agrícola. Já na segunda metade da década de 1980, decaíram consideravelmente os empréstimos, tendo em vista que muitas vezes não havia aqui o cumprimento adequado das condições impostas, além de problemas gerenciais, o que fazia com que a grande maioria dos projetos fracassasse. Ainda assim, entre os anos de 1987 e 1990 os maiores empréstimos foram para a agricultura, alcançando cerca de 47% (SOARES, 2007).

Uma importante discussão a ser feita, quando pensamos acerca da atuação do Banco Mundial, é que sua principal proposta era ser uma agência de desenvolvimento mundial, no entanto, sua atuação tem se dado muito mais no sentido de alargar as diferenças sociais, aumentando a exclusão e a pobreza. Quanto às suas intenções para a erradicação da última, cabe apontar que estas tem sido de

(...) financiamento de programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais (...).

Ou seja, a recente ênfase no combate à pobreza tem um caráter instrumental onde os programas sociais visam garantir o suporte político e a funcionalidade econômica necessários ao novo padrão de crescimento baseado no neoliberalismo econômico (SOARES, 2007, p. 27).

Os governos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e posteriormente o de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), iniciaram e reforçaram a inserção de reformas neoliberais o que, por um lado, reaproximou o Banco Mundial do país na década de 1990, porém, trouxe à população as mesmas conseqüências vividas anteriormente por aqueles que realizaram o mesmo, como queda no PIB *per capita*, aumento da dívida externa, aumento da concentração de rendas, crescimento da população mais pobre, queda nos salários, entre outros (SOARES, 2007).

Como já apontado anteriormente, é desta época o acordo entre Banco Mundial e Governo do estado de São Paulo para financiamento do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, realizado pela CATI, assim, vale pensar em que medida suas concepções se refletiram (e ainda refletem) nas ações realizadas pela instituição, corroborando

substancialmente para a inserção de políticas neoliberais. Posteriormente, trataremos a respeito das principais mudanças nos trabalhos da coordenadoria, as realizações do PEMH e como este envolveu a instituição, além de milhões em investimento.

3.3. Novas diretrizes e concepções.

Em 1999 efetivou-se o acordo de empréstimo entre o governo do Estado de São Paulo e o Banco Mundial, assim, dentro da idéia que envolvia o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (ideais de conservação ambiental, etc.) novos objetivos foram traçados, estes que diziam respeito à

(...) promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo; entendendo-se por desenvolvimento rural a ampliação das oportunidades de ocupação, a melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e reorientação técnico-agronômica. Tudo para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, por meio da implantação de sistemas de produção agropecuária que viessem a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiados e da sociedade civil organizada (SÃO PAULO, 2009, p. 11).

Assim, foram reforçadas as propostas de (re)organização de associações, conselhos municipais de desenvolvimento rural e grupos ambientais, chamando as famílias, comunidades e lideranças a discutirem e serem parte de novas projeções. Deste modo, pouco a pouco os municípios foram aderindo à proposta que tinha como foco a microbacia hidrográfica como “unidade de intervenção e análise” (SÃO PAULO, 2009, p. 12). Outra dentre as intenções do projeto, disse respeito ao fortalecimento, em trabalho conjunto da CATI com os municípios, da rede de assistência técnica e extensão rural, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação, etc., o que possibilitou o acordo e participação de 514 municípios⁶, cujos principais beneficiários, de acordo com seus

⁶ Embora o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas tenha atendido 514 municípios no estado de São Paulo, vale apontar que hoje a CATI se faz presente por meio de 594 Casas da Agricultura, 40

dirigentes, foram produtores (pequenos, médios ou grandes, embora tenha se declarado sempre preocupação essencial com as duas primeiras categorias) individuais ou em trabalhos coletivos, pertencentes às microbacias selecionadas, sendo que aos primeiros considerava-se a área das propriedades, condição de trabalho (proprietário, arrendatário ou parceiro) principal fonte de renda, utilização de mão-de-obra familiar e local de residência e aos últimos impunha-se que fossem organizados em número mínimo de cinco, além do que, deveriam se adequar às condições impostas pela utilização de certos equipamentos ou realização de determinadas obras (SÃO PAULO, 2009).

Acerca do trabalho realizado pela CATI e sua compreensão sobre extensão, um dos diretores entrevistados declarou que:

(...) o trabalho de extensão você confunde ele muito com educação, (...) o trabalho é exatamente isso, você está promovendo o desenvolvimento, encarando o produtor não apenas como um produtor, mas ali tem uma família, com pessoas que procuram melhorar de vida, não apenas produzir, mas se desenvolver, promover, educação, bem estar da família, tal... e integrá-los à sociedade, não ficar à margem como a gente muitas vezes vê, o produtor rural não participando das decisões. Então o grande foco, vamos dizer, nosso, atualmente, é trazer o produtor, inseri-lo no contexto pra que ele possa exercer plenamente sua cidadania, possa participar das decisões do município, que muitas vezes a gente encara o município como uma parte urbana, a parte rural tá lá toda esquecida, mas quando você analisa um plano diretor de um município muitas vezes não é nem mencionada a parte rural, a zona rural... e hoje nós estamos trabalhando pra que todo município tenha um plano de desenvolvimento rural sustentável, inserirmos um plano diretor rural em cada município e com isso nós conseguimos constituir os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, todo município hoje tem um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nós temos uma Casa de Agricultura em cada município e estamos fazendo com que cada vez mais o produtor participe das decisões, do destino do município, como um todo, não ficando mais a margem das decisões como sempre tem ocorrido em municípios aqui mesmo, principalmente aqui em São Paulo (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

De acordo com as condições de natureza ambiental, destacando áreas com altos índices de erosão ou com suscetibilidade a esta, além de características econômicas, indicativas de áreas mais pobres, o estado, ainda segundo a CATI, foi agrupado em três diferentes regiões, separadas por prioridades, de maneira a facilitar a concentração de trabalhos e renda investida, resultando que à região de prioridade um, seriam destinados 70% dos recursos, à região de prioridade dois, 27% destes e, por último, à região três, 3% somente.

A divisão do Estado pode ser percebida conforme o mapa abaixo:

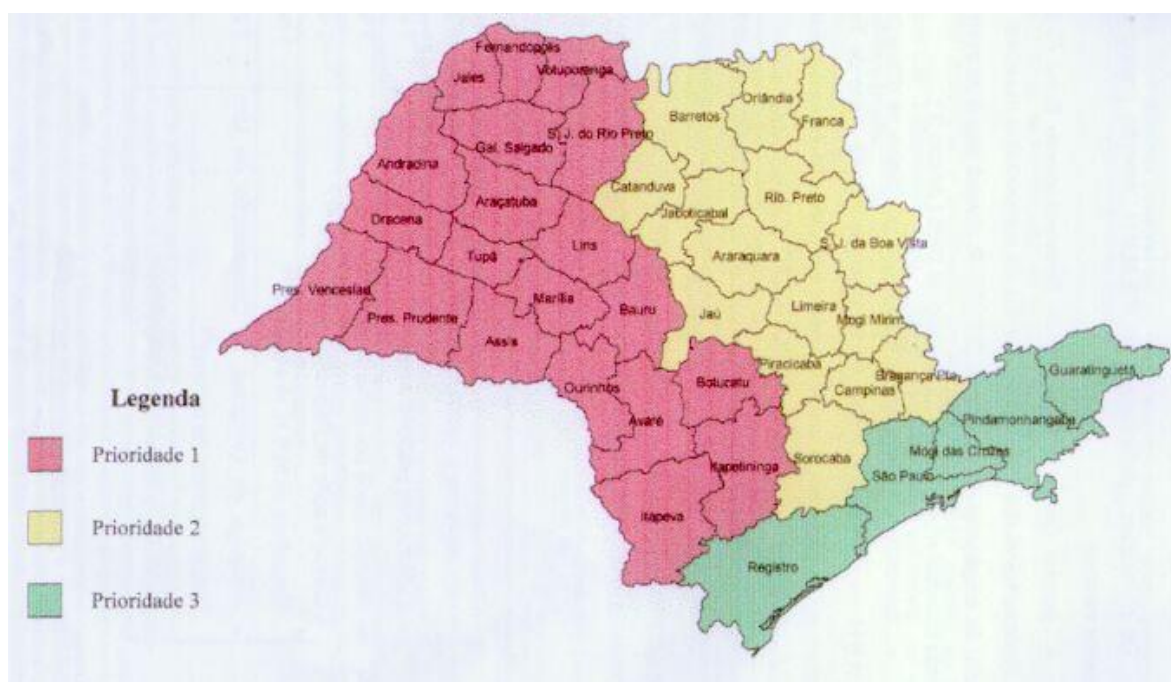


Figura 1: Mapa que define as regiões e prioridades de atendimento da CATI

Fonte: www.cati.sp.gov.br, acesso em: 08/06/2011.

Tratemos agora mais detalhadamente acerca das atuações da CATI, diante deste novo projeto, lembrando que, com os investimentos do BM, a coordenadoria passou de uma movimentação de R\$ 6 milhões, quando iniciado o programa no ano de 2000 a uma que alcançou os R\$ 55,8 milhões no ano de 2007 (SÃO PAULO, 2009).

A respeito da assistência técnica e extensão rural, a entidade afirma ter se destacado pelo fato de que a atuação de seus profissionais abandonou a primeira enquanto atividade pontual, de atendimento por demanda técnica isolada por parte dos produtores, tornando este um trabalho de extensão com foco educacional, de conhecimentos e

habilidades levados aos produtores para que estes dessem conta da solução de seus problemas. Tal perspectiva buscou, de acordo com dados da instituição, a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos “sempre com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico” (SÃO PAULO, 2009, p. 15). Neste mesmo contexto os técnicos extensionistas deveriam ser os sujeitos que conheciam a história e a realidade de onde atuavam e, portanto, articuladores entre as necessidades dos produtores e o acesso às práticas da CATI. Na perspectiva de atendimento a essa nova demanda e maneira de organizar o trabalho, foi investido montante na contratação de novos profissionais por meio de concurso público, porém, segundo seus funcionários, ainda hoje é grande a necessidade de outros mais que possam atuar não somente nas áreas de ciências agrárias, mas em todas as demais profissões. A esse respeito, todos os entrevistados fizeram menção e destacamos neste momento, mais uma vez, as declarações de Ypujucan Caramuru Pinto, que ao ser questionado acerca da relação entre a CATI e os governos do Estado de São Paulo, nos disse:

Então, nós sempre tivemos altos e baixos, a CATI tem um quadro de funcionários que envelheceu, nós tivemos o último concurso público há três anos atrás, admitimos duzentos e poucos técnicos, mas havíamos ficado mais de dez anos sem abrir concurso público, então teve uma defasagem grande no quadro, as pessoas foram envelhecendo, saindo (...) hoje nós temos uma dificuldade ainda em suprir as vagas (...) nós estamos num processo agora de a CATI contratar remanescentes desse concurso que foi realizado três anos atrás, mais duzentos técnicos e com isso nós conseguiríamos atender a pelo menos 60, 70% das nossas casas de agricultura, que na realidade a CATI ta presente em praticamente todos os municípios agrícolas do estado, nós tínhamos um processo de municipalização, onde num convênio com a prefeitura, a prefeitura disponibilizava um técnico, mas isso não atende plenamente e foi uma forma mais de complementar e atender a demanda das Casas de Agricultura, o ideal é que a gente tenha um técnico do quadro à frente dos trabalhos. Nós tivemos de 67 pra cá, com essas mudanças todas, depois que, com a redemocratização a partir de 83, o governo passou a dar um olhar diferenciado pra agricultura, tínhamos aquele esquema de produção, passou a ver a parte mais de extensão também e a partir daí nós tínhamos altos e baixos (...) nós estamos numa situação hoje, nós estamos em maio e nós ainda não temos o secretário da agricultura escolhido, temos um secretário respondendo internamente, mas ainda não temos um secretário escolhido entendeu (...) (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Para além de sua relação entre demanda e contratação de funcionários, segundo os dados fornecidos pelo órgão, o programa realizou melhorias em termos de infraestrutura, investindo em veículos, informatização, comunicação e na qualificação de pessoal, o que, de acordo com suas informações, colaborou para o que foi a maior realização de toda sua

história, capaz de unificar todo o Estado “com características realmente extensionistas, no sentido de um trabalho de desenvolvimento com essência educativa e participativa” (SÃO PAULO, 2009, p. 16). Dada a sua abrangência, a CATI considera que o PEMH tenha sido um grande programa de comprometimento com a agricultura estadual, capaz de fazê-la chamar a atenção em âmbitos municipais, estaduais e federal, além de um profundo articulador de necessidades.

Entre suas principais ações locais, algumas já citadas, estão a criação dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural, estes que de acordo com o órgão, se constituíram enquanto espaços consultivos que contavam com a participação de alguns setores da sociedade (porém com destaque para produtores) sob regulamentação do Governo Estadual e com a responsabilidade de articular propostas e gerir recursos, determinando prioridades para a área rural, o que a CATI acredita ter garantido a transparência e representatividade dos sujeitos, em cada microbacia (SÃO PAULO, 2009). Embora em muitos casos não tenha sido suficiente, de acordo com a CATI, parcerias foram firmadas entre os governos municipais e estadual, principalmente na contratação e atuação de técnicos e veterinários⁷, além de obras de melhorias diversas, como estradas rurais, instalação de viveiros de mudas e a realização dos mais diversos projetos em unidades demonstrativas.

Outro aspecto apontado pela entidade, como sendo muito forte do PEMH, no sentido de organização rural, ainda de acordo com seus dirigentes foi a busca por certo tipo de “conscientização” por parte dos produtores, que deveriam engajar-se e serem parte do projeto. Coerentes com tais propósitos, a CATI enxergou (e enxerga) como fundamental o associativismo, acreditando que por meio deste a comunidade participaria e se fortaleceria, além do que, assim poderia ser garantida a transparência, descentralização e eficácia que buscavam, na intenção de que estes sujeitos fossem capazes de, após suas intervenções, darem continuidade às propostas (SÃO PAULO, 2009).

Para tanto, uma série de ações são apontadas, como tendo sido desenvolvidas:

⁷ Ao tratarmos das Casas de Agricultura especificamente, serão resgatados alguns discursos de funcionários acerca desta relação entre Estado e municípios por meio dos convênios.

Capacitação de técnicos executores para trabalharem com associativismo;
Promoção de eventos motivacionais e de capacitação (encontros, seminários, oficinas e congressos) – nos âmbitos regional e estadual – voltados aos dirigentes e membros de associações existentes e às lideranças comunitárias das microbacias trabalhadas;

Apoio às articulações regional e estadual das associações, visando à troca de experiências e à organização de atividades conjuntas;

Assessoria técnica às comunidades interessadas na formalização e/ou no fortalecimento de associações de produtores rurais (...) (grifos nossos) (SÃO PAULO, 2009, p. 25).

De acordo com seus diretores, este trabalho não foi realizado apenas pela CATI, mas contou com auxílio do “Instituto de Cooperativismo e Associativismo, órgão da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro)” (SÃO PAULO, 2009, p.25) que também é parte da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Dados da instituição apontam ainda a evolução em termos de criação de associações, estas que no ano de 2002 somavam 175 e, em 2009, alcançaram a casa de 517, demonstrando ainda que foram distribuídos cerca de R\$ 870 mil reais por meio do programa, auxiliando 170 associações e 10.476 produtores no financiamento de equipamentos de escritório e informática, para a formação adequada de seus espaços (CATI, 2009).

Para além da formação, a CATI alega ter atuado diretamente ou no auxílio de outros inúmeros projetos ao longo dos anos em que vigorou o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, como a criação da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo – Famhesp, do ano de 2005, o que retirou as associações municipais de seu contexto isolado, colocando-as em diálogo e, segundo a instituição, formando “(...) parceiras no cenário do agronegócio (...)” (SÃO PAULO, 2009, p. 26).

Afirmaram ainda terem tido seus projetos engajados nas questões de “Educação ambiental”, por meio do que denominaram “Aprendendo com a Natureza”, um trabalho considerado pela entidade, como sendo de grandes proporções, realizado com alunos de terceiro e quarto anos do Ensino Fundamental, na intenção, segundo eles, de fazê-los compreenderem que são parte do meio ambiente e que, assim, constituía-se de grande importância também a sua participação no sentido de conservação de recursos em busca de desenvolvimento sustentável. Para tanto, foi formulado “material didático diferenciado,

pois trata as questões ambientais sob o enfoque rural” (SÃO PAULO, 2009, p. 29), além de

(...) formação de Grupo de Educação Ambiental e agentes ambientais – voluntários identificados e capacitados para atuarem como parceiros do Programa em suas comunidades, para os quais foi disponibilizada a publicação *Trabalhando com a Natureza* (SÃO PAULO, 2009, p. 29).

Demonstrando ter grande inserção nas escolas, seus dirigentes afirmam que este projeto vigorou entre os anos de 2002 e 2008, formando cerca de 486 mil crianças de 1.774 escolas, 8.760 professores e coordenadores, 790 agentes ambientais que auxiliaram o trabalho e 80 grupos que se consolidaram para a realização de diversas ações, como coletas seletivas, reciclagem, entre outras. Todos agiram numa área de 489 municípios e foram disponibilizados, em 40 escritórios regionais da CATI, equipamentos para que se formassem salas multimídias, em apoio às atividades (SÃO PAULO, 2009). De acordo com a instituição

As atividades de educação ambiental, desenvolvidas com crianças e adultos no contexto do Programa de Microbacias, contribuíram para a formação de pessoas não apenas conscientizadas sobre a importância da conservação e preservação dos recursos naturais para a continuidade da vida no planeta, mas também dispostas a mudar seus hábitos, adotar práticas conservacionistas e se tornar multiplicadoras em suas comunidades (SÃO PAULO, 2009, p. 29).

Enquanto pesquisadores, acreditamos na validade de trabalhos que envolvam alunos e comunidades, no sentido de preservação de recursos naturais, no entanto, acerca dos trabalhos realizados pela instituição, bem como do material distribuído por ela, cremos ser necessária certa atenção. Como apontado anteriormente, os trabalhos desenvolvidos pelo PEMH são financiados por acordo com o Banco Mundial, este que implantou o ideário neoliberal e o tem reforçado ano a ano em suas práticas voltadas ao mercado, às desregulamentações, entre outras atitudes que tem marginalizado muitos e se efetivado positivamente para poucos. Assim, cabe a nós pensarmos que concepções podem trazer esses materiais, tão amplamente difundidos e “aplaudidos” em meio àqueles que os utilizaram e muitos que ainda os utilizam. Mais uma vez, nossa intenção não é retirar a legitimidade das proposições e atividades que envolveram alunos e comunidades inteiras, as refletirmos acerca destas, principalmente a respeito das concepções de mundo que estão por detrás de seus escritos.

Ao ser questionado sobre a atuação e alcance das ações da CATI, Ypujucan Caramuru Pinto deixou claro em sua fala certo destaque ao projeto citado anteriormente,

assim, cremos ser válido aqui um trecho de sua resposta, ao perguntarmos acerca de quantos trabalhadores em média, a CATI consegue atingir:

(...) é difícil a gente mensurar, mas para você ter uma idéia, nós temos hoje constituídas quinhentas e poucas associações de produtores organizados no estado. Isso se você considerar aí uma média de 30, então você já vai ter aí 15 mil, 20 mil, mas o alvo é grande, depende às vezes do setor, então o setor de crédito, que a CATI emite a DAP, Declaração de Aptidão do Pronaf⁸, está atingindo 30, 35 mil produtores (...) mas dependendo da atividade o alcance é sempre maior (...) no programa de Microbacias I, por exemplo, só escolares do programa de Educação Ambiental, nós atingimos quase 500 mil crianças durante esses cinco anos, porque o programa, educação ambiental, acabou virando matéria da grade curricular, das escolas de onde o programa atuou, então foi um trabalho muito grande, o alcance foi muito grande (...);

Ao pedirmos que descrevesse mais detalhadamente a forma como ocorreu este programa, ele nos afirmou:

Então, porque nós tínhamos uma parte de Educação Ambiental e o envolvimento das crianças foi automático, então a matéria de Educação Ambiental acabou substituindo a matéria de Ciências na grade curricular na educação. Então nós tínhamos assim um movimento de municípios. Eram mais de duzentos municípios envolvidos no programa e era matéria de terceira e quarta série, então foi um alcance muito grande (...) (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Outra dentre as atuações de destaque da instituição tratou da “Adequação de estradas rurais e controle de voçorocas”, um trabalho considerado de extrema importância para que outros pudessem se realizar, efetivado principalmente em trechos mais críticos, que, segundo a CATI, totalizou cerca de 1.600 quilômetros, beneficiando mais de 25 mil produtores. Nesse trabalho, de acordo com a coordenadoria, foram investidos R\$ 69,4 milhões de reais e suas ações envolveram as comunidades por meio de diagnóstico participativo com levantamento de prioridades. Em parcerias com outras empresas a CATI acredita ter colaborado significativamente para seu próprio aprendizado, a comunidade, as prefeituras e aqueles que foram seus parceiros, (SÃO PAULO, 2009), crescendo em

⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ou Pronaf, é a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. (...) tem como objetivo o fortalecimento das atividades produtivas geradoras de renda das unidades familiares de produção, com linhas de financiamento rural adequadas à sua realidade (BRASIL, 2011).

conhecimento e propiciando melhorias nas vidas de sujeitos em áreas mais afastadas ou prejudicadas.

A adoção de novas técnicas de intervenção em trechos críticos de estradas rurais é vista pela entidade como um exemplo de sucesso de adaptação de tecnologia do Programa. Com esse trabalho, segundo seus dirigentes, promoveu-se um grande avanço tecnológico das Unidades Técnicas de Engenharia da CATI, reunindo técnicos que já atuavam na área de conservação do solo e que foram capacitados para elaboração de projetos e acompanhamento de obras. Juntamente com a Codasp⁹, empresa do Estado que atua na área de adequação de estradas rurais, garantiu-se a capacitação dos engenheiros e operadores de máquinas das prefeituras municipais (SÃO PAULO, 2009, p. 45).

Além dos projetos que obtiveram maior enfoque, fosse por sua abrangência, ou ainda por sua relevância em um contexto geral de atuação, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, de acordo com seus defensores trouxe também outros resultados à agricultura do estado, relacionados especialmente à: “*Capacitação e Difusão*”, por meio do qual levaram seus ideais a milhares de produtores; “*Fiscalização da Lei de Uso do Solo e de Incentivos*”, atividade importante na garantia de que as boas práticas, educação ambiental e todo o trabalho realizado se efetivassem; “*Práticas relacionadas à melhoria da qualidade e quantidade de água*”, reforçando a distribuição racional, o tratamento de esgoto doméstico, além da viabilização de fossas sépticas em milhares de propriedades e a construção de abastecedouros comunitários; “*Aquisição de maquinário*” (roçadeiras tratorizadas e costais), por meio dos quais atenderam cerca de 7.800 produtores e “*Diversificação de atividades desenvolvidas nas unidades de produção*”, incentivando práticas integradas. Acerca desta diversificação, foi questionado em entrevista a respeito das principais culturas trabalhadas no Estado de São Paulo e obtivemos as seguintes colocações:

⁹ Codasp: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, é uma empresa vinculada também à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo e é responsável por trabalhos de motomecanização e infraestrutura voltados “à agricultura, ao agronegócio, ao desenvolvimento sustentado e à conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (principalmente do solo e da água)” (www.codasp.sp.gov.br, consultado em 04/07/2011).

É muito diversificado. Eu falo pra você por exemplo, cana, a CATI trabalha quase nada, quase nada porque normalmente são grandes empresas e tal, mas hoje nós já temos uma atuação forte na parte de fruticultura, na parte de pecuária leiteira, parte de produção de verduras, frutas e legumes (...) estamos incentivando muito o uso de produção em ambiente protegidos, estufas e tal, temos uma demanda grande também desses produtores e seringueiros também, outra área que está entrando bastante, mas principalmente gado leiteiro, gado de corte, pequenas e médias propriedades e fruticultura, olericultura, então basicamente são esses, outra área que a CATI se destaca é a produção de alimentos, porque o departamento de sementes da CATI é um dos poucos fornecedores de semente de feijão, dificilmente, hoje você quase não encontra no mercado sementes de feijão de firmas particulares e a CATI produz semente de feijão, produz semente de arroz, milho variedade, que é uma outra opção, o pessoal compra esse milho já... tem o transgênico já no estado e o milho híbrido e a CATI produz o milho variedade, que é um milho que tem uma produtividade muito boa e exige baixa tecnologia (...) mas essa parte de alimentos, grãos, frutas, legumes, verduras, fruticultura, é praticamente a parte mais forte que a CATI atua, principalmente a parte ligada a produção de leite (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada 27/04/2011, Campinas).

Assim, tendo como responsabilidade uma imensa variedade de atuações e enorme verba disponibilizada pelo banco mundial, os trabalhos realizados nos últimos anos, de acordo com a instituição, resultaram nos seguintes números¹⁰:

O total investido em ações, visando ao desenvolvimento rural sustentável, foi de R\$ 159,5 milhões, dos quais R\$ 135,5 milhões foram apoiados pelo Programa e R\$ 24 milhões foram investidos pelos agricultores¹¹. Práticas integradas de manejo e conservação dos recursos naturais foram promovidas e planejadas de forma participativa em 970 microbacias, envolvendo 69.997 produtores em 514 municípios, abrangendo uma extensão de 3.310.312 hectares.

Dos 970 planos de microbacias aprovados, 682 foram realizados em regiões de prioridade 1; 251 em regiões de prioridade 2; e 37 em regiões de prioridade 3 (SÃO PAULO, 2009, p. 33).

Para além dos avanços em termos de números, algo muito apontado por funcionários, tanto da CATI central, quanto das Casas da Agricultura (como poderemos conferir adiante, mediante declarações dos mesmos) assim como também lembrado em

¹⁰ Em anexo segue tabela acerca do desempenho do PEMH, por regionais, demonstrando quantos municípios participam em cada regional, bem como dados do programa: produtores atendidos, investimentos, etc.

¹¹ Muitas vezes esses agricultores possuem apenas o financiamento parcial para a aquisição, por exemplo, de novas tecnologias e insumos para suas produções.

seus materiais de divulgação, são as mudanças de comportamento trazidas pelo programa. De acordo com a instituição, o trabalho realizado modificou a autoestima das famílias atendidas, que por meio do contato com novas tecnologias e possibilidades de atuação se sentiram “inseridas” nas possibilidades de mercado e numa produção que, segundo eles, vai além da subsistência e os possibilita uma vida melhor. Neste sentido, mais uma vez não retiramos a validade da atuação do programa no contexto dos sujeitos contemplados por ele, no entanto, cabe a nós sempre pensar com cautela acerca dos limites muitas vezes impostos ao desenvolvimento e a “melhoria” destas pessoas, dado que, por maior que seja a abrangência de atuação de programas como este, ainda são inúmeras as produções que sequer dão conta de sua subsistência, cujos dependentes são muitas vezes obrigados a “revezarem” seus trabalhos no campo com outros que garantam renda extra.

Durante nossa entrevista com Ypujucan Caramuru Pinto, alguns pontos foram trazidos à discussão, buscando perceber, primeiramente, o envolvimento dos produtores atendidos, ao questioná-lo acerca da demanda por trabalhos, se esta viria dos próprios sujeitos. A este respeito, ele nos apontou que

(...) vêm dos produtores (...) a gente faz esse diagnóstico participativo, a CATI vem adotando, exatamente isso, numa reunião você levantar com eles as dificuldades, os problemas que eles estão encontrando e tentar equacionar com eles. Muitas vezes os problemas não são só de agricultura, isso no programa de Microbacias ficou muito evidente. A gente participava de algumas reuniões com os produtores e na realidade de agricultura eles não tinham praticamente carência nenhuma, era problema de saúde, problema de transporte, era problema de segurança e a CATI passou a atuar então como um agente de desenvolvimento. Nós passamos a incluir nas nossas reuniões, convidar pras nossas reuniões, representantes das demais secretarias. Com isso nós temos a “patrulha rural” (...) começou na região de Ribeirão Corrente, região de Franca, nós tínhamos uma incidência grande de assaltos, roubos na zona rural e isso foi diagnosticado, foi levantado em reuniões com os produtores e hoje você tem lá todo um trabalho que eles próprios administram com a polícia, com a polícia florestal, com a polícia militar e os segmentos, por exemplo, você vai ver agora (...) amanhã, nós vamos ter um evento lá em Marília no qual nós estamos trazendo a integração da área de saúde com agricultura, com o pessoal da CATI, porque nós temos muito problema que poderia ser tratado preventivamente no campo e essa integração vai ajudar a melhorar muito as condições de saúde do pessoal do campo. Também fizemos um trabalho grande na parte de saneamento, com a introdução de fossas sépticas, furando poços no programa de Microbacias, onde eles podiam então ter acesso a uma água melhor, o caso do esgoto da fossa séptica, evitando a contaminação do lençol freático, então muito trabalho que não é só agricultura, envolvendo outra coisa importante que foi diagnosticada nas conversas, a coleta de lixo na zona rural, há um tempo atrás a gente nem falava nisso, mas com o uso cada vez maior de produtos descartáveis, acabou tendo uma demanda.

Também a questão de agrotóxicos, a destinação das embalagens de agrotóxicos, antes se jogava no rio, contaminava a água, deixava ao relento, hoje não, hoje tem todo um sistema de utilização de agrotóxico, da coleta dos vasilhames (...) tudo isso foi sendo disciplinado, tá sendo trabalhado ainda, mas exatamente essa demanda veio dos produtores, a gente conversando, fazendo esse diagnóstico participativo, nós fomos encontrando essa problemática que muita gente não imaginava que existia nesse lugar, no campo, que o problema não é só na cidade (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Em continuidade a esta declaração, perguntamos ainda a respeito do retorno destes sujeitos, que respostas estes ofereciam ao trabalho realizado e Ypujucan nos respondeu o seguinte:

Olha o retorno tá aí, tá aí (...) para se ver, São Paulo hoje é um dos maiores produtores em vários segmentos, maior produtor de açúcar e álcool, maior produtor de laranja, nós somos muito fortes também na parte de agricultura, bovinocultura de corte, de leite, fruticultura. A agricultura de São Paulo é muito diversificada, nós somos o maior produtor de borracha, de borracha natural, a seringueira está ocupando um espaço muito grande e é normalmente projetos desenvolvidos por pequenos produtores, ocupa muita mão de obra, uma mão de obra hoje bem remunerada, O (*trecho inaudível*) mesmo nós tivemos lá fazendo uma reunião com a fundação “Paula Souza” onde nós vamos fazer um trabalho de capacitação de sangradores, então é a demanda que está surgindo no oeste paulista. E isso é o que gratifica, você ver o trabalho da CATI, a assistência técnica da CATI no dia-a-dia da produção, tanto na parte de fruticultura, hortícolas, o estado (...) bastante diversificado e produz bem e com qualidade. Isso é o grande diferencial do estado em relação aos demais (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Assim, de acordo com a CATI, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I foi de extrema importância para:

Aumentar a conscientização dos produtores e suas famílias para as questões ambientais;

Melhorar a gestão dos recursos naturais nas propriedades;

Ampliar a participação e a organização dos produtores;

Garantir importantes ganhos de produtividade, com valorização das ações de planejamento e, ao mesmo tempo, maior confiança no serviço de extensão rural (SÃO PAULO, 2009, p. 53).

Ainda segundo seus dados, no tocante propriamente às preocupações ligadas à melhoria de renda, há a orientação para que se criem “planos municipais de desenvolvimento rural” (SÃO PAULO, 2009, p. 53) em consonância com planos regionais de atuação, no entanto, não obtivemos o contato com este material em nenhum dos

municípios visitados e nos materiais consultados, assim como na conversa com Ypujucan, somente houve menção a respeito dos mesmos.

Ao fazer uma avaliação do PEMH a CATI destacou uma série de atuações que acredita terem sido de grande relevância para que o trabalho se efetivasse, dentre as quais apontamos para o *“envolvimento e a participação dos municípios”* compreendidos como determinantes para o bom funcionamento do programa; a *“seleção e posterior atuação dos técnicos”*, tidos como fundamentais para o sucesso dos trabalhos; o *“fortalecimento dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural e das propostas de associativismo”*, meio pelo qual se fizeram presentes as representações dos produtores, reforçando sua legitimação e auxiliando na construção de propostas sustentáveis para o meio e, por fim, o *“diagnóstico participativo e envolvimento das famílias”*, que se fizeram presentes na preparação dos planos e atendimento de demandas, o que demonstrou ser de grande eficácia também para a autoestima desses produtores (SÃO PAULO, 2009).

Assim, a respeito do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, a CATI faz ainda algumas declarações:

Todos ganharam e aprenderam.

A CATI, pela incorporação de uma nova metodologia de trabalho, que trouxe mais brilho e competência em seus mais de quarenta anos de existência.

A comunidade, que teve uma participação que deixou de ser diretriz impressa em livros para se tornar realidade nas reuniões em igrejas, centros comunitários e propriedades, durante os diagnósticos participativos, marco inicial das ações do Programa.

O produtor deixou de ser espectador para se ver como integrante e responsável pela identificação e busca de soluções para seus problemas.

A organização rural se tornou um dos focos principais.

Crianças e jovens saíram da sala de aula e foram aprender com a natureza, em propriedades daqueles que estão trabalhando com ela.

Milhões foram investidos e milhares de famílias envolvidas.

Para o futuro, vislumbramos novos desafios, com o início do Programa Microbacias II – Acesso ao Mercado (SÃO PAULO, 2009, p. 57).

A respeito deste novo Programa, o Microbacias II – Acesso ao Mercado¹², destacamos neste momento somente que outro acordo ocorreu com o Banco Mundial, fechado recentemente, em setembro de 2010, com validade de cinco anos, a partir do qual esperam, além de reforçar as práticas de sustentabilidade trabalhadas anteriormente, integrar os planos das microbacias hidrográficas aos planos municipais de desenvolvimento rural e também aos planos regionais e, principalmente, alcançar o objetivo de aumentar a competitividade da agricultura familiar, incentivando os agricultores a adotarem melhores práticas de produção, comercialização e organização. Neste Programa, de acordo com a CATI, serão apoiados os produtores organizados em associações e cooperativas, em propostas que buscarão conectá-los com o mercado consumidor. Há uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Mundial, desta vez envolvendo cerca de 130 milhões de dólares (CATI, 2010).

Assim pudemos passar, ainda que pontualmente, pelas principais ações empreendidas pela CATI nos últimos anos, além de termos lembrado um pouco de seu histórico e organização, buscando perceber como e porque chegou à configuração que tem hoje. Embora este trabalho não dê conta de esgotar descritivamente ou criticamente toda a coordenação ou todo o trabalho realizado na agricultura no estado de São Paulo, acreditamos que deixar claro como se organiza e atua a CATI é parte da compreensão dos trabalhos e da vida de pequenos e médios produtores rurais de nosso estado.

A seguir continuaremos nossas colocações, porém agora buscando trazer como estão organizados os trabalhos relacionados especificamente à formação e qualificação dos pequenos produtores, pensados em diferentes segmentos da instituição, ou seja, primeiramente no âmbito no DCT – Departamento de Comunicação e Treinamento, este que por sua vez se divide em Centro de Treinamento – CETATE e Centro de Comunicação Rural – CECOR , sendo que ao primeiro cabe atuar

(...) na capacitação de pessoal da instituição, bem como outras entidades e produtores rurais. Sua infra-estrutura conta com 5 salas, sendo uma delas para treinamento em informática e um auditório com cerca de 240 lugares (www.cati.sp.gov.br, consultado em 13/06/2011).

¹² Na verdade o seu nome completo é “Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Microbacias II – acesso ao mercado” (www.cati.sp.gov.br, acesso em 13/06/2011).

Enquanto isso, ao Centro de Comunicação Rural compete:

(...) dar suporte à organização no seu trabalho de difusão de tecnologia aos produtores rurais e ao público interessado, através do planejamento, editoração e produção de materiais de comunicação (...). Todo esse material é distribuído e divulgado através de eventos, cursos, correio, internet e balcão no CECOR (www.cati.sp.gov.br, consultado em 13/06/2011).

Posteriormente apontaremos rapidamente como se deu a tentativa, durante nosso levantamento de dados para a pesquisa, do conhecimento e envolvimento com a instituição em âmbito regional, por meio dos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR's (rapidamente pois não conseguimos o contato mais aprofundado com responsáveis por estas instâncias, assim, nos utilizamos de informações fornecidas por demais participantes de nossa pesquisa) e, mais detalhadamente, o que ocorre nas Casas de Agricultura, já que são estes espaços os que trabalham “em linha de frente” como eles mesmos nomeiam, ou seja, em contato direto com os produtores, fazendo o intermédio entre saberes técnicos, aprendizado e aplicabilidade nas produções, sob a ótica de trabalho do PEMH.

A coleta de dados, como já apontado, se deu também por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas primeiramente em Campinas, na sede da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, com Ypujucan Caramuru Pinto, diretor do Departamento de Comunicação e Treinamento, Miriam Abrahão Gonçalves, diretora do Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional¹³ e Maria Rita P. G. Godoy, diretora do Centro de Comunicação Rural – CECOR.

Já no que compete aos espaços regionais e locais, demonstramos como se realizam os trabalhos nos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR's, porém, buscamos dar mais atenção às Casas de Agricultura, como já citado, apresentando três espaços, escolhidos previamente com auxílio do Coordenador Geral da CATI, o Engenheiro Agrônomo José Luiz Fontes assim como também o responsável pela Divisão de Extensão Rural – DEXTRU, o Engenheiro Agrônomo José Alberto Martins, este que anteriormente, quando iniciamos nossos trabalhos, tinha a função de Chefe do Gabinete do

¹³ Ao consultarmos o site da instituição é possível encontrar apenas “Centro de treinamento” ou, como nos foi dito em entrevista “Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional”.

Coordenador e, assim, acompanhou desde o início o trabalho de pesquisa e se configurou enquanto peça central para que esta se realizasse, sempre disposto a nos ajudar e demonstrando grande interesse, dadas as inúmeras ocupações que impediam encontros recorrentes com o coordenador. Os municípios levantados e indicados por ambos foram Macatuba, Arealva e Botucatu e as respectivas entrevistas foram realizadas com os engenheiros agrônomos responsáveis, Rita de Cássia P. C. de Andrade, Milaine Trabucco Labelo e Rafael Marcelino, nos dias 03,10 e 17 de maio de 2011.

Cabe ressaltar que, dado o imenso número de Casas da Agricultura no Estado de São Paulo era necessário que fizéssemos um pequeno recorte. Para além, muitas CA estão fechadas por falta de funcionários, dentre outros empecilhos, assim, compreendemos que mediante a necessidade de delimitação e ainda, dada a disponibilidade demonstrada em nossas conversas por parte do coordenador e do então chefe de seu gabinete, julgamos válido questioná-los a respeito de que espaços preferiam que conhecêssemos. Cumprimos com suas indicações, o que nos possibilitou conhecer espaços de atuação forte e até certo ponto organizada, no entanto, como já colocado, são inúmeras as casas que se encontram fechadas, inclusive a do município de São Carlos. Responsáveis pela instituição atestam que Casas da Agricultura como esta, ou ainda de cidades como Araraquara ou Ribeirão Preto, dadas as grandes produções que cercam suas áreas, se constituem em espaços de pouca prioridade de atuação da CATI, o que agravado pela falta de funcionários do quadro geral da instituição, faz com que permaneçam até certo ponto “esquecidas” (embora declarem com certeza que independente do número de pequenas produções de um município, seria ideal que em cada um houvesse uma Casa da Agricultura aberta e funcionando).

Como afirmado, as entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelas casas de agriculturas indicadas pela CATI. Embora tenhamos claro que eles somente indicariam as que considerassem melhores ou que tivessem os funcionários mais alinhados com a CATI, ainda assim entendemos que foi muito importante ouvir os funcionários das devidas CAs.

3.3.1. O trabalho na CATI – Campinas: A atuação do CETATE e do CECOR na formação e qualificação dos pequenos produtores rurais.

Como já apontado em alguns momentos neste trabalho, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI tem sua sede na cidade de Campinas, interior de São Paulo, onde conta com uma estrutura de grandes prédios, equipada com refeitório, alojamento, biblioteca, centro de convivência infantil, entre outros que atendem ao quadro de funcionários da cidade, assim como também aos demais, por vezes encaminhados a central tendo em vista os mais variados treinamentos, cursos, palestras e eventos em geral, estes que em sua maioria são realizados no espaço do CETATE – Centro de Treinamento, sobre o qual trataremos primeiramente.

O CETATE, relembramos, é parte do DCT – Departamento de Comunicação e Treinamento e é dirigido por Miriam Abrahão Gonçalves, administradora, funcionária do quadro aproximadamente desde o início de 2010. Primeiramente, ao ser questionado sobre qual seria o papel específico do CETATE, Ypujucan Caramuru Pinto afirmou que seu objetivo maior é a atualização tecnológica dos técnicos, de maneira que se busca qualificar tanto aqueles que estão na chamada “linha de frente”, ou seja, em contato direto com os produtores, como também aqueles que estão no interior da própria instituição. Ele acredita que cerca de 80% dos esforços do centro são no sentido de capacitar seu quadro de funcionários e que esta atividade é de extrema importância, na medida em que são estes sujeitos que irão, nas regionais e Casas da Agricultura, formar os produtores para que levem às suas produções as mais variadas tecnologias e saberes. Assim, ele afirma que, embora eventualmente haja cursos ou eventos diretamente com agricultores naquele espaço, essa não é uma característica comum.

(...) a gente treina os técnicos da rede como um todo, das casas de agricultura e tudo mais, mas a coordenação das capacitações dos produtores é a regional que faz. A gente recebe todo mês, todo um planejamento que eles fazem entre o CETATE... o CETATE faz essa coordenação, mas diretamente quem faz a capacitação são eles (...)

Em continuação às suas declarações, ao questioná-lo sobre o local de realização dos principais eventos de formação, tais como cursos, palestras, entre outros, este acrescentou: “Nas regionais, não aqui, você não traz o produtor pra ser treinado aqui” (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

A respeito da qualificação oferecida aos técnicos ele ainda coloca:

(...) o técnico nós temos o centro de treinamento aqui em Campinas, mas nós realizamos treinamentos tanto aqui em Campinas quanto fora, nas regionais, mas dependendo do assunto, dependendo do curso, a gente faz aqui no centro de treinamento, aqui em Campinas. Quando exige algumas aulas práticas, alguma coisa de campo, aí a gente procura fazer nas regionais, mas basicamente é feita aqui em Campinas. Nós temos uma estrutura boa pra isso, temos um auditório grande, um auditório pra 250 pessoas, temos várias salas de aulas de apoio, a biblioteca, temos alojamento, refeitório, então tudo isso facilita. Então pode, por exemplo... curso de seringueiro, é muito mais fácil trabalhar onde tem a demanda maior de seringueiros, é no oeste, então vamos ali pra Votuporanga, Rio Preto, gado de leite aí sim, aí traz pra cá porque a produção leiteira tá em todo o estado. Curso de café, quando é um curso mais teórico pode até fazer aqui, mas quando exige prática, aí a gente procura fazer já na zona produtora (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Enquanto isso, em entrevista realizada com Miriam Abrahão Gonçalves, ao perguntarmos acerca do atendimento oferecido pelo CETATE, se esta saberia nos dizer em média quantos produtores eram atingidos diretamente pela atuação do centro, ela nos afirmou que embora não soubesse o número exato, sabia com certeza que, no último ano (2010) o CETATE tinha lidado com um grande número de pessoas e feito muitos trabalhos no sentido de capacitação, tanto no que compete ao público interno, quanto também em contato direto com produtores rurais. Por se tratar de uma funcionária relativamente nova no quadro da CATI, Miriam não possuía muitas informações acerca da atuação do centro particularmente durante os anos em que vigorou mais fortemente o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I¹⁴.

Outros questionamentos foram feitos a Ypujucan Caramuru Pinto, ainda acerca da formação dos técnicos. Primeiramente, perguntamos se havia, além destas qualificações com temas específicos, algum tipo de acompanhamento periódico que avaliasse como vinham se efetivando seus trabalhos em campo, ou ainda se possuíam qualquer tipo de retorno, conversa posterior com esses técnicos, após suas atuações em campo. A esse

¹⁴ Constantemente funcionários afirmam que, embora a primeira etapa do programa tenha oficialmente se encerrado, suas práticas e filosofia permanecem nos trabalhos da CATI.

respeito ele nos esclareceu que hoje em dia a CATI trabalha com as chamadas “comissões técnicas”

(...) hoje nós estamos trabalhando também com as, vamos dizer assim, as comissões técnicas, praticamente onze comissões técnicas criadas, comissão técnica de café, de seringueiro, de gado leiteiro, gado de corte, fruticultura, piscicultura... é um leque grande... Essas reuniões com as comissões técnicas, elas trazem pra gente, por exemplo, todo o subsídio pra elaboração de manuais técnicos, de capacitação, de necessidade de capacitação, então esse trabalho com as comissões técnicas facilita chegar às necessidades do pessoal da linha de frente, que elas têm um relacionamento muito maior com o pessoal da linha de frente. Inclusive questão de mercado, de comportamento de mercado e tudo mais. Nós temos um relatório que a gente recebe todo mês das regionais e o público que foi capacitado nas regionais, qual o público, quais os cursos que foram feitos, quais as culturas que foram abordadas e tudo mais e a gente fecha no fim do ano um relatório globalizando tudo isso. Então a gente tem números que mostram tudo o esforço que foi feito, tanto na capacitação de técnicos, quanto de produtores (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Posteriormente, perguntamos quais seriam, portanto, os principais meios de formação destes técnicos,

Olha, os nossos técnicos são agrônomos, veterinários. Eles vêm da universidade com aquela formação bem tecnicista, então esse aspecto mais de formação de extensionista é a CATI que acaba proporcionando pra eles, a CATI que acaba dando esses cursos de como usar metodologias, de comunicação e de capacitação (...). É basicamente o CETATE que proporciona essa reciclagem pra eles. A gente faz um trabalho de integração com a pesquisa, tanto com a pesquisa aqui do estado, através da APTA¹⁵, como também eventualmente com a Embrapa, universidades e por meio desse trabalho de intercâmbio a gente leva essa atualização tecnológica pros nossos técnicos, mas eventualmente eles fazem, alguns estão fazendo mestrado, graduação, tal, mas é uma minoria¹⁶ (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).;

O mesmo questionamento foi feito a Miriam Abrahão Gonçalves:

O CETATE ele detecta... ele faz um levantamento das necessidades de capacitação e também ele mantém um intercâmbio com outras

¹⁵ APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, está vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a ela compete a gerência das atividades relacionadas à pesquisa, ciência e tecnologias voltadas para o agronegócio.

¹⁶ Todos os profissionais que conversamos durante o trabalho possuíam graduação e, boa parte destes, pós-graduação.

instituições públicas ou privadas, onde a gente levanta a necessidade, de uma determinado tema que está sendo abordado, alguma doença da época e em cima desse tema é feita uma comissão técnica, um trabalho, realizado um programa e aí a gente faz a escolha dos técnicos que serão capacitados, pra depois difundir (...)

Perguntamos então com base em que é feita a escolha dos técnicos a serem capacitados:

Na área que a pessoa trabalha, então as comissões técnicas, são quatorze comissões técnicas, de café, seringueira, bovino de leite, de corte (...) então em determinada área é feita a seleção (MIRIAM ABRAHÃO GONÇALVES, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Em seguida, procuramos saber então especificamente a respeito da formação direta com os produtores, quais eram as principais formas, segundo o CETATE. A esse respeito, Ypujucan Caramuru Pinto afirmou que a principal maneira são os cursos, palestras e reuniões em geral, por meio dos quais o técnico trabalha a partir da atualização tecnológica, inserindo aos seus trabalhos novas variedades de cultivo, novas possibilidades de utilização de tecnologias, entre outros, o que remeteu a outra questão, colocada tanto à ao diretor quanto à Miriam Abrahão Gonçalves, em que procuramos saber se há, quando necessário, algum tipo de reformulação desses cursos, conteúdos, quando não há o resultado ou entendimento esperado por parte dos produtores. Miriam Abrahão Gonçalves colocou que “Há... quando há uma capacitação e aí a gente viu que tem o levantamento das necessidades, aí a própria comissão técnica faz uma reformulação e propõe uma nova capacitação no tema, de alguma técnica nova” (MIRIAM ABRAHÃO GONÇALVES, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas). Já Ypujucan Caramuru Pinto afirmou:

Tem. Normalmente ele percebe isso depois, no trato com o produtor, aí ele vê que aquilo que foi feito não foi satisfatório e acaba reformulando. Aí ele pega algum técnico mais experiente e tudo mais, mas pra você ter uma idéia, agora com o programa de Microbacias II, nós vamos ter que fazer todo um trabalho de formação praticamente com os nossos técnicos, porque o programa mudou completamente o foco de atuação nossa... (...) o nosso quadro de técnico é normalmente aquilo que eu falei pra você, agrônomos, veterinários (...) tem uma formação bem agrária mesmo e no programa de Microbacias II nós vamos trabalhar com o foco econômico (...) nós vamos trabalhar com geração de emprego e renda. (...) Nós vamos trabalhar com produtores organizados, em associações ou cooperativas e eles vão ter que apresentar pra gente um plano de negócios (...). Eles já estão organizados há pelo menos um ano, já estão comercializando algum produto, então eles vão precisar dar um salto a mais, para agregar valor e renda (...). O programa vai financiar exatamente isso, vai financiar equipamentos, coisas que possam ajudar ele a dar esse salto de qualidade e melhorar a comercialização (...). Então o que acontece, nós vamos começar a falar de plano de negócios, de

gestão da associação da empresa e tudo mais... e isso, não digo que seja totalmente desconhecido dos nossos técnicos, mas não é uma área de domínio (...) nós temos que fazer com que os nossos técnicos tenham todo o contexto das cadeias produtivas, não só da produção, como se diz, “de dentro da porteira”, mas do que vem depois, toda a parte de comercialização, tal, o que é a cadeia produtiva (...). Quando a gente fala numa cadeia produtiva, por exemplo da borracha, até onde o nosso técnico conhece... formação de mudas, plantio, condução, depois a sangria... aí entra a parte de comercialização, mas se você for ver a parte da cadeia, você vai ver depois a questão dos pneus, pneumática, então toda essa abrangência... e isso que o técnico nosso tem que começar a visualizar, o mercado como um todo, questão de mercado, tendências, comercialização, pra poder levar essa informação pro produtor também. Então nós temos que levar todo um trabalho com os nossos técnicos pra ele ficar familiarizado com esse tipo de coisa, pra poder conversar com o produtor (...) (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Entre outros apontamentos é importante nos atentarmos, especialmente nas falas de Ypujucan Caramuru Pinto, para a preocupação que a instituição demonstra, segundo este, a respeito da inserção de produtores no mercado. Muito se falou sobre isso e esta pareceu ser, com o início do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas II – Acesso ao Mercado, a principal meta. No que compete às discussões em âmbito central, muitas vezes são aparentemente deixados de lado outros fatores da vida destes sujeitos, sua formação geral, suas opiniões e valores, entre outros, em nome de “acesso” “competitividade”, etc. Entretanto, em outro momento demonstramos algumas falas colhidas nas Casas de Agricultura, com os profissionais responsáveis pela chamada “linha de frente” e, entre estes, percebemos algumas concepções em certa medida distintas das apresentadas, possivelmente devido ao seu envolvimento direto com os sujeitos atendidos. Um último questionamento que destacamos acerca do CETATE, colocado à sua diretora, foi se esta acreditava que seria importante a atuação de um profissional da educação no centro de treinamento, pensando tanto na formação dos técnicos, quanto na formação propriamente com os produtores e obtivemos a seguinte resposta:

Com certeza, um profissional da educação ajudaria na parte metodológica das capacitações e a gente sente falta sim... aqui na CATI o público, o quadro de funcionários, a maioria é de engenheiro agrônomo e na realidade a gente faz um trabalho bem maior nessa parte... sem ser essa parte técnica, que necessitaria de outros profissionais, de outras áreas (MIRIAM ABRAHÃO GONÇALVES, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).;

Após esta entrevista nossa conversa se estendeu por algum tempo, de maneira um pouco mais informal, sem a utilização de gravador, momento no qual Miriam continuou alguns de seus apontamentos acerca da importância de outros profissionais na instituição.

Disse ser graduada em Administração de Empresas e que ela, assim como Jornalistas, Advogados, Cientistas Sociais, entre outros, ainda formavam um grupo pequeno no interior da CATI. Neste momento o diretor do DCT - Ypujucan Caramuru Pinto, estava presente e ambos retomaram a questão de falta de funcionários, afirmando que este era um problema da instituição e que ao serem organizados concursos públicos para provimento de cargos necessários ao quadro da instituição, estes eram muito mais voltados a contratação de profissionais das ciências agrárias, no entanto, acreditam ser de extrema relevância que se perceba o trabalho com as pequenas produções e com os sujeitos que estão no campo enquanto algo muito maior e complexo, que vai além do que as ciências agrárias conseguem abarcar.

Após estas colocações a respeito do CETATE, discutimos brevemente acerca do CECOR, o Centro de Comunicação Rural, dirigido por Maria Rita P. G. Godoy, jornalista, parte do quadro da CATI há 34 anos. Novamente, trouxemos alguns excertos de sua entrevista, assim como também da de Ypujucan Caramuru Pinto, responsável pelo departamento de comunicação e treinamento.

Questionamos a ambos acerca do funcionamento do CECOR, assim como também o que este compreende por extensão. A este respeito, obtivemos primeiramente as declarações de Ypujucan Caramuru Pinto:

Bom, o Centro de Comunicação Rural, ele faz toda a parte de edição dos manuais técnicos, boletins técnicos, instruções práticas, são publicações seriadas, nós temos um publicação para cada tipo de público, os manuais e boletins técnicos para o pessoal mais esclarecido, técnico, ou lideranças, já mais esclarecidos, as instruções práticas que já são mais para o produtor, para o dia-a-dia do produtor e folders, cartazes, todo o material de divulgação. É o CECOR que é responsável também pelo CATI on-line e pela revista Casa de Agricultura e o CECOR também faz toda a parte do site, de coligação do site. Nós temos várias publicações e trabalhamos também com apoio às regionais, editando vídeos, reportagens, divulgando o trabalho que as regionais vêm fazendo, mas basicamente produzindo material de apoio (YPUJUCAN CARAMURU PINTO, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Às quais Rita P. G. Godoy acrescentou:

Então, o CECOR, ele é o órgão editor de todas as publicações e vídeos da CATI, então a gente trabalha mesmo com extensão, o nosso trabalho é sempre voltado... o nosso foco, o nosso público é sempre o produtor rural, então a gente trabalha mesmo no sentido propriamente de extensão, é diferente de um assessor... quer dizer, não diferente, a assessoria de imprensa, ela trabalha com o público externo, com a mídia externa... nós não, nós estamos sempre voltados pro produtor rural, então todas as nossas publicações que a gente faz, a gente ta sempre assim... o nosso

foco é que a nossa linguagem seja simples pra que o produtor entenda, que as fotos estejam de uma forma que ele possa entender aquela foto (...) a gente tem esse cuidado, que ela não traduza uma outra coisa, do que ele está pensando (...) (MARIA RITA P. G. GODOY, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Posteriormente, procuramos compreender de que maneiras eram disponibilizados esses materiais aos produtores e o diretor do DCT, Ypujucan Caramuru Pinto afirmou que as produções eram enviadas às Casas de Agricultura e também podiam ser acessadas por meio do site da instituição. Disse ainda que os exemplares eram comercializados nas regionais e também quando havia a participação em algum evento agropecuário. Tivemos a oportunidade de conferir esta disponibilidade nas Casas de Agricultura que visitamos e, entre os três municípios que conhecemos, todos mantinham as publicações visíveis, na medida do possível (pois não possuíam todas as publicações disponíveis). Apenas no caso de Botucatu, por se tratar de um espaço grande, que congrega Casa de Agricultura e Escritório de Desenvolvimento Rural, o comércio realizava-se no último, enquanto nos municípios menores os exemplares estavam disponíveis nas próprias casas. Em um dos espaços visitados, a engenheira agrônoma responsável afirmou que todas as produções ficavam disponíveis para consultas, no caso daqueles que não pudessem comprá-las e, eventualmente, quando necessário, chegavam até a emprestá-las, mas somente aos produtores mais “conhecidos”.



Publicações disponíveis na Casa da Agricultura de Arealva; (arquivo da pesquisadora)

Em nossa entrevista com Rita P. G. Godoy, tentamos perceber também como eram as respostas por parte dos produtores em relação ao material fornecido, se havia aplicabilidade ou não do conhecimento ali sistematizado. A esse respeito a diretora nos disse que:

A gente não tem assim... antigamente tinha, isso é uma coisa que quando eu cheguei aqui no CECOR tinha... uma pós, uma pesquisa para saber se as nossas publicações atingem, a gente sabe só pelas regionais mesmo... e pelo próprio setor de publicação que eles pedem as publicações, às vezes que... sai no globo rural, eles fazem o pedido... vem muita carta, então a gente só sabe através disso que é bem aceita a publicação, antigamente não, a gente tinha essa pós pesquisa no campo, levava inclusive... na época em que surgiu o “bicudo do algodão”, a gente sempre comenta ... que a gente fez um cartaz, com um bicudo ampliado, bem grandão... e quando a gente foi fazer a pesquisa, a gente chegou lá no campo e perguntou pro agricultor se ele entendeu o cartaz e tudo... e ele “olha, eu entendi, aqui tem bicudo, mas não desse tamanho” entendeu... então daí a gente começou “nossa, a gente tem que ter cuidado até com isso”, então nessa época tinha essa pesquisa, hoje já não tem mais, então nosso retorno assim, saber se as publicações atingiram o que a gente quer é mais pela demanda, pelos pedidos que surgem aqui e pelo pessoal da regional que fala pra gente, que da esse retorno (MARIA RITA P. G. GODOY, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Por meio de suas respostas pudemos perceber que embora houvesse dificuldades, como por exemplo, a aplicabilidade de uma “comissão” que inspecionasse a execução do trabalho em campo, a preocupação em tornar o trabalho produzido pelo centro acessível ao produtor existia e em todo o tempo procuravam fazer com que estes trabalhadores compreendessem e fossem capazes de aplicar em seu espaço o que era colocado. Quando questionada a respeito de como eram organizadas estas produções no centro, ela ainda afirmou:

Ah então, o trabalho então vem do técnico, eles mandam um texto de... por exemplo, tem uma publicação que a gente vai fazer agora, de piscicultura, os técnicos escrevem, mandam pra gente, vem no “Word”, aí passa pra uma jornalista, a jornalista vai fazer a editoração toda do trabalho, colocar dentro das normas da ABNT, vê tudo, vê foto... eles mandam as vezes sem legenda, sem nada, com texto com... palavras muito difíceis, que o produtor não vai entender, daí a gente refaz o texto, faz uma adequação da linguagem, tudo, daí passa pro revisor de português, daí vai pra formatação, daí... hoje a gente formata em “design” e depois disso, volta pra gente ver se não teve nenhum... então é um processo meio demorado, às vezes a pessoa pensa que é rápido, não é, demora um pouco pra sair publicação, depois disso é gravado num CD e hoje a gente faz o trabalho fora, porque a nossa gráfica ta com problema, não tem funcionário e problema também de equipamento, ta quebrado tal e daí a gente manda fazer isso fora, através de um processo de licitação, a firma que ganha, o preço menor, existe um pregão eletrônico, a firma que tiver o menor preço é que ganha pra imprimir essa publicação (...)

(MARIA RITA P. G. GODOY, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Já ao ser indagada a respeito de possíveis culturas mais trabalhadas também na produção de materiais, a jornalista colocou que não há e que estas são organizadas

(...) de acordo com a demanda, então mesmo a revista, a gente tem... ela é temática (...) então a gente reúne numa reunião de pauta e já vê o tema pro ano todo, então essa foi conservação do solo (mostrando a revista), outra fruticultura, cafeicultura, mas assim do momento que... é conservação do solo que saiu em abril/maio/junho (2010), está na época, abril, conservação do solo... então é mais ou menos assim que é definido, por esse pessoal no campo (...) as outras (produções), por exemplo assim, surge muita demanda... quando vai em evento, o pessoal que vai vender a publicação, então o pessoal fala assim “ai, tem uma de apicultura? De fruticultura?” então daí a gente vai atrás do tema que ta mais solicitado, dos técnicos, que agora tem as comissões técnicas também, então a gente vai atrás dos técnicos, primeiro da CATI, pra eles escreverem né, daí a gente produzir (...)(MARIA RITA P. G. GODOY, entrevista realizada em 27/04/2011, Campinas).

Ao estabelecermos contato diretamente com das Casas de Agricultura por meio de nossas visitas, assim como também a partir do momento em que conhecemos um pouco mais sobre a atuação dos produtores, pudemos perceber a importância do trabalho do CECOR, na medida em que presenciamos o contato entre estes sujeitos e sua demanda por materiais, folhetos informativos, revistas, etc. Nos foi atestado pelos profissionais das casas que os produtores de seus municípios procuram realmente fazer uso das informações oferecidas em seu cotidiano, o que foi em partes comprovado em diálogo com alguns pequenos produtores, embora não tenhamos podido confirmar isto com a massa dos produtores, daí não sabermos seu real alcance junto aos pequenos ou médios produtores rurais.

Durante o trabalho destacamos ainda a produção das já citadas revistas “Casa da Agricultura”, material trimestral do CECOR, com tema específico, por meio do qual são divulgadas reportagens, entrevistas com profissionais e produtores da área escolhida e as mais variadas informações, além é claro, de uma matéria completa com uma Casa de Agricultura escolhida, seja por sua atuação de modo geral ou relacionada à temática. A revista retomou suas publicações no ano de 2010, quando publicou quatro exemplares: 1- Jan/Fev/Mar, 2 – Abr/Mai/Jun, 3 – Jul/Ago/Set, 4 – Out/Nov/Dez. O primeiro destes discorreu acerca da fruticultura no estado de São Paulo e teve a apresentação do Coordenador da CATI, José Luiz Fontes, que assim afirmou:

Ao relançar a Revista Casa da Agricultura, a CATI pretende fazer um resgate e uma retomada de suas funções como órgão de extensão rural. A CATI é um órgão do Governo do Estado com enorme capilaridade. Por intermédio das Casas da Agricultura, instaladas em mais de 90% dos municípios paulistas, a CATI mantém uma interface direta com o produtor rural, que possibilita ouvir e esclarecer dúvidas. A Casa da Agricultura precisa estar sempre de portas abertas às demandas surgidas no meio rural de cada município paulista. E é lá na ponta que o nosso técnico vai ser olhos e ouvidos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e do Governo do Estado, por esse motivo, todas as edições terão um espaço dedicado a mostrar os trabalhos de uma Casa da Agricultura.

A CATI se orgulha disso e afirma que quer estar atenta, ao lado do produtor, para ajudá-lo a enfrentar e resolver as questões do dia-a-dia no campo, como também ajudá-lo a se capacitar, a acessar as políticas públicas e as linhas de crédito oferecidas pelo Estado para que possa estar no mercado, ter e gerar emprego e renda no campo e não abandonar a sua atividade, e estar cada vez mais bem aparelhado para atender às exigências do mercado consumidor.

Com a Revista Casa da Agricultura, a CATI também quer fazer mais e quer fazer melhor, oferecendo os caminhos por meio de artigos técnicos, entrevistas e depoimentos que contam a história da assistência técnica e da extensão rural no Estado de São Paulo (CATI, 2010, p. 1).

O trabalho realizado no âmbito das Casas de Agricultura é, segundo a CATI, sua atuação em “linha de frente”, lugar principal de efetivação de suas propostas. Cabem, portanto, algumas considerações acerca destes espaços, traçadas posteriormente. Lembramos que as ações se dão também nos Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR’s, ou regionais, onde são congregados técnicos, engenheiros e responsáveis por um determinado número de municípios, colaborando diretamente na organização e concretização dos trabalhos em âmbitos locais. No entanto, optamos por tratar mais especificamente das Casas de Agricultura por serem locais de realização contínua de contatos e trabalhos com produtores rurais. Além disso, como já apontado anteriormente, não obtivemos respostas por parte da regional procurada, no município de Araraquara, esta que se encontrava com aparência quase de “abandono” e por onde tentamos entrar em contato pessoalmente, via e-mail e telefone, ações para as quais sempre obtivemos respostas negativas. Assim, as atividades realizadas com as regionais serão lembradas apenas em alguns momentos, em falas registradas por funcionários das Casas da Agricultura ou outros.

3.3.2. A “linha de frente” na formação e qualificação de pequenos produtores rurais: As Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu.

Como já apontado previamente, foram realizadas visitas a três Casas da Agricultura, em municípios escolhidos por indicação do coordenador geral da CATI, assim como também de engenheiros agrônomos que são parte do quadro da instituição. As entrevistas foram realizadas durante todo o mês de maio, as terças feiras e, normalmente, tinham início em torno das nove horas da manhã, sendo que as duas primeiras, em Macatuba e Arealva, se estenderam um pouco mais devido às visitas a algumas propriedades posteriormente. Já a de Botucatu teve breve duração e não conhecemos quaisquer espaços ou sujeitos que utilizam a CA.

Neste momento, portanto, nossa intenção não é descrever detalhadamente cada um destes espaços, porém, buscamos trazer características, particularidades, além de falas que mereceram certo destaque, acerca das diversas temáticas tratadas durante os diálogos.

Primeiramente, trouxemos excertos das entrevistas dos engenheiros quando questionados a respeito de como chegaram até a Casa de Agricultura e à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, um pouco de sua trajetória, bem como se conheciam, previamente, algo a respeito do histórico da CATI e também das CAs. Perguntamos ainda, se sabiam a respeito da atuação de cada um dos espaços, se esta se deu sempre de maneira significativa ou não. As declarações estão postas conforme a ordem cronológica das entrevistas:

(...) entrei através de um concurso público, do estado, em 1984 (...) entrei primeiramente na Casa da Agricultura de Salto Grande, fiquei um ano e oito meses lá, depois vim transferida pra cá, (...) faz vinte e quatro anos que eu to aqui;

(...) sempre acompanhei o meu pai na Casa de Agricultura, que eu sou de Xavantes, então sempre (...) eu sempre tive contato com a casa e sempre quis, tive oportunidade de ficar na universidade e tudo, mas sempre quis entrar na Casa de Agricultura (...)

(...) aqui já vai fazer cinquenta anos que tem Casa de Agricultura (...) acho que eu sou a que estou há mais tempo aqui, que já faz vinte e quatro anos, mas já passou um que ficou dezoito, outro que ficou mais uns seis anos e assim (...) a construção, é uma construção sólida, você vê, é uma Casa de Agricultura, ela é bem construída, lógico que está precisando de umas reformas, mas em vista do que tem por aí, essa aqui ta inteira, é bem procurada, a gente graças a deus, eu tenho uma demanda boa dos

projetos... ela faz falta no município, mesmo que seja eu aqui ou outra pessoa, ela sempre foi bem procurada (...) é difícil não ter, você viu, hoje já veio agricultor aqui... nunca fica assim “ah, hoje não apareceu ninguém, o que será que eu vou fazer?” não... graças a deus ela tem uma demanda boa, uma confiança (...) antigamente a gente sempre comprava adubo pros produtores, a gente negociava pra eles, então é a confiança que tem na gente... hoje muita gente já arrendou terra, mas tem bastante pequenos que tem a propriedade... todo dia vem gente aqui.

(...) e tem a patrulha, a “patrulha mecanizada” dá uma demanda muito grande, uma hora é o trator, quem dirige o trator é o Guilherme, então é interessante porque daí é assim, o trator ele sai com o tanque cheio e tem que voltar com o tanque cheio, então você trabalha lá com o arado, três horas numa propriedade, ele foi com o tanque cheio aí o produtor terminou, ele vai junto lá no posto e abastece, é o gasto que ele tem, então isso facilita muito né (...) (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Acerca de Rita de Cássia P. C. de Andrade, responsável pela Casa da Agricultura de Macatuba, pudemos perceber um longo relacionamento com a CATI, dado que a funcionária é parte de seu quadro há vinte e sete anos. Desde o início de suas declarações, ela aparentou ter construído, em seus anos de carreira, uma relação muito próxima com a CATI, assim como também com os produtores da cidade em que atua.

Já acerca de seu histórico, Milaine Trabucco Labelo, de Arealva, apontou:

(...) eu sou formada em Agronomia na UNESP de Jaboticabal, (...) daí depois eu trabalhei com meu pai, na área agrícola mesmo, dois anos, voltei fazer mestrado na UNESP, em ciência de solo, depois voltei pra Arealva novamente, aí fiz o concurso da prefeitura, aí to trabalhando há um ano (...);

(...) sempre morei aqui no município, desde os cinco anos de idade meu pai é produtor rural, então tem um sítio próximo daqui, então a gente sempre acompanhou, procurou casa de agricultura, sempre tinha já a idéia da parte de extensão de um agrônomo (...);

(...) ela sempre teve (uma atuação presente), porque os produtores sempre procuram, mais assim, na parte de projeto agrícola, Pronaf, aqui tem muita demanda de Pronaf, aqui tem muita... é um município com mais de novecentas propriedades (depois conferimos o número ao certo e era um pouco menor), ele é um município grande e tem muito pequeno produtor, muita agricultura familiar, então eles sempre procuram, até eu tenho o Microbacias também, sempre teve demanda (...) os agrônomos aqui foram sempre atuantes (...) agora a gente tem apoio de um... com o sindicato, tem curso do SENAR, aí a gente... o SENAR senta, vem aqui com um representante, faz uma lista “ah, o que é bom pra eles, o que eles querem” a gente faz uma... colocou no mural uma lista de cursos pra votação, que curso mais eles queriam, então a gente entra em contato com os produtores, conversa e tal... para toda essa parte de treinamento (...);

(...) A Casa de Agricultura, que eu sempre acompanhei, pelo menos na parte que eu estive aqui no município, sempre foi atuante (MILAINE TRABUCCO LABELLO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Esta por sua vez também apresentava um histórico de muitos anos em relação à Casa da Agricultura de seu município, dada sua história e de sua família, residentes e produtores de Arealva, porém, aparentemente não possuía o mesmo conhecimento acerca da realidade da CATI, enquanto coordenadoria, órgão central presente em grande parte dos trabalhos realizados pela CA.

Por último, as declarações de Rafael Marcelino, de Botucatu:

(...) me formei aqui na Unesp de Botucatu mesmo, no curso de Agronomia, em dezembro de 2006, nesse mesmo mês abriu o edital do concurso pra CATI e aí eu... na verdade eu tenho uma experiência a mais com a CATI assim, porque minha mãe também trabalha na CATI, minha mãe é engenheira agrônoma, só que ela trabalha lá na regional de Jaboticabal (...) aí minha mãe falou “ah, presta o concurso, não custa nada”, porque já estava acertado que eu ia fazer mestrado em Campinas, mas aí eu falei “ah, vou prestar”, daí eu prestei o concurso... e demoraram dois anos pra chamar ... e nesse período deu tempo de eu fazer o mestrado, então aí foi assim mais ou menos que eu vim parar na CATI... no começo eu fui pra CATI na regional de Avaré, trabalhei quatro meses lá... só que meu objetivo era voltar pra Botucatu... tinha toda uma vida social aqui, gostava da cidade e depois de quatro meses eu consegui uma permuta com um veterinário e eu vim pra Botucatu e ele foi pra Avaré... e aqui eu to até hoje (...);

(...) minha mãe trabalha, já foi até diretora da regional lá de Jaboticabal e tudo... e ... a gente tem bastante contato, semana passada mesmo encontrei ela numa reunião em Bauru, ela veio pra discutir o Microbacias II (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Já a respeito do histórico e atuação da CA, Rafael Marcelino, com ajuda de Hélio Carlos Fogueral, outro agrônomo que trabalhava no mesmo espaço, nos disse:

(...) antigamente ela ficava lá em cima... era uma portinha junto com a regional, no começo do ano a gente desceu aqui pra baixo, pra estar melhorando a acessibilidade de produtores (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Procurei reforçar meu questionamento, buscando compreender um pouco do histórico daquela Casa de Agricultura, como por exemplo se sua atuação sempre se deu de maneira relevante para o município, momento no qual Hélio Carlos Fogueral, funcionário há mais tempo do que Rafael Marcelino, acrescentou:

Então... O município de Botucatu é bastante grande, então é... tem bastante variação de cultura e... teve mudanças com o tempo... ele era um município mais agrícola, mais assim (...) a parte de bovinocultura por

exemplo, vamos dizer assim que nós temos bastante bovinocultura (...) agricultura mesmo, hoje ta entrando bastante “citros”, cana e eucalipto, então mudou bastante o panorama, então a casa da agricultura vai se adequando com essas mudanças aí... ela tem que ir acompanhando (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Perguntados se sentiam que a casa tinha uma atuação forte e se, como dito anteriormente em uma das declarações, acreditavam ser um espaço que “faria falta” no município, Rafael Marcelino nos respondeu:

(...) eu não sei se eu estou certo de falar isso assim... mas eu tenho percebido que assim, ao longo dos anos, tem diminuído a procura (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Já Hélio Carlos Fogueral afirmou entender que:

É... justamente por causa disso aí... grandes culturas, a gente não tem muito acesso a grandes culturas, citricultura, eucalipto mesmo, grandes firmas que tem, então pode-se dizer que reduziu até um pouco a atuação da gente (...) e eu acho que com o tempo a gente vai ter que atuar com os grandes produtores também...mas é significativa, a participação nossa a gente sente que é necessária pro município (...) acho que houve mudanças (...) isso a gente não pode negar, que teve mudança teve, mas eu acredito que a casa da agricultura cada vez mais... é necessária a atuação da Casa da Agricultura (...) (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Ainda de acordo com Rafael Marcelino:

(...) até há pouco tempo atrás a gente não atendia crédito rural, a gente só trabalhava com agricultores familiares através do Pronaf e Feap¹⁷, agora com a última resolução que saiu da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente em dezembro do ano passado, ficou estipulado que pra qualquer financiamento do Banco do Brasil... (...) tudo que exige licenciamento ambiental, antigamente não precisava de nada, agora precisa de um documento de licenciamento ambiental (...) que hoje em dia é a CATI que emite, então mesmo grandes proprietários de terra

¹⁷ Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – Uma das linhas de financiamento do Governo do Estado de São Paulo, oferece subsídio, subvenção ao seguro e apóia os produtores rurais paulistas. (...) crédito para as mais diversas cadeias produtivas, suporte no seguro agrícola contra intempéries climáticas e de sanidade dos citros (este último único no país). Também oferece financiamento para pecuaristas, pescadores artesanais, cooperativas e associações (www.agricultura.sp.gov.br, consulta em 22/06/2011).

O Feap, diferente de algumas linhas de créditos citadas, pode atender produtores, associações ou cooperativas com rendas brutas anuais de até R\$ 400.000,00 e R\$ 2.400.000,00 para produtores cadastrados como pessoa física ou pessoa jurídica, ou ainda até R\$ 3.000.000,00 para associações ou cooperativas.

dependem da gente pra estar acessando o crédito (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Diante destes primeiros questionamentos, pudemos traçar algumas inferências acerca do que pensavam e como agiam estes profissionais, responsáveis pelos espaços e em contato direto com os pequenos produtores. Em distintos contextos, de municípios muito pequenos como eram os casos de Macatuba e Arealva, ou ainda em maiores, como Botucatu, pudemos perceber diferentes preocupações e até certa diferenciação no que competia ao “envolvimento” com a instituição e suas ações. Todos desenvolviam seus trabalhos aparentemente com grande empenho, no entanto Rita de Cássia P. C. de Andrade e Rafael Marcelino, por exemplo, responsáveis pelas Casas de Agricultura de Macatuba e Botucatu respectivamente, tinham um histórico de muitos anos com a CATI e as casas de agricultura, ela por atuar há um longo período e ter construído, durante sua carreira, um trabalho que considera sólido e reconhecido no município e ele por possuir um histórico familiar de proximidade, dada a atuação da mãe, responsável pelo escritório regional de Jaboticabal. Ambos tinham conhecimento acerca da estrutura, funcionamento e ações empreendidas pela CATI e a relação desta com as Casas de Agricultura, mesmo no caso de Rafael Marcelino, um funcionário relativamente novo no quadro da coordenadoria. Já no caso de Milaine Trabucco Labelo, esta também possuía inúmeras informações sobre a atuação da CA, devido às condições de sua família, que sempre utilizou saberes e auxílio técnico oferecido pelo espaço, no entanto, possivelmente por se tratar de uma funcionária conveniada, que respondia, portanto, à prefeitura, ela aparentemente não possuía um conhecimento tão apurado especificamente a respeito da CATI, sua organização, etc.

Esse dado acima apresentado, de certa forma coloca em xeque alguns argumentos da CATI em defesa de sua importância para os trabalhadores, na medida em que mesmo alguns daqueles que trabalham em organismos ligados a ela não a conhecem muito bem.

Posteriormente, procuramos com que os entrevistados descrevessem um pouco suas funções, seus trabalhos nas casas visitadas, a respeito do qual destacamos primeiramente a colocação de Rita de Cássia, em Macatuba:

Bom, eu sou Engenheira Agrônoma, eu trabalho na área de extensão rural e a casa ela passa por processos assim... vamos dizer, pelos governos, então a gente está trabalhando... ultimamente está sendo mais conselho, mas logo que eu entrei era assim, quatro anos, muda o governo muda todo o trabalho (...) então a gente estava trabalhando numa área, vinha para trabalhar com horta por exemplo, horta comunitária (...) daí mudava o governo, mudava a função do trabalho, a CATI ficava meio nessas pendências de governo, hoje não, hoje a CATI já tá trabalhando mais

sólido, vamos terminar o programa de Microbacias, já vem há muitos anos já, agora vem o Microbacias II, ela se estruturou nessa parte, mas antes era problemático, era conforme mudava o governo, você tinha um trabalho, então um não dava continuidade no outro, hoje não, hoje a CATI já ta assim, bem... bem definida no que quer fazer, então... a gente trabalha com extensão rural, com o pequeno produtor e cada região, você vai ver depois, tem sua realidade, tem suas peculiaridades (...) a minha região é cana, não que a cana não tenha trabalho com a extensão rural, tem, são pequenos fornecedores, tem coleta de solo, conservação de solo, muitos deles plantam milho, aqui tem um pouco de café, pastagem, então fala “só cana”, mas tem o que fazer, planta um pouquinho de arroz... aqui já teve muito arroz, a gente também trabalha com a parte ambiental, mata ciliar, então tem... educação ambiental, então o trabalho é extenso ... a gente tem os programas normais que a gente tem que fazer da CATI e a demanda do município (...) estamos iniciando agora um trabalho na área de saúde mental, com pessoas que tem depressão, é muito interessante, são nove... não é doente mental, então é na saúde mental mas eles tem os problemas de depressão... então eles vão de manhã, pra esse centro e a terra é uma terapia, então tem os canteiros..., às vezes um negócios de mudas (...) às vezes a gente vai fazer uma visita numa horta comercial (...) então isso daí são coisas a parte da CATI, que a gente tem que desenvolver no município, então por isso que eu falo, o técnico da Casa de Agricultura devia ser obrigado a morar no município, porque não tem como você desvincular um técnico... dar cinco horas da tarde eu ir embora, não da... e voltar no outro dia (...) porque você tem que se envolver com a comunidade, não tem como você... chegar sexta feira... às vezes eu abro a Casa de Agricultura para pegar implemento de sábado, tem vezes que a gente dá implemento de domingo, acho que é um envolvimento mesmo, você acaba tendo um envolvimento pessoal, para você ter um bom desempenho no teu trabalho (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Inúmeras declarações desta profissional se destacaram ao longo de nosso diálogo, tendo em vista seu histórico e o envolvimento com a CATI, assim como também a atuação nas Casas da Agricultura. Acerca dos excertos colocados anteriormente, enfatizamos aquele que tratou sobre a relação entre CATI e Casas da Agricultura e os distintos governos estaduais, quando a engenheira afirmou que, anteriormente as mudanças de organização, as prioridades se davam em consonância as alterações de governos, o que em grande medida atrapalhava os trabalhos, por sua descontinuidade. Segundo ela, na situação em que conversávamos, maio do ano de 2010, a CATI possuía uma postura e um trabalho mais definidos, reforçados em grande medida pelo início do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I e que se estenderia com o Microbacias II. Inferimos que suas falas estavam em acordo com o que pudemos conferir em contato com material bibliográfico cedido pela instituição, dado que o período entre o ano de sua criação oficial (1967) e instauração do primeiro PEMH foi marcado por incontáveis pequenas alterações, tanto na Secretaria de Agricultura (posterior Secretaria de Agricultura e Abastecimento)

quanto na organização da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e Casas da Agricultura. Possivelmente estas mínimas transformações foram, em partes e cada uma a seu tempo, reflexos de alterações de governos, que demonstraram distintas maneiras de se pensar a agricultura no Estado de São Paulo.

Após estas declarações, Rita de Cássia P. C. de Andrade continuou nos contando sobre sua relação com os produtores e com o município de Macatuba, deixando claro que quando ingressou neste espaço, há 24 anos, o trabalho era muito mais complicado, dada sua pouca idade e o fato de ser uma mulher atuante em um meio até então em boa parte dominado por homens. A mesma insistiu em nos apontar que conquistou a confiança das pessoas primeiramente pela via das mulheres, chamando-as a serem parte das discussões que envolviam o município, oferecendo cursos especialmente voltados a elas, de maneira que, ao conquistar sua confiança, estas trouxessem os maridos e demais familiares para a Casa da Agricultura. A funcionária deixou claro também que ainda realizava inúmeros eventos, cursos, excursões, dentre outros, que eram parte tanto de projetos levantados pela CATI, quanto de demandas próprias do município. Por entre suas declarações pudemos perceber que esta se preocupava muito com seu cargo e com o relacionamento que construiu com os produtores de Macatuba, de maneira que, mesmo enquanto entrevistada, atendeu a vários sujeitos, que ora procuravam por auxílio técnico, ora tiravam dúvidas acerca das possibilidades de financiamento, etc.

Outro de nossos questionamentos disse respeito a como seriam as demandas “internas” da Casa da Agricultura e ela colocou que:

(...) a gente mexe com arborização urbana, eu faço muito curso de capacitação pras mulheres, de agregação de valores, são vários cursos de banana, de embutidos, de pão, de legumes, de aproveitamento de verduras (...) então elas adoram, então uma vez por ano eu faço esse curso pra elas (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Ainda a respeito de suas funções, obtivemos também as declarações de Milaine Trabucco Labelo e Rafael Marcelino:

Aqui nós ficamos disponibilizados para os produtores, então geralmente a gente não pode sair muito, porque (...) o pessoal já vem procurar bastante aqui, então a gente aqui oferece as informações necessárias para os projetos de Pronaf, DAP, pego os dados para a DAP, já que eu não posso fazer porque eu não sou do quadro, aí eu pego os dados da pessoa, envio para Bauru, eles fazem e depois mandam de volta. Eu faço projetos, muitas vezes os produtores vêm aqui perguntar de informações agronômicas, alguma dúvida técnica, sobre pragas, doenças, manejo de

culturas e aí a gente auxilia eles com informações e quando tem alguma coisa que é muito específica aí a gente entra em contato com alguém mais da área, mais especializado da área e já pede pra fazer uma visita ou a gente mesmo faz uma visita, sempre busca informações pra ajudar eles (MILAINE TRABUCCO LABELLO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

No caso da engenheira Milaine, responsável pela Casa da Agricultura de Arealva, levantamos a hipótese de que possivelmente seus trabalhos se dessem de maneira um pouco mais “limitada”, já que, como declarado, não possuía autonomia para emitir declarações relacionadas a créditos rurais ou ainda para determinadas assinaturas de documentos diretamente relacionados à CATI, o que fazia com que sua atuação se desse muito mais no limite do espaço da CA, diretamente com auxílio técnico aos produtores rurais, ou mediante assistência do Escritório de Desenvolvimento Rural responsável pela Casa da Agricultura de Arealva, situado no município de Bauru. Nos casos de funcionários conveniados, contratados por prefeituras municipais, estes se remetem às suas regionais para a resolução de problemas ou tarefas para os quais não possuem autonomia.

Destacamos agora a fala de Rafael Marcelino, que afirmou:

(...) aqui nós trabalhamos em dois agrônomos, eu que sou o Rafael e também tem o Hélio que é o agrônomo que tem mais tempo de casa da agricultura e a gente faz de tudo, atende demanda de produtor, programas institucionais, crédito rural, o Microbacias, o conselho aqui é muito forte, a gente tem um trabalho bastante forte junto ao conselho, trabalho junto com associações, de certa forma da pra discutir sobre cada ponto que você quiser, mas é uma característica assim de Botucatu, não sei se ocorre em outros lugares, isso que a casa da agricultura num município em que tem a regional, às vezes a gente supre demanda da regional, ou às vezes algum colega da regional vem pra cá e também ajuda em algum ponto específico, então é um pouco mesclado o trabalho, não da pra afirmar que é um trabalho só pra casa da agricultura e nem que algum colega também não ajude quando precise (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Com relação às declarações do profissional, consideramos ser importante ressaltar a relação entre a Casa da Agricultura e sua respectiva regional (Escritório de Desenvolvimento Rural), na medida em que este apontou para o fato de que, estando ambos localizados num mesmo espaço, se auxiliavam quando necessário, suprindo demandas mútuas. As regionais são responsáveis por um número de municípios e suas Casas da Agricultura, com os quais mantém certo “intercâmbio”, passando adiante formações oferecidas em âmbito central (que muitas vezes são limitadas a poucos representantes, escolhidos nas regionais), acompanhando atividades, etc.

Por meio de suas declarações, pudemos perceber que nos municípios em questão havia uma grande variedade de atividades, de responsabilidades que eram delegadas às Casas de Agricultura. Em Macatuba, por exemplo, a responsável, Rita de Cássia P. C. de Andrade, embora lidasse com um grande número de propriedades a serem atendidas, sabia quase particularmente os problemas e as dificuldades de inúmeras delas, conhecia os sujeitos atendidos e todos na cidade a conheciam também (o que comprovamos ao sairmos em sua companhia para um almoço e um passeio rápido). Para além, seu trabalho era reconhecido no espaço da CATI em Campinas e todos sabiam como era sua relação com a CA e com os produtores. A profissional já foi convidada inúmeras vezes a trabalhar no espaço central, mas disse não se interessar e alegava preferir o contato direto com as pequenas produções, a Casa da Agricultura e o interior do Estado.

Já no município de Arealva, havia uma grande procura pelas linhas de crédito rural e um trabalho muito próximo ao único sindicato da cidade, o Sindicato Rural, organizado especificamente por mulheres de produtores, o que fazia com que a engenheira responsável, Milaine Trabucco Labelo, passasse muito mais tempo nestes espaços, lidando com as documentações necessárias aos créditos, ou na organização e realização de cursos, eventos, entre outros, em parceria com o sindicato ou ainda com órgãos como SENAR¹⁸.

Em Botucatu, por sua vez, Rafael Marcelino e Hélio Carlos Fogueral informaram que lidavam muito com as responsabilidades da Casa da Agricultura, como financiamento, atendimento de produtores, entre outros, mas também auxiliavam na demanda de outros municípios, já que o espaço de sua CA estava junto a um dos escritórios regionais, a “regional Botucatu”, assim, toda a demanda voltada a esse espaço muitas vezes era compartilhada com os engenheiros da casa.

Neste momento procuramos apenas salientar algumas das principais atividades, ou parte da rotina destes sujeitos, porém, lembramos que as particularidades do trabalho de cada um deles não exclui outras atividades, assim, por exemplo, o fato de no município de Arealva destacarmos o trabalho com financiamentos e projetos não significa, sobremaneira, que Milaine não lidasse constantemente com atendimento e

¹⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – parte integrante do “sistema S”.

acompanhamento técnico, ou visitas às produções. Apenas optamos por citar algumas dentre as atuações que diferenciavam estes sujeitos.

Algo que nos chamou a atenção em uma das declarações foi quando questionamos os engenheiros entrevistados a respeito do número de funcionários que atuavam em cada uma das casas. De modo geral, em todos os espaços da CATI havia certo descontentamento acerca da falta de profissionais, etc., no entanto, em nossa entrevista com Rita de Cássia P. C. de Andrade, esta iniciou alguns apontamentos que destacamos a seguir:

A situação da CATI em relação a funcionário é precária, tanto lá na CATI como na Casa de Agricultura, do estado só sou eu, a funcionária que cuida da manutenção do prédio é da prefeitura e o técnico agrícola também é da prefeitura então é muito difícil (...) eu tenho um funcionário que é do Estado, mas ta de licença saúde já faz dois anos, ta pra aposentar, então é complicado, é muito complicado, eu acho que é o que mais... o que pega na CATI é recursos humanos, nós não temos... dificulta muito o trabalho e numa dessa o pessoal acaba... você tem que ser... eu já fiquei sozinha aqui, você tem que ser servente, tem que ser atendente, tem que ser técnico, tem que ser escriturário (...) eu me desdubro em mil pra não deixar a coisa ir pra um lado que... porque já que vai ficar aqui (...) mas se não tiver apoio da prefeitura, nos convênios, tudo, aah, podia fechar metade... tem muita Casa de Agricultura fechada em razão disso... eu sempre falo isso... quem ta na Casa de Agricultura é que sente o problema, quem ta lá em Campinas tem aquela agitação, aquela coisa... nossa, que maravilha, que coisa mais linda, mas eu fico lá e aqui então você vê como destoa as coisas, é complicado, lá as pessoas não tem noção do que é uma Casa de Agricultura e o Fontes (*"Fontes" é o coordenador geral da CATI*) sempre... ele trabalhou muitos anos em Pederneiras, então a grande preocupação dele é realmente, acertar isso aí, porque se não acerta aqui não adianta ter aquela estrutura que tem lá em Campinas, não adianta (...) é daqui pra lá, não é de lá pra cá e as pessoas acham que é de lá pra cá e não é, é daqui pra lá, se você não funciona aqui, nas Casas de Agricultura, que a gente fala "linha de frente" não existe aquilo lá, você não concorda comigo? E as pessoas não, acham que aqui vive em função de lá, eu acho que não, eles que tem que ser em função, eu acho que tem que ter... agora que ta tendo essas trocas, essas coisas, mas é complicado (...)

(...) Não adianta, não adianta ter aquela estrutura maravilhosa, tudo no papel e na prática a coisa não funcionar (...) (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Destacamos em suas falas não exatamente a crítica feita à falta de funcionários, algo relevante, mas que ressurgia na maioria das declarações, em quaisquer espaços da instituição, mas sim os comentários que esta traçou a respeito da relação entre os trabalhos realizados em âmbito central e aqueles na Casa da Agricultura. Enfatizamos principalmente a fala em que apontou para a necessidade de que se priorizassem os

trabalhos locais, de que se organizassem e efetivassem primeiramente as ações nas casas e que a CATI, em Campinas, atendesse a demanda destes espaços, não o contrário, como nós próprios imaginávamos, as Casas da Agricultura enquanto espaços diretos de atuação do que os técnicos apreendiam na CATI, cumprindo papel de meros reprodutores do conhecimento difundido em âmbito central. As casas possuem realidades distintas, estão em contato direto com os produtores, seus problemas específicos e a necessidade de atuações diferentes, que atendam as mais diversas dificuldades. Obviamente havia e ainda há espaços para programas e formações das mais diversas, implementadas pela CATI, mas, segundo seus subordinados é necessário que haja sempre diálogo e um suporte mútuo, tanto em programas maiores, quanto em atividades locais.

Em seguida a mesma comentou acerca da forte parceria que tinha com a prefeitura municipal, de onde conseguia total apoio, em aspectos financeiros, na cessão de espaço físico para armazenamento de aparelhagem, na entrega de produtos de limpeza, entre muitos outros, o que ela alegou somente acontecer devido ao retorno que a prefeitura obtinha dos trabalhos da CA, tendo em vista que Macatuba é um município essencialmente agrícola e o trabalho com estes produtores deveria se manter forte. Segundo ela, havia total apoio do prefeito em suas ações, também em nome de interesses políticos, tendo em vista que todo este investimento poderia se reverter em votos para este futuramente.

Outro aspecto que destacamos em relação às entrevistas realizadas, foi quando perguntamos aos sujeitos acerca do número de produtores que eram atendidos pelas Casas de Agricultura, assim como também a respeito de quais trabalhos eram realizados naqueles espaços.

Rita, primeiramente, nos informou que “(...) No município de Macatuba são atendidas 530 propriedades, dentre as quais cerca de 90% são pequenas e médias produções” (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba). Ela lembrou ainda que a principal cultura era a cana de açúcar, porém, que os produtores diversificavam os espaços restantes com outros cultivares. Quando questionada sobre os trabalhos realizados na casa, esta afirmou que:

Reunião com agricultor, normalmente pra decidir alguma coisa assim... é... em caso de compra de implemento, como vai ser usado, se não vai ser cobrado, (...) ajuda na campanha de vacinação de aftosa (...) parte de assistência técnica, análise de solo, interpretação de análise, curva de nível, plantio... a gente faz muita declaração (...) carta da parte ambiental (...) envolve muita responsabilidade, declaração de conformidade que a gente faz pra financiamento de banco... isso aí já são coisas da CATI

mesmo, mas a gente tem que fazer, é uma responsabilidade muito grande (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Já a respeito do atendimento oferecido e dos trabalhos realizados, Milaine Trabucco Labelo, do município de Arealva, não apontou neste momento um número exato de propriedades ou produtores atendidos, alegou apenas que não havia pensado a esse respeito anteriormente, mas que acreditava que por mês em torno de quinze proprietários passavam por ali, mas que essa quantia variava em acordo com a época do ano, os financiamentos disponíveis em cada período, a safra ou “safrinha” como eles apontam (período de entressafra). Ela ainda afirmou que por ser funcionária da prefeitura municipal, era responsável também pelas demandas urbanas, como autorização de cortes de árvores, auxílio ao controle de pragas urbanas, entre outros. Acerca dos trabalhos que realizava com os produtores a profissional destacou :

Olha, a CATI a gente trabalha mais na parte de projetos... agora tem a parte de declaração de dispensa ambiental que a gente também faz, a gente também trabalha... alguma vez na parte de assistência, assim, acompanhamento de produtor, tem os planos de gestão, que esse ano a gente vai trabalhar com “utilização e devolução de embalagens de agrotóxicos” (...) aplicação, devolução, isso deve ser feito... junto com a defesa agropecuária (MILAINE TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

No tocante a Rafael Marcelino e Hélio Carlos Fogueral, responsáveis pela Casa da Agricultura de Botucatu, estes nos descreveram mais detalhadamente o público com o qual lidavam, assim como também os trabalhos que realizavam. De acordo com Rafael:

A gente tem um universo aqui... a gente procura trabalhar com dados estatísticos... até você deve ter escutado falar do LUPA¹⁹ já... aqui pelo menos foram cadastradas 1133 propriedades, então é... é até complicado, atender 1133 propriedades em dois agrônomos, são 130 mil hectares de área rural, se a gente for tentar atingir cada um isoladamente, muitas vezes, acho que não vai dar certo, então a gente procura fazer bastante evento coletivo assim, é... anualmente a gente tem uma característica aqui de fazer aquela coleta de embalagens vazias de agrotóxico, isso ajuda bastante, tanto os produtores daqui, quanto meio ambiente, sociedade em geral... é... palestras, excursões, cursos, a gente tem parceria com a prefeitura aqui, com o sindicato rural, com o SENAR, a gente procura

¹⁹ O LUPA é o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo, um censo realizado nas unidades de produção, que levanta as mais variadas informações a respeito destas.

sempre trabalhar junto, potencializar o nosso trabalho pra chegar no produtor e, pontualmente quando dá, também de forma individualizada (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

A esta declaração Hélio acrescentou:

A gente atua mais com produtores familiares, médios produtores... e grandes produtores a gente atende assim, mas eles já tem assistência própria deles... então a gente atende mais essa fatia mesmo, do pessoal que de fato precisa de assistência técnica, implementação, crédito rural também (...) (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Novamente então, Rafael Marcelino apontou:

Eu vejo que a CATI tem passado por algumas transições... antigamente, antes do programa de Microbacias I, o trabalho era diferente, até o Hélio prestava mais assistência técnica (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Em seguida Hélio Carlos Fogueral:

Antigamente no município tinha muito receituário agrônômico, então a gente atuava direto... então a gente atendia grande, pequeno, atendia demanda mesmo, a gente tinha uma grande demanda, depois isso foi acomodando, as próprias firmas (...) estão fazendo hoje o receituário agrônômico, então a gente fica um pouco mais folgado com isso aí (...)...só pra verificação de doenças, pragas, alguma coisa assim (...) (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Por fim, Rafael Marcelino acrescentou:

Aí com o Microbacias I o trabalho ficou um pouco mais limitado às unidades geográficas, que eram as próprias microbacias mesmo, aqui no caso tinham duas priorizadas (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Após tais declarações, Rafael continuou seus apontamentos, acerca dos trabalhos realizados pela Casa da Agricultura de Botucatu:

(...) a gente tem venda de sementes, tem as sementes variedades, de produção mais rústica assim, a um preço mais acessível pro pequeno produtor, a gente trabalha com crédito rural (...). Atendimento de demandas mesmo, de produtores assim que vem requerer pra gente uma adubação de cultura ou fazer uma amostragem de solo, uma pulverização com algum inseticida, herbicida, coisas da produção mesmo, técnicas de

cultivo... é... aqui em Botucatu, a característica... a parte do conselho aqui, tem um conselho bem forte, bem ativo, ele tem um fundo próprio, que ele delibera, dinheiro pras associações também estarem executando projetos, a gente tem uma participação bem boa nisso, aí é... organizações de excursões, cursos palestras, a gente uma parceria muito boa com o SEBRAE²⁰, com a prefeitura municipal, com o sindicato rural, com o SENAR também (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Algo que também destacamos, presente em todos os diálogos, diz respeito a nossos questionamentos quando procuramos descobrir se existiam eventos de formação nesses municípios que fossem voltados aos produtores, como cursos, palestras, entre outros, assim como também como estes se realizavam e qual era a participação destes sujeitos. Obtivemos as seguintes colocações:

(...) o que eu faço aqui, por exemplo, vamos fazer excursão depois de amanhã, então eles já sabem, a gente vai na agrishow, vai há doze anos nessa agrishow, então que eu ganho... o ônibus da prefeitura não paga, eu ganho ingresso do sindicato, então a gente vai sair cinco e meia da manhã quinta feira daqui, então é tudo divulgado... e a divulgação é assim, vai nas propriedades, leva o convite, porque o município é pequeno, então dá (...)

(...) o interesse do produtor, em estar ligado à casa de agricultura vai do trabalho da gente, então se você se interessa por eles, eles vão dar o retorno... dar aquela resposta que você ta fazendo um trabalho bom, então eu acho que... o retorno pra mim aqui é ótimo, eu acho que tanto eles gostam daqui, como eu me importo pra estar sempre servindo, sempre ajudando, me informando... eu tenho uma coisa assim, o que eu não sei, porque não é tudo que a gente sabe... ninguém fica sem resposta de nada, então a gente sempre procura... se eu não acho aqui eu vou fora com eles, fazer... então as vezes a gente empresta uma van, uma “kombi”, já viajamos muito de “kombi”, pra ver negócio de horta, em regiões que tem... então é, a gente ta sempre procurando... eu falo assim, não adianta a gente fazer uma lista “olha, você planta feijão, você planta isso, isso (...) eu acho que a pessoa tem que ver, ir lá conversar... veio um queria produzir milho pipoca, nós fomos atrás, a casa de agricultura, ele plantou ... a gente conversa, não adianta eu achar, imprimir e dar pra pessoa ler... mal sabem ler... são pessoas bem... é público simples, então a gente acha que... você leva e ele nunca mais esquece, vai lá, conversa com produtor, no caso de hora a gente já viajou muito, de “kombi”, longe...lá pra aqueles lados de Jaguariúna (...) então a prefeitura leva e nunca mais esquece. Eu fiz trinta e duas fossas no município, quer dizer, é uma coisa complicada, porque... correr a céu aberto ... daí eu levei o pessoal pra ver

²⁰ Serviço Brasileiro de às Micro e Pequenas Empresas – É uma entidade privada que auxilia na abertura e expansão de pequenas empresas.

a fossa pronta (...) não adianta você pegar o modelinho... “corte não sei que jeito e ...” não adianta, então aqui é assim... tem alguma coisa, vai ver ao vivo (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Já Milaine Trabucco Labelo fez comentários apenas acerca do envolvimento dos produtores com os trabalhos realizados de modo mais geral:

(...) sempre são os mesmos que participam, porque assim, o produtor ele tem muito aquela de... principalmente produtor familiar, ele tem às vezes nenhum funcionário, ou um funcionário no máximo, então a atividade dele depende dele, ele tem que ficar lá porque “o olho do dono é que engorda a boiada”, então alguns somente que “ah, vou fazer curso” até porque a gente sempre faz reunião aqui no período noturno, assim... também não pode ser uma coisa longa porque dá umas nove e meia, dez horas eles já estão com sono, então assim, na medida do possível eu acho que sempre há uma boa participação, só que geralmente eles não tem como deixar a propriedade... é meio difícil, então quando você vai fazer alguma reunião... ou mesmo algum evento (...) então você tem que ficar ligando, explicando, lembrando, falando da importância... é, é fundamental falar sempre da importância, não só ligar (...) eu tenho que ligar e falar “oh, é por causa disso, disso disso...” se explicar assim “oh, vai ter uma reunião a tal hora pra falar disso” ele não vem, não adianta que ele não vai vir, então você tem que falar, que os problemas tem solução, tem que discutir e não sei o que, tem que explicar, aí eles vem (MILAINE TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Rafael Marcelino, por sua vez, contou um pouco mais sobre os trabalhos de formação realizados na casa e o envolvimento dos produtores. Segue adiante parte de suas declarações:

(...) praticamente toda semana está tendo alguma coisa aqui à noite no SENAR, às vezes eu vou, ou o Hélio sempre fica também (...)(RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Neste momento questionamos ao profissional se as formações oferecidas vinham de demandas dos próprios produtores ou se era algo colocado pelo município. Ele então afirmou:

As duas coisas... assim, é, bom, vou falar assim dessa parte, há pouco tempo atrás, você deve ter escutado falar também dos planos municipais de desenvolvimento rural sustentável... então, a gente fez um grande trabalho aqui em Botucatu, assim, eu acredito que pelo menos em termos de páginas, foi o maior plano do estado... e a gente fez várias reuniões, a gente dividiu o município, como é grande, em nove setores e fomos a noite, em uma semana, a gente fechou duas equipes e em uma semana a gente fez nove reuniões, nos bairros, com diferentes comunidades de produtores, a gente levantou vários tópicos que eram pertinentes, tanto ao meio agrícola, quanto ao meio social, da área rural e tudo mais e aí a gente procurou ver o que eles queriam, o que eles precisavam e a gente

elaborou o plano... agora em cima do plano a gente tenta ir suprindo as demandas que foram levantadas, então muitas vezes a gente estipula ...ah, veio a presidente da associação dos orgânicos uns tempos atrás “eu quero um curso de tomate orgânico” ta, daí a gente tenta ver se realmente vai ter um público, daí a gente vai atrás do curso de tomate orgânico, as coisas já mais “naturais”, tem que ter uma demanda, agora, uma excursão , a gente nem faz demanda porque sabe que vai lotar o ônibus, é as duas vias, tanto a gente já sabe o que eles querem e eles falam pra gente também (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Assim, mediante os trechos recortados anteriormente, pudemos evidenciar a existência de distintos eventos, entre outros, que visavam à formação dos pequenos produtores. Cursos, palestras, viagens, dias de campo, organizados para que fossem levados os mais variados saberes à realidade destes sujeitos. Para além, nos foi possível refletir acerca das falas no que competia às preocupações e até mesmo ao relacionamento dos sujeitos entrevistados com seus trabalhos e com aqueles que eram atendidos.

Rita de Cássia P. C. de Andrade, em Macatuba, pontuou claramente a importância do interesse dos agrônomos responsáveis pelos produtores, acreditando que na medida em que se interessasse por suas vidas, suas dificuldades e seus anseios, estes procurariam e confiariam em seu trabalho. Para além, a profissional destacou o tamanho do município (que possuía em torno de 15.700 habitantes em acordo com o censo 2010) como “facilitador” no contato com os produtores, tendo em vista que por não se tratar de um município grande, havia a possibilidade do contato e convite pessoal a cada propriedade, para que participassem dos trabalhos realizados pela Casa da Agricultura. Já no caso de Arealva, a responsável Milaine Trabucco Labelo não nos forneceu muitas informações acerca de que formações ofereciam aos trabalhadores, mas destacou certa dificuldade e esforço que devia ser empreendido constantemente a fim de que houvesse a participação dos produtores. Em Botucatu, por sua vez, Rafael Marcelino retratou os distintos espaços de formação e qualificação que eram oferecidos cotidianamente aos produtores rurais. Apontamos apenas para um dos trechos de sua resposta, que se estendeu relatando como ocorriam cursos, reuniões, entre outros, realizados tanto no espaço da Casa da Agricultura, quanto em outros que agiam em parceria com esta.

Após algumas questões a fim de perceber, entre outros pontos, como se dava o trabalho de formação e qualificação para os produtores rurais a partir do espaço das Casas da Agricultura, fizemos aos entrevistados outros questionamentos, buscando levantar seus pontos de vista e esclarecer algumas de nossas dúvidas. Primeiramente, perguntamos a

estes se conseguiam, a partir do trabalho desenvolvido, perceber progressos, mudanças na vida das pessoas atendidas, mediante a aplicação dos saberes apreendidos. Seguem alguns trechos das declarações:

(...) Ah muitos, até a gente vai nos produtores aí, você conversa com eles e vê... é bom você perguntar... ver o que eles acham (...)

(...) é muito interessante... mas dá um trabalho...a médio e longo prazo, nunca a curto prazo... a gente vai... às vezes oito meses aí (...) lugar que não dava nada... nem uma pedra... só atoleiro, a gente modificou o curso do rio, drenou, hoje ele tem pastagem, então é trabalho que vai e fica... eu trabalhei muito com mata ciliar, então já apareceu até no “S.O.S. Mata Atlântica” que... aqui a área de mata ciliar é bem expressiva... quando eu comecei a falar em mata ciliar, já se falava no ministério público há muitos anos, fazia acompanhamento de conduta com o ministério público, com o produtor, era dado um prazo pros produtores tirarem a cana da beira da água e plantava mata trinta metros, (...) quando chegou o auge da mata ciliar, o pessoal aqui tava todo praticamente com a mata ciliar pronta (...) (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

É possível refletirmos sobre as colocações de Rita de Cássia P. C. de Andrade, especialmente acerca da efetividade e importância de sua atuação para o município de Macatuba, haja vista que os produtores atendidos pela Casa da Agricultura já estavam habituados a certas práticas, a determinados comportamentos que foram construídos ao longo dos anos. Contudo, a profissional sabia que esta era uma realidade de poucas CA e que boa parte dos trabalhos no Estado de São Paulo não possuíam a mesma efetividade, ou ainda as mesmas possibilidades para que obtivessem bons resultados.

Em seguida Milaine Trabucco Labelo que fez alguns apontamentos:

Olha, é muito bom... até conversar com o produtor... é ótimo, porque eles trazem a parte bem prática, porque a gente acompanha e tudo, mas eles tem uma experiência, a experiência do dia-a-dia, então eles tem muito... eles são formadores de opiniões, tem a opinião deles, então o retorno prático que eles vem, vem e troca idéia e tal, é fundamental (...)

(...) a maioria vai fazendo teste, vai fazendo a parte prática (...) geralmente a teoria é fácil, você vai lá (...) “é assim, assim, assim...” e faz, mas aí sempre surgem alguns problemas de dia-a-dia e tal, que eles vão adaptando do jeito deles lá e sempre dá certo, porque nada é como... a teoria mostra tudo bonitinho, a hora que chega na prática aí... mas eles sempre procuram informações... principalmente os agricultores... os filhos de produtores, os mais velhos... eles acompanham, por exemplo, antigamente era assim “ah, o adubo do milho é X” não ia lá fazer uma amostragem de solo, não havia o... não seguia recomendação, às vezes deixava de colocar calcário, (...) teve uma parte de conscientização, assim, a gente não fala hoje e acontece amanhã, é uma parte que demora um tempo, sempre tem que um começar a fazer primeiro, pra depois ser o

modelo pros outros continuarem (...) (MILAINÉ TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

A responsável pela Casa da Agricultura de Arealva demonstrou um ponto de vista interessante, principalmente ao trazer a questão de saberes que eram próprios dos pequenos produtores, que não estavam ligados diretamente às formações específicas, de nível superior ou técnico e como estes conhecimentos se ligavam aos demais, organizados pelos engenheiros e técnicos e disponibilizados aos sujeitos que estavam no campo, a fim de que pudessem aprimorar suas produções. Muitas vezes seus saberes advêm do contato com gerações anteriores e há de se ter cuidado, constantemente, por parte dos profissionais das Casas da Agricultura e da CATI, a respeito da melhor maneira de aproximação e diálogo com estes trabalhadores, a fim de que se evite qualquer sentimento de “desconfiança” e sejam preservados o aprendizado e ajuda mútua.

A respeito da possibilidade de aferir a aplicabilidade dos saberes difundidos, a engenheira Milaine Trabucco Labelo colocou que:

(...) para isso a gente precisaria ter um... tipo assim, a gente estar acompanhando o produtor diariamente, semanalmente e geralmente, aqui no caso a gente não dá conta de fazer isso, então a gente sempre... como é uma cidade pequena (...) às vezes encontra com eles na rua “ah, como é que foi lá fulano, deu certo, não deu certo?” mas de ir lá ver, ir lá mudar tudo, aí a gente comenta “ah, fiz assim, deu mais ou menos” “ah, então da próxima vez vamos fazer assado e tal”... mas tem uns assim, que geralmente aparece aqui, você não vê mais, aí você perde contato, não sabe se deu certo, se não deu certo... então depende muito do produtor, deles ficarem... serem mais... “dados” (MILAINÉ TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Já a respeito da CA de Botucatu, sobre a qual responderam os profissionais Rafael Marcelino e Hélio Carlos Fogueral, procuramos conhecer acerca da participação dos trabalhadores, bem como se os profissionais conseguiam perceber progressos nas produções mediante a aplicabilidade dos saberes oferecidos. A este respeito, Rafael destacou:

(...) às vezes é positiva, às vezes não... às vezes a gente organiza um evento e o evento é um sucesso, tem uma grande participação, que nem... há dois anos atrás a gente fez um evento, uma coleta de embalagens num bairro rural, lá na Colônia Santa Marina e foi um sucesso assim sabe, teve trinta produtores participando, foram recolhidas milhares de embalagens, mas no ano passado a gente fez em outro bairro, a participação foi baixíssima, então quer dizer, a gente estava lá, com o nosso trabalho, a prefeitura estava lá (...) só pra acompanhar o trabalho e houve pouca participação(...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Hélio Carlos Fogueral, por sua vez acrescentou:

Nessa coleta de embalagem aí teve pouco comparecimento do pessoal para entregar embalagens... eles mesmos que solicitaram para nós... a gente até não queria fazer lá, eles que solicitaram, teimaram com a gente, tal, tal, tal... tudo bem, a gente atendeu eles, só que eles não corresponderam (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Rafael Marcelino então continuou:

O que eu imagino é que a participação assim, de forma geral, ela vem decaindo né Fogueral? A gente às vezes agenda uma palestra assim, um tema legal, a gente espera casa cheia e vem pouca gente, então é... não sei se o pessoal tá desmotivado... a gente tenta fazer horário noturno, embora seja ruim pra gente é bom para eles... a gente tenta ajudar no que for possível (...)

Aqui a gente tem também... anualmente, em parceria com a faculdade, o dia de campo do milho, é sempre em abril... e todo ano é uma batalha pra levar o produtor, a gente vai, convida, liga e tudo e... esse ano melhorou um pouco até, mas todo ano a participação de produtor é baixíssima, até com isso pode comprometer o dia de campo porque as empresas que vem elas querem produtor, elas não querem aluno da faculdade... então a faculdade acaba sendo um parceiro também nosso aqui (...)(RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Neste momento, Hélio Carlos Fogueral novamente acrescentou seu ponto de vista à fala de Rafael Marcelino, afirmando que:

(...) o trabalho nosso assim, a gente não constata na hora... depois que a gente... a gente faz por exemplo, um curso assim... na hora a gente não percebe, depois, as vezes dois, três anos, a gente fica sabendo um resultado, o pessoal vem e fala ... uns nem falam, conseguem as coisas e ficam quietos também, não fala nada, a gente às vezes constata alguma coisa por empregado dele ... às vezes um curso aí de milho, demos um curso de milho aí há muito tempo atrás, então ninguém falou nada... conversando com os empregados, na propriedade, falaram “então, aqueles cursos e tal, aconteceu tal coisa, assim, assim...” aplicação de agrotóxico, muito proprietário não falou para nós, aí conversando com os empregados das propriedades, falou... então tem isso aí também... não tem como a gente fazer uma avaliação disso aí, mas eu acho que também isso é tranquilo, sempre surte efeito... não vou dizer que 100%, mas pelo menos aí... eu acredito que hoje talvez uns 30%, 40% já está bom (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

No caso destes dois profissionais, perguntamos ainda se havia algum controle acerca da efetivação das aprendizagens na realidade das produções e se, conforme a necessidade, no caso de cursos, eventos que não surtiam o efeito desejado, ou a compreensão esperada, se havia por parte deles uma reformulação desta atuação:

(...) Não tem uma metodologia definida, um controle... é mais em visita que a gente vai mesmo (...)

(...) atividade referente a palestra, assim... a gente sempre faz uma avaliação no final, “local/palestrante/metodologia ...” e com base na avaliação a gente procura mudar pra próxima, “horário, etc.” (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Ainda com relação à formação oferecida pela CATI e pelas Casas da Agricultura, procuramos saber a respeito da divulgação dos mais variados folhetos, livros, informes, enfim, todo e qualquer material didático, produzido pelo CECOR e seu alcance. Perguntamos aos entrevistados acerca da distribuição destes materiais, bem como da utilização dos mesmos. Primeiramente destacamos a resposta de Rita de Cássia P. C. de Andrade:

Ah, o material da CATI (...) tudo que tem de novidade sempre fica por aí, por cima da mesa, então o que vem eu distribuo (RITA DE CÁSSIA P. C. DE ANDRADE, entrevista realizada em 03/05/2011, Macatuba).

Em seguida, a observação de Milaine Trabucco Labelo, de Arealva:

A gente sempre tem aí a revista “Casa da Agricultura” (...) mas assim, vem para alguns e a gente entrega para eles, a gente sempre está procurando, por exemplo, (...) a gente tem uma estantezinha ali, sempre que os produtores vêm aqui eles vão, dão uma olhada, alguma coisa assim de Feap, sempre tem algum folder (...) (MILAINE TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Ao ser indagada a respeito do material técnico, elaborado pela CATI, se este chegava até a Casa da Agricultura, Milaine afirmou que:

(...) Aqui tem, eles chegam, mas assim, então nós temos alguns exemplares, que a gente deixa eles consultarem, aí as vezes até... o que é patrimônio não, deixa aí, mas o que não é patrimônio as vezes quando é pra consultar eu deixo... eles levam, devolvem, consultam (MILAINE TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Como já demonstrado anteriormente, ao discutirmos o trabalho realizado pelo CECOR, a Casa da Agricultura de Arealva possui um espaço, em uma estante posta em sua sala de entrada, onde disponibilizam os materiais enviados pelo espaço central. Assim, segundo a profissional responsável pela CA, a utilização deste acervo é contínua.

Já em Botucatu, Rafael Marcelino afirmou:

(...) Não é toda regional que comercializa os boletins da CATI (referindo-se aos boletins técnicos, de temas variados, publicados pelo CECOR) a

gente aqui tenta comercializar até hoje (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

A esta fala Hélio Carlos Fogueral acrescentou:

(...) Boletins de instruções práticas... a gente vende isso aí, antes a gente doava, hoje a gente vende, num preço simbólico assim... mas a gente está vendendo (...) (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Posteriormente, o primeiro continuou suas observações:

(...) Por exemplo, ano passado a gente fez aquela palestra de maracujá, então fez a palestra de maracujá, tinham alguns produtores de maracujá, a gente falou “ah, vamos dar alguma coisinha também”, então eu fiz um encarte falando o que tinha de disponível na época para o crédito para maracujá, então a parte do Feap, do Pronaf, que estava disponível, a gente já tenta fazer um contato com o banco também... que envolve o Banco do Brasil, então é... eu acho que toda atividade tem um encarte, quando dá a gente faz (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Neste momento, procuramos reafirmar então se os materiais produzidos pela CATI chegavam àquele espaço. Rafael Marcelino então nos afirmou:

É... a gente nota... não sei se eu posso falar isso, mas material da CATI mesmo, eles mandam... a responsável por isso no setor lá em Campinas, ela tem dito pra esses produtores “comprem pela internet” e aí ela manda pelo correio... às vezes a gente pede para mandar por aqui e ela fala que não tem muito... não dá para mandar pra todo mundo... mas a gente sempre que dá procura ter abastecido, tanto que no dia 27 de maio, agora, a gente tá participando ali daquele “cartaz”, (referindo-se a um evento de citricultura próximo) vai ser aqui na faculdade de agronomia e a gente convidou a moça lá desse departamento pra estar aqui, com o stand da CATI, pra estar comercializando os nossos folhetos... embora não tenha tanta coisa de citricultura assim, mas como o evento vai ser na faculdade de agronomia, sempre tem estudantes, eu acho legal estar aproximando a CATI dos estudantes também (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Por meio de trechos da entrevista realizada com Rafael Marcelino, que contou também com a participação de Hélio Carlos Fogueral, percebemos que o material fornecido pela instituição tinha utilização e procura por parte dos produtores rurais, que entravam em contato com o mesmo tanto por meio da Casa da Agricultura, quanto pela presença e oferta em eventos da área realizados nos mais variados espaços, a exemplo, na universidade em Botucatu. Assim, pensamos ser importante que se mantenham essas produções e sua distribuição e não somente que se espere o acesso de produtores rurais por meio de *site* da instituição e boletins eletrônicos. Atuando desta maneira, inferimos que a instituição assuma que, dentre aqueles que se utilizam de seus informativos, há de modo

geral, acesso à internet e aos meios eletrônicos de difusão de informações, contudo, enquanto educadores acreditamos ser necessário que se preservem também outras fontes de acesso, como a revista impressa, garantindo alcance a quaisquer interessados.

Posteriormente, continuamos nosso diálogo com Rafael Marcelino, questionando-o sobre como percebia a relação entre os materiais consultados e os produtores, se acreditava que estes os utilizavam e compreendiam. O mesmo nos afirmou:

Ah utilizam, sempre tem procura sim... esses manuais da CATI são simples, são práticos, são ilustrados também, então eles... às vezes eles vêm aqui, querendo um livrinho assim, a gente tem um, acho que custa três reais, é “controle caseiro de pragas”, então é aquela receitinha, que a mulher passa uma calda de fumo, um sabãozinho, uma aguinha e não vai ser tóxico pra ela (...) a gente tem a parte mais pra mulheres também... essa parte de processamento de alimentos, conservas, doces processados, pães e tal (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Destacamos a fala anterior, pois vai ao encontro com o discutido anteriormente, quando destacamos a relevância do acesso aos materiais informativos produzidos pelo CECOR e como estes são parte do cotidiano dos produtores rurais.

Os trabalhos com a CATI por meio das Casas da Agricultura se constituíram em tarefa extremamente interessante, na medida em que foi possível compreender a organização da instituição e, durante as visitas, acompanhar a realidade dos espaços e a efetivação do que se discutia em âmbito central. Além das falas apontadas, inúmeras outras características poderiam ser lembradas. Durante os diálogos novas questões surgiram em cada um dos casos, trazendo à tona semelhanças ou distinções. A seguir, por exemplo, apontamos para as falas de Rafael Marcelino e Hélio Carlos Fogueral, de Botucatu, ao serem questionados a respeito da formação oferecida propriamente aos técnicos, pela CATI. O primeiro iniciou, afirmando:

(...) Acho que isso mudou também (afirmou em relação à época em que Hélio Carlos Fogueral entrou na instituição e à sua época, poucos anos atrás) (...) até onde eu sei, tinha bastante curso técnico, de atualização em culturas e pontos práticos... hoje a gente não nota tanto isso assim... essa parte técnica está um pouco devendo (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

À fala de Rafael acrescentamos a de Hélio Carlos Fogueral, ainda sobre a formação disponibilizada aos técnicos:

É, o sistema da CATI de trabalhar com parcerias e tal, diminuiu um pouco isso aí... a gente antes quando entrava na CATI a gente era mais preparado, pra trabalhar com culturas por exemplo, pra atender

demandas, a gente tinha um pouco mais de respaldo direto da CATI. (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Em seguida, novamente Rafael Marcelino colocou:

Antigamente tinha um especialista em café, etc. depois perdeu um pouco isso (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Hélio Carlos Fogueral mais uma vez continuou e em seguida Rafael Marcelino acrescentou:

É está perdendo isso aí, talvez atue não na CATI, mas ta esparramado nos municípios (...) não ta mais direto na CATI... só pra entender isso aí, o problema de irrigação por exemplo, antes tinha um especialista em irrigação lá, ia lá e achava uma saída, sempre tinha lá um especialista da área... hoje ta mais difícil pra CATI isso aí (...) (HÉLIO CARLOS FOGUERAL, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Os treinamentos, assim... a CATI vai começar um programa institucional, aí vem o treinamento em Microbacias, treinamento do Banco do Brasil, treinamento de tal convênio, mas assim, da parte mais técnica, pontual, ta meio deixando a desejar (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Perguntado então a respeito dos locais em que esses treinamentos eram feitos, Rafael Marcelino respondeu que:

Depende, lá ou então... eu acho que antigamente... geralmente fazia as quarenta regionais lá em Campinas, aí ia um ou dois de cada regional depois esses um ou dois de cada regional voltava pra regional e disseminavam a informação, agora eles estão adotando uns modelos assim, divide em quatro... então dez regionais vão fazer um treinamento em Bauru, dez regionais vão fazer o treinamento em Rio Preto, dez fazem em Campinas, dez fazem sei lá... em Sorocaba, então ta... eles notam que às vezes colocar menos gente, o trabalho rende mais (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Os trechos transcritos mereceram certo destaque, tendo em vista que anteriormente pontuamos também excertos das entrevistas realizadas com responsáveis pelo centro de treinamento em Campinas, os quais afirmaram existir uma gama de atividades voltadas a formação dos técnicos que atuam em linha de frente. Como afirmou Rafael Marcelino, os treinamentos existiam, mas estavam muito mais ligados a programas ou convênios específicos, o que para o entrevistado era de certa maneira prejudicial, na medida em que colocava muitas vezes à margem necessidades de cunho técnico. Contudo, vale lembrar que nossa amostragem foi pequena diante do número de Casas da Agricultura do Estado de São Paulo, portanto, é um dentre os inúmeros pontos de vistas possíveis.

Pudemos perceber, nas casas de Macatuba e Arealva, que diante de dificuldades técnicas, as responsáveis muitas vezes optavam por procurar auxílio com outros profissionais que possuíssem conhecimento acerca da área de interesse, no entanto, não houve qualquer fala no sentido de insatisfação em relação à formação oferecida pela CATI.

Outro ponto abordado em nossas conversas, embora não aprofundado, tendo em vista não ser objeto propriamente do trabalho de pesquisa, foi o novo projeto aprovado pelo Banco Mundial, a ser executado pela CATI, o já mencionado “*Microbacias II – Acesso ao Mercado*”. Como o tema vinha sendo freqüentemente citado e discutido em todos os âmbitos da instituição, perguntamos aos responsáveis pelas Casas da Agricultura se estes já conheciam o programa, se haviam sido iniciadas as discussões, assim como também se os produtores de cada um dos municípios já sabiam do que se tratava.

Em nossa primeira entrevista, realizada com Rita de Cássia P. C. de Andrade, em Macatuba, tal questionamento foi colocado após nosso diálogo, enquanto visitávamos algumas pequenas produções, sem a utilização de gravador. Portanto, suas respostas não se encontram transcritas, mas são parte de um diário de campo, construído sempre após cada encontro.

Quando indagada acerca do programa “*Microbacias II – Acesso ao Mercado*” a profissional demonstrou muitas ressalvas com relação a sua aplicabilidade em Macatuba. Atestou que o primeiro alcançou sucesso pois lidava com boas práticas, sustentáveis e realizáveis em grande medida individualmente, de maneira que cada ação desenvolvia-se de forma distinta no contexto de cada propriedade (embora houvesse sempre os trabalhos e formações discutidos em grupos). Já o segundo projeto, de acordo com ela, lidaria com atividades voltadas ao mercado, organizadas principalmente em associações, incentivando compras coletivas e decisões conjuntas em nome da circulação dos diferentes produtos, exigindo investimentos mais altos que, de acordo com a agrônoma, as pequenas produções muitas vezes não possuíam, o que faria com que muitos provavelmente se desinteressassem.

No município de Arealva, Milaine Trabucco Labelo afirmou que o projeto já havia sido apresentado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e aos membros da associação de produtores rurais do município, porém, segundo ela, a associação passava por algumas dificuldades de organização, na medida em que ela se dividia em “grupos temáticos”, ou seja, alguns sujeitos responsáveis pelas discussões que envolviam a

produção de leite, outros pela produção de grãos, etc. e, aparentemente, de acordo com trechos de sua entrevista, havia um problema de “organização” e certo “comprometimento”, pois estes produtores tinham inúmeras outras tarefas ligadas às suas terras e acabavam não tomando a frente em trabalhos e discussões coletivas. Ainda segundo a profissional:

(...) até... o presidente da associação tem dificuldade em tomar... assim, em participar mais, porque assim, sempre tem um que tem que resolver, que tem que ir atrás... e o outros vão concordando e vão seguindo... e no caso, até foi comentado na última reunião que teve do microbacias, como é que a associação ia se reestruturar, então é... a associação vai ter que se reestruturar, tinha até comentado de... de ter um administrador, um administrador pra cuidar de uma parte, pro presidente, tesoureiro só tomarem as decisões... assim, a Casa de Agricultura, ela dá apoio, ela faz a reunião, ela traz... é igual eu comentei aqui com um colega nosso na área de produção, ele falou assim “ah, a associação no começo tem que carregar no colo”... eu falei “oh, é igual criança pequena, criança tem que ajudar a dar os primeiros passos, depois você tem que deixar se virar, se você for sempre levar ela no colo, ela não vai aprender a se virar...” então assim, a gente dá apoio, até assim, a gente tem o contato de produtores, às vezes vai fazer uma reunião a gente convida, a gente vai lá, organiza, chama todo mundo, mas não... ela ainda tem que se reestruturar (...) (MILAINE TRABUCCO LABELLO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

Por meio de suas colocações foi possível, à época da entrevista, prevermos certa dificuldade na instauração deste segundo programa de ações, já que o foco de todo o projeto, os financiamentos, etc. seriam voltados especialmente às associações, organizadas e em atividade. Ainda segundo a engenheira, as discussões acerca da possibilidade de inserção no programa Microbacias II tinham sido realizadas também em conjunto com o sindicato de produtores rurais, que vinha debatendo o interesse e a viabilidade de participação de cada um dos “grupos temáticos”, de maneira que os envolvidos se informassem, organizassem e buscassem atuar em conjunto.

Rafael Marcelino, por sua vez, descreveu a situação do novo projeto no município de Botucatu, afirmando que:

(...) o Microbacias II está sendo bem trabalhado aqui, nessa fase preparatória. Aqui no município de Botucatu a gente tem oito associações, muitas delas não estão preparadas, aliás a gente acredita que para esse ano, agora em comecinho de julho vai sair um edital, para as associações apresentarem manifestação de interesse para participar do Microbacias II, a gente acredita que só uma associação esse ano tenha condição de estar apresentando isso, que é a associação dos apicultores aqui de Botucatu, eles tem os pré-requisitos necessários, tem mais de 15 produtores, mais da metade são agricultores familiares, eles tem já um projeto elaborado na cabeça e com a nossa ajuda, mais o projetista aqui

que eles vão contratar, eu acho que eles vão apresentar um projeto e tem chances de serem selecionados. Só ressaltar aqui que esse pessoal da apicultura... apicultura é um pouco diferente do que trabalhar com as outras culturas, delimitação de área é um pouco mais complicada, pra você fazer um PIP, não sei se você já ouviu falar do PIP, é um “projeto individual de propriedade”, que a gente faz, é um pouco mais complicado, então é... mas a gente tem a promessa da CATI assim que... vão acertar essas arestas pra enquadrar os apicultores no programa... então a tendência é que eles acessem (...) (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Neste momento, reforçamos nosso questionamento buscando perceber se, então, este novo projeto já havia sido debatido com os produtores rurais e demais interessados.

Segundo o profissional:

De um modo geral sim, foi feita a divulgação no município, nas reuniões do conselho, reuniões específicas pra divulgar o Microbacias, com as associações, foi mandado carta para as autoridades, para o prefeito, tudo, então é... os nossos técnicos estão sabendo também, então está indo bem a parte inicial do Microbacias II (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Em continuidade a estas questões, Rafael Marcelino ainda apontou para outra característica interessante, que dizia respeito à organização, ao trabalho com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e as associações:

(...) a gente falou meio por cima de fundos, não sei se você conhece os fundos aqui... Aqui, não sei se ainda é o único município, antigamente era... aqui existe um fundo municipal de desenvolvimento rural, sustentado... e é assim... é... da parte que os produtores pagam o imposto, o ITR, Imposto Territorial Rural, metade desse imposto volta para o município, para a prefeitura de Botucatu e o conselho municipal de desenvolvimento rural, há alguns anos atrás conseguiu junto a prefeitura, criar um fundo para ficar com esse dinheiro e com esse dinheiro o conselho, via abertura de editais, ele delibera “ah, uma associação tem um projeto para construir vinte fossas sépticas...” o conselho aprova ou não “uma associação apresentou um projeto de assistência técnica em maçã orgânica, por dois anos” aí o conselho aprova ou não... “uma associação apresentou um projeto pra comprar um embalador de saquinhos de mel” aí o conselho aprova ou não também... e isso é bem legal aqui porque dá ainda mais importância para o conselho e traz os representantes das associações também (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Não temos informações se Botucatu é o único município a contar com este fundo, administrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no entanto, é interessante destacarmos a organização deste em relação às verbas que atendem aos produtores rurais. Para além, enfatizamos também a organização desta instância, descrita por Rafael da seguinte maneira:

(...) São dezessete instituições, dezessete cadeiras do conselho, dezessete titulares e dezessete suplentes, aí tem a gente da CATI, tem prefeitura, tem SEBRAE, tem o sindicato rural, tem a faculdade de agronomia aqui da UNESP, tem a faculdade de veterinária da UNESP, são todas... todas não, mas tem umas cinco associações, tem a... a FATEC faz parte também... a associação biodinâmica também faz parte... tem os produtores rurais também, tem duas cadeiras pra produtores fora de associação também... então é bem... da pra representar bastante... uma participação sempre... em temas de pauta, sempre com bastante temas (RAFAEL MARCELINO, entrevista realizada em 17/05/2011, Botucatu).

Estas foram características interessantes deste município, tendo em vista que viabilizavam uma série de ações e implementação de programas por parte da CATI, além de fortalecerem as discussões com a Casa da Agricultura, envolvendo um número significativo de produtores atuantes. Inferimos que possivelmente tais especificidades deviam-se ao tamanho do município, o maior entre os três visitados, o que pode ter exercido certa influencia na organização dos sujeitos, dadas as oportunidades e espaços variados de debates, trabalhos, etc., o que inclui até mesmo o contato constante com a Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a UNESP. Por outro lado temos municípios como Arealva, que possuía, de acordo com nossa entrevistada, perto de 900 propriedades, a grande maioria delas com até cinquenta hectares, enquadradas nas produções familiares, ou seja, um número significativo que, contudo, ainda não alcançou tamanha organização no que compete ao associativismo de produtores.

Cada uma das Casas de Agricultura visitadas possuía uma atuação particular no município em que se localizava, porém, foi notável que todas eram de grande relevância à população, especialmente aos pequenos e médios produtores rurais. É inegável que há atuação por parte da CATI e das Casas de Agricultura, no sentido de levar aos sujeitos de inúmeros municípios conhecimentos, saberes práticos que modifiquem suas produções e suas vidas.

3.3.3. Pequenos produtores rurais de Macatuba e Arealva.

A proposta inicial deste trabalho era conhecer a realidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, sua organização e atuação no sentido de formação e qualificação dos pequenos produtores rurais, no entanto, outra de nossas preocupações

iniciais era, se possível, estabelecer o contato com alguns produtores atendidos, na intenção de perceber um pouco esta relação sob a ótica dos beneficiados. Interessava-nos descobrir se toda a elaboração e investimento se realizava, porém, não bastava ouvir os responsáveis, chefes das Casas de Agricultura, embora estes tenham nos dado as principais informações, queríamos conhecer, ainda que muito pontualmente, uma mínima amostra do público atendido.

Assim, nos municípios de Macatuba e Arealva tivemos a oportunidade de visitar algumas propriedades, três no primeiro caso e duas no segundo, que nos chamaram muito a atenção e propiciaram importante “complementação” ao trabalho de pesquisa. Posteriormente, já no período de conclusão desta pesquisa, pudemos ainda visitar um espaço de assentamento rural de reforma agrária e conhecer um pouco mais sobre a atuação da CATI também nestes espaços, fato este a ser descrito posteriormente.

Em Macatuba, a primeira família que conhecemos²¹ produzia, além da cana de açúcar em um espaço considerável, carvão, milho, mandioca e contava com uma parte organizada de mata ciliar. A respeito destes destaco dois pontos: primeiramente, eram os únicos a produzirem carvão na cidade. Com o auxílio da Casa de Agricultura e da engenheira responsável de Macatuba, aprenderam todas as exigências da produção em si, assim como também todo o aparato legal ao qual deveriam adequar-se, como leis ambientais, etc. Outro destaque cremos ser o fato de essa família, assim como todas as outras deste município, cumprirem a risca as legislações que tratam de conservação ambiental, como a APP – Área de Preservação Permanente, que delimita um espaço distante do curso de rios, manguezais, etc. De acordo com Rita de Cássia P. C. de Andrade, tal prática tornou-se algo consolidado no município, de maneira que todos o faziam e não havia mais a necessidade se quer da visita e autuação da polícia florestal. No entanto, estes trabalhadores brigavam contra novas legislações que delimitavam, por exemplo, que além da APP fossem obrigados a reservar mais 20% de suas produções (Reserva Legal). Segundo o primeiro produtor que visitamos, tais alterações prejudicariam muito seu espaço

²¹ Os nomes e sobrenomes dos sujeitos e suas famílias foram preservados dado que as visitas em Macatuba e Arealva se constituíram em momentos informais, sem a utilização de gravador e sem o assino prévio do termo de consentimento livre e esclarecido.

e as culturas que ali possuía. Por fim, este sujeito trabalhava com sua esposa, filho, nora e mais quatro funcionários, que não possuíam ali suas únicas atividades, mas eram contratados em períodos de maior necessidade. Apesar de uma pequena produção, ele nos afirmou ser dono de outras duas propriedades com os mesmos tamanhos.



Pequena produção de carvão; (arquivo da pesquisadora)

A segunda família a ser visitada possuía uma área de 18 hectares, dos quais 15 estavam destinados à cana de açúcar e apenas três eram utilizados para outras culturas. Eram na verdade duas famílias que moravam e trabalhavam juntas no cultivo de horta, criação de frangos caipiras e produção de ração. Conversamos com um dos donos que primeiro nos levou até a horta, muito bem organizada, segundo ele sempre com a ajuda das atividades da Casa de Agricultura. Esta família fazia parte de um projeto do governo federal no qual distribuía hortaliças às escolas do município, num montante de R\$ 9.000,00 ao ano. Para além, comercializavam em mercados e quitandas da cidade e da região. Produziam também frangos caipiras, que eram vendidos em feiras livres duas vezes por semana, ou aos vizinhos da propriedade (os animais eram separados em diferentes espaços de acordo com o tempo de vida). Por fim, ele nos disse que adquiriu, anos atrás, um misturador que preparava rações numa porção de 500 kg, no entanto, muitos vizinhos começaram a procurá-lo em busca de “um saco ou dois”, assim ele decidiu investir, a partir de financiamentos do estado, num misturador grande o suficiente para produzir e comercializar parte desta ração. À época deste levantamento (abril 2011) produziam tipos variados de ração que eram vendidos às propriedades vizinhas e comercializados na cidade.

Este produtor nos disse que, embora possuísse 15 hectares com cana de açúcar e apenas três com outros cultivos, a cana não lhe fornecia as condições de vida que as demais culturas proporcionavam, isso porque em 15 hectares retiravam em média R\$ 30.000,00 por ano, o que era dividido entre duas famílias, garantindo em média R\$ 1.250,00 ao mês para cada uma, o que segundo ele não possibilitava as condições de moradia, alimentação e educação que possuía então, numa família com quatro filhos. Por várias vezes ele nos disse que vivia muito melhor com as outras opções que cultivava do que com a cana, mas que era com o dinheiro desta que podia, na maioria das vezes, financiar a compra de outros implementos. Estas duas famílias trabalhavam conjuntamente e contavam com o auxílio de mais dois funcionários.



Pequena propriedade visitada. Produção de hortaliças e ração, além de frangos caipiras; (arquivo da pesquisadora).

A última dentre as três que visitamos em Macatuba possuía uma propriedade menor, em torno de 8 hectares, embora tenham nos dito que eram donos também de outra um pouco maior fora da cidade. Praticamente todo seu espaço estava tomado pelo cultivo de cana de açúcar, sendo que sua produção era quase nula. Havia um cultivo pequeno de milho verde, frangos e gado de leite. O milho, os ovos e o leite eram comercializados na cidade, mas em pequenas quantias. Não possuíam funcionários e apenas o casal cuidava de tudo no espaço, tendo em vista que os filhos moravam ou trabalhavam fora.

Todas as famílias comentaram muito sobre o trabalho da Casa de Agricultura, dizendo que procuravam toda a assistência que precisavam e a encontravam no trabalho, principalmente, de Rita. Disseram por vezes que participavam de cursos, palestras e as esposas de cursos voltados especialmente para o público feminino. Na Casa de Agricultura

eles podiam contar ainda com implementos, como já apontado em outro momento, emprestados para que utilizassem em seus trabalhos. Mais uma vez demonstrou-se a necessidade de reorganização / adequação na formação dos sujeitos, que devem ir à luta em busca de novos conhecimentos e informações que dêem conta das novas necessidades impostas pelo mercado às suas produções.

De acordo com os pequenos produtores com os quais obtivemos contato, além de declarações da própria responsável pela Casa da Agricultura, Rita de Cássia P. C. de Andrade, a relação de proximidade entre a instituição e os produtores já era algo consolidado no município, desenvolvido ao longo dos anos, especialmente a partir do momento em que esta passou a dirigir tal espaço, cerca de vinte e quatro anos atrás. De acordo com a mesma, essa não era uma realidade presente em todos os lugares, que muitas vezes não se preocupavam em organizar suas CAs e torná-las um espaço adequado para os produtores. Em Macatuba encontramos um local bem organizado, com equipamentos como trator, colheitadeira, esparramador de calcário, etc., que mediante cadastro poderiam ser retirados por produtores que só tinham como gasto o combustível que consumissem.



Implementos agrícolas disponíveis; (arquivo da pesquisadora)

Acreditamos que haja inúmeras dificuldades nos trabalhos, obstáculos de diversas ordens, contudo, cremos ter sido de extrema relevância visualizar onde se efetivavam programas, projetos, entre outros, voltados a esse público. Pela via da coordenadoria percebemos a organização e atuação do Estado em nome de suas práticas e como isto interferia diretamente na vida de milhares de pessoas.

Conversando com a engenheira Rita de Cássia P. C. de Andrade, esta fez ainda comentários sobre a atuação da CATI/Casa da Agricultura e a vida dos produtores do

município. Como citado anteriormente, ela nos afirmou que a atuação da casa se dá considerando, além dos programas e projetos que são formulados na CATI, muito também tendo em vista demandas e trabalhos próprios de cada município, realizados paralelamente, como pudemos perceber no caso da família que conhecemos, que optou pela produção de carvão em seu espaço. Assim, a atuação da Casa da Agricultura não é simplesmente “produto”, um “espaço” da CATI. A engenheira relatou inúmeras experiências que demonstraram uma relação de proximidade e confiança destas famílias para com a CA e seu trabalho, o que nos pareceu confirmar-se nas conversas que tivemos durante as visitas aos produtores.



Casa da Agricultura de Macatuba; (arquivo da pesquisadora)

Em Arealva, após a entrevista realizada com Milaine Trabucco Labelo, engenheira agrônoma responsável pela Casa da Agricultura, esta nos levou a duas propriedades, sendo que a primeira era de um produtor de pimentões. Com um pequeno espaço, cerca de dois hectares, o senhor mantinha duas estufas, nas quais produzia pimentões amarelos e vermelhos. Tratava-se de um sujeito cuja família residia em Bauru e, embora sua propriedade possuísse todas as características que a CATI delimitava enquanto produção familiar, como espaço, mão de obra, etc. não havia neste caso um histórico de produtores e sim um senhor aposentado, ex funcionário de uma companhia telefônica e que, após anos de vivência na cidade, optou pelo campo pois viu ali uma fonte de renda que, segundo ele, garantia mais sua sobrevivência do que sua própria aposentadoria. Como vivia sozinho, empregava uma pessoa que o auxiliava na colheita semanal, plantio e

manutenção dos pimentões, que eram transportados em parte para a CEAGESP²² para lá serem comercializados, no entanto, o produtor arcava com todas as despesas, como caixas e transporte.

A profissional Milaine Trabucco Labelo alegou que a visita a este produtor deveu-se ao fato de que ele era alguém que utilizava muito os trabalhos da Casa de Agricultura, sempre os procurando para sanar suas dúvidas, lidar com questões de conservação de solo, pragas, etc. (possivelmente, por não possuir um histórico familiar de produção rural, não possuía também os saberes advindos de “gerações anteriores” como na maioria dos casos). A mesma afirmou ainda que este senhor se interessou pelo plantio de pimentões pelo retorno financeiro que este poderia trazer e que no início procurou a CA e outro produtor do município, mais experiente, solicitando todo tipo de auxílio no aprendizado desta cultura. No entanto, por possuir outra fonte de renda que não estava ligada ao cultivo da terra, não se enquadrava nas mesmas possibilidades, por exemplo, de financiamento.



Estufas de produção de pimentões; (arquivo da pesquisadora)

Por fim, fomos à produção da família de Milaine Trabucco Labelo, um espaço de tamanho maior, com cerca de noventa e nove hectares, onde produzem grãos como soja,

²² CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, constitui rede pública de armazéns, que coordena atividade de venda atacadista de hortifrutigranjeiros, carnes, aves, flores, etc., apoiando o agricultor, o comerciante e o consumidor (www.ceagesp.sp.gov.br, consultado em 04/07/2011).

milho, sorgo, etc. Esta era bem diferente das demais, pois além do território, possuíam todo tipo de tecnologias necessárias, como trator (entre os modelos mais modernos), arado e até mesmo um silo para armazenamento dos produtos. Costumavam fornecer os sacos a toda a região e vendiam também a granel em sua propriedade, por um preço abaixo dos demais, comercializados no centro da cidade.

A visita à Arealva nos mostrou outro panorama, com propriedades maiores, ou ainda com casos diferenciados, como o do produtor relatado anteriormente. Da mesma maneira, os trabalhos desenvolvidos pela Casa da Agricultura eram relevantes e requisitados constantemente pelo município, fosse no tocante a problemas de ordem técnica como também em grande medida em relação aos distintos financiamentos e declarações que a CATI emite.

Outra característica, esta comum a ambos, era a preocupação dos produtores acerca da educação de seus filhos. Em quase todos os casos, estes nos relataram a importância de que os filhos estudassem em boas escolas, ou ainda que cursassem o ensino superior, de maneira que pudessem ter “uma vida melhor”, uma vida “menos difícil”. Embora proporcionar tais condições para seus filhos fosse uma realização, dentre as mais importantes para estes produtores, se constituía também numa tristeza e em motivo de atenção, pois se perguntavam, constantemente, quem daria continuidade ao que construíram ao longo de anos. Tais declarações estiveram presentes nos diálogos com os pequenos proprietários e Milaine Trabucco Labelo, durante sua entrevista, nos afirmou que:

(...) são poucos jovens que estão ficando... até estava comentando com um produtor de milho verde (...) ele tava falando assim “oh, meu pai já não agüenta mais trabalhar, tem setenta e poucos anos... só eu é que trabalho lá porque meu filho estuda fora...” está fazendo um curso que não tem nada a ver com a parte rural, a filha dele também... “eu agora quando parar eu não sei quem é que vai continuar”... então, até por causa de segurança de renda... porque se você tem uma... a agricultura ela não te dá segurança... você plantou agora, você não sabe se vai virar, se vai dar uma seca, se vai chover demais, se vai dar alguma doença, como quando começou a dar doença da soja, ninguém conhecia, ninguém nunca tinha visto, de repente veio aquele “bum” (...) (MILAINE TRABUCCO LABELO, entrevista realizada em 10/05/2011, Arealva).

A transcrição de tal trecho nos demonstra algumas das angústias vividas pelos sujeitos que estão no campo, nestes e em outros municípios, que vivem sob a pressão de readequarem sua formação e de seus demais às necessidades do capital e das novas

tecnologias, impostas como condições à manutenção de suas propriedades e reprodução de suas próprias vidas.

As visitas às Casas da Agricultura muito acrescentaram a este trabalho de pesquisa. Embora de início não fossem nosso foco principal, já que o que procurávamos era compreender a constituição da CATI e como esta realizava seus trabalhos para a formação e qualificação dos pequenos produtores rurais, hoje temos a convicção de que o trabalho somente em âmbito central seria insuficiente para demonstrar a amplitude das atividades realizadas pela coordenadoria. Os técnicos e engenheiros agrônomos responsáveis pelas casas são quem consolidam e discutem os conteúdos projetados em Campinas, embora haja uma série de dificuldades e entraves, que não podemos mascarar, o que faz, por exemplo, com que inúmeras Casas da Agricultura estejam fechadas, ou quase em situação de abandono, deixando à margem uma série de produtores, trabalhadores rurais, entre outros que buscam por assistência. Ainda assim, é grande o alcance da instituição e inegável afirmar a atuação do Estado, que tem formulado políticas que atinjam às diversas camadas que estão no campo.

3.3.4. A experiência da CATI em assentamento rural de reforma agrária em Córrego Rico: Outras possibilidades de atuação.

Em dezembro de 2011, portanto período de conclusão desta pesquisa, estabelecemos contato com membros atuantes em um assentamento de reforma agrária localizado em Córrego Rico, distrito do município de Jaboticabal, a 358 quilômetros da capital. Soubemos, por meio de programa televisivo, a respeito de projeto desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, na instalação de fossas sépticas, assim, no dia 22 do referido mês realizamos entrevista com o senhor Benedito, ou como todos o conhecem e ele se apresenta, “Tio Bica”, assentado e responsável pela associação do assentamento à época de instauração das fossas, que foram parte do primeiro projeto de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo.

De acordo com o Sr. Benedito, o assentamento de Córrego Rico foi o primeiro de atuação da coordenadoria e, ao ser questionado acerca de como teve início tal projeto ele nos afirmou:

Esse projeto das fossas aconteceu a partir do momento em que surgiu esse problema do meio ambiente, contaminação, o mundo está se acabando e a gente está compartilhando e sempre teve, segundo as informações que a gente tem, é que isso sempre teve... da China pra cá... dizem que há quinhentos anos já existia uma fossa séptica por aí, então esse problema do meio ambiente (...) prefeitura, governo, vem reclamando a respeito do que vem acontecendo... Bom, procuramos saber a questão do que era a fossa séptica, aparece a CATI com o projeto que eles têm, muito bom, a gente começou a correr atrás e aconteceu... concluímos o projeto... é muito saudável mesmo, aquela questão de você contaminar a terra já... pelo menos quem tem consciência aqui no assentamento já botou em prática, já não estamos mais compartilhando com aquela questão de contaminar o lençol (...) então o resíduo é tratado, da maneira que a fossa decanta o produto e solta a água. Eu acho que nós... que esse projeto, nós já estamos participando da fatia de salvar o mundo, embora é um pouquinho (...) mas se todos fizessem um pouquinho dava um montão (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico)

Em continuidade, procuramos saber ainda se os assentados já conheciam os trabalhos desenvolvidos pela CATI, ao que o Sr. Benedito nos respondeu negativamente, afirmando, porém, que ouviam acerca de outros projetos da instituição, mas que nunca souberam de sua atuação em espaços de assentamentos. Para além, o mesmo colocou ainda que desde o início havia comentários a respeito de certa “burocracia” nos processos da CATI, algo que ele afirmou durante toda a entrevista, atestando como ponto que dificulta a instauração de projetos e práticas recomendadas pela instituição. Com isso, percebemos que a atuação da CATI ainda é muito limitada nas áreas de assentamento, pois, mesmo com a instituição tendo uma sede em Jaboticabal e o assentamento já existir desde o início da década de 1990, até o início desta segunda década do século XXI, os trabalhadores ainda não a conheciam, o que demonstra certo distanciamento entre o órgão e os assentados.

Quando questionado ainda a respeito de quem teria recorrido a quem para o início dos trabalhos, o assentado colocou:

Então, tem que haver a intenção. A intenção tem que correr atrás, perguntar, se eles faziam em assentamento e é claro que... com um monte de famílias concentradas num local igual aqui, é difícil. Então para a CATI é bom porque eles mostram o que estão fazendo e para nós é bom que aproveitamos o que tem que ser feito. Então voltando lá... a gente começou a vasculhar, perguntar, vai para lá, vem para cá, alguém falou “olha, a CATI faz, a prefeitura faz”, até que a gente chegou na CATI e

fizemos essa “amizadona” (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Posteriormente o mesmo nos atestou ainda que foram construídas cerca de 50 fossas sépticas, financiadas em 100% pela CATI e que a construção das mesmas contou com mutirão organizado pelos próprios assentados, com supervisão e auxílio dos técnicos responsáveis. Quando questionado sobre a existência de momentos de formação voltados ao grupo de assentados, como cursos, palestras, etc., o Sr. Benedito nos respondeu:

Olha, curso tem a vontade, é o pessoal que não se interessa. Curso tem (...) eles “vamos, vamos...” chama cinqüenta famílias aparece meia dúzia lá... tem que ter um trabalho de conscientização a respeito das fossas, eu estou sabendo que...as fossas estão feitas, mas eu estou sabendo que tem uns que não usam... é (...) porque onde ele viveu é assim... então eu acho que não é só a CATI (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Neste mesmo contexto, perguntamos ainda ao Sr. Benedito a respeito de onde eram realizadas as atividades de formação e o mesmo nos atestou que o assentamento possuía um barracão onde eram marcados os encontros e que, segundo ele “não vão porque não querem”, pois está “na mão”. Procuramos saber ainda sobre a existência de acompanhamento dos técnicos após a instalação das fossas, assim como também se os assentados recebiam materiais didáticos, folhetos informativos a respeito do tema. Seguem adiante trechos de suas respostas a tais questionamentos:

Olha, eles vêm, eles até corrigem “olha, você está pondo esterco de vaca?”, “eu não”, “tem que por...”, eles estão sempre juntos sim, é a gente que é teimoso mesmo, não sei se é por isso que a gente considera a CATI meio... é... burocrática mesmo, porque eu acho que eles tem noção de que a gente não respeita as regras, então vão fundo mesmo por causa disso, “olha, o pessoal não respeita então vamos chegar lá bravos? Vamos!”. É claro que eles não chegam bravos, mas você está vendo que não estão animados com os resultados (...) (...) Tem, a CATI participa 100%... é real, é real mesmo, eles tem boa vontade, conhecimento, é claro, verba tem... tanto do governo como do fundo aí... de um fundo mundial aí... uma verba mundial, eles aplicam correto, disso aí não reclamo não, isso aí é real mesmo, eles estão aí. Às vezes eles até deixam de vir porque sabem que o pessoal é desinteressado, é uma covardia (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

De modo geral, o Sr. Benedito continuou descrevendo os trabalhos realizados pela coordenadoria, sempre afirmando o quanto realizavam e o quanto os assentados deixavam de corresponder às possíveis expectativas dos técnicos, por algo que ele acredita ser um tipo de “cultura” entre eles. Porém, algo que nos chamou realmente a atenção durante a entrevista veio em seguida, ao ser questionado a respeito da importância da atuação da

CATI no cotidiano de suas vidas. O Sr. Benedito então iniciou alguns apontamentos interessantes, dentre os quais destacamos primeiramente o início de suas falas acerca do projeto de Microbacias II, voltado ao acesso ao mercado:

Agora temos aí o “Microbacias II”... eu até acho que a CATI está sendo injusta... no começo, é claro, a gente foi atrás, conseguimos o Microbacias I, foi que saiu as fossas, calcário, curvas de nível, nossa, foi uma maravilha, fizeram tudo... a gente bancou alguma coisinha, foi bem pouco, para nós foi ótimo...salvamos a área que ia para o rio, não vai mais, o calcário ajudou muito bem, a corrigir o solo, mas o que eu lamento da CATI, até pode publicar isso onde você quiser, eu até gostaria que alguém lesse, a falha (...) veja bem, no Microbacias I nós tínhamos a função de... a obrigação de “salvar o mundo”, fizemos... corremos, fomos atrás (...). Agora a II já não pode mais ter nome no SPC, não pode ter o nome no Serasa, porque tem uns projetos aí que já não são mais para o coletivo, são para o individual, então tem irrigação tem algum de pequenas indústrias, eu lamento isso... porque que no começo “vamos Tio Bica...” “vamos Benedito”...”pode juntar esses caras e vamos resolver”... agora que a coisa andou, o “Tio Bica” já não serve mais porque está com o nome sujo e isso e aquilo (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Assim, podemos perceber que a atuação da CATI, além de restrita, nem sempre está à disposição de todos aqueles que dela precisam, sobretudo o pequeno produtor, assentado, já que sequer a linguagem é acessível a estes, principalmente àqueles que tiveram menos acesso à escola. Questionado ainda se este segundo projeto lhes era acessível no entendimento, ou se dificultava sua compreensão, o Sr. Benedito afirmou:

(...) e como dificulta, se você quer ver mesmo o projeto do “Microbacias II” eu tenho até o manual aí, você que é estudada deve entender certinho, mas eu fico careca (...)

(...) ele é complicado no entender... as intenções são ótimas (...) mas é aquele palavreado que você não... nós daqui, o grupo... eu é que sou teimoso, a molecada explica se eu pergunto, imagina quem não tem molecada que estudou, nossa, complicou tudo... mas é assim, eu lamento mesmo (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Neste momento, procuramos saber então sobre a participação dos assentados neste novo projeto, questionamento para o qual obtivemos a seguinte colocação:

Não, nem entramos (...) a questão do coletivo, conseguiram um dinheiro do Banco Mundial, caminhões, tratores, grades, pulverizadores, esses equipamentos de pequenos produtores... você compra e paga 30%... foi ótimo (...). A associação nossa está trazendo uma condução, não sei se é um caminhão grande, se é pequeno, mas nós vamos ter que bancar os 30%, a gente se une, vende vaca, vende porco, vende galinha, vende milho, vamos tentar pegar... esse é o coletivo. Agora o individual já não pode, uma irrigação que eu imaginava aqui, já estava até apostando que

ela vinha... “tomara que venha logo para eu molhar meus negócios...” chegou que o individual não pode porque está com nome no SPC (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Em inúmeros momentos o Sr. Benedito, durante suas declarações, citou o que chamou de “burocracia” imposta pela CATI. Após parte de nossa conversa, perguntei-lhe então o que queria dizer com a utilização deste termo, a respeito do que propriamente dizia esta “burocracia” afirmada pelo trabalhador:

Olha, desde o início nós começamos a correr atrás da papelada, tira esse papel, bota numa pastinha igual a sua aí... chega lá, se estiver faltando uma vírgula, um ponto final “olha não serve, tira outro”... se o xerox meu saiu muito preto ou muito branco “oh, não serve mais, tira outro” “ah, esse aqui já tem 15 dias, pode tirar outro”... pelo amor de deus... então são essas coisinhas, não é burocrático, como é que eu vou dizer... eles são rígidos... e a gente é de qualquer jeito (...) você vai de qualquer jeito na prefeitura, o prefeito fica com medo “vem, vamos conversar...” a CATI já não tem isso, não deu certo, não deu certo, “vocês vão fazer de novo”, eles são “nojentão” por causa disso (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Assim, embora o trabalhador entrevistado reconhecesse pontos positivos no trabalho da instituição, como a organização, instalação e auxílio no caso das fossas sépticas, o mesmo fazia apontamentos importantes em relação à CATI, na medida em que demonstrava dificuldades reais vivenciadas por uma população em grande medida excluída de muitos projetos de formação, acesso a créditos, dentre outros. Muitos assentamentos convivem em uma realidade de dificuldades materiais, de organização e sistematização de trabalhos, assim, a instauração de um primeiro projeto obteve resultados positivos, no entanto, o segundo projeto microbacias tem dificultado as discussões e proposições naquele espaço. Há, portanto, que se repensar as possibilidades de acesso também destes sujeitos a este novo programa, garantido sua participação novamente.

O trabalho com assentamento nos mostrou um novo panorama, até então desconhecido, de atuação de nosso objeto de pesquisa. Também foi positivo o fato de nosso acesso ter se dado não por indicação da instituição, mas por contato próprio, o que de certo modo não nos encaminhou a um espaço “modelo” como os que fomos designados a visitar na maioria das vezes. Córrego Rico é um distrito extremamente pequeno e seu assentamento é grande, abrigando em torno de cinquenta famílias, que convivem em meio a dificuldades inúmeras, assim, conhecer o que pensam a respeito da coordenadoria e como se envolvem com esta foi extremamente válido à conclusão deste trabalho de pesquisa.

Abaixo segue um trecho da última fala de Benedito, quando deixado “à vontade” para acrescentar o que achasse necessário:

Ah CATI... como é que faz... não estou assim (...) a gente é do jeito que é, às vezes não atende muito bem o que manda a “bula”, mas eu gostaria que eles “afrouxassem” um pouco (...) “a gente chegou aqui meio dia e meio, já é uma hora” (...) “não, nós somos assim mesmo...” então eu gostaria que tolerassem mais nossa falha (...) (BENEDITO APARECIDO MERENÇO, entrevista realizada em 22/12/2011, Córrego Rico).

Após estas últimas declarações fomos conhecer algumas das fossas instaladas em seu lote, onde há um protótipo construído no início, que não funcionou, além de outra construída posteriormente no modelo padrão indicado pela CATI.



Primeiro protótipo de fossa séptica no lote do Sr. Benedito e Fossas sépticas construídas sob o padrão indicado pela CATI (arquivo da pesquisadora)

Os excertos apresentados aqui demonstram novamente como é diverso o campo em nosso país. Nos parece evidente que o presente trabalho não esgota as possibilidades de atuação da instituição, nem tão pouco demonstra toda a variedade de possíveis situações encontradas no campo e, mais especificamente, no tocante às pequenas produções rurais, ainda assim, buscou-se apresentar ao máximo as distintas atividades realizadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do que nos propusemos a realizar e do que avançamos, cabem aqui algumas considerações acerca do trabalho realizado.

Nossa proposta inicial era a de compreender de que maneira a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão do governo do Estado de São Paulo, ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento está organizada, assim como também a existência ou não de ações, por parte desta instituição, no sentido de formação para produtores rurais, mais especificamente os pequenos proprietários.

Buscávamos perceber como esta foi criada e se inseriu na história do Estado de São Paulo a partir do ano de 1967, os principais fatos e reformas que perpassaram seu histórico, desde seu nascimento, passando ainda por suas principais mudanças de concepções e ações para, a partir de então, analisarmos a formação e qualificação oferecida aos pequenos produtores rurais.

Tendo em mãos materiais fornecidos pela coordenadoria, levantamentos, documentos, entrevistas, assim como discussões feitas em contato com orientador e grupo de estudos, acreditamos serem possíveis algumas considerações a respeito do estudo realizado.

A CATI nasceu em 1967 com a proposta de levar assistência técnica ao homem do campo, especialmente ao produtor rural, o que como demonstrado, anos atrás se compreendia muito mais enquanto atividade pontual e descontextualizada. Ao longo do tempo, por meio de reformas, alterações e delimitações dos distintos governos, a instituição passou a compreender sua função muito mais enquanto “atividade educativa”, de formação dos sujeitos que estavam/estão no campo e destes enquanto parte atuante de nossa realidade, que não deveriam estar à margem social ou economicamente.

Nos últimos anos a instituição reforçou sua atuação no meio rural por intermédio do “Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas” este que logo em seus anos iniciais recebeu investimento de milhões advindos de acordo com o Banco Mundial e, segundo alguns profissionais ligados à instituição, constituiu-se enquanto trabalho que “mudou a cara” de suas reflexões e da organização das atividades de extensão.

Mediante a pesquisa realizada e as impressões que tivemos, acreditamos que nosso objetivo inicial foi alcançado, na medida em que pudemos conferir a existência clara de espaços e esforços no sentido da formação e qualificação de pequenos produtores rurais no Estado de São Paulo. Como demonstrado no terceiro capítulo deste trabalho, é principalmente pela via das Casas de Agricultura, onde há a atuação de técnicos e engenheiros agrônomos treinados na CATI, que ocorrem os mais diversos tipos de formação, como cursos, palestras, seminários, entre outros. Sendo assim, é inegável a afirmação de que a CATI possui grande capilaridade e alcance em seus projetos.

Contudo, embora se encontre presente em inúmeros municípios por meio das Casas de Agricultura, ou ainda dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (ou regionais como também são conhecidos) ainda são muitas (em acordo com seus funcionários) as Casas de Agricultura que se encontram fechadas e em estado de abandono. O PEMH tem delimitado suas atuações de acordo com regiões prioritárias, as quais recebem maior montante em dinheiro e ações. Tais delimitações têm sido pensadas em acordo com condições ambientais, sociais, etc., o que acaba por deixar a margem muitos pequenos proprietários que não pertencem a estes espaços. Embora alguns profissionais aleguem estarem cientes de tais condições, afirmam também que muitas das áreas de menor prioridade estão cercadas por grandes produções, que por sua vez não necessitam dos serviços prestados pela instituição e que os pequenos proprietários de tais regiões encontram em escritórios próximos todo o auxílio que necessitarem. A esse respeito inferimos a possibilidade de que, dada muitas vezes a aproximação de pequenas produções a grandes espaços, dominados pelo agronegócio, não haja em grande medida “auxílio” a estes produtores, mas muito mais sua cooptação pelas grandes indústrias rurais, no sentido de reforçar que inúmeros abandonem sua produção familiar, muitas vezes limitada a subsistência ou a um comércio ínfimo, e passem a se constituir enquanto arrendatários, ou trabalhadores que se dividem entre suas produções e a luta por sobrevivência enquanto empregados dos grandes empresários.

Algo relevante a ser pontuado, ainda que sob os limites de tempo deste estudo e, portanto, não aprofundado, diz respeito à intervenção do Estado e como este tem organizado seus trabalhos, por meio dos mais variados caminhos, no sentido de atender às demandas do capital e de um projeto neoliberal. Dado o contexto de reestruturação produtiva vivido em nosso país especialmente nas últimas décadas do século XX, uma nova configuração do mundo do trabalho surgiu, de maneira que incorporações

tecnológicas e as novas relações de trabalho alcançaram campo e cidade, exigindo dos trabalhadores adequações em suas maneiras de produzir e se relacionar. Os pequenos produtores, como já exposto anteriormente, inserem-se neste quadro enquanto elemento essencial, que mantém nas pequenas produções o abastecimento de alimentos e muitas vezes matéria prima, necessária às grandes produções. No sentido de garantir que este sistema se mantenha é de suma importância, portanto, que os sujeitos que estão no campo também sejam preparados, qualificados em acordo com as demandas tecnológicas e de mercado, o que se garante pela via do Estado. Cuida-se ainda para que mesmo aqueles em situação de desemprego sejam também formados, a fim de que se garanta um razoável exército de reserva.

Deste modo há de se pensar ainda que tanto o distanciamento quanto a aproximação da CATI na assistência de distintos sujeitos que estão no campo, como é o caso do auxílio aos assentados de Córrego Rico, tem sua razão de ser na medida em que a aproximação com estes trabalhadores também é fundamental na sustentação da própria instituição e do Estado que a mantém, evitando possíveis convulsões sociais daqueles que, assentados, demandam por condições mínimas de vida e produção.

Assim, analisar um dos espaços de formação e qualificação de pequenos produtores foi a intenção inicial deste trabalho, porém, aqui abrem-se os caminhos para novas investigações, que questionem, por meio de distintos objetos de análise, *“de que maneira tem se dado a relação entre o campo e o Estado e a quem o último tem procurado atender com suas formulações e investimentos?”*. Atualmente, acreditamos que a CATI seja somente uma das vias pelas quais o Estado tem procurado formar estes sujeitos, especificamente quando tratamos do Estado de São Paulo e de pequenos produtores rurais, no entanto, sabemos que são inúmeros os programas, formações e financiamentos que alcançam todas as regiões do país, assim como também produtores, militantes de movimentos sociais e muitos mais que estão no meio rural. Acreditamos na validade de ações realizadas pela instituição, na medida em que tem levado informações, conhecimentos e tecnologias pelo menos a uma parcela dos sujeitos que estão no campo, tendo como consequência a alguns a melhoria de suas rendas e de sua vida de modo geral. No entanto, é necessário irmos além e questionarmos que concepções e intenções realmente se encontram por detrás de práticas como as realizadas pela CATI e aqueles que a subsidiam, forjando muitas vezes ações que só procuram garantir a “tranquilidade” da desigualdade também no campo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ALVES, Giovanni; NETO, José Meneleu; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; TEIXEIRA, Francisco J. S. (orgs.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: As Novas Determinações do Mundo do Trabalho**. São Paulo, SP: Cortez, 1998.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Evolução do Processo de Formação, Organização e Atuação das Associações de Pequenos Produtores Rurais : Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Campinas, SP: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, 2009.
- BOTIGLIERI, Monica F., CASSIN, Marcos. Mundialização, o Novo Rural Brasileiro e a Educação. In: LUCENA, Carlos (org.). Trabalho, Precarização e Formação Humana. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 1943. Consultado em 08/12/2010.
- _____. Estatuto do trabalhador rural. Brasília, 1963. 26 p.
- _____. Estatuto da Terra. Brasília, 1964. 42 p.
- _____. MDA. Agricultura familiar no Brasil e o Censo agropecuário, 2006.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A Estrutura das Classes Sociais no Campo. In: BONIM, Anamaria Aimoré (et al.) (orgs.). **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, PR: Unificado Ltda., 1987.
- _____. **O Campesinato no Século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FONTES, José Luiz. Editorial. Casa da Agricultura, Campinas, Ano 13 – nº 1, p.1, 2010.
- A CATI através dos tempos. **CATI Informativo**, Campinas, nº 6, p. 2, 1997.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1987.
- IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo, SP: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

- MARTINS, Zoraide. **Agricultura Paulista: Uma História Maior Que Cem Anos**. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.
- MARTINS, Mônica Dias (org.). **O Banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo, SP: Viramundo, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 1989.
- MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005.
- PINHEIRO, Cleusa. CATI 40 anos: Breve relato da história. **CATI Informativo**, Campinas, p.3, Novembro/Dezembro 2007.
- SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Retratos de Uma Transformação Ambiental, Econômica e Social: Ações Desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – 2000 – 2008**. Campinas, 2009. 80 p.
- SILVA, José Graziano da. **O que é Questão Agrária?**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.
- SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: HADDAD, Sérgio; TOMASSI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
- STEDILLE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500 – 1960**. Volume um. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.
- _____. **A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. Volume quatro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**.
- WELCH, Clifford Andrew. **A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.
- www.cati.sp.gov.br (acessado em: 08/06/2011).
- www.agricultura.sp.gov.br (acessado em: 22/06/2011).
- www.ceagesp.sp.gov.br (acessado em: 04/07/2011).
- www.codasp.sp.gov.br (acessado em: 04/07/2011).
- www.mda.gov.br (acessado em: 09/01/2012).
- www.incra.gov.br (acessado em: 09/01/2012).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas realizadas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, em Campinas, com responsáveis pelo Departamento de Comunicação e Treinamento, Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional e Centro de Comunicação Rural.

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Pesquisa em nível de mestrado - “Formação e qualificação de pequenos produtores rurais – a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.”

Orientação: Prof.Dr. Luiz Bezerra Neto

Entrevista realizada em: ___/___/___

Nome:

- Como chegou à CATI?
- O que sabia sobre a CATI?
- Sabe como a CATI surgiu? (histórico)
- Qual sua função na CATI?
- Qual é o principal objetivo da CATI hoje?
- Você está aqui desde antes da reformulação de 1997? Quais foram as principais mudanças com esta reformulação?
- O que a CATI compreende por extensão?
- A atuação da CATI, a atuação do CETATI e CCOR, hoje em dia, alcançam principalmente a quem?
- Como tem sido a relação da CATI com os governos do Estado de São Paulo?

- A CATI tem financiamento de pesquisa? Ela financia? É financiada? Como? De onde vem a verba?
- Quantos trabalhadores são atingidos?
- Como vocês vêem a participação desses trabalhadores?
- Qual o retorno que os trabalhadores dão para a CATI?
- Que progresso percebem no trabalho das pessoas atendidas?
- Há algum tipo de controle/acompanhamento que identifique a aplicabilidade da formação oferecida aos técnicos, na realidade dos pequenos produtores/produtores familiares?
- Como se dá a interlocução com os trabalhadores?
- Quais as culturas que são mais trabalhadas?
- Onde vocês sentem que o trabalho mais traz frutos?
- Como se dá, especificamente, o trabalho do CETATI?
- Quantas casas de agricultura tem no Estado? Quantas funcionam de fato? Quantos técnicos? Há algum tipo de encontro periódico entre vocês e esses técnicos? Como obtém retorno?
- Como se organiza o trabalho de formação dos técnicos?
- E o trabalho de formação dos trabalhadores/pequenos produtores, a partir dos técnicos?
- Há algum tipo de reformulação de atuações dos técnicos ou materiais, quando necessário?
- Há um espaço de atendimento/acompanhamento, que ligue diretamente a Cati central aos trabalhadores/pequenos produtores? (linhas telefônicas, espaços de consulta e coisas do tipo)
- Como se dá o trabalho do CCOR?
- Qual é a atuação do centro de comunicação em relação à formação especificamente dos técnicos?
- Há algum tipo de material didático distribuído diretamente aos trabalhadores/pequenos produtores?
- Se sim, há o auxílio de algum profissional da Educação na formulação e avaliação dos materiais produzidos?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas realizadas com responsáveis pelas Casas da Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Pesquisa em nível de mestrado - “Formação e qualificação de pequenos produtores rurais – a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.”

Orientação: Prof.Dr. Luiz Bezerra Neto

Entrevista realizada em: ___/___/___

Nome:

- Como chegou à Casa de Agricultura?
- Você sabia alguma coisa sobre a atuação da CATI ou das Casas de Agricultura antes de ingressar?
- Qual é a sua função aqui?
- Você poderia comentar um pouco sobre o histórico desta casa?
- Quantos funcionários atuam aqui?
- Qual é o público atingido? Tem idéia de mais ou menos quantos são?
- Quais são os tipos de trabalho realizados com esse público?
- Como vocês vêem a participação desses trabalhadores?
- Qual o retorno que os trabalhadores dão para a Casa de Agricultura?
- Que progresso vocês podem perceber no trabalho das pessoas atendidas?
- Há algum tipo de controle/acompanhamento que identifique a aplicabilidade da formação oferecida às famílias, na realidade destas?
- Como se organiza o trabalho dos técnicos?
- Quais as culturas que são mais trabalhadas nesta região?
- Há algum tipo de reformulação de atuações dos técnicos ou materiais, quando necessário?
- Há algum tipo de material didático distribuído diretamente aos trabalhadores/pequenos produtores?

- Se sim, como é a relação deste material com esses sujeitos? Eles o utilizam?
- A Casa de Agricultura ou mesmo a CATI de um modo mais amplo, tem alguma relação com sindicatos rurais? E com sindicatos de trabalhadores rurais? Se tiver, qual é essa relação?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista realizada com representante de assentamento rural de reforma agrária em Córrego Rico

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Pesquisa em nível de mestrado - “Formação e qualificação de pequenos produtores rurais – a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.”

Orientação: Prof.Dr. Luiz Bezerra Neto

Entrevista realizada em: ___/___/___

Nome:

- Como funciona a atuação da CATI no assentamento?
- Quem procurou a quem? (para a instauração de projetos, etc.)
- Com a assistência prestada, quantas pessoas são atendidas?
- Como é realizado o projeto? Os trabalhadores recebem algum tipo de formação por parte dos técnicos da CATI?
- Há acompanhamento dos projetos por meio da instituição?
- Há algum tipo de material didático distribuído?
- Se sim, como é a relação com este material? Vocês utilizam?
- Você acredita que a assistência prestada pela instituição auxilia o cotidiano do assentamento?
- Quais as culturas que são mais trabalhadas nesta região?

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

1. Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Formação e qualificação de pequenos produtores rurais – a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.”

2. Diante das últimas transformações no mundo do trabalho e, mais especificamente, às que tem atingido ao trabalho no campo, compreendemos a CATI enquanto mais um dentre os tantos espaços a serem investigados, na medida em que sua atuação se dá diretamente com pequenos produtores rurais, assim, nosso objetivo principal é compreender, a partir de levantamento bibliográfico, análise do material disponível em site, documentos, relatórios, programas de formação, convênios e contato direto com responsáveis pela CATI, entre outros, de que maneiras este órgão está organizado e realiza seus trabalhos no sentido de formação destes sujeitos. Os procedimentos serão os mais variados, como entrevistas, visitas, análise documental, dentre outros que eventualmente possam surgir (acompanhamento de eventos, por ex.).

a. Você foi selecionado, mediante conversa com responsável pela instituição e sua participação não é obrigatória.

b. Os objetivos deste estudo são compreender de que maneira a CATI está organizada, de modo geral e como atua para a formação no contexto de pequenos produtores rurais.

c. Sua participação nesta pesquisa consistirá de entrevista pré-formulada, a partir da qual poderão ser utilizados dados e informações pertinentes ao trabalho.

3 Deixamos claro que sua recusa em conceder esta entrevista, bem como o desejo de ser retirado da pesquisa a qualquer momento não trarão quaisquer prejuízos em relação a pesquisadora e a instituição.

4. Mediante interesse, garantimos a privacidade de seus dados.

5. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Monica Fernanda Botiglieri

Aluna do Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Endereço: Avenida João Stella, n.600,
casa 14, Condomínio Santa Cruz, São Carlos – SP
Tel: (16)35011644 / (16)97224035

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa (*)

APÊNDICE E – Transcrições de entrevistas realizadas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

Entrevistas realizadas no dia 27/04/2011 na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, em Campinas:

Entrevista realizada com o Diretor do Departamento de Comunicação e Treinamento, Ypujucan Caramuru Pinto.

1 – Primeiro eu gostaria de saber, Ypujucan, como você chegou até a Cati?

Bom eu entrei na Cati em 1977, através de concurso público, organizado pela Secretaria de Administração do Governo do Estado, então eu escolhi a agricultura, escolhi a CATI, por livre escolha, eu poderia ter escolhido qualquer outra secretaria, eu escolhi a agricultura porque realmente eu sempre gostei da área, me interessava e achava que

realmente a saída pra esse país era a agricultura, o agronegócio, por isso foi uma escolha assim, voluntária mesmo;

2 – Você já tinha algum conhecimento sobre a CATI antes de entrar?

Não, eu trabalhava, pra você ter uma idéia, em Araraquara, na Faculdade de Farmácia e Odontologia. Eu tinha formado em Administração, Economia e no currículo todo, na grade curricular você vê que a agricultura é fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento de um país e eu sempre acreditei nisso, então quando eu escolhi a agricultura foi justamente porque eu acreditava nisso, achava que era importantíssimo fazer algum trabalho na agricultura, por isso que escolhi, poderia ter escolhido outra secretaria, escolhi com convicção mesmo;

3 – E você tem alguma informação, algum dado sobre o histórico da CATI? Teve alguma informação depois que chegou, algum conhecimento sobre o histórico da CATI?

Então, eu entrei em 77, já, a CATI tinha sido reformulada em 67, ela tinha sido criada em 1967, dez anos, que a CATI na realidade quando ela foi organizada, ela juntou numa mesma instituição, vários segmentos da Secretaria. Então nós tínhamos antes na secretaria um departamento de mecanização, nós tínhamos um programa de desenvolvimento vegetal, outro animal e a CATI acabou juntando tudo, por isso que deu o nome de Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, porque ela conseguiu integralizar todos os diversos segmentos da secretaria numa única coordenadoria, onde ficou então a “Defesa”, a Defesa Agropecuária, a parte de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Produção de Sementes, Mudanças e Matrizes, então acabou ficando tudo numa instituição só e isso foi muito bom pra agricultura porque conseguiu concentrar os esforços que eram os mais..han...cada um espalhando pra um lado e no fim acabou a CATI unificando tudo numa única instituição e isso foi muito bom pra agricultura;

4 – E qual é a sua função especificamente na CATI?

Então, eu entrei em Bauru, no escritório de desenvolvimento, escritório de planejamento regional e depois em 83 eu vim pra Campinas, pra trabalhar já no centro de treinamento da CATI, comecei no centro de treinamento da CATI. Depois passei por outros órgãos, fui trabalhar na comunicação, depois trabalhei na assessoria do coordenador, na parte de orçamentos e depois acabei assumindo o Departamento de Comunicação e Treinamento, que foi criado após uma reformulação também em 96 e o departamento abrangeu então as funções do centro de treinamento e do centro de comunicação rural;

5 – Eu queria que você falasse um pouco sobre qual o principal objetivo, os principais objetivos dos trabalhos da CATI hoje?

Então, a CATI procura promover o desenvolvimento rural sustentável e o foco são os pequenos e médios produtores, preferencialmente os agricultores familiares e um grande esforço nosso é na organização dos produtores, porque pequenos produtores, se eles não tiverem organizados, a sobrevivência é complicada. Então hoje, por exemplo, com o foco do Programa de Microbacias II, que nós fizemos contrato com o Banco Mundial no ano passado, o grande objetivo é exatamente isso, promover o desenvolvimento sustentável, através de organização dos produtores e incentivar a geração de renda e emprego no campo;

6 – Bom, então você me disse que está aqui desde antes daquela reformulação de 1996/1997, então eu queria que se possível você me falasse um pouco quais foram as principais mudanças a partir dessa reformulação?

Bom, a grande mudança foi assim, na parte hierárquica da instituição, porque antes a instituição era composta de um órgão central, aqui a CATI, pelo departamento de assistência da época, era o Departamento de Assistência Rural, Departamento de Sementes e Mudanças, Departamento de Defesa Agropecuária, Centro de Comunicação Rural, Centro de Treinamento, e depois nós tínhamos também, 10, 15 regionais agrícolas e 72 delegacias agrícolas, que comandavam 570 Casas de Agricultura. Na reformulação foram extintas as delegacias agrícolas, foram extintas também as 15 regionais e se criaram 40 regionais. Então nós tínhamos 72 delegacias, mais 15 regionais, eram 87 unidades, passou-se então pra 40 unidades que no caso passou a se chamar Escritório de Desenvolvimento Rural. A nível central foi feito o, o Departamento de Defesa Agropecuária virou uma coordenadoria, hoje é uma Coordenadoria de Defesa Agropecuária e hoje a estrutura da CATI é composta então pela Administração da CATI, foi criado o Departamento de Comunicação e Treinamento, que abrangeu CETATI e CECOR, se criou o CIAGRO, que é o Centro de Informações Agropecuárias, que cuida tanto da parte de informática, de administração da parte de informática, como mapeamentos e tudo mais sabe e o Departamento de Extensão Rural passou a ser uma Divisão de Extensão Rural e nós temos o Departamento de Sementes Mudanças e Matrizes. Então essa é a estrutura atual da CATI.

7 – Eu queria que você me falasse agora então um pouco Ypujucan, na sua visão, qual é a compreensão da CATI por extensão?

Então, o trabalho de extensão você confunde ele muito com educação, (...) o trabalho é exatamente isso, você tá promovendo o desenvolvimento, encarando o produtor não apenas como um produtor, mas ali tem uma família, com pessoas que procuram melhorar de vida, não apenas produzir, mas se desenvolver, promover, educação, bem estar da família, tal... e integrá-los à sociedade, não ficar a margem como a gente muitas vezes vê, o produtor rural não participando das decisões. Então o grande foco, vamos dizer, nosso, atualmente, é trazer o produtor, inseri-lo no contexto pra que ele possa exercer plenamente sua cidadania, possa participar das decisões do município, que muitas vezes a gente encara o município como uma parte urbana, a parte rural tá lá toda esquecida, mas quando você analisa um plano diretor de um município muitas vezes não é nem mencionada a parte rural, a zona rural e hoje nós estamos trabalhando pra que todo município tenha um plano de desenvolvimento rural sustentável, inserirmos um plano diretor rural em cada município e com isso nós conseguimos constituir os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, todo município hoje tem um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nós temos uma Casa de Agricultura em cada município e estamos fazendo com que cada vez mais o produtor participe das decisões, do destino do município, como um todo, não ficando mais a margem das decisões como sempre tem ocorrido em municípios aqui mesmo, principalmente aqui em São Paulo.

8 – Agora eu queria que você me falasse um pouco sobre a atuação da CATI, do CETATI e do CECOR. Hoje em dia, ela alcança principalmente a quem?

O nosso público é o pequeno e médio, porque pequeno e médio, porque o grande produtor, o empresário rural, provavelmente ele tem uma infra-estrutura técnica, de apoio. As usinas, grandes produtores tem lá o quadro de agrônomos, veterinários e tudo mais, já o pequeno e médio precisa dessa orientação técnica, essa assistência técnica a CATI precisa dar, até pra poder manter ele informado, sobre as possibilidades de crédito de financiamento, das perspectivas de mercado, da importância da qualidade, da produtividade, e principalmente agora nós estamos focando nosso trabalho em cima das boas práticas agrícolas, que envolve desde o princípio de produção, o uso racional de agrotóxicos, mínimo possível do uso de agrotóxicos e principalmente da consciência da importância de ter uma administração agropecuária e fazer muito bem feita a gestão da propriedade, a gente vê muitas vezes o produtor comercializando o produto dele sem ao menos saber quanto custou, quanto custava aquele produto pra ele, ele produzia e o preço a que fosse vendido ele tava vendendo, ele não tinha essa preocupação de saber, por

exemplo, a tendência de mercado, então muitas vezes ele produzia olhando pro retrovisor, o que vendeu bem ali no ano passado eu vou plantar esse ano, e ai muita gente antes tinha essa produção e acabava ficando mal, então a CATI está tentando hoje levar a ele as informações de mercado, orientar para os tipos de produção, sobre a administração da propriedade e principalmente conscientizá-lo a se organizar nas suas associações e cooperativas eu acho que é a grande saída pra ele poder se interar mais no mercado é a questão ai da gestão da sua propriedade;

9 – Eu queria que você falasse um pouco também, a respeito de como tem sido a relação da CATI com os governos do Estado de São Paulo ao longo desses anos;

Então, nós sempre tivemos altos e baixos, a CATI tem um quadro de funcionários que envelheceu, nós tivemos o último concurso público há três anos atrás, admitimos duzentos e poucos técnicos, mas havíamos ficado mais de dez anos sem abrir concurso público, então teve uma defasagem grande no quadro, as pessoas foram envelhecendo, saindo, XXX e hoje nós temos uma dificuldade ainda em suprir as vagas XXX porque, nós estamos num processo agora de a CATI contratar remanescentes desse concurso que foi realizado três anos atrás, mais duzentos técnicos e com isso nós conseguiríamos atender a pelo menos 60, 70% das nossas casas de agricultura, que na realidade a CATI ta presente em praticamente todos os municípios agrícolas do estado, nós tínhamos um processo de municipalização, onde num convênio com a prefeitura, a prefeitura disponibilizava um técnico, mas isso não atende plenamente e foi uma forma mais de complementar e atender a demanda das Casas de Agricultura, o ideal é que a gente tenha um técnico do quadro à frente dos trabalhos. Nós tivemos de 67 pra cá, com essas mudanças todas, depois que, com a redemocratização a partir de 83, o governo passou a dar um olhar diferenciado pra agricultura, tínhamos aquele esquema de produção, passou a ver a parte mais de extensão também e a partir daí nós tínhamos altos e baixos pelo governo ter assim se XXX muito com a agricultura e XXX , como nós estamos numa situação hoje, nós estamos em maio e nós ainda não temos o secretário da agricultura escolhido, temos um secretário XXX respondendo internamente, mas ainda não temos um secretário escolhido entendeu, a gente espera que agora com a assinatura do Microbacias II com o Banco Mundial a gente possa retomar com toda a força agora a partir de maio, porque nós temos o compromisso de mais cinco anos com o Banco Mundial pra desenvolver esse projeto;

10 – A CATI tem financiamentos pra pesquisa ou ela financia trabalhos de pesquisa? Como? De onde vem essa verba?

Não, a CATI não trabalha com pesquisa, a CATI ela trabalha com assistência técnica e extensão rural. A pesquisa é realizada pela Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária, que é a APTA, hoje é a Agência Paulista de Pesquisa Agropecuária, mas a CATI trabalha com algumas coisas no sentido, por exemplo, de validação de pesquisa, como faz isso, por exemplo, através dos técnicos regionais, quando a pesquisa identifica uma nova variedade, tem que ver como ela se comporta no estado como um todo né, aí através dos técnicos regionais a CATI faz essa validação, faz esse trabalho de ver como se comporta essa nova variedade nas diversas regiões do estado, em condições de clima, solo e tudo mais. É um trabalho que se faz em parceria com a pesquisa e isso, através do departamento de sementes nós fazemos também um trabalho de multiplicação. O trabalho a gente desenvolve junto, a pesquisa de algumas variedades e fazemos o trabalho de multiplicação de sementes, toda vez que a gente faz uma nova variedade, é preciso que essa variedade seja colocada no mercado e pra isso é preciso multiplicar, fazer a multiplicação das sementes e isso é feito através do nosso departamento de sementes e mudas;

11 – Eu queria que você me falasse um pouco se hoje você tem uma idéia de quantos trabalhadores, e quando eu digo trabalhadores são produtores familiares, enfim, quantos mais ou menos vocês conseguem atingir hoje em dia?

Olha, é difícil a gente mensurar, mas pra você ter uma idéia, nós temos hoje constituídas quinhentas e poucas associações de produtores organizados no estado. Isso se você considerar aí uma média de 30, então você já vai ter aí 15 mil, 20 mil né, mas o alvo é grande, depende as vezes do setor, então o setor de crédito, que a CATI emite a DAP né, Declaração de Aptidão do Pronaf, tá atingindo 30, 35 mil produtores, agora o XXX feito com o Banco do Brasil a CATI pôde elaborar os projetos de financiamento do banco é mais um leque grande, em torno de 200 mil né, XXX exige XXX produtores né, mas dependendo da atividade o alcance é sempre maior né, depende do que se propõe a fazer, dos programas que a gente tá desenvolvendo, mas no programa de Microbacias I por exemplo, só escolares do programa de Educação Ambiental, nós atingimos quase 150 mil crianças durante esses cinco anos, porque o programa, educação ambiental, acabou virando matéria da grade curricular, das escolas de onde o programa atuou, então foi um trabalho muito grande né, o alcance foi muito grande;

(Após essa fala, embora não estivesse no roteiro pré programado, completei a pergunta, buscando saber mais sobre esse programa)

E como que aconteceu esse programa?

Então, porque nós tínhamos uma parte de Educação Ambiental e o envolvimento das crianças foi automático, então a matéria de Educação Ambiental acabou substituindo a matéria de Ciências na grade curricular na educação. Então nós tínhamos assim um movimento de municípios né, eram mais de duzentos municípios envolvidos no programa e era matéria de terceira e quarta série, então foi um alcance muito grande né, eu posso passar depois pra você os dados mais precisos;

12 – E como que vocês vêem a participação, a procura e o interesse desses trabalhadores?

O produtor vem e procura a Casa de Agricultura normalmente em busca de assistência técnica, orientação técnica, informações, crédito e sobretudo pra informações tecnológicas, orientações de crédito, de plantio, quando ele tá com problema também nas questões de pragas e doenças, nas lavouras né, basicamente é atrás de assistência técnica mesmo a busca na casa de agricultura e linhas de financiamento que a CATI XXX desenvolve né. Nós temos o FEAP que é o Fundo de Expansão da Agropecuária e Pesca e ele tem várias linhas de financiamento tá, assim como o Banco do Brasil e Pronaf e o último lançamento nosso de sucesso foi o Pró-trator, que o governo financiou tratores a juros zero, então toda a parte de juros o governo subsidiou e foi uma procura muito grande, nós tivemos uma demanda muito grande nas casas de agricultura;

13 – E qual é o retorno que vocês tem desses trabalhadores, que a CATI tem dessa atuação?

Olha o retorno tá aí, tá aí no... pra ser ver, São Paulo hoje é um dos maiores produtores em vários segmentos, maior produtor de açúcar e álcool, maior produtor de laranja, nós somos muito fortes também na parte de agricultura, bovinocultura de corte, de leite, fruticultura. A agricultura de São Paulo é muito diversificada, nós somos o maior produtor de borracha, de borracha natural, a seringueira está ocupando um espaço muito grande e é normalmente projetos desenvolvidos por pequenos produtores, ocupa muita mão de obra, uma mão de obra hoje bem remunerada, XXX mesmo nós tivemos lá fazendo uma reunião com a fundação “Paula Souza” onde nós vamos fazer um trabalho de capacitação de sangradores, então é a demanda que tá surgindo no oeste paulista. E isso é o que gratifica, você ver o trabalho da CATI, a assistência técnica da CATI no dia-a-dia da

produção, tanto na parte de fruticultura, hortícolas, o estado XXX bastante diversificado e produz bem e com qualidade. Isso é o grande diferencial do estado em relação aos demais.

14 – A CATI tem algum tipo de controle ou acompanhamento em que vocês conseguem conferir a aplicabilidade da formação que os técnicos oferecem, nas produções?

Então, você veja, hoje o que se produz no estado, se você for comparar assim com a área plantada, vamos dizer assim então, em termos de produtividade, hoje se produz o dobro do que se produzia há dez anos atrás, na mesma área plantada, isso mostra como melhorou a produtividade, como a tecnologia teve um avanço muito grande. Regiões em que não se conseguia produzir nada, região de serrado, hoje se produz muito, por quê? o uso de tecnologias e toda essa parte de tecnologias, de conservação do solo e da água, foi tudo um trabalho forte que a CATI fez, então tá o mercado mostrando, tá aí a produção mostrando os índices de produtividade, como cresceram? Cresceram através do uso de novas tecnologias, trabalho de integração da pesquisa com a assistência técnica a CATI leva ao produtor;

15 – Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre essa interlocução com esses trabalhadores, a atuação dos técnicos, como ela é pensada e realizada?

Então, o nosso técnico hoje na Casa de Agricultura, ele não tem condições de dar um atendimento assim, individualizado para cada produtor, mesmo porque nós temos municípios com cem, duzentas propriedades e não teria como um técnico ou dois conseguirem atender a todos eles, então nós trabalhamos mais assim de uma forma “massal”, a gente faz muitas reuniões, trabalha com uma metodologia participativa, traz o produtor, identifica com eles os gargalos, as dificuldades e procuramos através de reuniões, cursos, palestras, levar pra eles as soluções. Também fazemos alguns dias de campo, onde eles são convidados a assistirem algumas demonstrações, normalmente a gente deixa... mostramos a tecnologia nova, fazendo uma comparação com o cultivo tradicional e a nova tecnologia pra eles verem as diferenças e verem as vantagens do uso da nova tecnologia e passarem a adotar nas suas propriedades. Então a gente procura atender assim né, de forma mais “massal”, não tem como você dar uma assistência individualizada, seria o ideal, mas infelizmente não é possível, mas tem dado bons resultados, principalmente agora quando eles estão organizados, facilita muito mais. A gente procura sempre demonstrar algumas áreas de demonstrações, pilotos né, onde o próprio produtor adota novas tecnologias e aí a

gente convida os produtores do entorno pra ir lá conhecer e ver, ouvir o próprio depoimento do produtor. Isso dá muito mais credibilidade pra ele né, ele ver o que o próprio colega, companheiro produziu, seria muito mais fácil do que a gente tentar só persuadi-los a usar né, nada como demonstrar na prática os resultados;

16 – E as demandas vêm então dos produtores?

Dos produtores, vêm dos produtores, eles que realmente... a gente faz esse diagnóstico participativo, a CATI vem adotando né, exatamente isso, numa reunião você levantar com eles as dificuldades, os problemas que eles estão encontrando e tentar equacionar com eles. Muitas vezes os programas não são só de agricultura, isso no programa de Microbacias ficou muito evidente. A gente participava de algumas reuniões com os produtores e na realidade de agricultura eles não tinha praticamente carência nenhuma, era problema de saúde, problema de transporte, era problema de segurança e a CATI passou a atuar então como um agente de desenvolvimento. Nós passamos a incluir nas nossas reuniões, convidar pras nossas reuniões, representantes das demais secretarias. Com isso nós temos a “patrulha rural”, região, começou na região de Ribeirão Corrente, região de Franca, nós tínhamos uma incidência grande de assaltos, roubos na zona rural e isso foi diagnosticado, foi levantado em reuniões com os produtores e hoje você tem lá todo um trabalho que eles próprios administram com a polícia, com a polícia florestal, com a polícia militar, e os segmentos, por exemplo, você vai ver agora, dia 29 na sexta feira, quinta feira, amanhã, nós vamos ter um evento lá em Marília no qual nós estamos trazendo a integração da área de saúde com agricultura, com o pessoal da CATI, porque nós temos muito problema que poderia ser tratado preventivamente no campo e essa integração vai ajudar a melhorar muito as condições de saúde do pessoal do campo. Também fizemos um trabalho grande na parte de saneamento, com a introdução de fossas sépticas, furando poços no programa de Microbacias, onde eles podiam então ter acesso a uma água melhor, o caso do esgoto XXX da fossa séptica, evitando a contaminação do lençol freático, então muito trabalho que não é só agricultura, envolvendo outra coisa importante que foi diagnosticada nas conversas, a coleta de lixo na zona rural, há um tempo atrás a gente nem falava nisso, mas com o uso cada vez maior de produtos descartáveis, acabou tendo uma demanda. Também a questão de agrotóxicos, a destinação das embalagens de agrotóxicos, antes se jogava no rio, contaminava a água, deixava ao relento, hoje não, hoje tem todo um sistema de utilização de agrotóxico, da coleta dos vasilhames, XXX seria XXX na revenda do produto, tudo isso foi sendo disciplinado, ta sendo trabalhado ainda, mas exatamente

essa demanda veio dos produtores, a gente conversando, fazendo esse diagnóstico participativo, nós fomos encontrando essa problemática que muita gente não imaginava que existia nesse lugar, no campo, que o problema não é só na cidade;

17 – Quais são hoje as principais culturas trabalhadas no estado?

É muito diversificado. Eu falo pra você por exemplo, cana, a CATI trabalha quase nada, quase nada porque normalmente são grandes empresas e tal, mas hoje nós já temos uma atuação forte na parte de fruticultura, na parte de pecuária leiteira, parte de produção de verduras, frutas e legumes, através do, estamos incentivando muito o uso de produção em ambiente protegidos né, estufas e tal, temos uma demanda grande também desses produtores e seringueiros também, outra área que está entrando bastante, mas principalmente gado leiteiro, gado de corte, pequenas e médias propriedades e fruticultura, olericultura, então basicamente são esses, outra área que a CATI se destaca é a produção de alimentos, porque o departamento de sementes da CATI é um dos poucos fornecedores de semente de feijão, dificilmente, hoje você quase não encontra no mercado sementes de feijão de firmas particulares e a CATI produz semente de feijão, produz semente de arroz, milho variedade, que é uma outra opção, o pessoal compra esse milho já... tem o transgênico já no estado e o milho híbrido e a CATI produz o milho variedade, que é um milho que tem uma produtividade muito boa e exige baixa tecnologia então, XXX produzindo num custo menor, mas essa parte de alimentos, grãos, frutas, legumes, verduras, fruticultura, é praticamente a parte mais forte que a CATI atua, principalmente a parte ligada a produção de leite;

18 – E em quais regiões vocês sentem que o trabalho mais tem resultados?

Olha, é bem diversificado, a gente tem uma atuação boa ali no... praticamente todo o estado né, em várias culturas, esqueci de citar café por exemplo né, café é uma cultura que tem uma demanda grande pra CATI e nós temos um trabalho muito forte com café tanto na região de Franca, como Marília e Piraju, região de Piraju. Agora, a agricultura familiar, que é o público maior da CATI, ta realmente concentrada mais na parte oeste, você pega aqui, de Bauru pra cima, Bauru, Marília e sobe lá pra Dracena, São José do Rio Preto, ali ta concentrado um público de agricultura familiar maior, maior concentração e é onde o trabalho da CATI é mais intenso, é onde a gente tem um trabalho mais intenso com eles, mas a gente praticamente atua em tudo, tanto Vale do Ribeira, Vale

do Paraíba, aqui na região de Campinas, Bragança, nós temos um trabalho muito forte também;

19 – E como se dá especificamente o trabalho do CETATE?

O Centro de Treinamento, ele tem como objetivo maior a atualização tecnológica dos nossos técnicos. A gente procura tanto treinar o técnico que está em linha de frente, que tem que levar a tecnologia pro produtor, como o pessoal de apoio, tanto os auxiliares, quanto o pessoal administrativo também. Então 80% do nosso esforço aqui é em cima dessa capacitação do quadro de funcionários. Esses técnicos, nas regionais, eles tem o trabalho de capacitar os produtores, então o CETATI não trabalha diretamente com o produtor, ele trabalha com as regionais, que sim, as regionais vão fazer a capacitação com os produtores. Eventualmente a gente faz algum curso diretamente com o produtor, mas normalmente esses cursos são realizados pelas regionais;

Então a formação acontece nas regionais?

É... a gente treina os técnicos da rede como um todo, das casas de agricultura e tudo mais, mas a coordenação das capacitações dos produtores é a regional que faz. A gente recebe todo mês, todo um planejamento que eles fazem entre o CETATE... o CETATE faz essa coordenação, mas diretamente quem faz a capacitação são eles

Então cursos, eventos, são realizados nas regionais e não aqui?

Nas regionais, não aqui, você não traz o produtor pra ser treinado aqui

E o técnico?

O técnico sim, o técnico nós temos o centro de treinamento aqui em Campinas né, mas nós realizamos treinamentos tanto aqui em Campinas quanto fora, nas regionais, mas dependendo do assunto, dependendo do curso, a gente faz aqui no centro de treinamento, aqui em Campinas. Quando exige algumas aulas práticas, alguma coisa de campo, aí a gente procura fazer nas regionais, mas basicamente é feita aqui em Campinas. Nós temos uma estrutura boa pra isso, temos um auditório grande, um auditório pra 350 pessoas, temos várias salas de aulas de apoio né, a biblioteca, temos alojamento, refeitório, então tudo isso facilita. Então pode, por exemplo... curso de seringueiro, é muito mais fácil trabalhar onde tem a demanda maior de seringueiros, é no oeste, então vamos ali pra Votuporanga, Rio Preto, gado de leite aí sim, aí traz pra cá porque a produção leiteira tá

em todo o estado. Curso de café, quando é um curso mais teórico pode até fazer aqui, mas quando exige prática, aí a gente procura fazer já na zona produtora ;

20 – Eu queria que você me dissesse um pouco... você até comentou antes... quantas casas de agricultura são no estado, se você tem idéia mais ou menos quantos técnicos, quantas funcionam de fato, porque o próprio Fontes comentou que algumas não funcionam atualmente;

Essa quantificação eu posso levantar e te dar que eu não tenho aqui de cabeça, XXX certinho, mas nós temos praticamente uma Casa de Agricultura em cada município agrícola, XXX. Nós tínhamos até um ano atrás quase todas elas ocupadas por técnicos ou do quadro ou conveniado, aí nós tivemos um problema aqui com a parte de municipalização, dos convênios de municipalização e muitas Casas de Agricultura acabaram não renovando o convênio de municipalização. Então infelizmente nós temos algumas casas de agricultura sem praticamente nenhum técnico, então acaba sendo atendido por técnico vizinho, do município vizinho, mas a gente ta tentando agora realmente conseguir admitir funcionários remanescentes do concurso pra suprir essas vagas, poder ocupar essas Casas de Agricultura que estão vazias. Mas se procura XXX pra que o agricultor não fique sem assistência né, então a gente faz um esquema de plantão né, com técnico do município vizinho fazendo em dias marcados o plantão, nos municípios em que a gente não tem técnico hoje... Mas eu digo pra você, hoje nós temos 40% das Casas de Agricultura sem técnicos. É muito grande.

Na minha cidade inclusive...

Que cidade é a sua?

São Carlos...

É... verdade, bom, vamos ver se agora a gente consegue suprir com a admissão desses novos técnicos;

21 – Além desses cursos específicos, dessas formações específicas, a partir do CETATI vocês tem algum tipo de acompanhamento, de encontro periódico com esses técnicos? Ou tem algum retorno periódico do trabalho desses técnicos?

Então... hoje nós estamos trabalhando também com as, vamos dizer assim, as comissões técnicas né, praticamente onze comissões técnicas criadas, comissão técnica de café, de seringueiro, de gado leiteiro, gado de corte, fruticultura, piscicultura... é um leque

grande... Essas reuniões com as comissões técnicas, elas trazem pra gente, por exemplo, todo o subsídio pra elaboração de manuais técnicos, de capacitação, de necessidade de capacitação, então esse trabalho com as comissões técnicas facilita chegar às necessidades do pessoal da linha de frente, que elas tem um relacionamento muito maior com o pessoal da linha de frente. Inclusive questão de mercado, de comportamento de mercado e tudo mais. Nós temos um relatório que a gente recebe todo mês das regionais e o público que foi capacitado nas regionais né, qual o público, quais os cursos que foram feitos, quais as culturas que foram abordadas e tudo mais e a gente fecha no fim do ano um relatório globalizando tudo isso. Então a gente tem números que mostram tudo o esforço que foi feito, tanto na capacitação de técnicos, quanto de produtores;

22 – E quais são os principais meios de formação dos técnicos?

Olha, os nossos técnicos, XXX são agrônomos, veterinários, XXX. Eles vêm da universidade com aquela formação bem tecnicista, então esse aspecto mais de formação de extensionista é a CATI que acaba proporcionando pra eles, a CATI que acaba dando esses cursos de como usas metodologias, de comunicação e de capacitação pra XXX do dia-a-dia dos produtores. É basicamente o CETATE que proporciona essa reciclagem pra eles. A gente faz um trabalho de integração com a pesquisa, tanto com a pesquisa aqui do estado, através da APTA, como também eventualmente com a Embrapa, universidades e por meio desse trabalho de intercâmbio a gente leva essa atualização tecnológica pros nossos técnicos, mas eventualmente eles fazem, alguns estão fazendo mestrado, graduação, tal, mas é uma minoria;

23 – E o trabalho de formação dos produtores, a partir dos técnicos? Se dá principalmente como?

Cursos, ele vai trabalhar com o produtor exatamente em cima disso, curso de atualização tecnológica, novas variedades, implantação de novas tecnologias, aprender novas variedades de cultivos né, basicamente através de cursos, palestras, reuniões;

24 – Quando os técnicos percebem a necessidade, há algum tipo de reformulação da atuação?

Tem. Normalmente ele percebe isso depois, no trato com o produtor, aí ele vê que aquilo que foi feito não foi satisfatório e acaba reformulando. Aí ele pega algum técnico mais experiente e tudo mais, mas pra você ter uma idéia, agora com o programa de

Microbacias II, nós vamos ter que fazer todo um trabalho de formação praticamente com os nossos técnicos, porque o programa mudou completamente o foco de atuação nossa....

Neste momento fomos interrompidos por uma ligação e conversas com uma das funcionárias...

...O que eu tava dizendo mesmo? Ah, sobre o programa de Microbacias II, porque eu tava falando que nós vamos ter que passar por um programa de reformulação com os técnicos, exatamente por isso, o nosso quadro de técnico é normalmente aquilo que eu falei pra você, agrônomos, veterinários, XXX, tem uma formação bem agrária mesmo e no programa de Microbacias II nós vamos trabalhar com o foco econômico, o programa, diferentemente do Microbacias I que era um pouco mais ambiental, esse nós vamos trabalhar com geração de emprego e renda. Então o que é que nós vamos incentivar nesse programa, o produtor... nós vamos trabalhar com produtores organizados, em associações ou cooperativas e eles vão ter que apresentar pra gente um plano de negócios, XXX. Eles já estão organizados há pelo menos um ano, já estão comercializando algum produto, então eles vão precisar dar um salto a mais, para agregar valor e renda. Uma hipótese... ele pode pegar, eles estão comercializando, vamos dizer assim... milho, aí de repente ele quer melhorar isso, XXX, plastificar, embalar, colocar uma marca da associação e pra isso ele vai precisar adquirir equipamentos, uma coisa assim. O programa vai financiar exatamente isso, vai financiar equipamentos, coisas que possam ajudar ele a dar esse salto de qualidade e melhorar a comercialização, por isso a gente fala *Microbacias II – introdução ao mercado*, nós vamos incentivá-lo a comercializar melhor o produto dele e com isso ter uma renda melhor. Então o que acontece, nós vamos começar a falar de plano de negócios, de gestão da associação da empresa e tudo mais... e isso, não digo que seja totalmente desconhecido dos nossos técnicos, mas não é uma área de domínio, então o que acontece, nós temos que fazer com que os nossos técnicos tenham todo o contexto das cadeias produtivas, não só da produção, como se diz, “de dentro da porteira”, mas do que vem depois né, toda a parte de comercialização, tal, o que é a cadeia produtiva, XXX. Quando a gente fala numa cadeia produtiva, por exemplo da borracha, até onde o nosso técnico conhece... formação de mudas, plantio, condução, depois a sangria... aí entra a parte de comercialização, mas se você for ver a parte da cadeia, você vai ver depois a questão dos pneus, pneumática, então toda essa abrangência... e isso que o técnico nosso tem que começar a visualizar, o mercado como um todo, questão de mercado, tendências, comercialização, pra poder levar essa informação pro produtor também. Então nós temos

que levar todo um trabalho com os nossos técnicos XXX né, pra ele ficar familiarizado com esse tipo de coisa, pra poder conversar com o produtor. Então nós XXX todo o processo de capacitação, agora em maio, porque por exemplo, pra associação entrar no programa, ela tem que fazer uma manifestação de interesse. Essa manifestação de interesse envolve vários quesitos que precisam ser preenchidos e um monte deles tem dificuldades até de identificar, por exemplo, você tem que ter uma associação há pelo menos um ano constituída, tem que ter CNPJ, tem que ter tudo certinho... ela tem que ter mais de 50% de produtores familiares... o cara tem que comprovar que ele é produtor familiar, então tem toda uma série de procedimentos para serem adotados, tem toda uma documentação pra ser analisada e tudo isso nós temos que então passar a orientar o nosso técnico, pra como fazer todo esse procedimento, se não depois quando ele vai sentar pra analisar um plano de negócios e vão ter XXX de mercado, viabilidade econômica, toda a gestão do negócio, pra ele é novidade essas coisas, então é uma coisa que nós vamos começar agora, todo um processo de capacitação que nós vamos iniciar com eles. Então nós pretendemos começar isso já agora em maio;

25 – Eu queria saber também, se existe algum espaço, alguma forma de acompanhamento, de atendimento que ligue a CATI, quando necessário, diretamente ao produtor?

Olha, não sei se eu entendi bem a sua pergunta... vamos dizer assim, como o produtor possa vir reclamar aqui na CATI de alguma coisa que não ta indo bem na linha de frente ou alguma coisa assim?

É... não necessariamente reclamar, mas algum problema... por exemplo, um produtor de uma cidade que não tenha Casa de Agricultura com atuação tão forte, tão presente, ele tem como procurar diretamente a CATI? Tem algum acesso?

Tem. Ele pode procurar tanto através da regional da CATI, porque o município, ele ta ligado numa regional da CATI, como ele pode ligar diretamente, por via telefone, nós temos uma ouvidoria e temos nosso site, o “fale conosco”, ele pode entrar no site, no fale conosco e fazer a reclamação ou a reivindicação que ele achar importante, ou porque a Casa de Agricultura não ta podendo atender, porque muitas vezes ele precisa ir na Casa de Agricultura pra conseguir a DAP, porque sem a DAP ele não consegue o financiamento no Banco, então ele liga, “a Casa de Agricultura não ta atendendo, como eu faço?”, aí a regional vai orientá-lo né, ou vai no município vizinho, ou a gente vai mandar um técnico

pra lá, pra dar um plantão e poder atender às demandas lá... mas nós temos algumas ações de comunicações interessantes, por exemplo, nós temos o CATI online que é um boletim eletrônico semanal, que a gente manda via e-mail e nisso a gente tem passado todos os cursos né, tudo que a CATI vem fazendo, realizando naquela semana, que ali estão todas as notícias da semana, são coisas bem atualizadas... temos as revistas da Casa de Agricultura que ela é temática, são quatro edições no ano, então a última que saiu foi de seringueira e nós estamos lançando agora no começo de maio uma sobre organização rural, que mostra exatamente como se organizar em cooperativas, como constituir uma associação, toda essa parte de organização rural... e o site nosso, que pode acessar, pra qualquer coisa... além disso nós temos todo o trabalho feito nas Casas de Agricultura e nas regionais. Muitos acessam a CATI também através dos sindicatos rurais, das associações, XXX, por exemplo a FETAESP faz um trabalho grande com a gente também, a FAPESP, várias entidades representativas dos produtores, que tratam direto com a gente;

26 – Eu queria que você me falasse um pouco agora, especificamente sobre o trabalho do CECOR, como ele está organizado?

Bom, o Centro de Comunicação Rural, ele faz toda a parte de edição dos manuais técnicos, boletins técnicos, instruções práticas, são publicações seriadas né, nós temos um publicação pra cada tipo de público, os manuais e boletins técnicos pro pessoal mais esclarecido, técnico, ou lideranças, já mais esclarecidos, as instruções práticas que já são mais pro produtor, pro dia-a-dia do produtor e folders, cartazes, todo o material de divulgação. É o CECOR que é responsável também pelo CATI online e pela revista Casa de Agricultura e o CECOR também faz toda a parte de XXX do site, de coligação do site. Nós temos várias publicações e trabalhamos também com apoio às regionais, editando vídeos, reportagens, divulgando o trabalho que as regionais vêm fazendo, mas basicamente produzindo material de apoio.

27 – Esse material de apoio prático, direto pros produtores, como que ele é disponibilizado?

A gente manda eles pras Casas de Agricultura né e ele pode acessar através do nosso site, ou através das regionais, então cada regional tem lá os exemplares, tem XXX, a nível de preço, como adquirir e tudo mais e a gente tá sempre participando de eventos agropecuários onde a gente leva o material, comercializa e disponibiliza pra eles, agora na Agrishow nós vamos estar lá por exemplo, com as nossas publicações, na Agrifam, nesses

eventos maiores, a CATI sempre ta presente com as publicações, disponibilizando pros produtores;

28 – Agora, por último, eu queria saber de você, com relação a esses materiais, principalmente aos voltados diretamente para os produtores, se existe a atuação de algum profissional da educação, que auxilie na formulação e avaliação desses materiais?

Então, XXX técnica né, então a autoria deles normalmente é o pessoal técnico que faz... que é que nós temos no CECOR... nós temos um pessoal que faz... jornalistas né... que fazem toda a editoração, essa editoração, por exemplo, quando o material é destinado ao público de produtor, ela faz a adequação da linguagem, ela passa pra uma linguagem mais “entendível” digamos assim, pra que o produtor possa entender melhor né, não é uma parte nossa de educação né, mas tem toda uma metodologia de comunicação embutida nessa editoração que ela faz, a gente procura fazer um trabalho o mais ilustrado possível, pra facilitar a compreensão e esse material basicamente é um material de apoio, o técnico por exemplo quando ele vai falar, uma palestra, um curso, uma reunião, normalmente ele apresenta esse material também, então junto com esse material o cara vê a parte prática e depois ele pode consultar a instrução prática e tirar alguma dúvida com o técnico, mas basicamente é isso, é preparado todo o conteúdo técnico e adequado para a linguagem do produtor pelo Centro de Comunicação, esse é o trabalho maior deles, é fazer essa adequação de linguagem;

Não tem então nenhuma atuação que envolva um profissional de educação com esses jornalistas?

Não, não temos, normalmente é o jornalista que faz, temos lá uma revisora de português né, que ela faz a revisão, mas a parte educacional mesmo, de adequar o material... vamos dizer, uma pedagogia, uma metodologia, não temos... normalmente é uma adequação feita pela editoração, pela jornalista que faz a editoração...

Entrevista, realizada com a Diretora do Centro de Comunicação Rural – CECOR, Maria Rita P. G. Godoy.

1 – Rita, eu gostaria de saber como você chegou até a CATI?

Eu já trabalhava em Tietê, faz 34 anos que eu trabalho já, eu já trabalhava em Tietê no departamento de Sementes e Mudanças, daí eu fui solicitada que viesse pra cá pra

auxiliar no departamento aqui, nem era departamento, era Centro de Assistência Supletiva na época e depois disso eu acabei ficando até hoje aqui, ai eu fui transferida, trabalhei um pouco em outro departamento também, ai depois fui transferida aqui pro CECOR, já era minha área, tinha feito jornalismo, aí eu vim trabalhar aqui;

2 – E antes do seu ingresso, você tinha alguma informação, algum conhecimento, sobre a CATI?

Ah, eu tinha, assim, porque o meu pai já trabalhava lá no departamento de sementes né, então eu já tinha conhecimento da CATI sim, ele trabalhava com os agricultores e tal e já existia esse... chama “Núcleo de Produção de Sementes e Mudas” em Tietê então eu tinha contato sempre com XXX;

3 – E qual é a sua função especificamente na CATI?

Eu sou diretora do Centro de Comunicação Rural;

4 – Bom, você me disse que você esta aqui desde 1986, então você estava aqui naquele período de reformulação, de 1996, 1997...

Rita: Isso, eu vim justamente... eu vim pra cá... a reformulação, você fala a de...

Monica: 1996/ 1997...

Rita: Não, eu vim ainda em 1980... na primeira reforma ainda, pra trabalhar justamente nessa reforma...

Monica: Com a mudança de 1996/1997, houve algum tipo de reformulação no seu trabalho aqui?

Rita: Eu não era ainda diretora do centro nessa época, eu ainda trabalhava aqui...não, deixa eu ver... eu ainda não tava como diretora... eu era jornalista só, aqui no centro eu não posso te dizer porque... eu não senti nenhuma diferença que você fala... porque como já fazia muito tempo que eu estava aqui, fiquei estagiando um tempo e tudo, no meu serviço não;

5 – Qual é a visão que você tem, a partir do trabalho aqui no CECOR, da CATI sobre extensão?

Então, o CECOR, ele é o órgão editor de todas as publicações e vídeos da CATI, então a gente trabalha mesmo com extensão, o nosso trabalho é sempre voltado... o nosso foco, o nosso público é sempre o produtor rural, então a gente trabalha mesmo no sentido

propriamente de extensão, é diferente de um assessor... quer dizer, não diferente, a assessoria de imprensa, ela trabalha com o público externo, com a mídia externa... nós não, nós estamos sempre voltados pro produtor rural, então todas as nossas publicações que a gente faz, a gente ta sempre assim... o nosso foco é que a nossa linguagem seja simples pra que o produtor entenda, que as fotos estejam de uma forma que ele possa entender aquela foto que... que às vezes na foto pro próprio produtor é... hum, ele não.... a gente tem esse cuidado, que ela não traduza uma outra coisa, do que ele está pensando, que lá na regional dele não tem, então a gente ta sempre preocupado com isso;

6 – E como vocês vêem, a partir dessas formulações, como vocês vêem a participação desses produtores?

Então, a gente não tem assim... antigamente tinha, isso é uma coisa que quando eu cheguei aqui no CECOR tinha... uma pós, uma pesquisa pra saber se as nossas publicações atingem, a gente sabe só pelas regionais mesmo... e pelo próprio setor de publicação que eles pedem as publicações, às vezes que... sai no globo rural, eles fazem o pedido... vem muita carta, então a gente só sabe através disso que é bem aceita a publicação, antigamente não, a gente tinha essa pós pesquisa no campo, levava inclusive... na época em que surgiu o “bicudo do algodão”, a gente sempre comenta né... que a gente fez um cartaz, com um bicudo ampliado, bem grandão... e quando a gente foi fazer a pesquisa, a gente chegou lá no campo e perguntou pro agricultor se ele entendeu o cartaz e tudo... e ele “olha, eu entendi, aqui tem bicudo, mas não desse tamanho” entendeu... então daí a gente começou “nossa, a gente tem que ter cuidado até com isso”, então nessa época tinha essa pesquisa, hoje já não tem mais, então nosso retorno assim, saber se as publicações atingiram o que a gente quer é mais pela demanda, pelos pedidos que surgem aqui e pelo pessoal da regional que fala pra gente, que da esse retorno;

7 – Essas traduções que são feitas aqui no CECOR, existe alguma ou algumas culturas que são principalmente trabalhadas nessas produções?

Não, também é de acordo com a demanda, então mesmo a revista, a gente tem... ela é temática né... ela é temática, então a gente reúne numa reunião de pauta e já vê o tema pro ano todo, então essa foi conservação do solo (mostrando a revista), outra fruticultura, cafeicultura, mas assim do momento que... é conservação do solo que saiu em abril/maio/junho, ta na época né... abril, conservação do solo... então é mais ou menos assim que é definido, por esse pessoal XXX no campo, o pessoal que ta XXX a revista, as

outras, por exemplo assim, surge muita demanda... quando vai em evento, o pessoal que vai vender a publicação, então o pessoal fala assim “ai, tem uma de apicultura? De fruticultura?” então daí a gente vai atrás do tema que ta mais solicitado, dos técnicos, que agora tem as comissões técnicas também, então a gente vai atrás dos técnicos, primeiro da CATI, pra eles escreverem né, daí a gente produzir;

8 – E como está organizado o trabalho, especificamente aqui?

Rita: Organizado assim...como?

Monica: A equipe, todo o CECOR...

Rita: Ah então, o trabalho então vem do técnico, eles mandam um texto de... por exemplo, tem uma publicação que a gente vai fazer agora, de piscicultura, os técnicos escrevem, mandam pra gente, vem no “Word”, aí passa pra uma jornalista, a jornalista vai fazer a editoração toda do trabalho, colocar dentro das normas da ABNT, vê tudo, vê foto... eles mandam as vezes sem legenda, sem nada, com texto com... palavras muito difíceis, que o produtor não vai entender, daí a gente refaz o texto, faz uma adequação da linguagem, tudo, daí passa pro revisor de português, daí vai pra formatação, daí... hoje a gente formata em “design” e depois disso, volta pra gente ver se não teve nenhum... então é um processo meio demorado, às vezes a pessoa pensa que é rápido, não é, demora um pouco pra sair publicação, depois disso é gravado num CD e hoje a gente faz o trabalho fora, porque a nossa gráfica ta com problema, não tem funcionário e problema também de equipamento, ta quebrado tal e daí a gente manda fazer isso fora, através de um processo de licitação, a firma que ganha, o preço menor, existe um pregão eletrônico, a firma que tiver o menor preço é que ganha pra imprimir essa publicação, isso com as revistas, com os livros, tudo;

9 – Com relação à formulação desses materiais, vocês acreditam ou não que seria importante a presença de algum profissional da educação no auxílio da formulação ou avaliação desses materiais, de como eles chegam aos produtores?

Da educação... nunca pensei nisso assim né... o que a gente ta sempre precisando muito aqui é de mais um jornalista... ou um revisor de português né, da educação eu não sei onde poderia entrar, assim, poderia atuar esse profissional, porque a jornalista, ela faz a adequação, depois volta pro técnico da CATI, mesmo quando ela faz a adequação, pra ver se não ta errado, tudo, se ela não mudou uma coisa técnica assim, importante né, porque às vezes acontece, ela entende de um jeito ou de outro, daí vai ainda pro revisor, o revisor

ainda consegue ver muita coisa que ta errada na publicação, agora eu não... acho que eu teria que pensar melhor, sobre isso assim, pra dizer... sei lá, nessa pós pesquisa que eu falo, pode ser que o profissional de educação...

(Neste momento Rita expressou como que um “questionamento”...)

Monica: É, porque o que a gente discute, é como pode se dar a atuação de um profissional da educação nestes espaços também...talvez nas questões de avaliação, de auxílio em como se da a apropriação desse material pelos produtores...

Rita: É, eu acho que sempre... qualquer tipo de profissional dentro de uma área, eu acho que tem que ser multidisciplinar mesmo, a equipe... eu... lógico, também vir trabalhar um advogado aqui, não interessa, porque a gente já tem a área que se precisar, agora eu acho que um educador, ele pode sim integrar muito bem a equipe.

Entrevista realizada com a diretora do Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional, Miriam Abrahão Gonçalves.

1 – Como você chegou até a CATI?

Bom, eu comecei nova, bem novinha, eu fiz um curso de Processamento de Dados e vim na CATI fazer estágio, após isso eu trabalhei na área de informática, depois eu fiz uma faculdade de administração e me formando em administração eu fui pra área administrativa. Trabalhei um bom tempo na área administrativa financeira e ano passado eu assumi a diretoria do centro de treinamento, fui indicada pra esse cargo, mas já passei por algumas áreas aqui;

2 – E antes de chegar na CATI, você já tinha alguma informação sobre a instituição, sobre o trabalho da CATI?

Como eu te disse... não, porque eu vim pra CATI com 17 anos, então eu vim fazer o estágio e aí aqui sim eu conheci mais do trabalho da CATI;

3 – Eu gostaria que você me dissesse um pouco qual é a sua função especificamente aqui na CATI?

Atualmente eu estou de diretoria do Centro de Treinamento;

4 – E enquanto diretora do CETATE, eu queria que você me dissesse o que a CATI e propriamente o CETATE compreendem por extensão?

O trabalho com o produtor rural, é muito importante e com todo o público ligado ao agronegócio;

5 – Eu queria que você me dissesse também, se você tem conhecimento, aproximadamente quantos trabalhadores, produtores, são atingidos diretamente pelo CETATE?

Olha, eu precisaria verificar, no último relatório que a gente fez, até te peço desculpa de não saber assim de cabeça, mas foi um número grande, um número significativo, que o centro de treinamento fez bastante capacitação no ano de 2010, tanto pro público interno, quanto pros produtores rurais;

6 – E como vocês enxergam a participação e as respostas destes trabalhadores, com o trabalho que é feito?

Muito significativa, a gente recebe elogios, recebe e-mail pelo “fale conosco”, resposta pelo “CATI online”, ou mesmo em encontros com produtores, agora a gente tá na nona “Semana de Fitoterapia”, que você participou um pouquinho de manhã, então os produtores vêm conversar com a gente e sempre agradecido, sempre com uma palavra de otimismo, uma palavra de agradecimento;

7 – E vocês conseguem avaliar progressos no trabalho dessas pessoas? Na vida e na produção de um modo geral?

Acredito que sim, porque o retorno das técnicas que a CATI desenvolve nessas capacitações, trazem bastante retorno pra vida desses produtores;

8 – Eu queria saber, especificamente no CETATE, se vocês tem algum tipo de acompanhamento, além das visitas dos técnicos, algum acompanhamento da aplicabilidade das técnicas no campo?

Aí já não é da alçada do CETATE essa visita ao campo né. O CETATE faz a parte metodológica de um curso, envolvida com uma área técnica e aí sim é que essa área técnica tem esse retorno;

9 – E quais as culturas que vocês percebem que são mais desenvolvidas?

Acho que ultimamente foram as que estão em destaque, seria seringueira, que ano passado nós fizemos alguns módulos, já na área animal, ovinocultura, ano passado teve bastante coisa, que eu me lembre agora... soja também, teve bastante coisa e café;

10 – E você percebe a diferença dos trabalho entre as regiões? Que regiões são mais efetivos ou menos?

Eu não tenho esse conhecimento...

11 – Eu queria que você me dissesse um pouco como está organizado especificamente o trabalho do CETATE e como acontece a formação com os técnicos e dali para os produtores?

O CETATE ele detecta... ele faz um levantamento das necessidades de capacitação e também ele mantém um intercâmbio com outras instituições públicas ou privadas, onde a gente levanta a necessidade, de uma determinado tema que está sendo abordado, alguma doença da época e em cima desse tema é feita uma comissão técnica, um trabalho, realizado um programa e aí a gente faz a escolha dos técnicos que serão capacitados, pra depois difundir...

Com base em que é feita essa escolha?

Na área que a pessoa trabalha, então as comissões técnicas, são quatorze comissões técnicas, de café, seringueira, bovino de leite, de corte, então em determinada área é feita a seleção;

12 – Outra coisa que eu queria saber é se a partir da atuação do técnico com os produtores, percebendo os resultados, se há algum tipo de reformulação desse trabalho aqui no CETATE?

Há... há quando há uma capacitação e aí a gente viu que tem o levantamento das necessidades, aí a própria comissão técnica faz uma reformulação e propõe uma nova capacitação no tema, de alguma técnica nova;

13 – Por último Miriam, eu gostaria de saber de você, se vocês acreditam que seria importante o contato com algum profissional especificamente da educação para auxiliar de alguma maneira nos trabalhos?

Com certeza, um profissional da educação ajudaria na parte metodológica das capacitações e a gente sente falta sim... aqui na CATI o público né, o quadro de funcionários, a maioria é de engenheiro agrônomo e na realidade a gente faz um trabalho bem maior nessa parte... sem ser essa parte técnica, que necessitaria de outros profissionais, de outras áreas;

APÊNDICE F – Transcrições de entrevistas realizadas nas Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu

Entrevista realizada no dia 03/05/2011 na Casa de Agricultura de Macatuba, com a Engenheira Agrônoma responsável, Rita de Cássia P. C. de Andrade.

1 – Rita, primeiro eu gostaria de saber como você chegou até a Casa de Agricultura?

Eu entrei através de um concurso público, do estado, em 1984 e sou concursada né, estou até hoje aqui, entrei primeiramente na Casa da Agricultura de Salto Grande, fiquei um ano e oito meses lá, depois vim transferida pra cá, XXX família, fui transferida pra cá, faz vinte e quatro anos que eu to aqui;

2 – E você sabia, antes de entrar na Casa de Agricultura, antes desse concurso, você sabia alguma coisa sobre a atuação, fosse das Casas de Agricultura, ou da CATI?

Ah sim, sempre acompanhei o meu pai na Casa de Agricultura, que eu sou de Xavantes né, então sempre... sempre ia, até tenho um colega que ta aposentando, na época que eu estudava, ainda ta na Casa de Agricultura de Ourinhos agora, então a gente... eu sempre tive contato com a casa e sempre quis, tive oportunidade de ficar na universidade e tudo, mas sempre quis entrar na Casa de Agricultura, tava já predestinada a ficar... foi muito interessante...

3 – Você pode descrever um pouco a sua função, a sua atuação aqui?

Bom, eu sou Engenheira Agrônoma né, eu trabalho na área de extensão rural e a casa ela passa por processos assim... vamos dizer, pelos governos, então a gente ta trabalhando... ultimamente ta sendo mais conselho, mas logo que eu entrei era assim, quatro anos, muda o governo muda todo o trabalho, mudava todo o trabalho, então a gente tava trabalhando numa área, vinha pra trabalhar com horta por exemplo, horta comunitária, horta não sei o que, daí mudava o governo, mudava a função do trabalho, a CATI ficava meio nessas pendências de governo, hoje não, hoje a CATI já ta trabalhando mais sólido, vamos terminar o programa de Microbacias, já vem há muitos anos já, agora vem o Microbacias II, ela se estruturou nessa parte, mas antes era problemático, era conforme mudava o governo, você tinha um trabalho, então um não dava continuidade no outro, hoje não, hoje a CATI já ta assim, bem... bem definida no que quer fazer, então... a gente

trabalha com extensão rural, com o pequeno produtor e cada região, você vai ver depois, tem sua realidade né, tem suas peculiaridades, então... a minha região é cana, não que a cana não tenha trabalho com a extensão rural, tem, são pequenos fornecedores, tem coleta de solo, conservação de solo, muitos deles plantam milho, aqui tem um pouco de café, pastagem, então fala “só cana”, mas tem o que fazer, planta um pouquinho de arroz... aqui já teve muito arroz, a gente também trabalha com a parte ambiental, mata ciliar, então tem... educação ambiental, então o trabalho é extenso né... a gente tem os programas normais que a gente tem que fazer da CATI e a demanda do município né, eu trabalho com, estamos iniciando agora um trabalho na área de saúde mental, com pessoas que tem depressão, é muito interessante, são nove... não é doente mental, então é na saúde mental mas eles tem os problemas de depressão... então eles vão de manhã, pra... pra esse centro né e a terra é uma terapia, então tem os canteiros..., às vezes um negócios de mudas, na XXX, às vezes a gente vai fazer uma visita numa horta... comercial...XXX, então isso daí são coisas a parte da CATI, que a gente tem que desenvolver no município, então por isso que eu falo, o técnico da Casa de Agricultura devia ser obrigado a morar no município, porque não tem como você desvincular um técnico... dar cinco horas da tarde eu ir embora, não da... e voltar no outro dia, sem você se integrar no XXX...então você tem que estar...um técnico... eu acho que o estado deveria obrigar um técnico... é diferente assim de um professor, tudo, porque você tem que se envolver com a comunidade, não tem como você... chegar sexta feira... às vezes eu abro a Casa de Agricultura pra pegar implemento de sábado, tem vezes que a gente dá implemento de domingo, XXX uma chuva XXX, no sábado ou no domingo... é...eu acho que é um envolvimento mesmo, você acaba tendo um envolvimento pessoal, pra você ter um bom desempenho no teu trabalho. Eu quando cheguei aqui era difícil, porque eu cheguei aqui novinha, minha filha XXX e mulher, agrônoma, cheio de homem aqui na Casa da Agricultura, tava tudo desarrumado, tudo cheio de armário, já cheguei cortando árvore e arrumando tudo, fazendo tudo do meu jeito né, falei “vou ter que por ordem na casa”... XXX tentar fazer algum acordo né... você tem que deixar do jeito que você é né... eu sou meio rebelde assim com as coisas, não obedeço muito, mas entrei no esquema assim né, você tem que se ambientar, mas eu acho assim, com pouco tempo, primeiro XXX a confiança do pessoal, normalmente aqui, 100% é italiano, são tudo conservadores né, vê uma mulher, novinha, meu marido era gerente do banco aqui, veio transferido, então eu tive primeiro... foi um trabalho difícil, conquistar... eu comecei pelas mulheres, então hoje, a CATI faz reunião, tudo, as mulheres vão, mas fui eu que comecei com isso, de convidar primeiro as mulheres, eu tinha que pegar a confiança

delas, porque é chato uma mulher chegar e XX... é um trabalho, não é um trabalho de homem, é um trabalho normal, mas há 25 anos atrás isso aí era complicado né, mas eu fazia reunião, XXX vinham na reunião, falava “ai, pode levar um folheto, pra mostrar em casa, que eu vim na reunião” era engraçado...e daí a partir disso eu comecei a convidar as mulheres pra reunião e hoje, pode perguntar pro Martins, pro pessoal lá da CATI, eu vou fazer reunião com o agricultor, aqui já veio secretário da agricultura... então eu levo no sítio, vem muito político, então elas fazem pão, elas fazem torta de abóbora, elas que fazem umas roscas e ficam preocupadas em... eu não me preocupo em nada com essas coisas, elas fazem tudo sabe... então é... a gente vê a confiança delas... daí comecei a entrar no sítio... hoje XXX... faço muita excursão com eles, em torno de três, quatro vezes por ano a gente faz excursão, que nem... depois de amanhã nós vamos na agrishow com um ônibus lotado, vão cinquenta pessoas e... a gente vai pra agrifam, a gente vai pra Barretos na... pra Bebedouro na... aquela de cana... então três, quatro vezes por ano... em Torrinha... a gente ta viajando e é isso... é um trabalho assim, tem a parte das propriedades rurais, a parte da CATI e tem a demanda normal, que a gente tem no dia-a-dia...

4 – Então vocês atuam nos programas que vem e nos programas próprios de vocês?

É, a gente mexe com arborização urbana, eu faço muito curso de capacitação pras mulheres, de... agregação de valores, são vários cursos de banana, de embutidos, de pão, de legumes, de aproveitamento de verduras, de legumes... então elas adoram, então uma vez por ano eu faço esse curso pra elas;

5 – E tem uma demanda da atuação de vocês, do município, que vem dos produtores?

Sempre tem problema de estrada... XXX tem os problemas de... as vezes a gente tem que resolver problema de vizinho com vizinho... tem que tentar resolver, então problemas que não tem nada a ver com a CATI e cada município tem o seu né, então tem que ir resolvendo conforme vai aparecendo;

6 – Eu queria que você me falasse um pouco a respeito do histórico dessa casa;

Rita: Bom...aqui já vai fazer cinquenta anos que tem Casa de Agricultura e que... acho que passaram assim... acho que eu sou a que estou há mais tempo aqui, que já faz vinte e quatro ano, mas já passou um que ficou dezoito, outro que ficou mais uns seis anos e assim... eu sou a que estou há mais tempo aqui, XXX esse lugar aqui né... a construção, é

uma construção sólida, você vê, é uma Casa de Agricultura, ela é bem construída, lógico que está precisando de umas reformas, mas em vista do que tem por aí, essa aqui ta inteira né, é bem procurada, a gente graças a deus, eu tenho uma demanda boa dos projetos né... ela faz falta no município, mesmo que seja eu aqui ou outra pessoa, ela sempre foi bem procurada...

Monica: Ela sempre teve uma atuação forte?

Rita: Sempre... sempre...é difícil não ter, você viu, hoje já veio agricultor aqui... nunca fica assim “ah, hoje não apareceu ninguém, o que será que eu vou fazer?” não... graças a deus ela tem uma demanda boa, uma confiança né... que o pessoal tem confiança na gente... agora não que as coisas já mudaram um pouco né, mas antigamente a gente sempre comprava adubo pros produtores, a gente negociava pra eles, então é a confiança que tem na gente né... hoje muita gente já arrendou terra, mas tem bastante pequenos que tem a propriedade... todo dia vem gente aqui e tem a patrulha né, a “patrulha mecanizada” dá uma demanda muito grande, uma hora é o trator, quem dirige o trator é o Guilherme, então é interessante porque daí é assim, o trator ele sai com o tanque cheio e tem que voltar com o tanque cheio, então você trabalha lá com o arado, três horas numa propriedade, ele foi com o tanque cheio aí o produtor terminou, ele vai junto lá no posto e abastece, é o gasto que ele tem, então isso facilita muito né, que qualquer um deles pode... XXX se o produtor ele tem o trator e só quer o rasgador, por exemplo, não paga nada, XXX colhedeira de milho, não paga nada;

7 – E eles tem que ter algum cadastro?

A gente faz certinho... quantas horas ele usou, quantos dias;

8 – Bom Rita, eu queria que você me falasse um pouco então, quantos funcionários atuam aqui nesta casa e um pouco sobre a atuação deles.

Rita: A situação da CATI em relação a funcionário é precária, tanto lá na CATI como na Casa de Agricultura, do estado só sou eu, a funcionária que cuida da manutenção do prédio é da prefeitura e o técnico agrícola também é da prefeitura então é muito difícil, então a gente é... eu tenho um funcionário que é do Estado, mas ta de licença saúde já faz dois anos, ta pra aposentar, então é complicado, é muito complicado, eu acho que é o que mais... o que pega na CATI é recursos humanos, nós não temos... dificulta muito o trabalho... e numa dessa o pessoal acaba... você tem que ser... eu já fiquei sozinha aqui, você tem que ser servente, tem que ser atendente, tem que ser técnico, tem que ser

escriturário, eu não vejo nenhuma... eu me desdubro em mil pra não deixar a coisa ir pra um lado que... né, porque já que vai ficar aqui, XXX não posso fazer nada XXX, mas se não tiver apoio da prefeitura, nos convênios, tudo, aah, podia fechar metade... tem muita Casa de Agricultura fechada em razão disso... eu sempre falo isso... quem ta na Casa de Agricultura é que sente o problema, quem ta lá em Campinas tem aquela agitação, aquela coisa... nossa, que maravilha, que coisa mais linda, mas eu fico lá e aqui então você vê como destoa as coisas, é complicado, lá as pessoas não tem noção do que é uma Casa de Agricultura e o Fontes sempre... ele trabalhou muitos anos em Pederneiras né, então a grande preocupação dele é realmente... acertar isso aí, porque se não acerta aqui não adianta ter aquela estrutura que tem lá em Campinas, não adianta, aquilo lá é... é... sei lá, não adianta... é daqui pra lá, não é de lá pra cá e as pessoas acham que é de lá pra cá e não é, é daqui pra lá, se você não funciona aqui, nas Casas de Agricultura, que a gente fala “linha de frente” não existe aquilo lá, você não concorda comigo? E as pessoas não, acham que aqui vive em função de lá, eu acho que não, eles que tem que ser em função, eu acho que tem que ter... agora que ta tendo essas trocas, essas coisas, mas é complicado...

Monica: É...porque é nas casas que acontece né...

Rita: É, aqui é que acontece...

Monica: Se não tiver aqui...

Rita: Não adianta, não adianta ter aquela estrutura maravilhosa, tudo no papel e na prática a coisa não funcionar...

Monica: E desde lá eles reclamam da mesma coisa...

Rita: É, mas lá tem muita gente, lá menina, se tiver um negocinho... eu mostro pra você, se tiver um lixo feio e não tiver alguém, aquilo lá fica transbordando... é diferente de uma Casa de Agricultura que... eu já lavei muito banheiro aqui, não tem problema, sabe, eu prefiro lavar um banheiro do que ficar num banheiro sujo, ou quando era eu e o outro funcionário que ta de licença... ele ia varrendo eu ia passando pano, passava cera, então eu acho muito mais agradável um agricultor chegar e eu ter um café pronto, um chá, uma casa de agricultura limpa...do que... você vai ver por aí, que é o que eu vejo... o que não menospreza em nada eu fazer um trabalho de limpeza e ficar tudo em ordem do que eu ficar numa sujeira e eu achar que eu sou a agrônoma e que... não é verdade? Mas nem todo mundo pensa assim... e é onde que depõe contra o estado, contra o funcionalismo público...

Monica: É... e muitas casas não estão funcionando né...

Rita: Não, então... vai de cada um eu acho, aqui todo mundo ganha igual, todo mundo é empregado do mesmo patrão e isso é coisa da cultura, então eu falo sempre, tem que gostar do que faz, então é... mas a agricultura aqui, todos esses anos que eu to aqui, sempre ganhou apoio, tudo... por quê? Porque tem retorno, porque se é uma coisa que não tem retorno, não vai dar... não é verdade?... eu já fui vereadora, eu já fui presidente da câmara e vou entrar na próxima se tudo der certo... mas um tempo e eu me aposento, então eu quero XXX.... mas pra você ter o apoio de uma prefeitura como eu tenho aqui, com caminhão, com funcionário, com máquina pesada, com todos os implementos que a gente tem, porque isso aqui são... é convênio... não foi a CATI que deu não, a Secretaria de Agricultura... foi o Governo Federal, isso aqui a gente batalhou com deputado, faz emenda tudo, a prefeitura dá uma contrapartida, o prefeito deixa eu comprar o que eu quero, pedimos o trator, então “que trator vocês querem?” e eu não decido sozinha, porque eu tenho um conselho, tenho uma associação, eu acho que a gente tem que decidir todo mundo junto, então eu chamo o pessoal... então é sempre briga... “ah, porque um quer uma coisa, o outro quer outra” daí chega num consenso, compramos o trator, em abril ele fez um ano, esse trator custa cento e quarenta mil reais, a prefeitura deu uma contrapartida, porque o governo não dá de graça assim... tem que dar uma contrapartida, XXX... é do município, o município é agrícola, sabe que tem receita, vai da participação do município, ou porque não tem retorno, o que recebe do estado, mas... é em relação a agricultura, então ele sabe que tem um retorno né, então é interessante pra eles, os implementos a gente ganhou do governo federal, a única coisa que eu ganhei do governo estadual, da secretaria de agricultura foi um silo... esse produtor que saiu daqui agora ele planta milho, feijão, então a gente não tinha silo, tinha que levar pra Bariri... tem o silo aí, não ta funcionando ainda porque ainda falta uma parte, a gente ta comprando, porque é tudo muito caro, nada é menos que cem mil reais, então a gente ganhou... pra duzentos e oitenta toneladas, agora falta uma barra transportadora, que leva assim... do caminhão vem pro silo, sai do silo pro caminhão, não tem como você carregar o silo, tem uma parte mecânica ai, então é um tipo de uma esteira que leva os grãos né... e o prefeito ta construindo do lado desse silo, depois se você quiser a gente passa lá no distrito industrial, deu um terreno e ta construindo um galpão pra gente guardar os implementos aqui porque ó, você vê, ta estragando o cimentado aqui porque é dentado um trator desse, então vai por tudo no coberto lá, então já ta... já ergueu parede e tudo, mas deu o terreno, ta construindo, é... assim, o SENAI oferece curso pra pedreiro, então fica um instrutor de obras, não ta pagando mão de obra, é dinheiro da prefeitura a construção, já escolhi nome, vai ser “casa do produtor rural”, a

gente fica só imaginando essas coisas né, mas já ta construindo legal, eu acho assim, uma coisa importante... por que? Por que o prefeito gosta de mim? Não, porque ele sabe que é uma coisa que tem retorno... em votos, pro município, né... se acerta a educação, a saúde, por que não acertar a agricultura também... se o município é essencialmente agrícola, então essas respostas assim eu acho que a gente tem com o trabalho da gente, se eu não vou atrás, se eu não... não tem problema se eu não sei... e a gente trabalha em parceria, eu ajudo muito a prefeitura, tanto quanto eles ajudam a gente aqui, então é uma troca...

Monica: É interessante saber, porque a gente tem uma noção que é exatamente o que você falou... indo pra CATI a gente tem uma noção de uma ligação direta CATI – Casa de Agricultura, a gente não tem essa noção de que é muito mais...

Rita: Não que a gente não tenha... você sabe que o recurso do estado é muito limitado, pode ver lá na CATI, quando chega aqui é super pulverizado, então chega o mínimo aqui... a gente não pode falar que tem problema de... informática, porque eu tenho o computador que eu quero, eu tenho internet... é o mínimo que a gente tem que ter hoje em dia também né, mas que nem, material de limpeza, eu não pego na minha regional, eu tenho lá... a prefeitura chega dia primeiro, dia dois, ela já vem aqui com caixa de material de limpeza, café, eu tenho de tudo, então eu nunca me preocupei né... mas nem todo mundo tem essa facilidade... não que eu peço, mas já vem, é costume...

Monica: Mas infelizmente não é uma realidade de todos...

Rita: Não, não, não é... tem gente que não tem... eles chegam que não tinham... o estado não tinha recurso... município de recurso pequeno, não tinha material de limpeza, não tinha nada nas casas de agricultura, eu não, eu nunca reclamei de nada, papel... chega começo do ano a prefeitura me manda de caixas de sulfite... é tudo de caixa, caixa de caneta, caixa disso... então é diferente, eu falo que aqui é um município diferenciado... não posso reclamar disso não;

9 – Bom, então você me disse que o público atingido são essencialmente pequenos produtores e eu queria saber se você tem uma idéia de mais ou menos quantos são?

Olha, nós temos aqui 530 propriedades, pode por aí que 90% é pequeno... pequeno e médio produtor, propriedade grande assim mesmo, são áreas da usina, mas é pequeno e médio produtor aqui que a gente atende né... o pequeno e o médio, mas muitos tem terra arrendada, mas é... mas tem, que nem esse que saiu daqui, o Ruy, ele tem área de

cana, mas ele mexe com gado, tava vendo o negócio da aftosa né... e faz queijo, então sempre tem... tem pastagem, tem uma área lá do reflorestamento, um outro que saiu ai tem feijão, tem milho, mas tem cana, a cana é a principal cultura do município, mas eles diversificam um pouco aí com milho, feijão... se a gente vai em Avaré eles tem umas sementes novas de feijão, negócio de defensivo, uma coisa mais moderna, que tem que concentrar...tem tudo em grãos né, tem o silo XXX que a gente faz que ta tudo fora do programa né, não tem nada a ver com o programa de microbacias, nada, mas é uma assistência, é uma realidade diferenciada, que tem que trabalhar paralelo aos programas da CATI. Eu tenho a associação dos produtores, a gente tem... a XXX do estado também tem uma XXX de plantio direto, que é da associação, fica numa propriedade rural... e ... a gente tem que trabalhar assim, com os programas e com a demanda do município;

10 – Eu queria saber então um pouco, quais são os tipos de trabalhos? O que acontece?

Reunião com agricultor, normalmente pra decidir alguma coisa assim... é... em caso de compra de implemento, como vai ser usado, se não vai ser cobrado, depois tem a área de XXX que a gente faz, ajuda na campanha de vacinação de aftosa, recolhendo XXX e a parte de assistência técnica, de XXX ou análise de solo, interpretação de análise, curva de nível, plantio... a gente faz muita declaração... esses dias, já começou a XXX dos planos, então sempre tem fogo criminoso, ou às vezes por causa de vento pula fogo no canal que não tava, então a gente tem que fazer um requerimento aqui, que vem junto com um boletim de ocorrência que faz na polícia, através do XXX a gente tem que fazer um requerimento de queima, que XXX, ou carta da parte ambiental, XXX pra vir buscar essa cana, pra poder entrar na usina, envolve muita responsabilidade, declaração de conformidade que a gente faz pra financiamento de banco... isso aí já são coisas da CATI mesmo, mas a gente tem que fazer, é uma responsabilidade muito grande;

11- E vocês tem eventos de formação para esses produtores? Cursos, palestras, etc.

Ah, isso a gente, por exemplo... o que eu faço aqui, por exemplo, vamos fazer excursão depois de amanhã, então eles já sabem, a gente vai na agrishow, vai há doze anos nessa agrishow, então que que eu ganho... o ônibus da prefeitura não paga, eu ganho ingresso do sindicato, então a gente vai sair cinco e meia da manhã quinta feira daqui,

então é tudo divulgado... e a divulgação é assim, vai nas propriedades, leva o convite, porque o município é pequeno né, então dá...

12 – E como vocês vêem a participação e o retorno desses trabalhadores?

Bom, é que nem eu falei pra você... o interesse do produtor, em estar ligado à casa de agricultura vai do trabalho da gente né, então se você se interessa por eles, eles vão dar o retorno... dar aquela resposta que você tá fazendo um trabalho bom, então eu acho que... o retorno pra mim aqui é ótimo, eu acho que tanto eles gostam daqui, como eu me importo pra estar sempre servindo, sempre ajudando, me informando... eu tenho uma coisa assim, o que eu não sei, porque não é tudo que a gente sabe... ninguém fica sem resposta de nada, então a gente sempre procura... se eu não acho aqui eu vou fora com eles, fazer... então as vezes a gente empresta uma van, uma kombi, já viajamos muito de kombi, pra ver negócio de horta, em regiões que tem... então é, a gente tá sempre procurando... eu falo assim, não adianta a gente XXX fazer uma lista “olha, você planta feijão, você planta isso, isso...

(Nesse momento interrompemos brevemente a conversa, por conta do técnico assistente que veio até sua sala tirar algumas dúvidas)

Rita: ...é o que eu tava falando pra você, não adianta a gente fazer uma relação de “olha, você usa isso...”... eu acho que a pessoa tem que ver, ir lá conversar... veio um queria produzir milho pipoca, nós fomos atrás, a casa de agricultura, ele plantou ... a gente conversa, não adianta eu achar XXX imprimir e dar pra pessoa ler... mal sabem ler... são pessoas bem... é público simples né, então a gente acha que... você leva e ele nunca mais esquece, vai lá, conversa com produtor, no caso de hora a gente já viajou muito, de kombi, longe...lá pra aqueles lados de Jaguariúna, lá, dos lados de hora lá, de kombi, três horinhas de viagem, então a prefeitura leva e nunca mais esquece. Eu fiz trinta e duas fossas no município, quer dizer, é uma coisa complicada né, porque... correr a céu aberto né... daí eu levei o pessoal pra ver a fossa pronta, XXX... não adianta você pegar o modelinho... “corte não sei que jeito e ...” não adianta, então aqui é assim... tem alguma coisa, vai ver ao vivo;

13 – Eu percebo que vocês tem uma relação próxima com esses produtores, então a partir desta relação, vocês conseguem enxergar os progressos nas vidas dessas pessoas, com os trabalhos desenvolvidos?

Rita: Ah muitos, até a gente vai nos produtores aí, você conversa com eles e vê... é bom você perguntar... ver o que eles acham... mas é interessante...eu acho que tem o retorno dos dois lados, não é só a gente aqui...eu... se vier outro aqui, dá sequência normal,

quando eu vim eu tive que batalhar pra conseguir, hoje o caminho está aberto, eu até falo XXX que eu gostaria que esse moço entrasse no meu lugar (Guilherme, o técnico contratado por convenio com a prefeitura) ele já trabalha com trator, faz agronomia né... então da pra dar continuidade no trabalho, porque o pessoal ta acostumado, não tem que acostumar, vindo outro entende... tem gente que não vai na casa de agricultura, não tem aquela rotina né, aqui a gente não para...

Monica: Então como vocês tem essa relação, vocês conseguem ver o que eles aprendem sendo aplicado?

Rita: É... é... e é muito interessante... mas dá um trabalho...a médio e longo prazo, nunca a curto prazo assim... a gente vai... às vezes oito meses aí... XXX , com máquina de XXX... lugar que não dava nada... nem uma pedra... só atoleiro, a gente modificou o curso do rio, drenou, hoje ele tem pastagem, então é trabalho que vai e fica... eu trabalhei muito com mata ciliar, então já apareceu até no “S.O.S. Mata Atlântica” que... aqui a área de mata ciliar é bem expressiva... quando eu comecei a falar em mata ciliar, XXX já se falava no ministério público há muitos anos, fazia acompanhamento de conduta com o ministério público, com o produtor, era dado um prazo pros produtores tirarem a cana da beira da água e plantava tantos metros, é trinta metros né, XXX, quando chegou o auge da mata ciliar, o pessoal aqui tava todo praticamente com a mata ciliar pronta, então tem muita... na época era “ah não precisa”, hoje ninguém dá mais muda pra ninguém... então o pessoal, eles plantavam “ah, porque a vaca comeu as plantas, as mudas, não sei o que, não sei o que...” ia lá, tirava mais quinhentas mudas, “ah, comeu de novo...” dava mais mudas, então eles tiveram uma chance imensa, hoje ninguém dá mais muda pra ninguém, só viveiro, vê quantos viveiros de muda tem, tudo vende, dá um retorno, mas aqui eles aproveitaram, era tudo de graça...

14 – Fora a cana, quais são as culturas mais trabalhadas?

Milho, a gente ta fazendo um trabalho com milho né... um pouco de pastagem, que também não é muito, café aqui tem, mas o pessoal já ta tirando, um pouco de horta e... eu acho que é mais isso mesmo, é milho, um pouco de feijão, horta, mas a cana é... não adianta viu;

15 – Eu queria que você me dissesse um pouco sobre a relação do técnico com os produtores, por exemplo, quando há alguma formação, algum curso, se isso de repente não funciona da maneira como vocês pretendiam, há algum tipo de reformulação e retorno?

Rita: Não, nunca aconteceu... então por exemplo, faz um curso de trator aí, mecanização, na parte de limpeza de filtro, essas coisas... já sabem que tem, eles perguntam, fazem muita pergunta, então... não tem dúvida não, sai certinho, se a gente... é muito engraçado, ah e outra coisa eu fotografo tudo, tudo... sempre ponho no jornal, na televisão...

Monica: Como você tem esse diálogo tão próximo com eles, é mais fácil perceber como as coisas acontecem...

Rita: XXX eu vejo muita vontade;

16 – Eu queria saber também se existe algum tipo de material didático que venha da CATI ou não, que é distribuído pra esses produtores?

Ah, o material da CATI , então tudo que tem de novidade sempre fica por aí, por cima da mesa, então o que vem eu distribuo,

Entrevista realizada no dia 10/05/2011 na Casa de Agricultura de Arealva, com a Engenheira Agrônoma responsável, Milaine Trabucco Labelo.

1 – Bom, primeiro então eu gostaria de saber um pouco sobre a sua trajetória e como você chegou à Casa de Agricultura?

Bom, eu sou formada em Agronomia na UNESP de Jaboticabal, cinco anos de graduação, daí depois eu trabalhei com meu pai, na área agrícola mesmo, dois anos, voltei fazer mestrado na UNESP, em ciência de solo, depois voltei pra Arealva novamente, aí fiz o concurso da prefeitura, aí to trabalhando há um ano e... em março fez um ano que eu estou trabalhando;

2 – E antes de ingressar aqui, você sabia alguma coisa sobre o histórico de atuação da CATI, ou das casas?

Sabia assim, porque eu sempre morei aqui no município, desde os cinco anos de idade meu pai é produtor rural, então tem um sítio próximo daqui, então a gente sempre acompanhou, procurou casa de agricultura, sempre tinha já a idéia da parte de extensão de um agrônomo;

3 – Eu queria que você me dissesse um pouco a respeito da sua função e do trabalho que você exerce aqui?

Aqui nós ficamos disponibilizados pros produtores, então geralmente a gente não pode sair muito, porque, no meu caso né, porque o pessoal já vem procurar bastante aqui, então a gente aqui oferece as informações necessárias pros projetos de Pronaf, DAP, pego os dados pra DAP, já que eu não posso fazer porque eu não sou do quadro, aí eu pego os dados da pessoa, envio pra Bauru, eles fazem e depois mandam de volta. Eu faço projetos, muitas vezes os produtores vem aqui perguntar de informações agronômicas, alguma dúvida técnica, sobre pragas, doenças, manejo de culturas e aí a gente auxilia eles com informações e quando tem alguma coisa que é muito específica aí a gente entra em contato com alguém mais da área, mais especializado da área e já pede pra fazer uma visita ou a gente mesmo faz uma visita, sempre busca informações pra ajudar eles;

4 – E você sabe um pouco sobre o histórico dessa casa?

Milaine: Você diz quando foi fundada, quem trabalhou aqui, etc.?

Monica: Sim, se ela sempre teve uma atuação presente...coisas do tipo;

Milaine: É, ela sempre teve, porque os produtores sempre procuram, mais assim, na parte de projeto agrícola, Pronaf, aqui tem muita demanda de Pronaf, aqui tem muita... é um município com mais de novecentas propriedades, ele é um município grande e tem muito pequeno produtor, muita agricultura familiar, então eles sempre procuram, até eu tenho o microbacias também, sempre teve demanda, já foi XXX, os agrônomos aqui foram sempre atuantes, então são bem... é... agora a gente tem apoio de um... com o sindicato, tem curso do SENAR, aí a gente... o SENAR senta, vem aqui com um representante, faz uma lista “ah, o que que é bom pra eles, o que eles querem” a gente faz uma... coloca... colocou no mural uma lista de cursos pra votação, que curso mais eles queriam, então a gente entra em contato com os produtores, conversa e tal... pra toda essa parte de treinamento...

Monica: E sempre foi assim?

Milaine: A casa de agricultura, que eu sempre acompanhei, pelo menos na parte que eu estive aqui no município, sempre foi atuante;

5 – E atualmente quantos funcionários estão nesta casa?

Aqui tem a defesa... a defesa fica aqui também (Defesa Agropecuária), acho que as outras casas de agricultura também funcionam assim, então da parte da CATI são dois escriturários, um escriturário da CATI e um da prefeitura, por convênio, dois técnicos de

apoio, um da prefeitura com convênio e um da CATI, eu, engenheira agrônoma e um auxiliar de serviços gerais;

6 – E você me disse que o principal público atingido são os agricultores familiares, então eu queria saber se você tem idéia de mais ou menos quantos?

Milaine: Por mês assim... ou em geral?

Monica: Em geral...

Milaine: Olha, no geral... na verdade eu nunca parei pra ver esse dado assim... mas por mês, em torno de uns quinze no mínimo vem aqui, ou mais, depende da época do ano, tem época que... por exemplo, vai fazer algum projeto de custeio, vem uns vinte e cinco, de maneira geral... aí tem época que dá uma parada, que é entre safra e tal, aí dá... aí vem menos, aí eu também... como eu sou conveniada com a prefeitura, como tem convênio, eu também tenho que atender a prefeitura, então... autorização pra corte de árvore, alguma informação da área urbana, controle de alguma praga urbana, sempre o pessoal vem aqui procurar informação;

7 – E quais são os tipos de trabalhos realizados com esses produtores?

Milaine: Trabalhos assim, da CATI você diz... práticos? Olha, a CATI a gente trabalha mais na parte de projetos né... agora tem a parte de declaração de dispensa ambiental que a gente também faz, a gente também trabalha... alguma vez na parte de assistência, assim, acompanhamento de produtor, tem os planos de gestão né, que esse ano a gente vai trabalhar com “utilização e devolução de embalagens de agrotóxicos”, então a gente tem que estar... cada ano a gente tem um XXX de gestão... então esse ano a gente vai estar trabalhando com a utilização de agrotóxicos... aplicação, devolução, isso deve ser feito... junto com a defesa agropecuária;

8 – E como vocês vêem a participação desses produtores em qualquer tipo de formação que vocês ofereçam?

Oh, sempre são os mesmos que participam, porque assim, o produtor ele tem muito aquela de... principalmente produtor familiar, ele tem às vezes nenhum funcionário, ou um funcionário no máximo, então a atividade dele depende dele, ele tem que ficar lá porque “o olho do dono é que engorda a boiada”, então alguns somente que “ah, vou fazer curso” até porque a gente sempre faz reunião aqui na parte da... no período noturno, assim... também não pode ser uma coisa longa porque dá umas nove e meia, dez horas eles

já estão com sono, então assim, na medida do possível eu acho que sempre há uma boa participação, só que geralmente eles não tem como deixar a propriedade... é meio difícil, então quando você vai fazer alguma reunião... ou mesmo algum evento que conte com XXX, então você tem que ficar ligando, explicando, lembrando, falando da importância... é, é muito, é fundamental falar sempre da importância, não só ligar... até eu comento com a escrituraria aqui, fala assim “ah, eu não gosto de ligar”, “não, deixa que eu ligo então”, eu tenho que ligar e falar “oh, é por causa disso, disso disso...” se explicar assim “oh, vai ter uma reunião a tal hora pra falar disso” ele não vem, não adianta que ele não vai vir, então você tem que falar, que os problemas tem solução, tem que discutir e não sei o que, tem que explicar, aí eles vem;

9 – E qual é o retorno que eles trazem pra vocês depois?

Olha, é muito bom... até conversar com o produtor... é ótimo, porque eles trazem a parte bem prática, porque a gente acompanha e tudo, mas eles tem uma experiência, a experiência do dia-a-dia, então eles tem muito... eles são formadores de opiniões, tem a opinião deles, então o retorno prático que eles vem, vem e troca idéia e tal, é fundamental;

10 – E vocês conseguem perceber progressos nas atividades deles? Nas propriedades?

Nós conseguimos... eles sempre... a maioria vai fazendo teste, vai fazendo a parte prática e... geralmente a teoria é fácil, você vai lá no material, “é assim, assim, assim...” e faz, mas aí sempre surgem alguns problemas de dia-a-dia e tal, que eles vão adaptando do jeito deles lá e sempre dá certo, porque nada é como... a teoria mostra tudo bonitinho, a hora que chega na prática aí... mas eles sempre procuram informações... principalmente os agricultores... os filhos de produtores, os mais velhos... eles acompanham, por exemplo, antigamente era assim “ah, o adubo do milho é XXX” não ia lá fazer uma amostragem de solo, não havia o... não seguia recomendação, às vezes deixava de colocar calcário, então toda a... teve uma parte de conscientização, assim, a gente não fala hoje e acontece amanhã, é uma parte que demora um tempo, sempre tem que um começar a fazer primeiro, pra depois ser o modelo pros outros continuarem... então ele... aí depois conscientizamos tudo, mostrando... aí eles começam a colocar em prática e vai;

11- E vocês tem algum meio de conferir a aplicabilidade disso nas produções e conforme a necessidade reformular com eles algum conteúdo?

Olha, geralmente... pra isso a gente precisaria ter um... tipo assim, a gente ta acompanhando o produtor diariamente, semanalmente e geralmente, aqui no caso a gente não dá conta de fazer isso, então a gente sempre... como é uma cidade pequena, a gente sempre... às vezes encontra com eles na rua “ah, como é que foi lá fulano, deu certo, não deu certo?” mas de ir lá ver, ir lá mudar tudo, aí a gente comenta “ah, fiz assim, deu mais ou menos” “ah, então da próxima vez vamos fazer assado e tal”... mas tem uns assim, que geralmente aparece aqui, você não vê mais, ai você perde contato, não sabe se deu certo, se não deu certo... então depende muito do produtor, deles ficarem... serem mais... “dados”;

12 – E quais são as culturas mais trabalhadas nessa região?

Olha, aqui tem cultura em ambiente protegido, começou lá em Reginópolis, começou com produtor lá, depois veio pra Iacanga, depois pra Arealva, então aqui também tem bastante estufas, XXX sempre tem, de acordo com o último levantamento que fez, deve ter alguma variaçãozinha, mas em torno disso... principalmente pimentão, eles estão plantando, alguns já estão mudando pra tomate e pepino pra fazer a rotação de culturas, porque também a gente sempre explica, rotação de cultura é fundamental, pra quebrar o ciclo de pragas e quebrar o ciclo de doenças. Cultura de grãos também é bem forte... principalmente milho, milho na safra e sorgo ou girassol na safrinha, fica dividido entre sorgo e girassol na safrinha e... soja são poucos produtores, também tem bastante gado, ave, avicultura de corte também tem bastante... gado de leite, pequenos produtores também, também tem bastante;

13 – E existe algum tipo de material didático distribuído diretamente pra esses produtores?

Milaine: A gente sempre tem aí a revista “Casa da Agricultura” que a gente... mas assim, vem pra alguns e a gente entrega pra eles, a gente sempre ta procurando, por exemplo, o pessoal da defesa, XXX, cancro cítrico, a gente tem uma estantezinha ali, sempre que os produtores vem aqui eles vão, dão uma olhada, alguma coisa assim de FEAP, sempre tem algum folder, eles vão...

Monica: Aquele material técnico que eles tem disponíveis lá na CATI, ele chega aqui? Os livrinhos, etc.

Milaine: De cultivares...?

Monica: É...

Milaine: É... aqui tem, eles chegam, mas assim, então nós temos alguns exemplares, que a gente deixa eles consultarem, aí as vezes até... o que é patrimônio não, deixa aí, mas o que não é patrimônio as vezes quando é pra consultar eu deixo... eles levam, devolvem, consultam;

14 – A casa de agricultura daqui tem alguma relação com os sindicatos, da região ou da cidade?

Milaine: É, a gente sempre ta... como assim, eu tenho sempre que estar... são todas mulheres que participam então são todas conhecidas né, então a gente sempre ta trocando idéia... por exemplo, quando é agrishow, a casa de agricultura e o sindicato juntam, falam “oh, vamos convidar os produtores...” então alguém acompanha. Esse ano não, mas no ano passado o sindicato deu uma van pra levar os produtores...

Monica: É um sindicato de produtores?

Milaine: É, é sindicato rural...

Monica: E com outros tipos de sindicatos, não há uma relação?

Milaine: Não, porque na verdade é o único sindicato que tem aqui, o sindicato rural...

15 – E qual é o tamanho, em média, das propriedades?

Milaine: Olha, elas variam... o tamanho... varia muito... mas a maioria é pequena propriedade, pra te dar um dado exato assim eu teria que ver no LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo), mas mais ou menos uns... as propriedades são pequenas, vinte e cinco, vinte hectares... mas tem propriedades grandes... propriedades de noventa hectares, varia bem...(logo em seguida ela conferiu que a grande maioria das propriedades possuem no máximo cinqüenta hectares)...

Monica: E vocês atendem principalmente...

Milaine: Principalmente as menores... até porque são os pequenos produtores que mais precisam né... porque os grandes, eles se viram com assistência técnica, eles se viram bem com... o grande geralmente não faz financiamento, o médio são recursos obrigatórios pelo banco, o banco agora ele faz... XXX, aqui só tem o banco do Brasil, então só agrônomos credenciados, que tem uma empresa aberta, uma firma aberta e no caso nós da CATI aqui só fazemos Pronaf, então...é... são pequenos produtores, que vem mais procurar a gente;

16 – E vocês tem instrumentação aqui na casa de agricultura, que vocês emprestam, algo assim, pros produtores?

Olha a gente aqui tem trado, pra tirar amostra de solo... geralmente os técnicos aqui é que vão tirar... aí emprestar assim a gente não... só se for um produtor que a gente conhece mais, daí a gente empresta, mas como é... o trado... aí eu já oriento quando a pessoa fala “não, eu quero tirar, eu tiro” porque ela também pode tirar com enxadão, pode tirar com outros utensílios né... então eu já oriento eles também que pode tirar com enxadão, que não vai fazer diferença, mas o técnico daqui, quando é trado ele pode tirar... ele também marca curva de nível, todo o aparelho de XXX só eles que usam;

17 – Agora está saindo, eu tenho lido um pouco, o segundo projeto do Microbacias, que em breve vai chegar... isso já tem sido discutido aqui? Como está sendo encarado?

É, ele já foi apresentado pro conselho... municipal né, de desenvolvimento rural... que teve uma eleição agora recentemente, foi apresentado, teve uma apresentação pros associados também... esse microbacias dois, ele vai visar a associação, trabalha com grupos né... de associados... a associação aqui atualmente, ela está... numa fase assim de transição... agora vai ter uma reeleição de diretoria, agora nesse mês de maio, e quando teve o microbacias um ela estava bem estruturada, tava bem naquele momento, aí acompanhávamos, fazia em conjunto... mas aí, por exemplo, é uma associação dividida em grupos, aí tem grupo de leite, grupo de grãos e grupo de pimentões, olericultura, então aí como ela é separada em grupos e tal ela ainda está... ainda tem que se acertar... digamos assim... mas falta um... ainda falta dar um... porque assim, o nosso problema aqui, vou ser sincera... é que... como é que funciona... os produtores, entra o produtor, só os produtores rurais, como eu tinha explicado anteriormente, os produtores rurais não tem tempo pra ficar indo atrás de cursos, reunião, palestra, tal e tal e tal, então eles vão em alguns... até... o presidente da associação tem dificuldade em tomar... assim, em participar mais, porque assim, sempre tem um que tem que resolver, que tem que ir atrás... e o outros vão concordando e vão seguindo... e no caso, até foi comentado na última reunião que teve do microbacias, como é que a associação ia se reestruturar, então é... a associação vai ter que se reestruturar, tinha até comentado de... de ter um administrador, um administrador pra cuidar de uma parte, pro presidente, tesoureiro só tomarem as decisões... assim, a casa de agricultura, ela dá apoio, ela faz a reunião, ela traz... é igual eu comentei aqui com um colega nosso na área de produção, ele falou assim “ah, a associação no começo tem que

carregar no colo”... eu falei “oh, é igual criança pequena, criança tem que ajudar a dar os primeiros passos, depois você tem que deixar se virar, se você for sempre levar ela no colo, ela não vai aprender a se virar...” então assim, a gente dá apoio, até assim, a gente tem o contato de produtores, às vezes vai fazer uma reunião a gente convida, a gente vai lá, organiza, chama todo mundo, mas não... ela ainda tem que se reestruturar... e a gente junto com o sindicato rural, que o sindicato aqui é bem atuante...tão programando assim, uma reunião, tipo um jantar assim com os produtores, pra eles juntarem, trocar idéia, se o microbacias dois vai funcionar, pra formarem grupos pra ver o interesse, a viabilidade de cada um, de cada negócio né... pra eles já verem assim “não... pro grupo do leite dá, pro grupo de grãos não dá...” então a gente, com o sindicato rural, já ta tentando organizar os produtores ali pra isso;

18 – Você falou um pouco do envolvimento das mulheres com o sindicato e essa era uma outra questão, o envolvimento dessas mulheres, de modo geral, aqui com os trabalhos aqui no município.

É, na verdade assim, eu comentei das mulheres porque o sindicato só tem mulheres atualmente, aqui na casa de agricultura nós somos em duas, uma escrituraria e uma engenheira agrônoma, tinha uma veterinária, mas ela saiu... então as mulheres de um modo geral, em comparação com alguns anos atrás, eu acho que está bem diferente viu, as mulheres estão mais atuantes, tem produtora aqui... eu falo produtora porque ... é do marido e tudo mas é ela quem cuida da propriedade, tudo é dela, no nome dela... então a gente vê que as mulheres estão começando a ser atuantes. A coordenadora... que está coordenando agora o SENAR também é mulher... então as mulheres estão mais atuantes... quando o homem vai ... tem alguma reunião, as mulheres vão também... não é mais só os homens... palestras, cursos, elas participam também;

Algumas questões “extras” numa conversa informal após a entrevista também foram tratadas. Aqui trazemos algumas das mais relevantes:

19 – Você me falou que são mais ou menos quantas propriedades aqui?

(Nesse momento ela consultou ao LUPA, um documento interno da secretaria)

Milaine: Perto das novecentas... oitocentas e noventa...

Monica: E a maioria são...

Milaine: São pequenas... olha... de vinte a cinquenta hectares, duzentas e vinte propriedades... aí depois de cinquenta a cem, cento e trinta... aqui oh, de dez a vinte, cento e cinquenta e quatro, então nessa faixa... entre dois e cinquenta hectares, é a maioria... então até cinquenta hectares... porque aqui, agricultura familiar, a que tem o direito a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, tem que ter no máximo quatro módulos fiscais, aqui em Arealva o módulo fiscal é de quatorze hectares, então pra se encaixar como agricultor familiar pelo Pronaf, tem que ter até cinquenta e seis hectares... então aqui é a maioria...

20 – E você sabe um pouco sobre a formação desses produtores?

Milaine: A maioria dos produtores atuantes mesmo, tem até a quarta série...

Monica: E vem de família a produção...

Milaine: Vem, vem de família... o pai vem fazendo isso, então também tem que fazer...aí tem um pessoal que ta entrando no pimentão agora, que são aposentados, vem de outra... são agricultores familiares pela área, mas não se encaixam no Pronaf por causa da renda, eles tem outra fonte de renda que não somente a agricultura familiar... então ele... é... o pimentão é os que estão vindo de fora, mas os produtores de leite, produtores de grãos, produtores de gado de corte, a maioria são da área mesmo, alguns filhos desses produtores estão fazendo técnico agrícola, ou algum outro curso técnico, agronomia acho que tem uns dois fazendo... mas eu comento que tem muito... é uma preocupação geral, pra segurar os jovens no campo...

Monica: Essa era uma outra questão pra conversarmos... como é essa relação...?

Milaine: A maioria sai tudo... a maioria sai... porque assim a XXX ta no campo, porque geralmente os produtores mais antigos, fazem as coisas meio tudo embolado, gasto da família, com gasto da propriedade, na verdade eles acabam gastando o salário deles dentro da propriedade, mas a gente ta fazendo com eles uma atualização... vamos falar agora de “emprego rural”, a gente pega junto com o SENAR os cursos “XXX rural”, “administração rural”... é... o que é que você tem, o trator, como é que é, ele é um bem seu, mas é da sua propriedade, explica pra eles que o seu salário vem dali, mas que o salário é a parte, não podem levar tudo embolado, então... mas essas pessoas mais antigas assim é difícil você explicar que... é difícil você conscientizar eles, eles até entendem mas eles não conseguem, até porque não é XXX... mas, o jovem já tem essa capacidade, de fazer isso, mas são poucos jovens que estão ficando... até estava comentando com um produtor de milho verde... Ah, milho verde também tem bastante aqui... ele tava falando assim “oh,

meu pai já não agüenta mais trabalhar, tem setenta e poucos anos... só eu é que trabalho lá porque meu filho estuda fora...” ta fazendo um curso que não tem nada a ver com a parte rural, a filha dele também... “eu agora quando eu parar eu não sei quem é que vai continuar”... então... até por causa de segurança de renda né... porque se você tem uma... a agricultura ela não te dá segurança... você plantou agora, você não sabe se vai virar, se vai dar uma seca, se vai chover demais, se vai dar alguma doença, como quando começou a dar doença da soja, ninguém conhecia, ninguém nunca tinha visto, de repente veio aquele “bum”, aí começou aqueles defensores, todo mundo junto, ia comprar não tinha mais, aí o produtor perdeu um monte de soja, então assim, é uma coisa preocupante, uma coisa arriscada, então a maioria prefere “ah, eu tenho uma produção, mas eu tenho outro salário, outro emprego... se acontecer alguma coisa eu to protegido”;

Entrevista realizada no dia 17/05/2011 na Casa de Agricultura de Botucatu, com o Engenheiro Agrônomo responsável, Rafael Marcelino (durante toda a entrevista houve auxílio de outro técnico agropecuário que também trabalha na casa).

1 – Como você chegou até a Casa de Agricultura?

Bom, eu me formei aqui na Unesp de Botucatu mesmo, no curso de Agronomia, em dezembro de 2006, nesse mesmo mês abriu o edital do concurso pra CATI e aí eu... na verdade eu tenho uma experiência a mais com a CATI assim né, porque minha mãe também trabalha na CATI, minha mãe é engenheira agrônoma, só que ela trabalha lá na regional de Jaboticabal, na verdade minha família é de lá... aí minha mãe falou “ah, presta o concurso, não custa nada”, porque já estava acertado que eu ia fazer mestrado em Campinas, mas aí eu falei “ah, vou prestar”, daí eu prestei o concurso... e demoraram dois anos pra chamar né... e nesse período deu tempo de eu fazer o mestrado, então aí foi assim mais ou menos que eu vim parar na CATI... no começo eu fui pra CATI na regional de Avaré, trabalhei quatro meses lá... só que meu objetivo era voltar pra Botucatu... tinha toda uma vida social aqui, gostava da cidade e depois de quatro meses eu consegui uma permuta com um veterinário e eu vim pra Botucatu e ele foi pra Avaré... e aqui eu to até hoje;

Monica: Você está desde...?

Rafael: Na CATI eu to desde agosto de 2008... e aqui em Botucatu desde dezembro de 2008...

2 – Então você sabia alguma coisa sobre a atuação da CATI ou das Casas de Agricultura?

É... minha mãe trabalha, já foi até diretora da regional lá de Jaboticabal e tudo... e ... a gente tem bastante contato, semana passada mesmo encontrei ela numa reunião em Bauru, ela veio pra discutir o Microbacias II;

3 – Eu gostaria que você me falasse um pouco sobre a sua função, o seu trabalho aqui.

Tá... aqui nós trabalhamos em dois agrônomos, eu que sou o Rafael e também tem o Hélio que é o agrônomo que tem mais tempo de casa da agricultura e a gente faz de tudo, atende demanda de produtor, programas institucionais, crédito rural, o Microbacias, o conselho aqui é muito forte, a gente tem um trabalho bastante forte junto ao conselho, trabalho junto com associações, de certa forma da pra discutir sobre cada ponto que você quiser, mas é uma característica assim de Botucatu, não sei se ocorre em outros lugares, isso que a casa da agricultura num município em que tem a regional, as vezes a gente supre demanda da regional, ou às vezes algum colega da regional vem pra cá e também ajuda em algum ponto específico, então é um pouco mesclado o trabalho, não da pra afirmar que é um trabalho só pra casa da agricultura e nem que algum colega também não ajude quando precise... é bom;

3 – Você sabe me dizer um pouco sobre o histórico desta casa?

Dessa casa da agricultura?

Monica: É...

Rafael: Ah... antigamente ela ficava lá em cima né... era uma portinha junto com a regional, no começo do ano a gente desceu aqui pra baixo, pra estar melhorando a acessibilidade de produtores e... ah, posso pedir ajuda pro Hélio também?

Monica: Claro, pode...

Rafael: Hélio, eu acho que você pode colaborar mais pra essa parte do histórico da casa da agricultura...

Monica: Essa casa sempre teve uma atuação forte no município, como tem sido essa história?

Hélio: Então... o município de Botucatu é bastante grande né... então é... tem bastante variação de cultura e... teve mudanças com o tempo... ele era um município mais agrícola, mais assim...han... a parte de bovinocultura por exemplo, vamos dizer assim que nós temos bastante bovinocultura né...é... agricultura mesmo, hoje ta entrando bastante “cítricos”, cana e eucalipto, então mudou bastante o panorama, então a casa da agricultura vai se adequando né... com essas mudanças aí né... ela tem que ir acompanhando...

Monica: E a casa tem um atuação presente no município? Como ouvi numa outra oportunidade, vocês sentem que é uma casa que “faz falta” no município?

Rafael: Ah... eu não sei se eu estou certo de falar isso assim... mas eu tenho percebido que assim, ao longo dos anos, tem diminuído a procura né Hélio?...

Hélio: É... justamente por causa disso aí... grandes culturas, a gente não tem muito acesso a grandes culturas, citricultura, eucalipto mesmo né, grandes firmas que tem, então pode-se dizer que reduziu até um pouco a atuação da gente né... e eu acho que com o tempo a gente vai ter que atuar com os grandes produtores também né...mas é significativa, a participação nossa a gente sente que é necessária pro município, isso é tranquilo, acho que houve mudanças, ta mudando, tem mudanças assim na situação do município né... isso a gente não pode negar, que teve mudança teve, mas eu acredito que a casa da agricultura cada vez mais... é necessária a atuação da cada da agricultura...

Rafael: Algo que vem acontecendo agora, porque até há pouco tempo atrás a gente não atendia crédito rural, a gente só trabalhava com agricultores familiares através do Pronaf e Feap, agora com a última resolução que saiu da Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente em dezembro do ano passado, ficou estipulado que pra qualquer financiamento do Banco do Brasil... tudo que exige licenciamento ambiental vai pra XXX primeiro, tudo que exige licenciamento ambiental, antigamente não precisava de nada, agora precisa de um documento de licenciamento ambiental, que é a “Declaração de conformidade XXX agropecuária” que hoje em dia é a CATI que emite, então mesmo grandes proprietários de terra dependem da gente pra estar acessando o crédito;

4 – E quantos funcionários atuam aqui nesta casa?

Na casa da agricultura?

Monica: Na casa da agricultura e se você souber na regional também, é uma informação interessante...

Rafael: Bom, aqui na casa da agricultura nós temos eu e o Fogueiral de agrônomos, temos a Camila também, administrativa, que ajuda a gente, atualmente a gente tá com um estagiário da FATEC e temos o Jorge também que é o nosso “faz tudo” aqui, quebra um galho... aí na regional, lá em cima na parte do EDR deve ter oito agrônomos, mas dois aposentaram na semana passada até... mas... quantos...? (começou a citar nomes em diálogo com Hélio) quatro ou cinco... lembrando que na regional são onze municípios ao todo, aí também tem os funcionários das outras casas de agricultura mas aí a maioria não são do quadro da CATI mesmo, é daquele esquema de convênio né... são da prefeitura e transferidos pra trabalhar pela CATI;

5 – E você sabe me dizer qual o público atingido aqui e se você tem idéia mais ou menos quantos são?

Pela casa da agricultura?

Monica: É...

Rafael: Bom, a gente tem um universo aqui... a gente procura trabalhar com dados estatísticos né... até você deve ter escutado falar do LUPA já né... aqui pelo menos foram cadastradas 1133 propriedades, então é... é até complicado, atender 1133 propriedades em dois agrônomos, são 130 mil hectares de área rural, se a gente for tentar atingir cada um isoladamente, muitas vezes, acho que não vai dar certo, então a gente procura fazer bastante evento coletivo assim, é... anualmente a gente tem uma característica aqui de fazer aquela coleta de embalagens vazias de agrotóxico, isso ajuda bastante, tanto os produtores daqui, quanto meio ambiente, sociedade em geral... é... palestras, excursões, cursos, a gente tem parceria com a prefeitura aqui, com o sindicato rural, com o SENAR, a gente procura sempre trabalhar junto, potencializar o nosso trabalho pra chegar no produtor e, pontualmente quando dá, também de forma individualizada... Hélio, tem alguma colocação a mais? Você perguntou um quantitativo né?

Monica: É, se você tiver alguma noção...

Rafael: Tem alguma noção Hélio...?

Hélio: Ah, acho que é mais ou menos isso que você falou aí, 1300 no total aí né... e a gente atua mais com produtores familiares né, médios produtores né... e grandes produtores a gente atende assim, mas eles já tem assistência própria deles né... então a gente atende mais essa fatia mesmo, do pessoal que de fato precisa de assistência técnica, implementação, crédito rural também... como o Rafael já falou...

Rafael: Eu vejo que a CATI tem passado por algumas transições né... antigamente, antes do programa de Microbacias I, o trabalho era diferente né, até o Hélio até prestava mais assistência técnica...

Hélio: Antigamente no município tinha muito receituário agrônomo né, então a gente atuava direto né... então a gente atendia grande, pequeno, atendia demanda mesmo, a gente tinha uma grande demanda, depois isso foi acomodando né, as próprias firmas, as lojas, eles mesmos estão fazendo hoje o receituário agrônomo, então a gente fica um pouco mais folgado com isso aí né, que eles vão... o receituário agrônomo diminuiu bastante aqui...só pra verificação de doenças, pragas, alguma coisa assim né... mas a receita aí hoje as próprias lojas estão fazendo, mas no começo a gente fazia tudo né... hoje tá informatizado, tal... mas no comecinho fazia tudo no braço mesmo...

Rafael: Aí com o Microbacias I o trabalho ficou um pouco mais limitado às unidades geográficas, que eram as próprias microbacias mesmo, aqui no caso tinham duas priorizadas, a da Floresta Santa Maria e do Alto do Rio Capivara e depois agora, ficou um tempo sem Microbacias I, agora entrando Microbacias II agora a CATI já tá tentando trabalhar uma coisa diferente, que é aquele microbacias que vai trabalhar mais com o cooperativismo, nós vamos trabalhar com as associações pra visar o lucro, assim, lógico, pra elas, sempre sem degradar o meio ambiente e tal...

Hélio: É... o Microbacias II hoje já trabalha com associações, então não importa se o agricultor pertence a microbacia A, ou B, ou C, ele trabalha a nível de associação... então aí eu acredito que o agrônomo vai ficar mais assim solto né... como o Rafael falou, a gente fica muito preso ao microbacias né... o Microbacias I foi um programa ótimo né, excelente, o conselho até hoje está usando, quer dizer que não foi em vão o trabalho que a secretaria fez com o município, porque a metodologia, o conselho tal, a gente tá brigando pra continuar aqui, então eu acho importante né, que qualquer programa que lança, a continuação seja um programa em cima né, pra estar aproveitando pra continuar, o objetivo que tinha, todo o programa estadual anterior das microbacias né, acho que... que seria mais a conservação do solo e tal né... acabou aquela verba né, mas o conselho municipal cedeu a verba pra continuar aquilo no começo do ano;

6 – Quais são os tipos de trabalhos que vocês realizam aqui?

Ah, a gente tem venda de sementes né, tem as sementes variedades, de produção mais rústica assim, a um preço mais acessível pro pequeno produtor, a gente trabalha com

crédito rural, no momento até mais com Feap e Pronaf, mas está entrando agora um convênio com o Banco do Brasil com a CATI também, que vai aumentar o nosso serviço nesse sentido, a gente vai passar a elaborar projetos também inclusive fora da esfera de agricultores familiares. Atendimento de demandas mesmo, de produtores assim que vem, requerer pra gente uma adubação de cultura ou fazer uma amostragem de solo, uma pulverização com algum inseticida, herbicida, coisas da produção mesmo, técnicas de cultivo... é... aqui em Botucatu, a característica... a parte do conselho aqui, tem um conselho bem forte, bem ativo, ele tem um fundo próprio, que ele delibera, dinheiro pras associações também estarem executando projetos, a gente tem uma participação bem boa nisso, aí é... organizações de excursões, cursos palestras, a gente uma parceria muito boa com o SEBRAE, com a prefeitura municipal, com o sindicato rural, com o SENAR também...

Monica: Vocês realizam freqüentemente esses tipos de eventos, palestras, cursos de formação...

Rafael: Freqüentemente... a cada... praticamente toda semana está tendo alguma coisa aqui a noite no SENAR, às vezes eu vou, ou o Hélio sempre fica também...

Monica: E esse tipo de formação é normalmente organizado por vocês ou vem de uma demanda própria do município?

As duas coisas... assim, é, bom, vou falar assim dessa parte, há pouco tempo atrás, você deve ter escutado falar também dos planos municipais de desenvolvimento rural sustentável... então, a gente fez um grande trabalho aqui em Botucatu, assim, eu acredito que pelo menos em termos de páginas, foi o maior plano do estado... e a gente fez várias reuniões, a gente dividiu o município, como é grande, em nove setores e fomos a noite, em uma semana, a gente fechou duas equipes e em uma semana a gente fez nove reuniões, nos bairros, com diferentes comunidades de produtores, a gente levantou vários tópicos que eram pertinentes, tanto ao meio agrícola, quanto ao meio social, da área rural e tudo mais e aí a gente procurou ver o que eles queriam, o que eles precisavam e a gente elaborou o plano... agora em cima do plano a gente tenta ir suprindo as demandas que foram levantadas, então muitas vezes a gente estipula ...ah, veio a presidente da associação dos orgânicos uns tempos atrás “eu quero um curso de tomate orgânico” ta, daí a gente tenta ver se realmente vai ter um público, daí a gente vai atrás do curso de tomate orgânico, as coisas já mais “naturais”, tem que ter uma demanda, agora, uma excursão , a gente nem faz

demanda porque sabe que vai lotar o ônibus, é as duas vias, tanto a gente já sabe o que eles querem e eles falam pra gente também;

7 – E como vocês vêem a participação desses trabalhadores?

Rafael: Eu acho que sei lá... às vezes é positiva, às vezes não... às vezes a gente organiza um evento e o evento é um sucesso, tem uma grande participação, que nem... há dois anos atrás a gente fez um evento, uma coleta de embalagens num bairro rural, lá na Colônia Santa Marina e foi um sucesso assim sabe, teve trinta produtores participando, foram recolhidas milhares de embalagens, mas no ano passado a gente fez em outro bairro, a participação foi baixíssima, então quer dizer, a gente tava lá, com o nosso trabalho, a prefeitura tava lá, o cara da XXXXX, veio de outro lugar também, só pra acompanhar o trabalho e houve pouca participação, então é...

Hélio: Nessa coleta de embalagem aí teve pouco comparecimento do pessoal pra entregar embalagens... eles mesmos que solicitaram pra nós... a gente até não queria fazer lá... eles que solicitaram... teimaram com a gente, tal, tal, tal... tudo bem, a gente atendeu eles, só que eles não corresponderam;

Rafael: O que eu imagino é que a participação assim, de forma geral, ela vem decaindo né Fogueral? A gente às vezes agenda uma palestra assim, um tema legal, a gente espera casa cheia e vem pouca gente, então é... não sei se o pessoal tá desmotivado... a gente tenta fazer horário noturno, embora seja ruim pra gente é bom pra eles... a gente tenta ajudar no que for possível...

Hélio: Isso tem ocorrido mesmo...

Rafael: Aqui a gente tem também... anualmente, em parceria com a faculdade, o dia de campo do milho, é sempre em abril... e todo ano é uma batalha pra levar o produtor, a gente vai, convida, liga e tudo e... esse ano melhorou um pouco até, mas todo ano a participação de produtor é baixíssima, até com isso pode comprometer o dia de campo porque as empresas que vem elas querem produtor, elas não querem aluno da faculdade... então a faculdade acaba sendo um parceiro também nosso aqui;

8 – E vocês conseguem perceber progressos nos trabalhos, ou na vida de um modo geral, desses produtores que são atendidos?

Rafael: Ah, eu acho que...

Hélio: É difícil falar pra você, porque o trabalho nosso assim, a gente não constata na hora né... depois que a gente... a gente faz por exemplo, um curso assim né... na hora a gente não percebe, depois, as vezes dois, três anos, a gente fica sabendo um resultado, o pessoal vem e fala né... uns nem falam, conseguem as coisas e ficam quietos também, não fala nada, a gente às vezes constata alguma coisa por empregado dele né... as vezes um curso aí de milho, demos um curso de milho aí há muito tempo atrás, então ninguém falou nada... conversando com os empregados, na propriedade, falaram “então, aqueles cursos e tal, aconteceu tal coisa, assim, assim...” aplicação de agrotóxico, muito proprietário não falou pra nós, ai conversando com os empregados das propriedades, falou... então tem isso aí também... não tem como a gente fazer uma avaliação disso aí, mas eu acho que também isso é tranquilo, sempre surte efeito... não vou dizer quem 100%, mas pelo menos aí... eu acredito que hoje talvez uns 30%, 40% já ta bom...

Rafael: Tem também tecnologia de aplicação de defensivo, a gente sempre ta conscientizando o pessoal também;

9 – E vocês tem algum tipo de controle ou acompanhamento que avalie a aplicabilidade do que vocês passam pra eles, nas produções?

Rafael: Não tem uma metodologia definida, um controle... é mais em visita que a gente vai mesmo...

10 – Quais as culturas mais trabalhadas nessa região?

Rafael: Em termos de áreas, ou ligadas à CATI?

Monica: Ligadas aos trabalhos de vocês...

Rafael: Procura de leite assim né... tem bastante... café...

Hélio: É, seria mais café né... de geral sempre tem quase todas as culturas... mas seria mais a parte de holerícola, principalmente tomate, ovos, cultura de café, pastagens, pomar doméstico, horta doméstica, tem bastante... acredito que holerícola como eu já falei né, a parte de fruticultura também, clima temperado, fruticultura subtropical também... a parte de conservação de solo também, que nem eu falei pra você... antes era mais... não tinha tanto como hoje assim é... grandes culturas né, cana, eucalipto, citros, então era mais assim... agricultura mesmo né... adubação de milho, pastagem, era muito procurado conservação de solo... hoje como a área de atuação nossa... aumentou essas grandes culturas né, então diminuiu um pouco a parte de conservação do solo, mas conservação do

solo ainda pedem bem né... estradas, terraceamento, a gente ta a disposição dos agricultores aqui né;

11 – E quando vocês percebem que a atuação de vocês não foi efetiva, ou que um evento ou um curso não deu o resultado esperado, eu queria saber se vocês têm algum tipo de reformulação da atuação?

Rafael: Olha, atividade referente a palestra, assim... a gente sempre faz uma avaliação no final, “local / palestrante / metodologia ...” e com base na avaliação a gente procura mudar pra próxima, “horário, etc.”, agora, ação mais assim, no campo mesmo, não sei, da parte do Microbacias I, teve algum ponto?

Hélio: É... o governo lança esses programas aí, pra cinco, seis anos, então realmente a hora que o agricultor ta motivado e quer participar o programa acaba né, esse que é o problema, o Microbacias por exemplo, o próprio Microbacias I tem produtor até hoje procurando algum incentivo e tal, a gente fala “não, esse programa não existe mais”...até a prefeitura, o conselho, já até comentei, ta querendo acompanhar o que tinha no Microbacias, pra continuar isso aí... esse programa... não com verba da secretaria, mas com outras verbas né... então geralmente esses programas da CATI, a hora que o pessoal ta... a hora que eles tão gostando, começando a conhecer, aí acaba o programa né... então essa é uma dificuldade nossa;

12 – Aproveitando essa questão, eu queria saber um pouco mais sobre o Microbacias II, vocês já discutiram, como o pessoal tem recebido?

Já... o Microbacias II ta sendo bem trabalhado aqui, nessa fase preparatória. Aqui no município de Botucatu a gente tem oito associações, muitas delas não estão preparadas, aliás a gente acredita que pra esse ano, agora em comecinho de julho vai sair um edital, pras associações apresentarem manifestação de interesse pra participar do Microbacias II, a gente acredita que só uma associação esse ano tenha condição de ta apresentando isso, que é a associação dos apicultores aqui de Botucatu, eles tem os pré-requisitos necessários, tem mais de 15 produtores, mais da metade são agricultores familiares, eles tem já um projeto elaborado na cabeça e com a nossa ajuda, mais o projetista aqui que eles vão contratar, eu acho que eles vão apresentar um projeto e tem chances de serem selecionados. Só ressaltar aqui que esse pessoal da apicultura... apicultura é um pouco diferente do que trabalhar com as outras culturas, delimitação de área é um pouco mais complicada, pra você fazer um PIP, não sei se você já ouviu falar do PIP, é um “projeto individual de propriedade”, que a

gente faz, é um pouco mais complicado, então é... mas a gente tem a promessa da CATI assim que... vão acertar essas arestas pra enquadrar os apicultores no programa... então a tendência é que eles acessem...

Monica: Mas de um modo geral foi conversado?

Rafael: De um modo geral sim, foi feita a divulgação no município, nas reuniões do conselho, reuniões específicas pra divulgar o Microbacias, com as associações, foi mandado carta pras autoridades, pro prefeito, tudo, então é... os nossos técnicos estão sabendo também, então ta indo bem a parte inicial do Microbacias II, até não sei... eu, o Fogueral, a gente falou meio por cima de fundos, não sei se você conhece os fundos aqui... Aqui, não sei se ainda é o único município, antigamente era... aqui existe um fundo municipal de desenvolvimento rural, sustentado... e é assim... é... da parte que os produtores pagam o imposto, o ITR, Imposto Territorial Rural, metade desse imposto volta pro município, pra prefeitura de Botucatu e o conselho municipal de desenvolvimento rural, há alguns anos atrás conseguiu junto a prefeitura, criar um fundo pra ficar com esse dinheiro e com esse dinheiro o conselho, via abertura de editais, ele delibera “ah, uma associação tem um projeto pra construir vinte fossas sépticas...” o conselho aprova ou não “uma associação apresentou um projeto de assistência técnica em maçã orgânica, por dois anos” aí o conselho aprova ou não... “uma associação apresentou um projeto pra comprar um embalador de saquinhos de mel” aí o conselho aprova ou não também... e isso é bem legal aqui porque dá ainda mais importância pro conselho e traz os representantes das associações também...

Monica: O conselho é formado por quem?

Rafael: São dezessete instituições, dezessete cadeiras do conselho, dezessete titulares e dezessete suplentes, aí tem a gente da CATI, tem prefeitura, tem SEBRAE, tem o sindicato rural, tem a faculdade de agronomia aqui da UNESP, tem a faculdade de veterinária da UNESP, são todas... todas não, mas tem umas cinco associações, tem a... a FATEC faz parte também... a associação biodinâmica também faz parte... tem os produtores rurais também, tem duas cadeiras pra produtores fora de associação também... então é bem... da pra representar bastante... uma participação sempre... em temas de pauta, sempre com bastante temas...

Hélio nesse momento disse alguma coisa que não foi possível ouvir na gravação;

Rafael: Ah é, além desses, agora esse fundo aprovou também um projeto que é do conselho mesmo, eles tem um agrônomo que cuida bastante dessa parte assim de mapeamento, de engenharia e estradas rurais e ele vai estar coordenando um trabalho pra fazer todo o mapeamento das estradas rurais de Botucatu, das estradas e os seus pontos críticos, aí isso vai ser tudo referenciado e vai facilitar muito o trabalho né, que assim... “ah, choveu XXX as estradas” onde está mais crítico, já vai direto...

Monica: Esse é um projeto que foi do conselho?

Rafael: Do conselho... do conselho mesmo, nem foi de associação, nesses mesmos projetos, no ano passado foram doados às polícias aqui de Botucatu três GPS's automotivos também, pra ajudar elas assim, na parte de segurança rural né... com o GPS no carro eles conseguem estar acessando às propriedades com mais facilidade;

13 – Outra coisa que eu gostaria de saber é se existe algum tipo de material didático distribuído diretamente pros produtores?

Não é toda regional que comercializa os boletins da CATI (referindo-se aos boletins técnicos, de temas variados, publicados pelo CECOR) a gente aqui tenta comercializar até hoje.

Hélio: Boletins de instruções práticas né... a gente vende isso aí, antes a gente doava, hoje a gente vende, num preço simbólico assim... mas a gente ta vendendo... seria um deles né...

Rafael: Por exemplo, ano passado a gente fez aquela palestra de maracujá, então fez a palestra de maracujá, tinham alguns produtores de maracujá, a gente falou “ah, vamos dar alguma coisinha também”, então eu fiz um encarte falando o que tinha de disponível na época pro crédito pra maracujá, então a parte do Feap, do Pronaf, que estava disponível, a gente já tenta fazer um contato com o banco também... que envolve o Banco do Brasil, então é... eu acho que toda atividade tem um encarte, quando dá a gente faz.

Monica: Mas então todo o material da CATI chega até aqui?

Rafael: É... a gente nota... não sei se eu posso falar isso, mas material da CATI mesmo, eles mandam... a responsável por isso no setor lá em Campinas, ela tem dito pra esses produtores “comprem pela internet” e aí ela manda pelo correio... às vezes a gente pede pra mandar por aqui e ela fala que não tem muito... não dá pra mandar pra todo mundo... mas a gente sempre que dá procura ter abastecido, tanto que no dia 27 de maio,

agora, a gente tá participando ali daquele “cartaz”, “Fórum XXX da agricultura”, vai ser aqui na faculdade de agronomia e a gente convidou a moça lá desse departamento pra estar aqui, com o stand da CATI, pra estar comercializando os nossos folhetos... embora não tenha tanta coisa de citricultura assim, mas como o evento vai ser na faculdade de agronomia, sempre tem estudantes, eu acho legal estar aproximando a CATI dos estudantes também;

14 – E como você percebe a relação dos produtores com esse material? Eles utilizam? Compreendem?

Rafael: Ah utilizam, sempre tem procura sim... esses manuais da CATI são simples, são práticos, são ilustrados também, então eles... às vezes eles vêm aqui, querendo um livrinho assim, a gente tem um, acho que custa três reais, é “controle caseiro de pragas”, então é aquela receitinha, que a mulher passa uma calda de fumo, um sabãozinho, uma aguinha e não vai ser tóxico pra ela...

Neste momento, novamente, Hélio disse acrescentou algo que não foi possível transcrever;

Rafael: A gente tem a parte mais pra mulheres também... essa parte de processamento de alimentos, conservas, doces processados, pães e tal...

15 – Eu queria saber um pouco também sobre a relação desta Casa de Agricultura com os sindicatos rurais, se existe essa relação com sindicato rural, ou mesmo com sindicato de trabalhadores do município;

Rafael: Aqui tem os dois sindicatos, tem o patronal e tem o sindicato dos trabalhadores também... ah, o sindicato dos trabalhadores também faz parte do conselho, então é... tem uma relação boa né Hélio?

Hélio: Ah sim, eu acredito que com o tempo a gente tá aprimorando cada vez mais, parcerias com outros órgãos né, o conselho também tá de acordo com isso aí... a tendência, eu acho que isso é uma grande tendência né, de aproximar até entidades privadas assim... grandes firmas assim, que é vantagem né... pra CATI, pro município, pra todo mundo é vantagem... quanto mais parcerias, ajuda, melhor, eu acho que é vantagem pro município isso aí e que a tendência é... tá evoluindo isso aí... faz tempo que eu tô aqui, então eu tô percebendo cada vez mais, tem mais parcerias e eu acho que isso é muito bom;

Monica: Então há uma relação próxima...

Rafael: Sim... da época de elaboração do nosso plano de desenvolvimento rural, eu fui pessoalmente até em cada um dos dois sindicatos, conversei com os presidentes, abri espaço pra eles estarem colocando informações que eles julgavam pertinentes, dos sindicatos, eles colocaram, foi bem legal assim;

16 – Enquanto responsáveis pela casa, como funciona a questão de formação pra vocês? Em relação a vocês com a CATI?

Rafael: Eu acho que isso mudou também, da época que você entrou, né Hélio, pra época que eu entrei... da parte, até onde eu sei, tinha bastante curso técnico assim, de atualização em culturas e pontos práticos... hoje a gente não nota tanto isso assim... essa parte técnica ta um pouco devendo, mas aí vai de cada um, se virar assim...

Hélio: É, o sistema da CATI de trabalhar com parcerias e tal, diminuiu um pouco isso aí né... a gente antes quando entrava na CATI a gente era mais preparado, pra trabalhar com culturas por exemplo, pra atender demandas, a gente tinha um pouco mais de respaldo direto da CATI...

Rafael: Antigamente tinha um especialista em café...etc... depois perdeu um pouco isso...

Hélio: É... ta perdendo isso aí, talvez atue não na CATI, mas ta esparramado nos municípios isso aí né... então as vezes o próprio profissional a frente do trabalho já é um especialista... ta esparramado, não ta mais direto na CATI... só pra entender isso aí, o problema de irrigação por exemplo, antes tinha um especialista em irrigação lá, ia lá e achava uma saída, sempre tinha lá um especialista da área... hoje ta mais difícil pra CATI isso aí...

Rafael: Os treinamentos, assim... a CATI vai começar um programa institucional, aí vem o treinamento em Microbacias, treinamento do Banco do Brasil, treinamento de tal convênio, mas assim, da parte mais técnica, pontual, ta meio deixando a desejar...

Monica: Esses treinamento são feitos lá?

Rafael: Depende, lá ou então... eu acho que antigamente... geralmente fazia as quarenta regionais lá em Campinas, aí ia um ou dois de cada regional depois esses um ou dois de cada regional voltava pra regional e disseminavam a informação, agora eles estão adotando uns modelos assim né... divide em quatro... então dez regionais vão fazer um treinamento em Bauru, dez regionais vão fazer o treinamento em Rio Preto, dez fazem em

Campinas, dez fazem sei lá... em Sorocaba, então ta... eles notam que às vezes colocar menos gente, o trabalho rende mais...

17 – E além das demandas dos programas da CATI, que acontecem aqui no município, vocês tem demandas por fora, que não estejam envolvidas nos programas?

Hélio: Ah... as demandas, existe bastante demanda, o pessoal procura a gente mesmo, com coisas assim, fora de Microbacias, aparece sim, aparece...

Rafael: A gente tem muito demandas urbanas também aqui, muita dona de cada que tem a folhinha toda machucada do pé de laranja, quer aplicar veneno e tal, a gente “ah, não vai fazer isso”...

Hélio: As vezes eles pensam quem... acham que a gente vai ter a solução aqui né... e o negócio não é assim, o pessoal ta fora da realidade de agricultura, então eles vem aqui e pensam que a gente vai dar a solução pra eles na hora, já sai daqui com o negócio e não é bem assim né... tudo que é biológico, não é assim né... não se resolve do dia pra noite... é complicado...

APÊNDICE G – Transcrição de entrevista realizada no assentamento de reforma agrária em Córrego Rico

Entrevista realizada no dia 22/12/2011 no Assentamento de Reforma Agrária em Córrego Rico - SP, com o assentado Benedito, ou como todos o conhecem “Tio Bica”, responsável pela associação de produtores rurais na época de instauração do Programa de Microbacias I da CATI.

1- Primeiro eu gostaria de saber do senhor, como é esse projeto das fossas aqui no assentamento?

Esse projeto das fossas aconteceu a partir de que surgiu esse problema do meio ambiente, contaminação, o mundo ta se acabando e a gente ta compartilhando e sempre teve né, segundo as informações que a gente tem, é que isso sempre teve, da China pra cá, dizem que há quinhentos anos já existia uma fossa séptica por aí, então esse problema do meio ambiente, assiste programa, bate papo, prefeitura, governo, vem reclamando a respeito do que vem acontecendo... Bom, procuramos saber a questão do que era a fossa séptica, aparece a CATI com o projeto que eles tem, muito bom, a gente começou a correr

atrás e aconteceu... concluíd o projeto... é muito saudável mesmo, aquela questão de você contaminar a terra já... pelo menos quem tem consciência aqui no assentamento já botou em prática, já não estamos mais compartilhando com aquela questão de contaminar o lençol, a água nossa, então o resíduo é tratado, da maneira que a fossa decanta o produto e solta a água. Eu acho que nós... que esse projeto, nós já estamos participando da fatia de salvar o mundo, embora é um pouquinho, um pouquinho, um pouquinho, mas se todos fizessem um pouquinho dava um montão;

2- Vocês já conheciam algum projeto, algum trabalho da CATI antes desse projeto?

Olha, não, mas a gente sempre ouviu falar. A gente ouviu que a CATI fez o... “melhor caminho” em algum lugar... a questão de fossa eu acredito que o primeiro assentamento foi aqui e o que eu vejo... o que eu via antes falar da CATI é que eles eram um pouco burocrático, e são mesmo, isso aí eu falo pra quem quiser e provo. Eu não sei se é a burocracia que faz funcionar, eles funcionam muito bem, mas são burocráticos até demais da conta;

3- E esse projeto, quem procurou a quem? Vocês procuraram ou eles vieram?

Então, tem que haver a intenção. A intenção, tem que correr atrás, perguntar, se eles faziam em assentamento e é claro que... com um monte de famílias concentradas num local igual aqui, é difícil. Então pra CATI é bom porque eles mostram o que estão fazendo e pra nós é bom que aproveitamos o que tem que ser feito. Então voltando lá, a gente começou a vasculhar, perguntar, vai pra lá, vem pra cá, alguém falou “olha, a CATI faz, a prefeitura faz”, até que a gente chegou na CATI e fizemos essa “amizadona” aí;

4- E com esse projeto quantas fossas já foram construídas e quantas famílias já foram atendidas?

Aqui o que a gente acompanhou ta em torno de 50 fossas, bancadas pela CATI, 100%... 100% do orçamento foi a CATI que nos deu, o governo... e a mão de obra do assentado e é isso aí, fizemos o mutirão e aconteceu;

5- E vocês recebem algum tipo de curso, de formação da CATI?

Olha, curso tem a vontade, é o pessoal que não se interessa. Curso tem “pra dar com pau”, eles “vamos, vamos..” chama cinquenta famílias aparece meia dúzia lá... tem que ter um trabalho de conscientização a respeito das fossas, eu to sabendo que...as fossas

estão feitas, mas eu to sabendo que tem uns que não usam... é... de achar que não faz...porque onde ele viveu é assim... então eu acho que não é só a CATI, a CATI faz... já fez a parte dela, então quem tiver de participar... é claro que a boa vontade, o voluntariado, de conscientizar o povo qual que é a utilidade da fossa, que tem gente aí que não usa;

6- E esses cursos, esses trabalhos, onde são feitos?

Temos o barracão...

Monica: Aqui mesmo?

Benedito: É, aqui mesmo, não vai porque não querem ir... é... ta aí, ta na mão aí...;

7- E depois que começou esse projeto, tem acompanhamento por parte dos técnicos?

Olha, eles vêm, eles até corrigem “olha, você ta pondo esterco de vaca?”, “eu não”, “tem que por...”, eles estão sempre juntos sim, é a gente que é teimoso mesmo, não sei se é por isso que a gente considera a CATI meio... é... burocrática mesmo, porque eu acho que eles tem noção de que a gente não respeita as regras, então vão fundo mesmo por causa disso, “olha, o pessoal não respeita então vamos chegar lá bravos? Vamos!”. É claro que eles não chegam bravos, mas você está vendo que não estão animados com os resultados;

8- E eles distribuem pra vocês algum tipo de material? Folhetos, informativos, etc.?

Tem, a CATI participa 100%... é real, é real mesmo, eles tem boa vontade, conhecimento, é claro, verba tem... tanto do governo como do fundo aí... de um fundo mundial aí... uma verba mundial, eles aplicam correto, disso aí não reclamo não, isso aí é real mesmo, eles estão aí. Às vezes eles até deixam de vir porque sabem que o pessoal é desinteressado, é uma covardia...;

9- Esses materiais que vocês recebem, folhetos, livros, etc., o que vocês pensam sobre esse material, são difíceis de entender, fáceis?

Então, volta lá atrás, porque que o pessoal às vezes não respeita conselho de um professor, de um técnico, é porque é tudo um pessoal criado na região que não existia fossa, “não pode por fogo...” o pessoal é batendo de contra aquilo que ele fazia ali, então

vamos por uma pessoa velha aí, de setenta anos, ela não está nem aí com o meio ambiente, ela não está nem aí com a fossa séptica, ela vai “cagar” lá no mato e não está nem aí... e... pra ele isso aí é baboseira, então a gente tem que tentar aplicar isso aí pro povo que vem vindo, que tem consciência, já foi ensinado, educado nesse regime, agora esses que não atende, não atende mesmo... é... eu... brincando, às vezes a gente fala “oh, pobreza é cultura” e de fato na minha opinião é...”é gostoso morar lá no meio do mato, ir lá e “cagar” atrás da bananeira”, não ligar com nada, por fogo na rocinha depois, é o que vem fazendo mal... e pra ele está na cultura dele, “que gostoso”, então ele... voltando lá na pergunta que você fez, eles publicam, tanto que você vai nas reuniões, eles estão sempre aplicando a técnica, do meio ambiente, desses folhetos, explicando como funciona, o pessoal não atende porque não quer mesmo, às vezes eu tenho noção e deixo de fazer, porque às vezes, por exemplo, nós estamos conversando aqui porque você veio aqui, se falar “Vem cá, pra gente...” olha eu vou, mas eu não sei que dia, tenho isso pra fazer (apontando para a casa que estava sendo reformada por ele), depois minha mandioca está enchendo de mato, então a gente adora isso, só que não tem noção daquilo que vai vir, o prejuízo que a gente está dando para o meio ambiente... eu mesmo parei de por fogo nas folhas faz uns dois, três anos, não agüentava ver um matinho e já botava fogo, é complicado, é cultura mesmo;

10- E você acha que de um modo geral, tudo isso que a CATI faz, auxilia no dia-a-dia de vocês, se fosse aplicado por exemplo, poderia melhorar o assentamento de um modo geral?

Menina, volto a falar... eles trabalham sim, eu não tenho queixa nenhuma contra a CATI, só reclamo da burocracia, disso aí eu falo pra qualquer um. Eles investem, eles nos chamam, eles participam, eles esclarecem. Olha, quando a gente foi inaugurar essas fossas, os técnicos da CATI acompanharam, pegando a bosta de vaca aqui (apontando para o campo) “tudo certinho, é assim...30, 40 litros”, e eles são participativos... é claro que você vai, vai, vai... não vê resultados, não que abandonaram, mas às vezes diminui a frequência, “ah, a gente vai lá pra que?”. Agora temos aí o “Microbacias II”... eu até acho que a CATI está sendo injusta... no começo, é claro, a gente foi atrás, conseguimos o Microbacias I, foi que saiu as fossas, calcário, curvas de nível, nossa, foi uma maravilha, fizeram tudo... a gente bancou alguma coisinha, foi bem pouco, pra nós foi ótimo...salvamos a área que ia pro rio, não vai mais, o calcário ajudou muito bem, a corrigir o solo, mas o que eu lamento da CATI, até pode publicar isso onde você quiser, eu até gostaria que alguém lesse, a falha... eu não sei se é falha ou... ou alguém de mais distante resolveu botar o dedo na

coisa... veja bem, no Microbacias I nós tínhamos a função de... a obrigação de “salvar o mundo”, fizemos... corremos, fomos atrás, é isso, é aquilo... acabou a I... acabou. Agora a II já não pode mais ter nome no SPC, não pode ter o nome no Serasa, porque tem uns projetos aí que já não são mais pro coletivo, são pro individual, então tem irrigação tem algum de pequenas indústrias, eu lamento isso... porque que no começo “vamos Tio Bica...” “vamos Benedito”...”pode juntar esses caras e vamos resolver”... agora que a coisa andou, o “Tio Bica” já não serve mais porque está com o nome sujo e isso e aquilo. “O CATI, faz favor filha, vamos ver no começo... “.peguei todo mundo e agora que a coisa ta andando abandona todo mundo... ;

11- Você acha que esse segundo projeto então dificulta o acesso?

Menina e como dificulta, se você quer ver mesmo o projeto do “Microbacias II” eu tenho até o manual aí, você que é estudada deve entender certinho, mas eu fico careca...

Monica: É complicado para entender também?

Benedito: É... ele é complicado no entender... as intenções são ótimas, das “mais boas” mas é aquele palavreado que você não... nós daqui, o grupo... Eu é que sou teimoso, a molecada explica se eu pergunto, imagina quem não tem molecada que estudou, nossa, complicou tudo... mas é assim, eu lamento mesmo... ;

12- E agora vocês nem participaram do Microbacias II?

Não, nem entramos... a questão do coletivo, conseguiram um dinheiro do Banco Mundial, caminhões, tratores, grades, pulverizadores, esses equipamentos de pequenos produtores... você compra e paga 30%... foi ótimo, coisa boa, quer dizer XXXX. A associação nossa está trazendo uma condução, não sei se é um caminhão grande, se é pequeno, mas nós vamos ter que bancar os 30%, a gente se une, vende vaca, vende porco, vende galinha, vende milho, vamos tentar pegar... esse é o coletivo. Agora o individual já não pode, XXXX uma irrigação que eu imaginava aqui, já tava até apostando que ela vinha... “tomara que venha logo pra eu molhar meus negócios...” chegou que o individual não pode porque está com nome no SPC, o Banco do Brasil XXX lá, ninguém pagou eu também não paguei e vai indo assim...;

13- Como é o acesso ao crédito aqui no assentamento? Vocês recebem algum auxílio?

Não... a CATI depois desse “Microbacias II” eles tem envolvimento com alguns financiamentos, alguns créditos, porque ele não abrange pequenos produtores só, então ele abrange naquilo que o projeto cabe, por exemplo um professor vai se envolver na questão do meio ambiente, vai... então ele faz uso disso... o assentamento vai fazer? Vai... então faz uso disso, não tem exclusivamente. Existe um dinheiro aí, um dinheirão, que vem do Banco Mundial, que serve pra ela, a CATI dominar, administrar... passa recursos pra prefeitura, pra algumas entidades, mas a mãe de todas aqui é a CATI...o Microbacias, uma estrada muito boa que eles tem aí, chama “Melhor caminho”, é uma estrada, mas burocrático demais...;

E vocês conseguem acessar esses créditos?

Consegue, através deles consegue... mas no assentamento já tem o ITESP e o INCRA, então... é claro que a CATI com tantas funções, se você chegar dizendo “olha, tem um crédito lá...estou precisando” eles “olha, você tem o ITESP, você tem o INCRA”... é claro que... olha, até hoje, não existe isso que a CATI deixou de fazer para nós...só lamento mesmo ser tão burocrática, a burocracia deles é demais da conta...;

14- Mas em que sentido o senhor fala de burocracia? O que eles dificultam?

Olha, desde o início nós começamos a correr atrás da papelada, tira esse papel, bota numa pastinha igual a sua aí... chega lá, se estiver faltando uma vírgula, um ponto final “olha não serve, tira outro”... se o xerox meu saiu muito preto ou muito branco “oh, não serve mais, tira outro” “ah, esse aqui já tem 15 dias, pode tirar outro”... pelo amor de deus... Então são essas coisinhas, não é burocrático, como é que eu vou dizer... eles são rígidos... e a gente é de qualquer jeito, acha... você vai de qualquer jeito na prefeitura, o prefeito fica com medo “vem, vamos conversar...” a CATI já não tem isso, não deu certo, não deu certo, “vocês vão fazer de novo”, eles são “nojentão” por causa disso. Eu até brinco que nós não estamos... o assentamento, no geral, não tem assentamento certinho não... é tudo “burrão” igual a nós mesmo;

15- Aqui no assentamento, quais são as culturas mais trabalhadas?

Olha, o que mais dá aqui, você pode notar, não sei se você foi lá pra dentro, tem um milharal bonito, o que o pessoal mais bota fé aqui é milho. Aí eu resolvi mudar, eu resolvi encher de mandioca, pelo menos a mandioca você não vai vender de uma vez, você não colhe de uma vez, se vem uma seca ela agüenta, ela não vai morrer... e tem esse projeto do governo aí, merenda, alimento pra todos, são essas coisinhas aí, então eu até

quero ver se a hora que acabar esse feriadão aí de festas semana que vem, se eu vou me cadastrar em Araraquara para entregar na merenda escola a mandioca... um preço muito bom, então dá pra eu tocar o ano inteiro colhendo mandioca e vendendo mandioca, XXXXXX, e é isso, melhor do que o milho... o milho, vai ter arroz, feijão, o milho, mandioca, batata, hortaliças, porco, vaca, tem de tudo...;

16- Bom, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de falar?

Ah CATI... como é que faz... não estou assim... é uma forma de deboche... dizer que a gente é do jeito que é, às vezes não atende muito bem o que manda a “bula”, mas eu gostaria que eles “afrouxassem” um pouco...”a gente chegou aqui meio dia e meio, já é uma hora” “não, nós somos assim mesmo...” então eu gostaria que tolerassem mais nossa falha... é claro que se deixar nós não vamos, mas XXXX muita coisa, você vê como são as coisas por aí... se for no ponto mesmo você não consegue nada, tem que ter um jeitinho brasileiro... ;

Após estas últimas declarações agradei ao Sr. Benedito e fomos então conhecer algumas das fossas instaladas em seu lote, onde há um protótipo construído no início que não funcionou e outra construída posteriormente no modelo padrão indicado pela CATI.

APÊNDICE H – Diários de Campo construídos após as visitas às Casas de Agricultura de Macatuba, Arealva e Botucatu onde conhecemos algumas pequenas propriedades (excento no município de Botucatu)

Diário de Campo – Visita à Casa de Agricultura de Macatuba 03/05/2011

Na terça feira, dia 03 de Maio de 2011, estive em Macatuba, interior do estado de São Paulo, para uma visita à Casa de Agricultura, previamente agendada com Rita, Engenheira Agrônoma responsável pela casa. Fui recebida por volta das 9h da manhã e logo iniciamos o trabalho com uma entrevista (transcrita posteriormente) em que Rita falou sobre seu trabalho, um pouco do histórico daquela CA, a relação com os pequenos produtores da região, entre outros.

Após essa primeira conversa, fui convidada a conhecer alguns produtores familiares do município, que é essencialmente agrícola e conta com 530 propriedades, que

possuem, em média, 12 hectares cada. Rita me advertiu, anteriormente às visitas, que praticamente todas as propriedades dividem suas atividades entre o arrendamento para as usinas de açúcar e álcool da cidade e região e outras culturas voltadas a agricultura familiar, etc.

A primeira família que conhecemos produzia, além da cana em um espaço considerável, carvão, milho, mandioca e contava com uma parte organizada de mata ciliar. A respeito destes destaco dois pontos: primeiramente, eram os únicos a produzirem carvão na cidade. Com o auxílio da Casa de Agricultura e da engenheira responsável, aprenderam todas as exigências da produção em si, assim como também todo o aparato legal ao qual deveriam adequar-se, como leis ambientais, etc. Outro destaque acredito que seja o fato de essa família, assim como todas as outras, cumprirem a risca as legislações que tratam de conservação ambiental, como a APP – Área de Preservação Permanente, que delimita um espaço distante do curso de rios, manguezais, etc. Segundo Rita, isso já tornou-se algo consolidado no município, de maneira que todos o fazem e não há mais a necessidade de se quer da visita e autuação da polícia florestal. No entanto, estes trabalhadores brigam contra novas legislações que delimitem, por exemplo, que além da APP eles sejam obrigados a reservar mais 20% de suas produções. Segundo o primeiro produtor que visitamos, isso prejudica muito seu espaço e as culturas que ali possui. Por fim, este primeiro sujeito trabalhava com sua esposa, filho, nora e mais 4 funcionários. Apesar de uma pequena produção, possuía mais em torno de duas propriedades com os mesmos tamanhos.

A segunda família a ser visitada possui uma área de 18 hectares, dos quais 15 estão destinados à cana e apenas 3 são utilizados para outras culturas. São na verdade duas famílias que moram e trabalham juntas no cultivo de horta, criação de frangos caipiras e produção de ração. Conversamos com um dos donos que primeiro nos levou até a horta, muito bem organizada, segundo ele sempre com a ajuda das atividades da CA. Esta família faz parte de um projeto do governo federal no qual distribuem hortaliças às escolas do município, num montante de R\$ 9.000,00 ao ano. Para além, comercializam em mercados e quitandas da cidade e da região. Produzem também frangos caipiras, que são comercializados em feiras livres duas vezes por semana, ou vendidos aos vizinhos da propriedade. Por fim, ele nos disse que adquiriu, anos atrás, um misturador que prepara rações numa porção de 500kg, no entanto, muitos vizinhos começaram a procurá-lo em busca de “um saco ou dois”, assim ele decidiu investir, a partir de financiamentos do estado, num misturador grande o suficiente para produzir e comercializar parte desta ração.

Hoje em dia produzem tipos variados de ração que são vendidos às propriedades vizinhas e comercializados na cidade.

Este produtor nos disse que, embora possua 15 hectares com cana de açúcar e apenas 3 com outros cultivos, a cana não lhe fornece as condições de vida que as demais culturas proporcionam, isso porque em 15 hectares retiram em média R\$30.000,00 por ano, o que é dividido entre duas famílias, dando em média R\$1.250,00 ao mês para cada uma, o que segundo ele não possibilita as condições de moradia, alimentação e educação que possui hoje, numa família com quatro filhos. Por várias vezes ele nos disse que vive muito melhor com as outras opções que cultiva do que com a cana, mas que é com o dinheiro desta que pode, na maioria das vezes, financiar a compra de outros implementos. Estas duas famílias trabalhavam conjuntamente e contavam com o auxílio de mais dois funcionários.

A última dentre as três que visitamos possuía uma propriedade menor, em torno de 8 hectares, embora tenham nos dito que possuem outra um pouco maior fora da cidade. Praticamente todo seu espaço está tomado pelo cultivo de cana de açúcar, sendo que sua produção é quase nula. Há um cultivo pequeno de milho verde, frangos e gado de leite. O milho, os ovos e o leite são comercializados na cidade, mas em pequenas quantias. Não possuem funcionários e apenas o casal cuida de tudo no espaço, tendo em vista que os filhos moram ou trabalham fora.

Todas as famílias comentaram muito sobre o trabalho da Casa de Agricultura, dizendo que procuram toda a assistência que precisam e a encontram no trabalho, principalmente, da Rita. Disseram por vezes que participam de cursos, palestras e as esposas de cursos voltados especialmente para o público feminino.

Segundo o povo da cidade e a própria Rita, isso já é algo consolidado no município, essa liberdade e relação próxima com a Casa de Agricultura já vem de alguns anos, desde que ela própria chegou à instituição, vinte e quatro anos atrás. De acordo com ela, essa não é uma realidade presente em todos os municípios, que muitas vezes não se preocupam em organizar suas CA's e torná-las um espaço adequado para o produtor. Em Macatuba encontramos um espaço bem organizado, com equipamentos como trator, colheitadeira, esparramador de calcário, etc., que mediante cadastro podem ser retirados por produtores que só tem como gasto o combustível que consomem.

Acredito que haja inúmeras dificuldades nos trabalhos, obstáculos de diversas ordens, mas foi extremamente interessante poder visualizar onde se efetivam programas, projetos, entre outros, voltados a esse público.

Conversando com a Engenheira Agrônoma responsável, Rita, esta fez ainda comentários sobre a atuação da CATI / Casa da Agricultura e a vida dos produtores do município. Disse que a atuação da casa se dá considerando, além dos programas e projetos que são formulados na CATI, muito também por demandas e trabalhos próprios de cada município, realizados paralelamente, como foi o caso da família que conhecemos que decidiu produzir carvão em seu espaço. Assim, a atuação da Casa da Agricultura não é um “produto”, simplesmente, um “espaço” da CATI. Rita nos contou sobre a relação de proximidade e confiança destas famílias para com a CA e seu trabalho e pontuou ainda que embora muitas vezes tenha-se a tendência a pensar na CATI enquanto um órgão “superior” que organiza as Casas de Agricultura, na verdade a relação é contrária, é a CA, na linha de frente, em trabalho direto com os produtores, que levanta demandas e organiza o que ser feito na CATI.

Quando a questioneei sobre o programa “*Microbacias II – Acesso ao Mercado*” o segundo plano de ações, assinado recentemente em acordo com o Banco Mundial, ela demonstrou muitas ressalvas com relação a sua aplicabilidade em Macatuba. Disse que o primeiro alcançou sucesso pois lidava com boas práticas, sustentáveis e realizáveis em grande medida individualmente, de maneira que cada ação desenvolvia-se de forma distinta no contexto de cada propriedade. Já o segundo projeto, segundo ela, lidará com atividades voltadas ao mercado, organizadas principalmente em associações, incentivando compras coletivas e decisões conjuntas em nome da circulação dos diferentes produtos, exigindo investimentos mais altos, o que segundo ela, as pequenas produções muitas vezes não possuem, o que fará com que muitos provavelmente se desinteressem.

(Alguns pontos interessantes foram abordados durante conversa “informal”, sem o uso de gravadores, por isso a necessidade de construção de um “Diário de Campo”).

Diário de Campo – Visita à Casa de Agricultura de Arealva 10/05/2011

Na terça feira, dia 10 de Maio de 2011, estive em Arealva, interior do estado de São Paulo, para uma visita à Casa de Agricultura, previamente agendada com Milaine Trabucco, Engenheira Agrônoma responsável pela casa. Fui recebida por volta das 9h da

manhã e logo iniciamos o trabalho com uma entrevista (transcrita posteriormente) em que Milaine falou um pouco sobre seu trabalho, a atuação da casa e sua relação com o município e com os pequenos produtores da região, entre outros.

Milaine é natural do município de Arealva, no qual sua família reside e produz grãos. É formada em Engenharia Agrônômica pela UNESP de Jaboticabal, cursou mestrado na mesma instituição e em seguida voltou a Arealva por meio de concurso público da prefeitura, sendo assim, sua condição é de conveniada, funcionária portanto da PM, “emprestada” à CATI. Ela se enquadra entre os casos que Rita (Macatuba) e outros já haviam comentado anteriormente, por ser conveniada não possui autoridade para assinar e emitir certos tipos de documentos ou declarações, trabalho que repassa a outro funcionário da CA, esse sim contratado do quadro da CATI.

Após a entrevista Milaine nos levou a duas propriedades, sendo que a primeira era de um produtor de pimentões, o senhor Luiz Augusto Loge. Com um pequeno espaço, cerca de dois hectares, mantém duas estufas, nas quais produz pimentões amarelos e vermelhos. Trata-se de um sujeito cuja família reside em Bauru e, embora sua propriedade possua todas as características que a CATI delimita enquanto produção familiar, pelo espaço, mão de obra, etc. não há neste caso um histórico de produtores e sim um senhor aposentado, ex funcionário de uma companhia telefônica e que, após anos de vivência na cidade, optou pelo campo pois viu ali uma fonte de renda que, segundo ele, garante mais sua sobrevivência do que sua própria aposentadoria. Como vive sozinho, emprega uma pessoa que o auxilia na colheita semanal, plantio e manutenção dos pimentões, que são transportados em parte para a CEAGESP para lá serem comercializados, no entanto, o produtor arca com todas as despesas, como caixas e transporte.

Milaine alegou que a visita a este produtor deve-se ao fato de que ele é alguém que utiliza muito os trabalhos da Casa de Agricultura, sempre os procurando para sanar suas dúvidas, lidar com questões de conservação de solo, pragas, etc. Disse ainda que este senhor se interessou pelo plantio de pimentões pelo retorno financeiro que este poderia trazer e que no início procurou a CA e outro produtor, mais experiente, solicitando todo tipo de auxílio no aprendizado deste cultivo.

Por último, fomos à produção da família de Milaine, um espaço bem maior, com cerca de noventa e nove hectares, onde produzem grãos como soja, milho, sorgo, etc. A produção desta é bem diferente das demais, pois além do espaço grande, possuem todo tipo

de tecnologia necessária, como trator (entre os modelos mais modernos), arado e até mesmo um silo para armazenamento dos produtos. Costumam fornecer os sacos a toda a região e vendem também a granel na própria propriedade, por um preço abaixo dos demais, vendidos no centro da cidade.

Algo que me chamou a atenção nesse município e em relação à atuação da agrônoma propriamente foi quando perguntei sobre a APP ou Área de Preservação Permanente, espaço delimitado nas margens de rios, nascentes, ou reservatórios. No município visitado anteriormente a responsável demonstrou como a preservação destas áreas foi divulgada entre os produtores e alegou que atualmente todos mantêm a preservação em acordo com a lei, algo que foi desenvolvido em parceria e com auxílio da própria Casa de Agricultura. No caso de Arealva me pareceu que isso não é controlado da mesma maneira, ou que a engenheira responsável não tem esse dado, pois ao ser questionada disse que achava que não eram todos que mantinham a APP e que ela própria tinha conhecimento de casos que não o faziam. Em outro momento comentou sobre o trabalho de mestrado que havia desenvolvido e que sua experiência de campo fora realizada na produção de sua família, nas margens do rio, mas que foi necessário que interrompesse após certo tempo pois a polícia florestal andava “rondando” por ali. Neste momento fiquei na dúvida se a interrupção de sua pesquisa tenha se dado porque, possivelmente, a produção também não mantinha a APP dentro das normas (me pareceu que não mantêm, pois tratava-se de um espaço muito aberto, no qual não conferíamos quaisquer arvoredos próximos ao rio, mas não perguntei isso a ela).

Diário de Campo – Visita à Casa de Agricultura de Botucatu, 17/05/2011

Na terça feira, dia 17 de Maio de 2011, estive em Botucatu, interior do estado de São Paulo, para uma visita à Casa de Agricultura, previamente agendada com Rafael Marcelino, Engenheiro Agrônomo responsável pela casa. Fui recebida por volta das 9:30h da manhã e logo iniciamos o trabalho com uma entrevista (transcrita posteriormente) em que Rafael falou sobre seu trabalho, um pouco do histórico daquela CA, a relação com os pequenos produtores da região, entre outros. Durante toda a entrevista, contamos também com os relatos de Hélio Carlos Fogueral, outro engenheiro agrônomo, também responsável pela casa, funcionário antigo do quadro da CATI (Rafael também é do quadro, mas está na CATI há apenas dois anos e meio).

Após responderem algumas das questões previamente formuladas continuamos nossa conversa por mais alguns momentos onde alguns apontamentos interessantes foram feitos. A CA de Botucatu localiza-se no mesmo espaço do Escritório de Desenvolvimento Rural, ou seja, a regional, que centraliza o trabalho de onze municípios. Ambos relataram que este pode ser um fator positivo, na medida em que algumas ações e práticas se organizam neste espaço, são centralizadas ali, mas também pode ser algo negativo, tendo em vista que muitas vezes seu trabalho acaba sobrecarregado, isso porque atualmente muitas das CA's contam com funcionários que não são do quadro da CATI, mas sim conveniados da prefeitura, pessoal concursado por seus respectivos municípios, que foram encaminhados às CA's para suprir a demanda por mão de obra. Segundo Rafael, estes sujeitos não tem autorização para emitir ou assinar uma série de documentos, o que faz com que acabem procurando o trabalho das casas que contam com pessoal do quadro, como é o caso de Botucatu. Por ser uma casa localizada junto à regional, acabam atraindo trabalhos e demandas de outros municípios, o que muitas vezes dificulta seus trabalhos.

Perguntei ainda o que pensavam a respeito do trabalho daqueles que são conveniados, se percebiam diferenças em relação ao envolvimento e compromisso com a instituição e me disseram que sim, que estas pessoas acabam meio que sem uma "referência", ao passo que muitas vezes ao não realizarem adequadamente um trabalho, se são cobrados pelo responsável da CATI, alegam serem funcionários da prefeitura e por isso não responderem à CATI, no entanto, uma vez cobrados pela própria prefeitura, fazem o inverso, alegam trabalharem na CATI e assim em diante. Enfim, a maioria das queixas girou em torno do problema de falta de funcionários, o que pude perceber ser uma reclamação geral das CA's. No caso específico de Botucatu, por se tratar de um município muito grande, eles sentem falta de uma equipe técnica que auxilie o trabalho, até mesmo no que diz respeito a parte administrativa, pois somente em dois engenheiros, um auxiliar e uma secretária, alegam não ser impossível um atendimento personalizado aos produtores.

ANEXOS

Desempenho do Programa por Regionais da CATI (Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDRs) – Participação dos Municípios, Planos de Microbacias, produtores atendidos com incentivos do Programa e recursos investidos.

Regional	Municípios participantes do Programa	Planos de Microbacias Aprovados	Número de produtores atendidos com incentivos do Programa*	Valor Total Investido (em R\$1.000)	% do Valor Total Investido
Andradina	12	29	934	3.675,99	2,30
Araçatuba	18	38	2.025	7.507,32	4,71
Araraquara	9	10	143	570,22	0,36
Assis	16	33	894	4.009,39	2,51
Avaré	12	23	894	3.280,06	2,06
Barretos	16	19	267	980,74	0,61
Bauru	15	30	1.053	3.779,17	2,37
Botucatu	10	27	1.080	3.899,24	2,44
Bragança Paulista	17	26	375	2.196,86	1,38
Campinas	11	12	51	727,18	0,46
Catanduva	13	21	408	1.622,74	1,02
Dracena	16	45	6.932	22.308,76	13,98
Fernandópolis	12	22	1.228	4.591,86	2,88
Franca	12	15	850	2.491,87	1,56
General Salgado	21	65	4.388	19.235,57	12,06
Guaratinguetá	6	6	59	1.262,61	0,79
Itapetininga	13	30	1.670	4.877,28	3,06
Itapeva	13	21	395	1.406,13	0,88
Jaboticabal	11	16	310	1.724,83	1,08
Jales	22	50	3.425	9.063,83	5,68
Jaú	12	19	575	1.909,72	1,20
Limeira	13	17	109	743,45	0,47
Lins	13	26	1.064	4.859,48	3,05
Marília	13	36	1.591	5.395,91	3,38
Mogi das Cruzes	5	9	25	389,45	0,24
Mogi Mirim	9	15	70	1.581,73	0,99
Orlândia	10	13	191	950,63	0,60
Ourinhos	17	47	1.486	7.123,13	4,46
Pindamonhangaba	10	12	213	1.185,33	0,74
Piracicaba	10	11	56	300,94	0,19
Presidente Prudente	21	57	2.329	7.639,88	4,79
Presidente Venceslau	11	27	2.168	6.904,99	4,33
Registro	6	7	40	696,33	0,44
Ribeirão Preto	13	18	260	1.715,43	1,08
São João da Boa Vista	14	20	610	2.549,52	1,60
São José do Rio Preto	24	34	1.179	4.893,26	3,07
São Paulo	3	3	24	646,87	0,41
Sorocaba	11	19	89	2.005,49	1,26
Tupã	14	26	1.293	5.775,44	3,62
Votuporanga	10	16	1.002	3.062,22	1,92
TOTAL	514	970	41.755	159.540,82	100,00

Regiões Prioritárias	
prioridade 1	
prioridade 2	
prioridade 3	

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Incentivos - Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP) da CATI/SAA
*Inclui grupos de compra beneficiados
* Pode haver produtor beneficiado com mais de um incentivo.